UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
ÁREA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDISON ANTÔNIO DE SOUZA

O PODER NA FRONTEIRA: HEGEMONIA, CONFLITOS E CULTURA NO NORTE DE MATO GROSSO

NITERÓI
2008

EDISON ANTÔNIO DE SOUZA

O PODER NA FRONTEIRA: HEGEMONIA, CONFLITOS E CULTURA NO NORTE DE MATO GROSSO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Doutoramento em História Social, sob a orientação da Profª.Dra. Sonia Regina de Mendonça.

NITERÓI
2008

Ficha Catalográfica

S729 Souza, Edison Antônio de.

O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso / Edison Antônio de Souza. – 2008.

256 f.

Orientador: Sonia Regina de Mendonça.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008.

Bibliografia: f. 245-256.

1. Estado - Brasil. 2. Poder político. 3. Fronteira agrícola – Mato Grosso. I. Mendonça, Sonia Regina de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia III. Título.

CDD 320.1

EDISON ANTÔNIO DE SOUZA

O PODER NA FRONTEIRA: HEGEMONIA, CONFLITOS E CULTURA NO NORTE DE MATO GROSSO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Doutoramento em História Social, sob a orientação da Profª.Dra. Sonia Regina de Mendonça.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Dra. Sonia Regina de Mendonça – Orientadora
UFF

_____
Profª. Dra Márcia Maria Menendes Motta
UFF

_____
Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães
UFF

_____
Profª Dra. Eli Napoleão de Lima
CPDA/UFRRJ

_____
Profª. Dra. Dilma Andrade de Paula
UFU

NITERÓI
2008

À Fernanda e o Felipe, meus filhos e à Valdiva, companheira dessa longa caminhada, dividindo angústias, descobertas, conquistas e alegrias.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Fluminense, pela acolhida no Programa de Pós Graduação em História. Aos Professores do Programa de quem tive o privilégio de ser aluno nas Disciplinas e Seminários oferecidos: Profª. Drª Márcia M. Motta, Profª Drª Virgínia Fontes e Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso, além da disciplina enquanto ouvinte com o Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães.

Sou grato à Profª. Drª Márcia Motta que inicialmente aceitou dialogar a respeito da minha "proposta de projeto de pesquisa" no Programa da UFF e posteriormente indicando-me à Profª Drª Sonia Regina de Mendonça.;

À Profª Drª Sonia Regina de Mendonça, minha Orientadora, contribuiu com o meu trabalho, formulando novas questões, fazendo correções e ajudando-me a dialogar com as fontes e com os autores. Seus questionamentos, críticas e sugestões sempre foram feitos com precisão e no momento adequado, e isso contribuiu para que se concluísse a pesquisa no tempo permitido pelo Programa. À ela, dedico os meus mais sinceros agradecimentos. Sinto-me profundamente grato pela sua ajuda.

A realização desta pesquisa demandou uma ampla investigação em bibliotecas de Universidades, Institutos, órgãos públicos federais, estaduais e locais, entidades particulares, arquivos e entrevistas com vários agentes sociais. Desta forma, muitas pessoas nos auxiliaram, onde quero aqui manifestar meus agradecimentos.

Finalmente, sou especialmente grato à Universidade do Estado de Mato Grosso que concedeu-me o afastamento das atividades docentes para a realização do doutoramento na UFF, assim como à CAPES, pela Bolsa PICDT

No período que cursei as matérias do doutorado o contato e discussão com outros colegas enriqueceu a minha experiência, em especial à Cássia e o Pedro, dentre outros das disciplinas cursadas.

Finalmente, quero agradecer o apoio dispensado pela minha família. A paciência e o estímulo proporcionado pela minha esposa e filhos, foi fundamental para concluir este trabalho.

Acima de tudo agradeço a DEUS que me iluminou nos momentos cruciais que enfrentamos nesta caminhada.

RESUMO

O Estado brasileiro a partir da década de 1970 fomentou a ocupação do norte mato-grossense, baseado na concessão de incentivos fiscais públicos, principalmente às empresas particulares de colonização, que atraíram milhares de pessoas para aquela região como alternativa aos conflitos sociais que ocorriam no Sul e Sudeste do Brasil. A política que orientou o avanço da fronteira econômica no Estado de Mato Grosso, estruturou-se de forma a permitir a integração desta, ao mercado nacional e as estruturas produtivas de acumulação do capital. O processo de colonização particular ampliou a expropriação e a dominação no norte mato-grossense, com manutenção das relações capitalistas de produção de uma forma acelerada, através da exploração dos recursos naturais e pelo controle social dos trabalhadores. Com o avanço da fronteira agrícola, alguns empresários favorecidos pelos incentivos fiscais públicos, acumularam capital em atividades como o setor madeireiro e agropecuário, passando a dirigir politicamente o norte de Mato Grosso. Através desta Tese sustentamos a argumentação de que, os mecanismos que regem as relações de poder naquela região de fronteira, foram construídos no inter-relacionamento entre agências e agentes a partir de uma rede de relações e alianças com as elites regionais, sistemas de trocas e reciprocidades, utilizando-se do poder simbólico enquanto estratégia de controle e dominação social. A classe dominante regional construiu uma hegemonia articulada em torno de valores, práticas e ideologia da classe ou fração de classe, que organizam-se através dos intelectuais orgânicos, formas de consenso entre outras frações, divulgando o mito do progresso, da civilização, da agricultura moderna e desenvolvida, 'naturalizando' os conflitos sociais e a luta pela terra no Estado. Estudamos a questão da fronteira norte mato-grossense no eixo da Rodovia Federal (BR-163) com destaque para Sinop, principal cidade daquela região. Refletimos sobre as questões políticas, sociais e as mudanças econômicas. Mapeamos essas relações no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, destacando o papel das Agências e Agentes sociais, analisadas pela perspectiva da História Social.

Palavras-Chave: Estado. Poder. Fronteira. Agências. Agentes.

ABSTRACT

The Brazilian state from the 1970 has fostered the occupation of northern Mato-Grosso, based on the concession of public tax incentives, mainly to the private companies of settling, who had attracted thousands of people to that region as an alternative to the social conflicts that had occurred in the South and Southeast Brazil. The policy that guided the economic border advancement in Mato Grosso, had been structured to enable its integration with the domestic market and productive structures of accumulation of capital. The private colonization process expanded the expropriation and domination of northern Mato Grosso, with maintenance of capitalist relations of production on a fast track, through the exploitation of natural resources and the social control of workers. With the advancement of the agricultural frontier, some entrepreneurs favored by public tax incentives have accumulated capital in activities such as timber and agricultural sector by this directing politically the northern Mato Grosso. Through this thesis we have sustained the argument that the mechanisms governing the relations of power in the region of border, had been built in the inter-relationship between agencies and officials from a network of relationships and alliances with regional elite, trading systems and reciprocities, using the symbolic power as a strategy of social control and domination. The dominant regional class has built a hegemony based on values, practices and ideology of class or fraction of class, which organize themselves through organic intellectuals, forms of consensus among other fractions, disseminating the myth of progress, civilization, modern and developed agriculture, 'naturalizing' social conflicts and the struggle for land in the State. We have studied the question of the border in northern Mato Grosso-axis of Federal Highway (BR-163) with emphasis on Sinop, the main city in the region. We have reflected about political issues, social and economic changes. We have drawn these relations within civil and political society, highlighting the role of social agencies and staff, reviewed by the prospect of Social History.

Keywords: State. Power. Frontier. Agencies. Agents.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRINORT: Associação dos Criadores do Norte de Mato Grosso

AMPA: Associação Mato-Grossense dos Produtores e Algodão

APROSOJA: Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso

BASA: Banco da Amazônia S/A

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BIRD – Banco Mundial.

CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento.

CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

DERMAT – Departamento de Estradas e Rodagens de Mato Grosso.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

CIBRAZEM- Companhia Brasileira de Abastecimento

FINAM – Fundo de Investimento Nacional na Amazônia

CNA: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária

CODEMAT- Companhia de Desenvolvimento da Mato Grosso

DNER: Departamento Nacional de Estradas e Rodagens.

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESG: Escola Superior de Guerra

FAMATO: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

FINAM: Fundo Nacional para a Amazônia

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA: Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária

INTERMAT: Instituto de Terras de Mato Grosso

INDEA: Instituto Nacional de Defesa Animal

POLAMAZÔNIA: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais

POLOCENTRO: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODOESTE: Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

POLONOROESTE: Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

PROMAT: Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso

PROTERRA: Programa de Redistribuição de Terras

RADAM: Radar da Amazônia

MST: Movimento dos Sem Terra;

UDR: União Democrática Ruralista

UFMT- Universidade federal de Mato Grosso

UNEMAT- Universidade do Estrado de Mato Grosso

SINDUSMAD: Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SINOP: Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SPVEA – Superintendência do Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PIN – Programa de Integração Nacional

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ecossistemas Mato-Grossenses

Tabela 2: Bacias Hidrográficas do Estado de Mato Grosso

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas de Desenvolvimento Regional

Quadro 2 – Deputados Estaduais – Norte de Mato Grosso: 2006-2010.

Quadro 3 - Trajetória Política dos Agentes Sociais

Quadro 4 – Poder Executivo Municipal – Sinop/MT.

Quadro 5 – Poder Legislativo Municipal de Sinop/MT.

Quadro 6 - Municípios criados no norte de Mato Grosso:1970-2000

SUMÁRIO

Introdução 12
CAPÍTULO I
1. Estado e Poder: Questões Teóricas e Metodológicas 22
1.2 - Questão Agrária e Capitalismo no Brasil..... 33

CAPÍTULO II

2 - Política de Colonização no Brasil Contemporâneo.....48

2.1 - Estado e Capital na Amazônia Mato-Grossense: Agências e Agentes.....50

2.2 - Colonização, trabalho, disciplina e controle social..... 64

2.3 - Terra e poder no Norte de Mato Grosso.....68

CAPÍTULO III

3 - Cidades de Fronteira.....78

3.1 - As Cidades do Agronegócio no norte de Mato-Grosso.....94

3.2 - BR-163: uma nova fronteira para o capital.....108

3.3 - Faces da dominação: a exploração dos trabalhadores.....122
3.4 – A questão Ambiental: “novos” discursos e embates.....135

CAPÍTULO IV
4 - O Poder na Fronteira: Agências e Agentes.....148
4.1 - Aparelhos Privados de Hegemonia: poder simbólico e habitus de classe..... 167
4.2 - O papel das frações dominantes regionais: estratégias e associações de classe....194

4.3 - A busca de legitimidade:os migrantes e o poder: uma “nova geração política”...201
4.4 – Quem são os novos ricos da fronteira? 223
Considerações finais.....239

Bibliografia.....245

INTRODUÇÃO

A temática desenvolvida nesta pesquisa discute o problema das relações de poder e dominação numa região de fronteira, o Norte de Mato Grosso. A questão abordada envolve os fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais e as implicações decorrentes dessa ordem no contexto do processo de colonização e ocupação daquela região, definindo-a como uma 'nova fronteira agrícola do país'.

A colonização particular realizada na Amazônia a partir de 1974, incentivada pelo governo federal, através de seus órgãos e programas como o INCRA, SUDAM, BASA, POLOAMAZÔNIA, FUNAI e Associação dos Empresários da Amazônia, priorizava pequenos e médios agricultores do Sul do País, que segundo essas empresas possuíam tradição agrícola, e que detinham um certo valor monetário necessário para adquirir terras das empresas privadas de colonização. Tratava-se de uma colonização seletiva que trouxe grandes lucros para estas empresas de colonização.

Ao refletirmos sobre os projetos de colonização na Amazônia Legal, perguntamos porque tal colonização se tornou tão necessária e urgente para o desenvolvimento do país? Qual foi a função ideológica e as justificativas oficiais para desenvolverem tais políticas públicas de ocupação da fronteira norte mato-grossense? Sabe-se que esse projeto de ocupação da fronteira Oeste do Brasil foi iniciado por Getúlio Vargas (década de 40), com a chamada "Marcha para o Oeste", onde visava integrar economicamente a Amazônia ao resto do país. Política esta, retomada pelos governos militares (Médici e Geisel), onde visavam a integração nacional, através da construção de estradas e a transferência de trabalhadores do Sul do país para as novas frentes de expansão da fronteira agrícola nacional.

Neste sentido, nossas análises basearam-se no processo histórico de colonização do norte mato-grossense, refletindo sobre os impactos ambientais e os conflitos pelo uso e posse da terra. As conclusões levantadas apontam para as contradições da colonização, o avanço da agropecuária, a expulsão de colonos e índios, a prática da escravidão, dentre outras. Nesse sentido perguntamos: Qual é o significado sócio-econômico da fronteira? Neste sentido, nosso objetivo é refletir sobre a colonização no norte mato-grossense no contexto contraditório da expansão da fronteira agrícola: A especulação, concentração e apropriação de terras públicas pelo médio e grande capital (frações

capitalistas de determinado porte) e as devidas conseqüências sócio-econômicas, políticas e ambientais. Visando articular os movimentos populacionais e a expansão da fronteira, com os dilemas sócio-ambientais e a lógica capitalista, no contexto da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Esta pesquisa concentrou-se nas discussões sobre o papel da classe dominante no norte de Mato Grosso e suas principais organizações de classe das décadas de 1970 a 1990, enquanto forma de entendimento utilizada para se compreender aquela realidade, suas disputas, conflitos e hegemonia política local e regional. Neste contexto, procuramos dialogar com os autores que pensaram aquela região e procuramos fazer novas perguntas, utilizando-se como método marxista de análise de interpretação da sociedade e da história: trabalhando com conceitos teóricos como instrumentos de desvendamento daquela realidade social. Segundo esta corrente a sociedade é concebida como uma totalidade constituída por nível ou instância, articuladas por uma determinação específica: a infra-estrutura ou base econômica (unidade das forças produtivas e das relações de produção), e a superestrutura, que por sua vez comporta dois níveis ou instância: o jurídico-político (o direito e o Estado), e as diferentes ideologias: religiosa, moral, jurídica, política, etc, com disputas intra-classes, alianças, ou frações de classe.

Como um dos nossos objetivos, aprofundamos as discussões acerca das políticas públicas estatais destinadas para a Amazônia Legal, em particular ao espaço agrário do norte de Mato Grosso, num sentido bastante amplo, englobando não apenas as políticas econômicas, mas também aquelas que dizem respeito à sua dimensão social, cultural e político, com desdobramentos sobre a questão agrária, ambiental-ecológica, a partir da década de setenta do século XX. Trata-se portanto, de uma abordagem que contempla as ações emanadas das agências do Estado com vistas à compreensão das relações de poder e dominação numa região de fronteira.

Nas últimas três décadas a questão da fronteira amazônica tem chamado a atenção de vários estudos acadêmicos, tanto com abordagens econômicos, social e ambiental. Em nossa pesquisa empírica encontramos muito material produzido por órgãos públicos, municipais ou estaduais com enfoque sensacionalista, com certa euforia e romantismo, incentivada pela sociedade política -, formada pela elite política regional, de origem sulista, composta por proprietários rurais e madeireiros, que por razões ideológicas muitas vezes nem sempre “perceptíveis’, procuram legitimar sua hegemonia política. Para esclarecer estas práticas políticas, fazemos uma análise sobre o

deslocamento das populações migrantes, identificando quais eram os grupos sociais que se dirigiam para as áreas da fronteira norte mato-grossense, seus conflitos e impasses. Outros aspectos foram também analisados, como o a criação das novos cidades de fronteira..destacando ainda o caráter expansionista do capital no eixo da BR-163, a rodovia Federal Cuiabá - Santarém

As análises feitas com base nas realidades regionais dessas últimas quatro décadas têm sido bastante reveladoras não somente na sua dinâmica interna, mas também a expansão da fronteira capitalista que tornou-se uma grande produtora de grãos, intimamente ligada ao mercado mundial, tanto de produtos alimentícios como de insumos e máquinas, tornando-se aos poucos um modelo de produção que será visto como gerador de desenvolvimento local e regional. Portanto, não basta uma forma lógica de explicação, é necessário uma análise histórica para explicar o porquê dessa situação, as razões e as limitações das formas de sociabilidade e subjetividade das pessoas em relação com o mundo.

Com base na pesquisa histórica da região, alcançamos o objetivo central da Tese: estudar o mundo político e econômico: as concepções e práticas, os agentes e agências, sua rede de relações, alianças, sistemas de trocas e reciprocidades, o poder simbólico e sua relação intrínseca com as formas de controle e dominação na região norte de Mato Grosso, contribuindo desta forma, significativamente para o entendimento daquela realidade. Pensamos a questão agrária, não apenas como uma análise econômica, mas também como uma posição política, no contexto das relações capitalistas de trabalho e produção.

Neste trabalho destacamos também as ações e as estratégias sociais dos atores que estão presentes na fronteira, em especial sua relação com o território, as estratégias de apropriação de recursos naturais e a sucessão de atores sociais na ocupação da terra. Os atores principais identificados nessas áreas foram os grandes e médios empresários da madeira e da agropecuária e os pequenos produtores rurais, estes em muitos casos associando a agricultura com a pecuária. O território é considerado como um espaço de relações dinâmicas, pois alterado a cada momento pela atualização dos interesses entre indivíduos que ali encontram-se e os grupos que chegam, mediados evidentemente pelas conjunturas econômicas e políticas, locais e nacionais.

A fronteira na área de transição entre Amazônia e Cerrado é uma área determinada pelas relações com Mato Grosso. Fronteira que mostra ter outras características que a fronteira mais antiga, pois traz consigo um novo elemento de uso da terra de forma

intensiva, diretamente ligado ao processo de desenvolvimento da cadeia produtiva da soja. Poderíamos dizer ainda que é o modelo de fronteira que dominou agora quase todo o espaço do Centro-Oeste, com seus atores, estratégias e interesses que orienta a dinâmica da região.

As intervenções federais na Amazônia mato-grossense ocorreram, sob o ponto de vista dos governos militares, pois segundo aquela visão, era necessário implantar uma infra-estrutura na região para a expansão do capital e solidificar a política do governo federal. Neste contexto histórico, analisamos as relações de poder e dominação, os conflitos e a ideologia características das áreas de fronteira agrícola. Este estudo se insere no esforço mais geral de refletir sobre as relações de poder e dominação da sociedade brasileira, com destaque para o norte de Mato Grosso, tendo como recorte metodológico a organização das classes sociais e grupos dominantes. A dinâmica dos agentes e agências sociais no avanço da fronteira agrícola, incorporou novos territórios à economia e à sociedade nacional, atraiu desde a década de 1960 a partir do projeto de integração nacional organizado pelo Estado brasileiro, através de incentivos fiscais e creditícios onde estes, mostraram-se vantajosos para o capital privado, que viabilizou a demanda por esses recursos.

Procuramos desenvolver uma reflexão histórica sobre as relações sociais no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, tendo como eixo explicativo os teóricos Antônio Gramsci, Pierre Bourdieu, José de Souza Martins e Sonia Regina de Mendonça, dentre outros. A nossa pesquisa parte dessas reflexões, tornando transparente as tensões intra-classe, as brigas relacionais, as relações de poder e dominação no Norte de Mato Grosso, a partir da concepção de Estado ampliado defendida por Gramsci. Problematizamos a expansão do desenvolvimento capitalista naquela região, com todas as suas contradições intrínsecas, por exemplo, entre a modernização e a modificação da estrutura de poder social, o ‘progresso econômico’, a destruição do meio ambiente e a (in)justiça social. Como foram criadas as estratégias políticas para manipular o espaço através da distribuição controlada das terras; quem são os intelectuais orgânicos dessa ‘ordem estabelecida’ e a sua presença e influência na sociedade política e na sociedade civil.

Utilizamos em nossa pesquisa, fontes primárias, particulares e públicas. Analisamos as revistas publicadas pelos órgãos públicos regionais, diversos jornais regionais das décadas de setenta a noventa, entrevistas com empresários, trabalhadores, agentes da sociedade civil e da sociedade política, textos isolados, que referem-se às

práticas dos agentes sociais em defesa de seus projetos hegemônicos regionais, relevantes para nossas investigações enquanto expressão da visão da cultura numa concepção gramsciana desses agentes e agências no controle, disciplina e direção de seus projetos.

O referencial teórico que utilizo nesta pesquisa deriva da concepção ampliada de Estado de Antônio Gramsci. Como afirma Mendonça, essa visceral impossibilidade de separar Teoria e Prática, Política e Sociedade, a posição defendida por Gramsci, para quem a Cultura - isto é, política -, em seu mais amplo e plural registro, torna-se o cimento das coesões sociais e das lutas pela transformação histórica. E nunca é demais recordar que cultura, para o pensador italiano, pouco tem a ver com o saber enciclopédico, erudito – pois segundo Gramsci, todo homem é um intelectual, ainda que não viva disso como profissão - mas sim com o conjunto de atividades realizadas pelo homem, em inúmeros níveis, abrangendo desde o folclore e o senso comum, até a emergência do bom senso, cuja passagem se dá por intermédio da "catarse", ou seja, da tomada de consciência sobre seu efetivo lugar no mundo social, propiciando, assim, a conquista de uma consciência superior – a filosofia da práxis - capaz de permitir ao homem compreender seu valor histórico, seus direitos e deveres. Afinal, não é o homem, ele mesmo, o processo de seus atos? Não é a verdadeira "filosofia" a história em ato, isto é, a própria vida? (GRAMSCI, 1991, pp. 38 e 44).

Ao estudarmos o mundo político e econômico, as concepções e práticas, os agentes e agências, sua rede de relações, alianças, sistemas de trocas e reciprocidades, o poder simbólico e sua relação intrínseca com as formas de controle e dominação na região norte de Mato Grosso, contribuimos desta forma, significativamente para o entendimento daquela realidade. Através desta pesquisa demonstramos os mecanismos que regem as relações de poder numa região de fronteira, construída no inter-relacionamento entre colonizadores e migrantes a partir da década de setenta do século XX, numa fração do território Mato-Grossense.

Realizamos um balanço historiográfico sobre a questão da fronteira norte mato-grossense, o mercado de terras nos municípios do eixo da BR-163 (entre Nova Mutum e Sinop), as questões políticas e as mudanças econômicas, mapeando as relações no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, temas referentes ao Estado e Políticas Públicas e Estado Agentes e Agências.

O tema do nosso objeto de estudo, as relações de poder e dominação numa região

de fronteira, hegemonia e cultura, como objetivo central as relações entre Estado e Sociedade no Norte de Mato Grosso. Pensá-lo, como expressão de processos econômicos e sociais conflitivos pactuados politicamente naquela região, procurando entendê-la não como resultado apenas da expansão territorial, mas também como processo, espaço de luta e conflitos entre os diversos setores que lutam pelo controle do Estado, aparelho privado de hegemonia, refletindo também sobre o processo de expansão e modernização capitalista a partir do estudo do Norte de Mato Grosso e sua relação com a produção do mito do progresso que está subordinado aos interesses da sociedade política regional.

Nossas fontes de pesquisa também foram jornais e revistas, onde procuramos utilizar em nossa pesquisa de forma crítica, as suas notícias sobre os projetos e realizações da sociedade política, sua hegemonia e acordos, destacando sempre o discurso do progresso, da fronteira desenvolvimentista, das alianças de poder, disputas políticas entre frações da classe dominante (além de outras opiniões e debates – estas fontes foram importantes pois revelaram, em parte, a expressão das práticas dos dirigentes e das classes proprietárias, onde o papel desempenhado pelas rádios foi fundamental para a difusão da ideologia da sociedade política num raio de 150 quilômetros de Sinop – abrangendo cerca de 20 municípios), enquanto estratégia de dominação do que está presente nos "discursos oficiais" de um povo ordeiro e trabalhador, tornando dessa forma, um valioso instrumento para a análise dos conflitos, das relações de poder, de trabalho e de direção política, na acepção gramsciana.; A publicação de jornais pelas empresas colonizadoras é um exemplo dessa estratégia, assim como matérias sensacionalistas publicadas em várias revistas, com o objetivo de destacar o potencial e o "empreendedorismo" do povo "valente, forte e corajoso". É importante destacar que a História regional não é valorizada pela classe dominante, mas estes apropriam-se da memória regional, e nos artigos selecionados mostram a preocupação da linha editorial em divulgar as construções do poder público e suas realizações enquanto políticos e administradores, grandes construtores, etc, exaltando a "bravura e o patriotismo", valorizando os "pioneiros", líderes e "competentes, sérios e honestos." Destacam-se ainda a visita de pessoas importantes como Presidentes da República, Deputados e Senadores, agentes individuais capazes de viabilizar o "desenvolvimento e o progresso de Mato Grosso" exaltado Sinop (e região) que 'deu certo', referência para o Estado e o País. Isso é importante pois pensamos a expansão capitalista da fronteira e a interferência desses grupos políticos e econômicos na região.

Essas revistas foram instrumentos a serviço de uma classe social, tanto para divulgar a ideologia dominante, quanto as práticas e projetos, trabalhos desenvolvidos, evidenciando sua ideologia e ações, abordando vários assuntos e objetivos de seus interesses. As datas comemorativas, principalmente o aniversário de fundação das 'cidades novas' do eixo da BR-163, deixam claro e evidente a construção de verdadeiras propagandas encomendadas para este fim. Uma característica comum que observa-se nessas revistas e jornais, elas eram constituídas de espaço de registro para exaltar a "bravura, o bandeirantismo, o progresso, a disciplina, a obediência," adequando-se aos interesses do grupo político que estava no poder (representantes do setores: imobiliário, madeireiro, agrícola e pecuário).

Quanto ao público que se destinava essa mensagem ideológica, era formado pela grande população regional, sempre procurando justificar a ação e atuação dos colonizadores, os chamados "missionários do progresso", termo utilizado por Elder Andrade de Paula em sua pesquisa sobre o desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental. As mudanças e diferenças observadas em relação à essa divulgação, principalmente aos seus objetivos, de seu público e de seus "artigos", denotam essa exaltação do mito da terra prometida. Dessa forma, contribuíram com as práticas sociais, através do poder de convencimento e 'consenso', constituindo-se numa importante estratégia de controle social.

Metodologicamente, realizamos a leitura e organização das fontes por série documental recolhidas e fazendo o cotejamento destas, com os projetos da sociedade política e da sociedade civil. Assim, com base nas fontes primárias, efetuamos as análises das questões mencionadas em confronto com as fontes secundárias e o dialogo conceitual que sustenta esta pesquisa. Em nossos estudos procuramos sempre manter a continuidade e coerência na trajetória, justificando a relação e as opções teóricas de nossas pesquisas e a posição política assume neste contexto.

A Tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, realizamos um balanço historiográfico mais geral, contextualizando a questão agrária, problemas sociais e políticos e a relação desta questão com o avanço do capitalismo no Brasil, principalmente rumo a Oeste. O processo de colonização e ocupação do norte de Mato Grosso a partir da década de 1970, com o objetivo de abordar os elementos que definiram a dinâmica desse processo, e ao mesmo tempo indicando os fatores econômicos, políticos e sócio-culturais que o caracterizam estruturalmente. Destacamos o início do processo colonização do norte de Mato Grosso, com ênfase na atuação das

empresas Colonizadoras, o papel do INCRA, SUDAM, BASA – tanto no âmbito da sociedade civil quanto da sociedade política, com destaque para o discurso do progresso, do trabalho, do controle social de um "povo ordeiro e trabalhador"-, dentro do contexto 'modernizante' em curso no país.

No segundo capítulo abordamos no contexto das políticas públicas do Brasil contemporâneo, ocupação, contradição e conflitos da Amazônia brasileira e especificamente da mato-grossense, o papel do Estado Nacional, marcado pelo predomínio de políticas que favoreceram a coerção da sociedade política em relação à sociedade civil -, a atuação das empresas colonizadoras, no momento em que se desencadeou o processo de vendas de terras no Estado de Mato Grosso, principalmente no auge do chamado "milagre econômico". Nesse período, a terra passa ser objeto de apropriação, grilagem e disputas entre índios, posseiros, colonos e latifundiários, produzindo conflitos sociais, rurais e urbanos.

Já no terceiro capítulo analisamos a atuação das empresas colonizadoras enquanto agentes importantes no contexto das políticas de ocupação da fronteira amazônica implementadas pelos governos militares, a militarização dos conflitos sociais na fronteira e ao mesmo tempo incorporando a dimensão ambiental nessa reflexão. Destacamos o papel das chamadas cidades do agronegócio no eixo da BR-163 e as relações sociais estabelecidas nestas cidades, onde (mostramos que de um modo geral as modificações operadas no norte de Mato Grosso, indicam que ouve uma reprodução do modelo de colonização em detrimento da realização de uma reforma agrária, fazendo uma crítica à chamada modernização conservadora implantada pelos governos militares pós 1964, com avanço e preservação da grande propriedade e a exploração dos recursos naturais).

A partir deste ponto efetuamos o levantamento das agências/agentes presentes nesse processo, principalmente as associações de produtores, sindicatos rurais e patronais do setor madeireiro e do agronegócio, com destaque para a soja, procurando compreender como esses grupos se articulam com as agências do Estado – sociedade política (IBAMA, SEMA, dentre outras), com objetivo de analisar as alterações do uso da terra no norte de Mato Grosso e as relações de poder e dominação na região à luz da teoria de Estado ampliado de Antônio Gramsci.

No capítulo quarto estudamos o poder na fronteira: agentes e agências: os aparelhos privados de hegemonia, o poder simbólico e os habitus de classe, as estratégias de implementação dos ideais separatistas, de progresso a qualquer custo, das

transformações rurais e urbanas e seus impactos sociais e ambientais, sobretudo o controle da hegemonia, de uma concepção mercantilizada de sociedade, de mundo, de política e de vida que visavam transformar diversos agentes e agências em "correias de transmissão" da ideologia burguesa, capitalista, vigiada e controlada por uma fração da sociedade norte mato-grossense. Mapeamos a trajetória política dos agentes sociais, as estratégias, o comportamento político e o campo social daqueles que dominam a sociedade norte mato-grossense, revelando seus 'habitus' de classe e a orientação política, esclarecendo as capacidades e os limites dessa classe dominante, suas relações na sociedade civil e na sociedade política.

Analisamos também a chamada "fronteira da ocupação" - (ilegalidades praticadas na Amazônia mato-grossense): grilagem, desmatamento, suborno, corrupção, trabalho escravo, sonegação e produção de impacto ambiental, praticado por aventureiros e empresários socialmente irresponsáveis, tendo como resultados dessas práticas: concentração fundiária, monocultura, pobreza e exclusão social no meio rural e urbano e os novos ricos da fronteira.

Os novos espaços de poder na fronteira norte mato-grossense possibilitaram a incorporação de intelectuais, especialistas, advogados e técnicos no interior do aparelho estatal (prefeituras, câmaras de vereadores) com disputas políticas, com demonstração de força e influência por parte dos grupos interessados. Assim, controlar o aparelho educacional, cultural, administrativo, dentre outros e orientar suas políticas públicas significava implementar um certo controle da sociedade, garantindo dessa forma, manter a hegemonia. Dentro dessa perspectiva, acreditava-se que as "transformações" implantadas pelo poder público, iriam transformar a sociedade e proporcionar o acesso à modernidade.

Através da análise historiográfica, comprovamos que os intelectuais orgânicos apoiavam esse discurso ufanista, desenvolvimentista, elegendo-se sob o título de representantes do "povo" e da nação. A participação destes grupos intelectuais integrados aos sindicatos patronais, a associações de classe, entre outros, atestam o interesse desses grupos na definição dos rumos locais e regionais, especialmente na formação do poder simbólico, que defendem e representam como salvadores da pátria. A idéia de progresso, de povo ordeiro e trabalhador - como chave de mudança, controle e vigilância social, como e centro nervoso de toda a sociedade, capazes de controlar e manterem o status quo, com responsabilidade, missão, organizar e desenvolver.

A partir dessas reflexões estudamos a questão da fronteira, os municípios do eixo da Rodovia Federal (BR-163) dando destaque para Sinop, principal cidade daquela região, refletindo sobre as questões políticas e as mutações econômicas, visando perceber e mapear essas relações no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, discutindo temas referentes ao Estado e Políticas Públicas e Estado Agentes e Agências, analisados pela perspectiva da História Social.

A nossa pesquisa parte dessas reflexões, tornando transparente as tensões intra-classe, as brigas relacionais, as relações de poder e dominação no Norte de Mato Grosso, a partir da concepção de Estado ampliado defendida por Gramsci. Problematizando a expansão do desenvolvimento capitalista naquela região, com todas as suas contradições intrínsecas, por exemplo, entre a modernização e a modificação da estrutura de poder social, o 'progresso econômico', a destruição do meio ambiente e a (in)justiça social. Como foram criadas as estratégias políticas para manipular o espaço através da distribuição controlada das terras; quem são os intelectuais orgânicos dessa 'ordem estabelecida' e a sua presença e influência na sociedade política e na sociedade civil.

Esta pesquisa insere-se no esforço de estudar a fronteira norte mato-grossense, a partir de sua análise histórica e principalmente para o conhecimento e compreensão da relação Estado/sociedade no Mato Grosso analisados pela perspectiva da História Social. Através desta, contribuímos significativamente para a produção científica em nossas Instituições, procurando entender melhor o Brasil e situando-se criticamente no espaço público da sociedade dos dias de hoje. A importância de estudos desta natureza sobre o desenvolvimento do Brasil, na verdade, permite que esta Tese ilumine a própria história social de Mato Grosso e nos permita pensar as devidas contradições, os mecanismos controle e dominação e as relações de trabalho na sociedade contemporânea.

CAPÍTULO I:

1. ESTADO E PODER: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Nosso objetivo neste capítulo é desenvolver reflexões a partir das categorias de análise do materialismo histórico, fundamentais à nossa pesquisa sobre as relações de poder e dominação numa região de fronteira, suas contradições e oposições, disputas, conflitos e lutas de classes que caracterizam a sociedade como um todo. Seguindo a concepção gramsciana para a qual o Estado corresponde à sociedade civil mais a sociedade política e não se erige acima ou fora dela, pretende-se compreender os elos que ligam essa forma de Estado às formas de organização dos grupos dominantes no Brasil, ou seja, a partir de um pensamento crítico, mapeamos as relações de poder, suas práticas-estratégias, contradições e atuação política.

Nossas leituras sobre o Estado baseiam-se em sua concepção enquanto relação social, logo, fruto de conflitos entre sujeitos coletivos organizados a partir da sociedade civil. Os quais, para consolidarem a sua hegemonia, visam fazerem-se presentes junto à sociedade política ou Estado ampliado. Neste sentido, o Estado seria uma condensação de relações sociais, atravessado pelo conjunto das relações de classes existentes na própria formação histórica, incorporando conflitos da sociedade em geral. Para Gramsci os aparelhos privados de hegemonia situados na sociedade civil, buscariam inserir representantes seus junto ao Estado restrito, de modo a promover e generalizar a uma visão de mundo de uma dada fração da classe hegemônica. Segundo Mendonça,

> As transformações sociais e políticas nas sociedades ocidentais contemporâneas pressupõem, a complexificação das sociedade civil, através da multiplicação das vontades coletivas organizadas junto aos aparelhos privados de hegemonia, que disputam entre si, todo o tempo, a imposição de um dado projeto como hegemônico, e, por extensão, a tensão entre contra-hegemonias. Mas, para tanto, é indispensável que o sujeito coletivo organizado junte a este ou aquele aparelho privado de hegemonia – donde a importância fundamental dos intelectuais – busque inserir seus representantes – intelectuais – junto à sociedade política ou Estado. Vê-se, pois, que a idéia do Estado ampliado, além de altamente dinâmica, é coerente às lutas de classe que, ininterruptamente, atravessam tanto a Sociedade quanto o Estado[1].

---

[1] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Classes, Poder e Estado no Brasil.* Niterói/RJ: UFF, 2006. p. 6.

Pensar o Estado numa concepção gramsciana significa abordar as formas mediante as quais as frações de classe se consolidam e se organizam, para além da produção, no seio da sociedade civil e as formas através das quais as agências ou órgãos da sociedade política contemplam os projetos oriundos desses aparelhos privados de hegemonia. Portanto, pensar o Estado significa verificar a cada momento histórico - neste caso, as décadas de setenta a noventa do século XX - as formas de organização da sociedade civil e sua articulação - no e pelo Estado restrito - através da análise de seus agentes e agências. Verificamos seus interesses e os organismos que absorvem e privilegiam através de suas práticas, com seus porta-vozes junto aos aparelhos estatais, estudando os conflitos entre eles. Segundo Mendonça, é fundamental compreendermos a efetividade de determinada política pública em detrimento de outra ou ainda o porquê de diretrizes distintas das práticas estatais encontrarem-se, muitas vezes, superpostas, emanadas de órgãos diferenciados. Logo, "o essencial para a análise do Estado e das políticas públicas é tomá-las enquanto resultado do embate entre frações de classes distintas, em disputa pela inscrição de seus projetos junto às agências de Estado em seu sentido restrito" [2].

Para pensarmos o Estado, é fundamental questionarmos os pressupostos e pré-construções que se inscrevem tanto na realidade recortada para análise, quanto no pensamento dos que a analisam. Isto porque, em matéria de Estado, costuma-se reduzir o valor daquilo que deve ser um questionamento epistemológico. Esta análise é fundamental, para questionarmos o conceito de Estado muitas vezes introjetada em nosso inconsciente, fruto da produção intelectiva, individual ou coletiva e das nossas opções teóricas.

A partir da perspectiva teórica que percebe o Estado como produto da permanente inter-relação ente sociedade civil (legitimidade) e sociedade política (coerção), ampliamos nossa reflexão para o papel da cultura, um instrumento por excelência unificador e homogeneizador das diferenças, no sentido da construção do consenso e da hegemonia. Neste contexto,

> O Estado seria produto das múltiplas interconexões entre sociedade civil e sociedade política, num permanente movimento de pressões e contrapressões que visam a busca do consenso - isto é , consentimento – atribuído ao projeto e/ou visão de mundo de um certo grupo por parte de todos os demais a ele assim submetidos[3].

---

[2] Ibid., p.7.

[3] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania.* Revista TEMPO. Rio de Janeiro: Vol. 1, 1996. 225 p. p. 4.

Para a nossa pesquisa o termo hegemonia, tem uma conotação enquanto direção imprimida por um dado grupo ou fração de classe a toda a sociedade e, por isso mesmo, ligada à dimensão unificadora e organizadora dos atores sociais em permanente estado de disputa explícita ou latente, que é a cultura. Dentro da perspectiva da cultura como dimensão organizativa das classes e do próprio Estado, o papel do intelectual seria fundamental. Mas não o intelectual definido pela perspectiva iluminista que o concebe como dotado do monopólio da erudição, mas sim o intelectual enquanto organizador da vontade coletiva de um dado segmento social, responsável pela explicitação e disseminação de um conjunto de códigos culturais junto aos demais grupos e classes. Hegemonia e cultura são, portanto, dimensões inseparáveis e intercambiantes de uma mesma problemática: a do exercício da dominação de classe e da reprodução social[4].

A partir dessas considerações, conceitos como os de cultura, poder, hegemonia e Estado adquirem maior visibilidade, desnaturalizados a partir do procedimento metodológico de desmontagem daquilo que é apresentado como 'natural', no caso da violência física e simbólica, apresentada pela classe dominante como legítima, neutra e desinteressada.

Gramsci afirma que o Estado ampliado, guarda uma outra dimensão, para além da força política, cuja base, por sua vez é a cultura. E cultura para Gramsci não é erudição dos sábios, mas o conjunto das visões de mundo – valores, crenças, projetos, e auto-percepções de seu lugar na sociedade – desenvolvidas por cada grupo social ou fração de classe. No mundo contemporâneo, nem sempre certos grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo, por falta de organização em aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil, adotando, assim, a visão de mundo produzida por outros grupos, quase sempre os dominantes. Esse é o princípio de funcionamento do que Gramsci chama de hegemonia, quando a visão de mundo (cultura) de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, sendo por eles partilhada.

Através dessa perspectiva, analisamos as questões fundamentais da sociedade contemporânea, a partir de um eixo de discussão a questão política fundamentada na tradição marxista, procurando pensar a totalidade, com o devido recorte teórico-metodológico. Marx afirma que sem entender o processo histórico, onde a economia foi gestada não se identifica as relações reais de qualquer sociedade. Para esse autor, lógica,

---

[4] Ibid.

historicidade, processo e História são fundamentais para se entender a dinâmica do capital e seu processo, portanto, fundamentais para compreendermos as relações econômicas e as formas sociais de produção da sociedade contemporânea[5].

Portanto, é no conjunto das relações sociais e da dinâmica que vivemos que as questões emergem. Daí a necessidade da interrogação para encontrarmos o "núcleo da questão" que queremos analisar. Isto conecta o nosso tema com a totalidade e é onde percebemos os sujeitos sociais e suas relações com a luta de classes; tensões e contradições, o lugar de luta, "coerção e convencimento" Ao trazermos para nossa análise a categoria classe social, procuramos entender como as classes se constituem politicamente sob o capitalismo, quer sejam dominantes ou dominadas. Nas palavras de Virgínia Fontes:

> Os grupos empresariais brasileiros atuaram (e continuam atuando) politicamente, preservando – em primeiro lugar – as suas próprias instâncias organizativas. Essa é, aliás, uma das formulações centrais de Antônio Gramsci, ao analisar o funcionamento do Estado capitalista sob sua forma representativa, em processo de democratrização (isto é, de ampliação das franquias eleitorais e organizativas). Trata-se fundamentalmente, da organização da classe – produzindo uma cultura, uma visão de mundo, modelando a subjetividade – como condição para sua participação consistente nas instituições dadas, quer sejam representativas ou outras[6].

Cardoso ao fazer uma análise sobre a evolução do conceito de ideologia, do século XVIII ao XX, se refere à esta na sua concepção histórica, afirmando que para Marx e Engels, ela é um produto de uma classe social (no caso, a burguesia), não de indivíduos. Para o autor, a concepção geral, (...) "total de ideologia compreende as características da estrutura global da consciência de toda uma época, de toda uma classe social. Embora diferentes, em ambos os casos temos formas de falsa consciência: todas as ideologias são falsa consciência, sendo absurdo pretender falar de uma "ideologia científica". O marxismo que se pretende ciência, não passa de ideologia, de um ponto de vista historicamente situado e determinado"[7].

Pretendemos com essa reflexão problematizar o "sentido de consenso," de adesão espontânea da classe dominante, com a chamada "conciliação de classes" a um projeto

---

5 Para uma reflexão sobre a expansão do Capitalismo Contemporâneo, sua dimensão, segregação e exclusão. Consultar um importante artigo da Profª Virgínia Fontes: "Capitalismo, exclusões e inclusão forçada". In: Revista TEMPO. Rio de Janeiro: Vol. 2. nº 3, 1996. p.34 a 58.

6 Fontes, Virgínia. *A Política e a arte da desqualificação.* RJ: s/d. p.15, (mimeo).

7 CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ideologia: Um Esboço Introdutório.* Niterói-RJ: UFF, 2005 (notas de aula). p. 1. (mimeo).

de sociedade, para conservar sem transformar, ou seja, não entrar na discussão da relação: capital[8] X trabalho. Certos autores afirmam que a categoria Capital – é uma das categorias mais caras e mais complexas (e uma as mais importantes) das ciências históricas. O capital é a relação social de produção voltada para a acumulação de valor através da produção de mercadorias. Assim, o objetivo do movimento do capital é a acumulação ampliada de riqueza abstrata e de dinheiro.

> Este 'fazer mais dinheiro' se dá através da produção de mercadoria. Deste modo, o capital se constitui como um sistema social que não apenas produz mercadorias, mas produz e reproduz suas próprias condições de vida social, ou seja, um complexo de instituições políticas, jurídicas, ideológicas e culturais baseados nos valores da propriedade privada e da divisão hierárquica do trabalho. Por isso, nessa perspectiva, a lógica do capital permeia a vida cotidiana, constituindo o que Istaván Mezáros denomina de metabolismo social do capital, que tende a aparecer como coisa ou objetivação entranhada, uma factualidade a qual todos devem se submeter, sob a força da lei ou dos costumes[9].

O que nos chama atenção é sobre qual o significado político da sociedade civil e o que Gramsci viu de 'novo' que possa contribuir para as nossas reflexões. A socialização da participação política, (que pela burguesia é usada como relação social, sem a relação de poder) onde gerou novas relações sociais, cultura do urbano (material e industrial), com uma nova forma de organização científica do trabalho, diferente daquela de base agrária.

O urbano é uma nova maneira de viver que Gramsci capta, cria condições políticas, segundo as circunstâncias de vida daquele momento, analisando o trabalho e a vida das pessoas como uma totalidade e criadoras de novas relações de poder. Para esse autor a sociedade contemporânea, urbano industrial irá 'produzir' uma nova configuração social, com uma forma nova de dominação. Haverá uma reversão do

---

[8] Por Capital compreendemos o conjunto de bens materiais, ou seja, "os instrumentos de trabalho, as matérias primas e os meios de subsistência que representam o trabalho acumulado e se encontram em poder de determinados indivíduos – como propriedade privada, só constituem capital dentro das relações de produção determinadas, as relações de produção capitalistas. Estas só se caracterizam pela exploração do trabalho assalariado pela burguesia, para a produção da mais-valia". (Marx. 1974). Mészaros (2002), afirma que a "essência do Capital é a exploração do trabalho, a sua própria reprodução e acumulação em um processo permanente e sem limites".

[9] ALVES, Giovanni. Verbete: TRABALHO. Dicionário Crítico do Trabalho, In: RET - Rede de Estudos do Trabalho. Disponível em: www.estudosdotrabalho.org Acesso em: 06/04/2006.

processo de ocidentalização, termo político em Gramsci que significa mudança nas relações de poder.

É necessário entendermos a forma dominante da classe dominante e sua relação na criação de estratégias de controle e dominação social. A sociedade capitalista para sobreviver precisa produzir as formas de exploração, ou seja, o todo precisa pensar como as partes. O objetivo mais amplo desta pesquisa é, em primeiro lugar, estabelecer considerações críticas a cerca da historiografia contemporânea mato-grossense, procurando analisar os múltiplos conflitos existentes entre os grupos de interesses ou segmentos de classe organizados em aparelhos de hegemonia da sociedade civil pela inscrição de representantes junto à sociedade política.

Hoje, mais do que nunca, é fundamental a necessidade de conhecermos os interesses e demandas econômicas desses segmentos da classe dominante regional, bem como suas estratégias de relação e inserção junto ao Estado em seu sentido estrito, já que muitos elegem seus representantes – da sociedade civil, junto à sociedade política.

Estas opções teóricas e metodológicas considero relevantes para a pesquisa sobre as relações de poder e dominação no norte de Mato Grosso a partir de uma abordagem histórica. Neste sentido, problematizamos a 'lógica política' da região, onde frações da classe dominante não admitem questionamentos sobre a ordem estabelecida. Isso porque essa relação de reciprocidade entre forças materiais e ideologia aponta para uma possibilidade concreta de ser do desenvolvimento histórico: "fazer das formações sociais capitalistas uma resultante da simultaneidade entre instrumentos de coerção, persuasão das forças político-sociais em disputa pela hegemonia político-social e alterações concretas nas forças materiais de produção social"[10].

A reflexão teórica que orienta o eixo central desta pesquisa, onde procura-se compreender a relação Estado/sociedade no Norte de Mato Grosso, referencia-se no conceito de Estado ampliado formulado por Gramsci. De acordo com este autor, o Estado deve ser interpretado como um complexo de atividades práticas e teóricas constituído pelas esferas da sociedade política mais a sociedade civil. Na sociedade política (Estado restrito) predominaria a coerção e na sociedade civil, o consenso. "As relações entre sociedade civil (condições de vida material ou, em regime capitalista, sistema de produção privada, aparelho privado de hegemonia) e a sociedade política, devem ser concebidas em função da definição do Estado como equilíbrio entre

---

[10] NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias da Burguesia Brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã, 2005. 312p. p.17.

sociedade política e a sociedade civil"[11].

As reflexões do pensador italiano Antônio Gramsci contribuem para pensarmos a sociedade contemporânea. Para Gramsci, nas sociedades ocidentais contemporâneas, em que o Estado não está mais restrito a nenhum poder absoluto, a obtenção do consenso torna-se fundamental para que um projeto de sociedade se torne hegemônico, assumindo a direção político cultural na perspectiva da conservação ou da transformação do conjunto da existência social. O Estado Ampliado, característico do Ocidente, corresponde, portanto, a uma unidade dialética na qual diferentes projetos estão presentes e buscam conformar as massas para a organização científica do trabalho e da vida característica da sociedade urbano-industrial[12]. Sendo assim, o Estado ampliado, envolve a sociedade civil que expressa seus interesses e contradições. Estas reflexões nos oferecem elementos importantes para o entendimento das novas estratégias do Estado, com vistas à legitimação social da hegemonia burguesa nas sociedades contemporâneas, em especial a partir dos anos setenta do século XX. É nessa perspectiva que entendemos as mudanças estruturais e superestruturais que vêm se processando no mundo de hoje numa região específica do norte de Mato Grosso, com as devidas articulações entre os níveis econômico, político, simbólico e cultural. Como se dá a construção da hegemonia, ou seja, a direção moral e intelectual, política e cultural da classe trabalhadora? Para Gramsci, Instituições como a Igreja católica, os Meios de Comunicação de massa, as associações recreativas e sindicais, as associações de defesa de interesses corporativos distintos, dentre outras, articulam-se às classes socialmente dominantes, preservando seus projetos e interesses.

Para Botega, uma das contribuições mais interessantes de Gramsci é a sua reflexão sobre os mecanismos pelos quais uma classe pode exercer a dominação sobre as outras, estabelecendo a sua hegemonia não somente pela coerção, como também mediante o consenso, transformando a sua ideologia de grupo num conjunto de verdades que se supõem válidas para todos e que as classes subalternas aceitaram. Dentre estes "mecanismos pelos quais uma classe pode exercer a dominação sobre as outras", encontram-se aqueles que Gramsci denominou de *aparelhos privados de hegemonia*, escolas, partidos, sindicatos, imprensa, entre outros organismos coletivos que elaboram e reproduzem as ideologias formando a consciência social. É o conjunto dos aparelhos

---

[11] GRAMSCI, A. (1978:234). In: PAULA, Elder Andrade de. Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2003. (Tese de Doutorado). p.06

[12] WANDERLEY NEVES, Lúcia Maria. (org.) Op. Cit. *(Apresentação da obra).*

privados de hegemonia que constituem a sociedade civil, um outro conceito chave para a teoria gramsciana. Nesse sentido é que podemos afirmar o espaço da sociedade civil como o espaço do domínio da ideologia, em outras palavras, portador material da hegemonia, pois, é onde encontra-se a possibilidade de legitimidade, consenso, através dos aparelhos privados de hegemonia que se formam e divulgam valores e princípios ideológicos. A partir da análise destes aparelhos privados, Gramsci chega à concepção da imprensa como agente partidário, "sujeito político construtor de consenso e de hegemonia: formulador, organizador e fiscalizador de programas e projetos dos quais as próprias empresas jornalísticas fazem parte". Nesse sentido é que os jornais cumprem a sua função como "meio para organizar e difundir determinados tipos de cultura", articulados de forma orgânica com um determinado agrupamento social "mais ou menos homogêneo, de um certo tipo e, particularmente, com uma certa orientação geral". Desta forma, temos definida a ação partidária dos jornais. Assim, podemos verificar que ao definir as imprensas jornalísticas como *agentes partidários*, Gramsci rompe com as concepções liberais que entendem a imprensa como um quarto poder, cuja natureza própria é a responsabilidade social de vigiar o poder, aferindo a "opinião pública", garantindo desta forma a liberdade de opinião[13]. Esta é uma das formas de difusão da ideologia dominante em nossa sociedade. Para Gramsci, os operários têm necessidade de saber o que há de novo e não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com os quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. Estes são tidos como jornais conservadores, interesseiros, ligados a grupos políticos que têm interesses diferentes dos seus, pois suas matérias deturpam, falsificam, para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador[14].

De uma forma geral os estudos acerca da relação Estado/sociedade procuram trazer à luz novos elementos a esta problemática. Como reflexão teórica, "faço uso do recurso legítimo do historiador que, olhando do momento presente, indaga-se acerca do passado e daquilo que ele nos lega, questão básica para se escapar do risco de sermos conduzidos por nossa própria herança de temas e problemas"[15], pois como afirma Fontes, "aos historiadores compete, pela complexidade e amplitude de seu objeto de

---

[13] BOTEGA, Leonardo da Rocha. *Imprensa e História Política: Gramsci como alternativa*. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br Acesso: 25/06/2007. p.4.

[14] BUONICORE, Augusto. *Os Jornais e os Operários*. Disponível em: http://fazendomedia.com/diaadia/nota0712006.htm Acesso: 15/02/2008.

[15] BOURDIEU, P. (180). Apud: MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. HUCITEC. São Paulo: 1997,219p. p. 11.

estudo, manter-se atento para a historicidade dos conceitos, para as implicações no interior do campo cognitivo que a adoção de tais categorias implica, assim como para as relações existentes entre a reflexão social e a sociedade que nos envolve"[16].

Nossas análises concentram-se no sentido de posicionarmo-nos frente à historiografia existente, problematizando-a e fazendo um cotejamento com Gramsci, Bourdieu, Mendonça, Martins, dentre outros, através do conceito de Estado Ampliado, pensando a relação Estado e sociedade, elencamos as agências e os agentes da sociedade civil e política no norte de Mato Grosso, desde o início de sua colonização. Como ocorreu a construção do poder local naquela região? Quem eram os agentes e sua participação nas instâncias de poder como Assembléia Legislativa, Secretarias de Estado e Autarquias? Quem ocupa os cargos dirigentes? Mapeamos as suas ações tanto no âmbito da sociedade civil quanto da sociedade política: relação de classe e posição de classe, e as lutas de classe e intra-classe.

Consideramos fundamental também para esta pesquisa, a reflexão sobre o poder simbólico, utilizado pela classe dominante regional enquanto estratégia de controle e dominação, pois a natureza política do norte de Mato Grosso está vinculada às concepções de Estado, poder e fronteira, numa visão 'naturalizada' da disciplina e dos conflitos sociais, cujo objetivo é moldar, influenciar e controlar as emoções, os pensamentos e as atividades da maioria dos trabalhadores, utilizando-se do poder simbólico enquanto instrumento político de crença no progresso e desenvolvimento. Essa apropriação e controle inscreve-se num campo de poder, não apenas no sentido da apropriação física ou material -, numa interface política - jurídica e econômica, mas também simbólica, entendida aqui, da forma como Bourdieu o define: "o poder simbólico é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização e que só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbítrio"[17].

Na reflexão conceitual e de análise da origem das divisões regionais e do comportamento regionalista de alguns grupos políticos, Bourdieu afirma que esta surgiu simbolicamente e foi sendo reconhecida e legitimada a *posteriori*. Desta forma, a delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem. A identidade regional é, pois, um produto da construção

---

16 FONTES, Virgínia. *História e Conflito.* In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *História: Pensar e Fazer.* Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, 110p. p. 52.

17 BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 322p. p. 14.

humana.

> O regionalismo é um movimento de defesa da identidade regional construída e sua eficácia está relacionada ao poder de quem a enuncia. Realiza-se através de lutas simbólicas contra regiões que se colocam como dominantes. As lutas regionais, por se relacionarem à identidade, adquirem expressiva força mobilizadora. Nelas, o que está em jogo é o poder de criar e recriar identidades, ou seja, uma luta também simbólica que visa se apropriar de vantagens simbólicas. A divisão regional de poder cria estigmas. As lutas regionalistas são lutas contra esta estigmatização[18].

O discurso regionalista é um discurso performativo, que tendo em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada - e, como tal, desconhecida - contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, ocultando as suas estratégias, principalmente a violência simbólica. Esta, por sua vez, é um modo súbito, eufemizado e invisível de dominação, que impede seu reconhecimento enquanto tal. No caso da violência simbólica enquanto controle e disciplinarização regional está fundamentada na prática produzida pelos colonizadores e dado continuidade pelas elites políticas e econômicas regionais, desde as últimas três décadas vigentes nos segmentos madeireiro, comercial, agropecuário e imobiliário. Sobretudo no avanço do Agribusiness[19] contemporâneo. que continua a se perpetuar, dentre outras coisas, enquanto prática de controle social.

A produção de conhecimento sobre as relações de poder e dominação no norte mato-grossense, no sentido de que tal objeto é situado em um espaço de relações do qual são retiradas suas propriedades. O objeto da investigação, nessa concepção, sofre pressões, influências e o peso do campo no qual está inserido, no caso a região de fronteiras. Bourdieu define Campo como um espaço estruturado de posições hierarquizadas no qual são travadas lutas entre dominantes e dominados em torno da distribuição e posse de determinado capital social e cultural na área, desigualmente

---

18 BOURDIEU, P. Apud; VISCARDI, Cláudia M. R. *História, Religião e Poder: A Busca de Interfaces Metodológicas.* In: *LOCUS: Revista de História.* Juiz de Fora/MG: Núcleo de História Regional/ EDUFJF, 1997. Volume 3, nº1. 158 p. p. 89.

19 MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Construção de uma nova Hegemonia Patronal Rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras*. p. 21. Disponível em: http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol2n6/sonia.htm Acesso em 20/11/2007 Entende-se por Agribusiness o "conjunto de todos os agentes que, direta ou indiretamente, encontram-se envolvidos com a atividade agroindustrial. Dessa feita, integram-no as indústrias a montante, os produtores rurais, as indústrias a jusante, armazenadores, transportadores, distribuidores, agentes que coordenam ou afetam o fluxo dos produtos, entidades financeiras, comerciais e de serviços, tais como bancos, bolsas de mercadorias e de futuro, instituições de pesquisa e informações, dentre outras".

distribuídos e acumulados. Os bens alvo de antagonismos são, na maioria das vezes, simbólicos, como prestígio e reconhecimento. Os agentes que monopolizam o poder específico no campo tendem a organizar estratégias de conservação em oposição aos demais, que, detentores de um capital menor, procuram subverter a dominação articulando estratégias de subversão. O Campo é uma esfera da vida social, um espaço relativamente autônomo, com leis próprias de funcionamento, organizado em torno de relações sociais e interesses específicos. Nesse campo ocorrem lutas, concorrenciais com os agentes aliando-se e opondo-se, espaço de relações, conflitos a cada momento e ao longo do tempo, com suas devidas modificações, hierarquizado-se. O mundo moderno se divide em esferas fragmentadas, que separa o conhecimento em esferas, as coisas não estão deslocadas, não existem espaços separados. Alguns campos se supõem aos outros. Bourdieu, pensa as regras dos campos. Campo é um conceito, percebe-se a partir da análise para a ação prática do mundo. Estrutura do campo: agentes, que se movem, relações de força e lutas. Posições dominantes e dominados; capital de prestígio simbólico que poderá reverter em capital econômico ou cultural através de títulos.

Em nossas reflexões utilizamo-nos da concepção marxista de Estado e sua relação com democracia e conflito. Para Ciro Cardoso, a legitimação de quem está no poder é constante. Poder é relação com um tipo de troca. Poder social de mando e de obediência com divisão das tarefas internas com ordens e hierarquias. Como as atividades vão acontecer depende dos conflitos sociais e políticos. O Estado é um poder deslocado da sociedade para manter a exploração, a propriedade privada, em dimensão regional, sendo que observa-se a defesa de determinados interesses econômicos específicos, ligados à exploração madeireira, à pecuária e à grilagem de terras públicas, ou aos interesses ligados às atividades agrícolas em expansão como o avanço do agronegócio na Amazônia meridional, que estabelecem posturas de defesa da terra para grandes proprietários rurais, sob o discurso contraditório das oligarquias ou interesses regionais.

Sonia Mendonça lembrando as reflexões desenvolvidas por Bourdieu afirma que o poder simbólico é aquele que consegue transformar relações de dominação/submissão, em relações afetivas e que, quanto maior o sentimento mobilizado, maior o ocultamento das diferenças, sem que se evidencie a violência perpetrada. Teoricamente, situo minhas referências nas formulações desses autores, tomando como base empírica o Norte de Mato Grosso, tanto no plano político quanto na sua dimensão simbólica.

1.2 - Questão Agrária e Capitalismo no Brasil

Com o golpe militar de 1964, algumas transformações na economia e sociedade brasileiras nos rumos do capitalismo se consolidaram. Sonia Mendonça afirma que esse período viria a caracterizar-se pela "crescente participação do Estado na economia e pela ampliação das atribuições do executivo em detrimento dos demais poderes e canais de representação política. Por seu papel na gestão da produção e do sistema financeiro, como elemento básico da articulação entre o político e o econômico"[20]. O que pretendemos nessa reflexão é discutir as contradições desse processo histórico da acumulação capitalista e a sua relação com a realidade mato-grossense, que ocorreram, articuladamente em períodos simultâneos.

Para Chico de Oliveira as razões sociais, políticas e econômicas são fundamentais para discutirmos a questão das disputas políticas e suas formas tradicionais de condução, onde os projetos sociais são realizados a partir de interesses daqueles grupos que estão no poder, caracterizando uma relação de dependência e dominação social. Nesse contexto, é relevante criticar o "economicismo' das análises que isola as condições econômicas das políticas, e segundo o autor, é um vício metodológico que anda de par com a recusa em reconhecer-se como ideologia"[21]. É importante destacar que o modelo de política econômica 'aplicado' naquela região - de ocupação e colonização recente – estava igualmente fundamentada na monopolização e internacionalização da economia brasileira, respaldadas, por sua vez, na Doutrina de Segurança Nacional (elaborada pela escola Superior de Guerra), tendo como lemas básicos a segurança interna e a construção "racional" do desenvolvimento.

> Seu âmbito de ação era nacional, aglutinando setores industriais urbanos – nacionais e associados, grandes e pequenos – e atingindo as oligarquias rurais, pelo viés da Reforma Agrária. Suas argumentações eram: a) que obstáculos ao capital internacional significariam uma brecha para restrições mais amplas a qualquer capital; e b) que as manifestações populares desorganizavam a produção e, no limite, subvertiam a ordem e até mesmo a hierarquia militar[22].

---

20 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. 4.ed. *História do Brasil Recente: 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2004, 111p. p. 05.

21 OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista. O ORNINTORINCO*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 150 p. p.30.

22 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. Op. Cit., p.15.

O período pós 1964, ao mesmo tempo em que constituiu-se numa época de grande repressão, foi marcado pela ampliação das estratégias de controle das disputas pelo acesso à terra, principalmente pelos trabalhadores rurais, já que grande parte encontra-se concentrada nas mãos de poucas pessoas. Assim, o golpe de 1964 representaria uma dupla reordenação: de um lado, alijou e reprimiu os movimentos populares, e de outro, afirmou a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos do capital [23].

Neste contexto, a modernização da agricultura brasileira foi realizada pelas forças políticas conservadoras e grupos agrários tradicionais, dentre outros. A partir da década de 1980, os estudos de Graziano da Silva irão enfocar a nova dinâmica da agricultura brasileira, a transformação técnica dessa agricultura e a fusão comercial do elemento agricultura e terra com a indústria. Para esse autor, tal como afirmamos antes, a questão agrária brasileira foi "resolvida" com o agronegócio, não sendo necessário uma reforma agrária para minimizar o problema histórico do agro brasileiro.

Alguns estudiosos da questão agrária brasileira afirmam que essa perspectiva distorcida prevalece porque ainda não adquiriu força suficiente na sociedade brasileira o debate que associa a questão da democratização da terra – e de um projeto político de reforma agrária' – ao problematizarmos o próprio modelo de desenvolvimento ora vigente. Tal questionamento significa contestar a máxima de que o modo de desenvolvimento em que o quanto cresce tem maior importância do que o como e para que cresce.

A chamada modernização da agricultura ou modernização conservadora, adotada na década de 1950, não resolveu a questão agrária, confundindo a modernização agrícola (entendida aqui como absorção das novas tecnologias e aumento da produtividade) com desenvolvimento rural, ela acentuou as desigualdades e aprofundou a concentração da terra, utilizada muitas vezes para especulação imobiliária e beneficiados pelos círculos do poder.

A modernização foi responsável pelo aumento das diferenças regionais do país. Em relação à estrutura agrícola criou, de um lado, um setor extremamente moderno, composto de aproximadamente 500 mil estabelecimentos que respondem pela maior parte da exportação agrícola do país e, por outro, cerca de 5 milhões de unidades agrárias de vários tamanhos, responsáveis por grande parte da produção de alimentos.

---

[23] MENDONÇA, Sonia Regina de. *1964: O Duro Golpe no Campo.* In: OUTUBRO. Revista do Instituto de Estudos Socialistas - 2004 – nº 10. 143 p. p.37.

PALMEIRA & LEITE afirmam que uma vasta literatura tem se ocupado das mudanças porque passou o campo brasileiro nas últimas décadas, com destaque para a chamada modernização da agricultura[24]. Segundo os autores, a partir da década de sessenta do século XX, o setor agrícola teria absorvido quantidades crescentes de crédito agrícola e incorporou os chamados "insumos modernos" ao seu processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção, integrando-se, dessa forma, aos modernos circuitos de comercialização. Todo um complexo industrial se formou a partir da alteração dessa base técnica, associada à sua articulação com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura e por outro lado com a indústria processadora de bens naturais – ou industrialização da agricultura como afirma Graziano da Silva (1987:19). Para esses estudiosos da questão agrária brasileira,

> (...) essa modernização que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo e agravaram-se as condições ambientais. Por isso, os autores gostam de usar a expressão modernização conservadora[25].

Ambos os pesquisadores acima citados, partiram da análise de um artigo de Graziano da Silva, publicado em 1987, que provocou grandes polêmicas na época, pelo fato de afirmar que as propostas de reforma agrária elaboradas pela burguesia antes de 1964, teriam sido superadas pela própria modernização da agricultura brasileira. Isto porque criara-se um grande mercado interno para a indústria nascente, aumentando a produção e a produtividade, com uma grande concentração de terras, por um lado, e uma crescente proletarização, por outro. Dessa forma o grande capital teria se territorializado, integrando interesses urbanos e agrários nos novos complexos agroindustriais[26].

> O processo conhecido como de modernização da agricultura brasileira o qual, mediante a distribuição farta, porém diferenciada, de créditos e subsídios destinados a introdução do capitalismo no campo por parte das agências do Estado Brasileiro, contribuiu de forma decisiva, para a crescente especialização da produção agroindustrial, acentuando um

---

24 PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. *Debates econômicos, Processos sociais e lutas políticas*. In: *Política e Reforma Agrária.* COSTA, Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo. (Orgs.). Rio de Janeiro, Mauad. 242 p. p.92.

25 Ibid. Para uma visão sobre a Modernização da Agricultura Brasileira, consultar um balanço da literatura especializada realizodo por Sérgio Leite (1995), nessa mesma obra, p. 118.

26 Ibid.

> duplo processo de diferenciação – no plano econômico-social e no plano político – abrindo espaço para uma disputa pela hegemonia do conjunto, que se configurou na tentativa de renovação política dos grupos agrários, em busca da afirmação de um único e consensual discurso de legitimação, em contrapartida à extrema diversificação interna dos seus negócios[27].

Neste contexto, a produção agropecuária privilegiou a produção de 'exportáveis', em meio a um modelo econômico brasileiro que se mostrou altamente concentrador de rendas. Essa organização da produção em bases capitalistas, apoiada pelo Estado, se fortaleceu criando as bases para o chamado desenvolvimento econômico no campo. E este seria, segundo ROMERO, o sentido da reforma agrária no Brasil: ampliar as oportunidades de emprego no campo, de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial. O Brasil seria, ainda para este autor, um dos poucos países senão o único, que podia promover uma redistribuição de terra sem afetar os setores mais dinâmicos[28].

PALMEIRA & LEITE afirmam ainda que é difícil pensar a modernização da agricultura conduzida pelo Estado, sem pensar nas transformações sofridas pelo próprio Estado. Isto porque era necessário não propriamente elaborar uma teoria do moderno Estado brasileiro, mas sim procurar indicar, ainda que de modo aproximativo, o que foi a ação do Estado no campo, analisando os meios através dos quais tal ação se teria dado, explorando suas implicações. Assim,

> Na primeira metade da década de 60 foi elaborada uma legislação específica para o campo. O primeiro passo foi o Estatuto do trabalhador rural, em 1963. A seguir, vieram o Estatuto da Terra, em 1964, possivelmente a peça-chave do novo aparato jurídico, e toda uma extensa legislação complementar. Criou-se também uma legislação previdenciária que teve efeitos importantes a partir do início dos anos 70[29].

Com essa legislação, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural, arrendamento, parceria, colonização, foram consagrados, estabelecendo o Estado, por seu intermédio, uma "camisa de força para os tribunais e os seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo viabilizando sua intervenção sem o concurso de mediadores,

---

27 MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Construção de uma nova Hegemonia Patronal Rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras.* P.2. Disponível em: http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol2n6/sonia.htm Acesso em 20/11/2007. Acesso em 24/10/2007.

28 ROMEIRO, 1990:345. In: PALMEIRA, Moacir. & LEITE, Sérgio. Op. Cit., p. 101.

29 PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. *Debates econômicos, Processos sociais e lutas políticas.* In: *Política e Reforma Agrária.* COSTA, Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo. (Orgs.). Rio de Janeiro, Mauad. 242 p. p.101

o que teria aberto espaço para a atuação de novos grupos sociais que reconheceu ou induziu a existência”[30]. Ainda no tocante ao intervencionismo do Estado na agricultura brasileira após 1964, Gonçalves Neto afirma que tais ações não provocaram mudanças na estrutura agrária do país, devido a sua natureza conservadora e concentradora:

> A tarefa de transformar o campo é assumida pelos governos do período autoritário, logo após a sua inauguração em 1964. Não porque as preocupações especificamente com o setor agrário, mas porque, dentro do projeto de modernização geral da economia brasileira que eles se propunham implementar, a modernização do campo era considerada uma das condições. Os interesses, portanto, que norteiam a intervenção não são gerados internamente e, consequentemente, promovem ganhos muito maiores no espaço urbano do que no rural. Não que isso significasse uma ruptura campo-cidade, apenas que os setores urbano-industriais haviam assumido a direção do processo de desenvolvimento político-econômico do país e estavam requerendo uma participação diferenciada nos resultados[31].

A partir dessas reflexões, afirmamos que com o avanço do capitalismo no campo brasileiro, aumentou a acumulação e a concentração da riqueza, transformando o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente à modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Seu reverso teria sido a expropriação e expulsão da terra dos mais variados tipos de trabalhadores rurais, gerando o crescimento do trabalho assalariado e novos personagens na luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil.

Neste contexto, torna-se necessário distinguir claramente conceitos como os de questão agrária e reforma agrária, deixando claro que a noção de questão agrária – bem mais antiga e ampla – incidiria diretamente sobre uma longa história de lutas sociais, tão antiga quanto à conquista portuguesa de nosso território. Já a reforma agrária consistiria em designativo mais recente, datado de meados da década de 50 do século XX e que, mesmo partindo da confluência entre os movimentos populares no campo e o discurso estatizado, implicaria em induzir, junto a seus receptores, uma expectativa relativa a um projeto concreto, que se materializaria na promessa de um futuro quase sempre tido como melhor, posto que não vivido[32].

---

30 Ibid. p.117.

31 GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Mudanças no Estado e na Política Agrícola Brasileira (1970-1990).* In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). *Relações Cidade-Campo: Fronteiras.* Goiânia: Ed. UFG, 2000. 289p. p.223.

32 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Questão Agrária, Reforma Agrária e Lutas Sociais no Campo*. In: *Serviço Social & Movimento Social.* São Luís: V. 2. Nº 1. Jan/Jul. 2000. p. 08.

Mendonça, ao discutir “reforma agrária para solucionar a questão agrária”, afirma ainda que o que os autores tentam obscurecer é que a reforma agrária, fora da perspectiva economicista, visa alterar toda uma estrutura de poder que, além de igualmente perversa e viciosa, produz um ambiente social, econômico, cultural e político inibidor do desenvolvimento econômico, sim, mas, principalmente, inibidor do desenvolvimento democrático[33].

O avanço das políticas neoliberais, com a privatização de grande parte das empresas estatais, a desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores e o desemprego estrutural, teria gerado a idéia de que o problema agrário poderia ser resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado. Tal processo teria agravado as tensões políticas entre grupos de interesses da direita e da esquerda[34]. De igual forma, a mídia televisiva e a escrita abririam espaço para os cientistas sociais que passaram a defender a tese neoliberal de que não existe uma questão agrária, pois ela já foi resolvida pela modernização tecnológica do século XX. Afirmam ainda, que a pobreza do campo, “o resíduo” será eliminada pelo mercado automaticamente na medida que a população excedente for absorvida em outros setores da economia. Este discurso foi incorporado por jornalistas e acadêmicos de diversas disciplinas, até se tornar predominante. Deste ponto de vista a questão agrária tornou-se um problema inexistente, já que não teria solução na sociedade capitalista.

A ocupação da Amazônia brasileira e do norte de Mato Grosso em particular, está inserida nesse processo histórico de disputas, interesses e contradições relativos à questão agrária. Estamos diante de um processo de luta para se apropriar da terra. Terra esta que, em grande parte, tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes.

Para pensarmos a problemática da Amazônia é fundamental relacionarmos a sua dinâmica própria ao processo histórico de reprodução capitalista no país. Nossa opção de estudo é sobre a fronteira amazônica mato-grossense, no eixo da Rodovia Federal BR-163, junto a qual predominou a colonização particular. Para evitarmos equívocos de

---

33 Ibid. p.13.

34 FERNANDES, Bernardo Mançano e FILHO, José Sobreiro. *A Questão Agrária Antiga e a Questão Agrária Atual.* Londrina-PR: UEL. ANAIS do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Campesinato em Movimento. 10 a 14 de outubro de 2007. P.15.

homogeneizar aquilo que não é homogêneo, ou seja, as diferentes "Amazônias", pois esta não é "nem pulmão do mundo, intocável natureza, nem relíquia que desperta a cobiça das potências externas; a Amazônia é heterogênea, contraditória e desigual[35]. Logo, tais "Amazônias" se desvelam, com suas disputas pelas riquezas naturais, pela força de trabalho e pelo controle político, econômico e ideológico, típicos de uma sociedade capitalista em região de fronteira.

A Amazônia Legal cobre 5,1 milhões de km2, o equivalente a 60% do território nacional. A região abriga 1/3 das florestas tropicais úmidas e 20% da água doce do mundo, concentrando 30% da diversidade biológica mundial e apresentando imenso potencial genético, além de ter um subsolo rico em reservas minerais. O modelo de desenvolvimento da Amazônia está calcado na produção para a exportação, que se redesenha e se molda desde a chegada dos europeus, para melhor atingir seus objetivos. No caso da Amazônia do século XXI, criou-se a máscara de proteção ambiental[36]. Segundo Paula,

> Os conflitos em vez de terem sido sanados, se agravam com a concentração mais intensa da renda, apesar de sufocados pela opacidade das lentes oficiais. Nesta Região, distante do centro financeiro do país, o arcabouço do Estado, se mistura à pistolagem para garantir direitos de propriedade e uso em detrimento da vida e do ambiente. O neoliberalismo que transformou a natureza em "meio" ambiente, transforma os amazônidas em "meio" humanos, para a vida e glória dos exploradores[37].

É possível afirmar que o desenvolvimento do país está entravado por uma "questão agrária" quando a tessitura das relações econômicas, sociais, políticas e culturais vigentes no campo produz uma dinâmica perversa que bloqueia, tanto o aumento da produção e da produtividade no campo, quanto as tentativas de melhorar o nível de vida da população rural e, sobretudo, seu grau de participação no processo político democrático. Segundo Sonia Mendonça,

> Seus principais instrumentos consistiram em, por um lado, colonizar fronteiras em favor do grande capital nacional e estrangeiro,

---

35 Cf. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazonas.* São Paulo: Contexto, 2001.

36 PAULA, Elder Andrade de. *Conflitos Agrários na Amazônia do Século XXI.* Londrina/PR UEL. Anais do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária. IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 10 a 14 de outubro de 2007. Para este autor, "A Amazônia é uma imensa Região que ocupa 7% da superfície do planeta e 2/5 da América do Sul, além de constituir 1/3 das florestas tropicais remanescentes. No tratamento dispensado a esta Região, sobram polêmica, fantasia e imprecisão. A Amazônia que contém 1/5 da reserva de água doce do planeta, torna-se, em função desse quadro, mais um motivo de maior importância estratégica e política para o século XXI". Portanto, a Amazônia não pode ser reduzida a seu aspecto econômico". p.3.

37 Ibid. p.15 e 16.

> expandindo o latifúndio improdutivo em maior escala que os projetos agropecuários de colonização e, por outro, conceder fartos créditos e subsídios públicos à agricultura patronal, tendo em vista dois tentos: disseminar tecnologia e privilegiar produtos de exportação ou vinculados a programas energéticos - como o PROÁLCOOL por exemplo[38].

Com o avanço do capitalismo no campo e suas implicações sócio-políticas, foram liberados, através dos órgãos oficiais como SUDAM, BASA e Banco do Brasil, financiamentos para favorecer os grandes produtores rurais. Essa política de incentivos do Governo Federal incluía créditos, mecanização agrícola, instalação de indústrias que iriam produzir insumos agrícolas. Dessa maneira, provocou a expulsão dos camponeses, a devastação ambiental e a dilatação da fronteira. Primeiramente, na década de 1950, foi com o Paraná; nas décadas de 1960 e 70, como Centro-Oeste; nos anos 80 e 90, com a Amazônia, provocando uma grande concentração de terras (enquanto instrumento de poder) e uma exploração brutal dos trabalhadores por parte da classe dominante. Para Martins, "esses processos se chocam entre si na medida que o desenvolvimento econômico, propiciado, sobretudo, pela política de incentivos fiscais e de isenções tributárias à atividade agropecuária, provoca a multiplicação das tensões sociais no meio rural, a proliferação de conflitos e a ampliação da luta pela terra"[39].

Afirmamos que a colonização do norte de Mato Grosso fez parte de uma política de ocupação de áreas da Amazônia Brasileira na qual o Estado brasileiro agiu mais ativamente em benefício das empresas colonizadoras. Os colonos tiveram o papel de proporcionar os maiores lucros e assegurar o "sucesso" dos projetos aos empregadores deste negócio.

O Estado de Mato Grosso constitui-se no terceiro Estado Brasileiro em dimensão territorial com uma área de 901.420,68 km2, representando 10,5% do território nacional, com uma população de 2,8 milhões de habitantes distribuídos por 141 municípios e dois tipos de clima: tropical quente e seco e equatorial, quente e úmido. Suas principais cidades são Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop e Barra do Garças. Destaca-se pela diversidade dos seus recursos naturais caracterizada por três ecossistemas distintos: O pantanal, os Cerrados e a Amazônia, e pelas Bacias hidrográficas: Amazônia, Paraguai e do Araguaia-Tocantins, além de Centro Geodésico

---

38 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Reforma Agrária e Questão Agrária no Brasil: Velhos debates, novas ilações.* Niterói/RJ: CD-ROM - Colóquio em História Agrária. MOTTA, Márcia Maria Menendes (Coord.). UFF, 17 a 19 de Outubro de 2005, p. 03.

39 MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil. (Terra e poder: o problema da terra na crise política).* Petrópolis: Vozes, 1984. 134p. p.32.

do Brasil (Barra do Garças) e da América do Sul (Chapada dos Guimarães), conforme tabela 1 e 2.

Tabela 1:

ECOSSISTEMAS MATO-GROSSENSES

Ecossistemas	Extensão (km2)	%
Amazônia	423.667.72	47
Cerrado	451.554.87	39
Pantanal	126.198.89	14
TOTAL	**901.420.68**	**100**

Tabela 2:

BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Bacias Hidrográficas	Extensão (km2)	%
Amazônia	612.966.86	68
Araguaia -Tocantins	117.184.69	13
Paraguai	171.269.93	19
Total	**901.420.68**	**100**

FONTE: SEPLAN - MT – 2006.

O Norte de Mato Grosso faz parte das cinco mesorregiões homogêneas que foram agrupadas pelo IBGE as quais, conforme o censo demográfico de 2000, contam com 707.262 habitantes, tendo como principais municípios: Sinop, Alta Floresta, Guarantã do Norte, Juara, Juína, Sorriso e Lucas do Rio Verde. A configuração contemporânea do espaço mato-grossense como fronteira de expansão do capital resultou, simultaneamente, das formas econômicas e sociais de ocupação e colonização de seu território, bem como das lutas sociais entre colonizadores e migrantes sulistas, em permanente elaboração ao longo desse processo.

Dados do INCRA asseguram que na década de oitenta do século XX, 80% dos projetos de colonização do Norte de Mato Grosso (cerca de 50% de seu território), desenvolveram-se no contexto das “políticas nacionais de ocupação dos novos espaços”

e foram realizados por empresas particulares de colonização[40]. Esta política de colonização, fundamentada no Estatuto da Terra [41] atraiu o "interesse" de grandes grupos nacionais, estimulados pelo Governo Brasileiro para "viabilizar" a ocupação da Amazônia. Vários órgãos federais foram criados ou reformulados para dar sustentação à essa política de expansão da fronteira agrícola nacional, como a SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, INCRA – Instituto Nacional de Desenvolvimento e Reforma Agrária, SUDECO – Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste, dentre outros. Em relação ao processo de colonização do norte de Mato Grosso a partir da década de 1970, Martins afirma que:

> No mesmo sentido, é essencial lembrar que grileiros famosos do Paraná, envolvidos nas violentas expulsões de posseiros e colonos do sudoeste e de algumas regiões do norte do Estado, no período negro da grilagem que marcou tão fundo os dois governos de Moisés Lupion, já estavam se deslocando em direção ao norte do Mato Grosso no início dos anos sessenta e até antes. E ali punham em prática as mesmas técnicas de açambarcamento e grilagem de terras com que tinham feito fortuna no sul do país. Alguns deles estão por trás de importantes projetos de colonização atuais e da formação de grandes fazendas após 1964[42].

Esse é o caso de Mato Grosso que, a partir da década de 1970, através das políticas públicas do governo militar, ampliou a ocupação do Cerrado e da Amazônia Mato-Grossense, criando condições para a expansão e multiplicação de empresas orientadas sob a lógica e os interesses dos capitais privados, amparadas em políticas públicas federais que acabaram assegurando os suportes para o "desenvolvimento" na região.

A fronteira norte mato-grossense é um espaço em fase de estruturação e, como tal, geradora de realidades novas, atraindo um grande contingente populacional que se desloca do sul, Sudeste e Nordeste para o Centro-Oeste do país. Os representantes da sociedade civil produzem uma dada ideologia que, por sua vez, decorre da ação de intelectuais orgânicos organizados junto a certos aparelhos privados de hegemonia – como sindicatos patronais, associações de classe, partidos políticos, meios de

---

40 A esse respeito consultar: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia, Expropriação e Conflitos.* SP: 5a. ed. Papirus, 1995. *Integrar para não Entregar: Políticas Públicas para a Amazônia.* SP: 2a. ed. Papirus, 1991. *A Geografia das Lutas no Campo.* SP: 6ª. Ed. Contexto, 1994.

41 Um estudo mais aprofundado sobre o Estatuto da Terra, consultar a Dissertação defendida por Carolina Ramos – Programa de Pós-Graduação em História/UFF.

42 MARTINS, José de Souza. *Impasses Políticos dos Movimentos Sociais na Amazônia.* Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo: Vol.1: 1º Sem. 1989. p.03.

comunicação social, Igrejas, dentre outros, atuando e veiculando sua ideologia (hegemônica) através das instituições representativas da sociedade civil.

Tal perspectiva leva-nos a fornecer subsídios para que possamos entender as práticas políticas e institucionais que, numa sociedade, tem por finalidade esquadrinhar o tempo e os lugares, disciplinar os corpos e as práticas, modelar as condutas e os pensamentos, pelo reordenamento regulado dos espaços. Essas tecnologias da vigilância e da inculcação têm sintonia com as táticas de consumo e de utilização daqueles que elas têm por função modelar, disciplinar e controlar.

A partir de meados da década de 1970, grandes manchas do norte mato-grossense foram ocupadas por migrantes oriundos, sobretudo, do Sul-Sudeste. Estas áreas, pontilhadas por cidades e vilas, resultaram numa reorganização administrativa do Estado de Mato Grosso, com o surgimento de novos municípios. A urbanização, oficialmente estimulada como estratégia de ocupação e controle da fronteira, constituiu-se enquanto nova dinâmica de ocupação do espaço. Conforme Arruda (1997:25/6), "nesse contexto de construção do espaço, legitimado por um discurso ufanista, esses trabalhadores escolhidos para a construção de 'Brasil Gigante', 'lugar do progresso para todos' assumem papel de soldados a serviço da pátria, onde o fervor patriótico pela terra era marcante, sendo representado pelo trabalho/progresso. (...) esses trabalhadores das áreas de colonização particular retratavam a imagem de verdadeiros ‘guerreiros disciplinados’ prontos para ocupar a nova terra. Esse tipo de colonização implantado, considerado como modelo, constitui, na realidade, um controle social sobre homens e sobre espaço".

Nesse contexto, podemos citar como exemplo dessa situação as grandes áreas de terras apropriadas pelas Colonizadoras: SINOP (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná), INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização - Alta Floresta), COLÍDER (Colonização, Industrialização e Desenvolvimento Rural), Colonizadora Feliz (Sorriso)[43], das quais foram excluídas as pessoas que foram expulsas do campo ou da cidade, razão pela qual continuaram buscando a terra prometida em regiões da fronteira em expansão.

A colonização particular desenvolvida no norte mato-grossense priorizou o

---

[43] Para uma leitura mais ampla sobre *As Empresas Particulares de Colonização* que atuaram em Mato Grosso, consultar a obra de: SCHAEFER, José Renato. *As Migrações Rurais e Implicações Pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do sul do País em direção ao Norte do Mato Grosso*. São Paulo: Loyola, 1985. Pág.54 a 97.

estabelecimento de núcleos urbanos que pudessem servir como pontos de convergência para a vasta região que necessitava, cada vez mais, para sua efetiva ocupação, de serviços públicos e privados, como retaguarda para o seu desenvolvimento. Surgiram, assim, planejadas e implantadas por empresas colonizadoras, cidades e povoados que logo se destacaram no mapa político regional. Pequenas cidades próximas foram surgindo, estabelecendo-se a cada 100 - 150 km uma cidade-pólo, destinada a centralizar as atividades econômicas, sociais e administrativas sob o raio de sua influência. Foi nesse contexto que fundou-se a cidade de Sinop, numa localização estratégica, às margens da rodovia Cuiabá-Santarém, destinando-se a ser um dos núcleos urbanos mais importantes dentre os demais que faziam parte da Gleba Celeste[44].

A dinâmica do processo de expansão capitalista na região norte de Mato Grosso nos revela certas estratégias do capital usadas para se manter e se auto re-produzir, ocultando as reais condições de vida da maioria da população, como problemas de saúde, educação, meio ambiente e trabalho, sendo esta realidade camuflada pelo discurso ufanista do "progresso para todos".

Nas áreas de ocupação recentes na Amazônia -, colonizadas nas últimas três décadas do século XX, as empresas privadas fundaram novas cidades oriundas dos denominados projetos de colonização, compreendidas em território amazônico. A questão da colonização da forma como foi adotado pelos meios oficiais e empresas que atuam em grandes áreas do Estado de Mato Grosso, revelam políticas de colonização nas quais, a principal questão é a disputa pela terra e estabelecem o direito de quem nela pode fixar-se, trabalhar e projetar o seu futuro[45]. No processo de ocupação e colonização daquela região, o Governo e as empresas privadas, a partir da década de 1970, implementaram uma política de invasão e ocupação violenta das terras indígenas, com transferência de nações indígenas para o Parque Nacional do Xingu, como ocorreu com a Nação Kayiabi e Panarás, demarcando as fronteiras do poder e os interesses do capital, controlados por empresários que 'aprovaram' projetos por meios obscuros, quando não abertamente corruptos.

Na Amazônia mato-grossense foram fundadas por pelas empresas colonizadoras várias cidades -, onde no plano da arquitetura urbana, as relações de poder eram

---

44 SOUZA, Edison A. de *Sinop: História, Imagens e Relatos: Um estudo sobre sua colonização.* Cuiabá/MT: EdUFMT. 2004. 314p. p. 16-25.

45 Beatriz. *Personagens e Memórias: Territórios de Ocupação recente na Amazônia.* In: *História em Cousas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil.* CHALHOUB, Sidnei. GUIMARÃES NETO, Regina NEVES, Margarida de Souza. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.) Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2005. 590p. p. 520.

assumidos pelas empresas, controlando e vigiando a circulação e fixação dos moradores, onde o poder simbólico está associado a esta ordem social, como ocorreu nas cidades de Sinop e alta floresta. A partir de uma forte e ampla publicidade no sul e Sudeste do País estas empresas procuravam vender parte de suas terras para pequenos e médios agricultores para que viessem "rasgar a floresta" num ato de "bravura", com promessas de riqueza e trabalho como preconizavam os proprietários destes projetos de colonização. Estradas foram abertas pelo governo federal, como a BR-163, para viabilizar a penetração dos migrantes às "novas cidades de fronteira" em busca de progresso e realização. A respeito dos migrantes sulistas que foram para a Amazônia a partir da década de setenta do século XX, Santos afirma que o fluxo migratório ultrapassou os limites da região Sul em direção ao Centro-Oeste (Mato Grosso) e Amazônia ocidental:

> Depois do Golpe de 1964, os governos militares começaram a nova ocupação da Amazônia, desta vez transferindo população do Sul para os Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre, em programa de colonização. A análise destes programas nos permitiu concluir que o processo de colonização de novas terras caracterizou-se por uma enorme irracionalidade agronômica, econômica e social, acompanhada por uma evidente racionalidade política e ideológica: tratava-se de deslocar o eixo da questão agrária brasileira e de controlar autoritariamente as populações das novas terras[46].

Muitos camponeses que foram para a Amazônia em busca de terra para trabalharem e para legar aos seus filhos, incentivados pelo discurso da colonização e acreditando nas promessas de um futuro melhor, acabaram retornando dessas áreas, demonstrando uma recusa à política de colonização de novas terras. A vivência nessas áreas de colonização eram difíceis, pela carência de assistência à saúde, acidentes de trabalho, malária, falta de alimentos, principalmente na época das chuvas.

> Além do mais, logo começaram a viver em uma condição de sujeição, pois as agências de colonização, seja as agências estatais (o INCRA ou o Banco do Brasil) e as agências particulares de colonização (as empresas ou as cooperativas de colonização) passaram a enquadrar os colonos em teias de controle autoritário. Uma última percepção da nova situação foi que, em realidade, o Estado apenas queria manter os controles mas não mais assegurava as funções que os colonos dele esperavam; daí a vivência difusa de uma condição de abandono[47].

---

46 SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e Luta (do Sul para a Amazônia).* Petrópolis: Vozes, 1993. In. *Os "retornados": gaúchos que voltaram da Amazônia.* TAVESSIA: Revista do Migrante. São Paulo: Publicação do CEM. Ano VII, nº 19, maio-agosto de 1994. p. 26.

47 Ibid. Os "retornados": gaúchos que voltaram da Amazônia.. TAVESSIA: Revista do Migrante. São Paulo: Publicação do CEM – Ano VII, nº 19, maio-agosto de 1994. p. 27.

Os colonos que retornam para o Sul enfrentaram vários desafios, como falta de emprego, o espaço ocupado pela intensa mecanização da soja e a partir daí começou uma luta pela terra em sentido social como um direito de cidadania.

Os fluxos migratórios estimulados pelos programas de colonização, oficiais e particulares e pelas políticas de desenvolvimento regional, apresentaram duas direções predominantes no sentido campo-cidade, tendo como destino áreas rurais e urbanas localizadas na Amazônia. Essa corrente motivada pelo processo de modernização da agricultura, implementado desde os anos setenta, produziu a expropriação e a exclusão social e expulsou os colonos para a "nova fronteira agrícola na Amazônia". Já os que preferiram ficar no Sul do País, preferiram ocupar terras e lutar pela reforma agrária.

> O gaúcho, mas poderíamos também dizer o catarinense, o paranaense, ou até mesmo pessoas que saíram par a Amazônia Ocidental e voltaram para outros Estados, como São Paulo, espírito Santo ou Minas Gerais, tais pessoas inseriram-se no processo da colonização de novas terras. Tal processo pode ser definido como um processo social complexo, de dupla dimensão, espacial e temporal, que faz interagir forças sociais em conflito e, assim, vai produzir relações sociais[48].

Muitas pessoas foram empurradas, deslocadas para outras regiões de Mato Grosso ou Rondônia, dando espaço para a concentração da propriedade, redefinição dos usos da terra, com expansão das lavouras modernizadas.

Estas cidades do norte de Mato Grosso muitas formadas a partir da expansão da soja, inscritas na lógica reprodutivista do capital financeiro nacional e internacional, núcleos urbanos, cuja ocupação ocorreu a partir de 1970, com famílias oriundas do Sul do país, são áreas recentes de expansão das lavouras tecnificadas de soja, algodão, milho e cana de açúcar -, monoculturas desenvolvidas em moldes empresariais, com produção voltadas para a exportação. Nessas cidades encontram-se o Banco, para financiamentos, pois é através dele que as políticas agrícolas se aplicam, o comércio voltado para a comercialização de máquinas e insumos, empresas especializadas em planejamento agrícola, o avião (com aeroportos modernos) para dar "velocidade aos negócios" e as empresas que vendem pesadas máquinas, símbolo da alta tecnologia voltada para as lavouras.

Esses chamados "empreendimentos econômicos" do agronegócio se manifestam como uma presença da modernidade no cerrado e na Amazônia mato-grossense, fazendo uma "tábula rasa" da História do lugar, principalmente negando a presença

---

[48] Ibid. p.28.

indígena, de posseiros e sem terra, como sendo “entraves para o progresso” e para a reprodução capitalista.

Na frente pioneira, as contradições sociais, as relações de comportamentos e valores, seguem o ritmo da produção e venda dos produtos agrícolas, envolvendo agências oficiais, transformando paisagem e produzindo no meio urbano, pois nessas regiões de fronteira agrícola, o transitório e o efêmero são traços marcantes: um traço fundamental é a estrada por onde se chega e por onde se parte, desde mercadorias e pessoas, muitos caminhando para frente outros para trás, numa incessante busca de espaço nas ruas, praças e avenidas, carentes de qualquer princípio. Essas ruas são de domínio dos automóveis, caminhonetes (financiadas em condições especiais para os produtores rurais), do convívio social como os Centros de Tradições Gaúchas, as Igrejas (Católicas, Protestantes e Evangélicas), representam manifestações de base cultural dos migrantes “bem sucedidos”, aqueles que “deram certo”, vivem o sonho da conquista e isto parece constituir o maior fundamento da sua existência, motivo de orgulho e de fonte de discurso da elite política regional, projetando aumentar a sua riqueza e ir para frente, sul do Pará, Roraima.

Nas cidades fundadas pelas empresas colonizadoras, como Sinop e alta Floresta, os centros urbanos eram, inicialmente, propriedade das empresas colonizadoras e cabia a elas implantar, organizar e valorizar o devido espaço. Nesses locais ocorria o exercício das chamadas “funções políticas, administrativas, econômicas e sociais”. Essas funções político-administrativas, com a instalação de agências públicas estaduais e federais, criaram novos postos de trabalho com atração de diferentes agentes, representantes de frações de classe, principalmente da região sul do país que passaram a ter uma função dominante, como topógrafos, médicos, engenheiros agrônomos, advogados enquanto dirigentes dessas agências oficiais de colonização Dentre elas, entidades financeiras como BANCO DO BRASIL, BASA, EMATER, INCRA, Caixa Econômica Federal, dentre outras. Os interesses da sociedade civil estão baseados na sua capacidade de organização e pressão na sociedade política, numa disputa dentre as frações da classe dominante formada por fazendeiros e pecuaristas pelo controle hegemônico e a sucessão de seus dirigentes junto aos canais de diversas esferas de poder. Para aprofundarmos essa discussão no próximo capítulo estaremos abordando as Políticas de Colonização no Brasil Contemporâneo e o papel do Estado e do capital na Amazônia Mato-Grossense.

CAPÍTULO II

2 - Política de Colonização no Brasil Contemporâneo.

A partir da década de sessenta do século XX, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida. Neste contexto histórico, os 'novos bandeirantes' retornam à cena da cartografia política para fincar, definitivamente, as esporas no território norte mato-grossense, redefinindo e apropriando espaços, onde vendem os sonhos, projetam cidades, selecionam seus ocupantes e forjam identidades[49]. O debate teórico em torno do desenvolvimento, no período mais recente, vem sendo acompanhado pela reflexão de diversos autores. Neste campo podemos destacar Martins, que sobre o termo fronteira, nos revela que ela, de modo algum, se resume à fronteira geográfica:

> Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano[50].

Este autor afirma ainda, que a fronteira pode ser chamada de frente pioneira tão característica da História de nosso país, e dos chamados 'países novos' e extensos, mais do que fronteira demarcada pela expansão geográfica da economia capitalista, tem sido, sobretudo, fronteira do humano. De qualquer forma, seja como um lugar de refúgio e reconstrução seja como um lugar de desilusão e fracasso, a fronteira é o lugar da utopia.

A frente pioneira marcou um momento importante na expansão territorial do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do capital no campo. Intensificou-se depois da Primeira Guerra Mundial, para quem os preços elevados dos gêneros alimentícios e a ampliação do mercado interno, com o desenvolvimento das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, teriam sido as molas impulsionadoras desse movimento. Já a idéia de frente pioneira está intimamente relacionada à pequena propriedade, à expansão da produção em áreas virgens, preferencialmente de matas e não apropriadas

---

49 ARRUDA, Z. A. *SINOP: Território(s) de Múltiplas e Incompletas Reflexões.* Recife: Dissertação de Mestrado. UFP – Universidade Federal de Pernambuco. 1997.183p. p.21

50 MARTINS, José de Souza. *FRONTEIRA: A Degradação do Outro nos Confins do Humano.* São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p. p.13.

anteriormente[51].

O que caracteriza a frente de expansão segundo Martins, é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. Podemos afirmar que entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica brasileira situam-se os posseiros. O autor concebe essa zona como 'frente de expansão', onde a atividade econômica não se baseia numa característica apropriação capitalista da terra. Esta se ocupa do espaço de quem tem como referência as populações indígenas; já frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor[52].

A partir dessas análises, a figura central para se entender a problemática da fronteira não é o 'pioneiro', mas sim, a 'vítima'. É na categoria e na condição de vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano: suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece nova, aparentemente destituída dos automatismos da reprodução social, características das regiões de ocupação antiga. Na fronteira também é construída a figura mítica do pioneiro, o 'grande herói na conquista das novas terras'. Só que agora, segundo Martins, as "qualidades do herói criador é transferido para a própria fronteira, 'fetichizada', pois a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. Um lugar da descoberta do outro e do desencontro"[53].

Grande parte da formação histórica do território brasileiro é marcada pela expansão do espaço produtivo, mediante a incorporação de novas áreas ao processo de exploração e de produção. Nesse contexto é que analisamos a questão agrária, os conflitos sociais e políticos entre migrantes e colonizadores de várias regiões do país que foram para as 'novas cidades' da Amazônia mato-grossense.

Paula afirma que no caso brasileiro, a "Amazônia passou a ocupar um lugar de destaque no cenário nacional no decorrer dos anos 90, devido a adoção por parte de

---

51 Ignez Costa Barbosa Ferreira, *Ceres e Rio Verde: Dois Momentos no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola*. In: *Fronteiras*. AUBERTIN, C. (Org.), p. 39.

52 MARTINS, J. de S. *FRONTEIRA: A degradação do Outro nos confins do humano*, p. 152. Frente de Expansão é o "movimento de estender territorialmente o espaço da produção, 'movimento pioneiro' ou 'pioneirismo', dada a sua importância na abertura de novos espaços e na formação do território, e ainda pelo fato de envolver contingentes populacionais consideráveis, deslocando as correntes migratórias para a 'nova fronteira' que está se abrindo, e recebe então a denominação de 'frentes'; podemos distinguir duas formas de avanço da ocupação do território: a 'frente de expansão' e a 'frente pioneira'

53 Ibid p.150.

diversos atores sociais de algumas dessas "inovações' nas suas estratégias de atuação"[54].

Para compreendermos as relações sociais, tanto no âmbito da sociedade civil quanto no da sociedade política no Norte de Mato Grosso, é necessário levarmos em conta o papel desempenhado pelo Estado Brasileiro através de incentivos fiscais e creditícios, a expansão e multiplicação de empresas orientadas sob a lógica e os interesses dos capitais privados, amparados em políticas públicas do Estado que acabaram assegurando os suportes para o desenvolvimento da região.

2.1 - Estado e Capital na Amazônia Mato-Grossense: Agências e Agentes

> "A colonização como política do Estado representa uma técnica social que utiliza meios de seleção social e de controle social, tanto dos homens como dos espaços, para reproduzir a dominação de classe sobre as populações rurais brasileiras"[55].

Neste tópico, faço uma discussão em torno das políticas públicas perpetradas pelo governo federal com vistas à ocupação da Amazônia, a partir de um referencial empírico que engloba o norte de Mato Grosso, a partir da década de setenta do século XX. Nosso objetivo não é fazer uma reconstituição desse processo de ocupação[56], mas sim alguns questionamentos por nós considerados indispensáveis para a compreensão das condições atuais de ocupação e colonização da referida região. A escolha daquela região como espaço de estudo, deve-se ao fato de corresponder ao eixo da BR-163 onde a colonização particular desenvolveu seus projetos, com exceção de Lucas do Rio Verde feito pelo INCRA. Priorizamos SINOP, município de maior influência regional, onde concentra vários órgãos públicos estaduais, municipais, Universidades públicas, particulares e catalisa grande parte das decisões, interesses estratégicos e embates políticos em cerda de 30 municípios do norte mato-grossense.

No decorrer do século XX as frentes pioneiras representaram um fenômeno

---

54 PAULA, Elder Andrade de. Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2003. (Tese de Doutorado). p.3.

55 SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e Luta (do Sul para a Amazônia).* Petrópolis: Vozes, 1993. 282p. p.194.

56 Cf. SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre sua Colonização.* Cuiabá: EdUFMT, 320 p. 2004.

comum no processo de expansão no espaço rural. No Brasil, este fenômeno chamou a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, entre os quais Santos, (1975), Velho (1976), Foweraker (1981), Martins (1984), dentre outros. Esses estudiosos afirmam que, a partir da década de 1970, as frentes pioneiras do Brasil deslocaram-se do Sul em direção ao Centro-Oeste e Amazônia mato-grossense, atraídas pela existência de "terras novas", estimuladas pela propaganda oficial que incentivava a sua expansão, destacando-se a construção de grandes estradas, voltadas a facilitar a 'integração' destas regiões em processo de ocupação ao conjunto do território nacional.

Ao discutirmos sobre o processo histórico de ocupação da Amazônia Brasileira e mais especificamente a região norte de Mato Grosso, é relevante refletirmos sobre o processo de acesso a terra pública e/ou devoluta na Amazônia e a violência praticada contra os povos indígenas, colonos, ribeirinhos e posseiros; das políticas públicas que viabilizaram o processo de abertura dos grandes eixos rodoviários na região e dos incentivos fiscais que permitiram a implantação dos projetos agropecuários e de colonização privada naquele Estado. Neste sentido, uma série de projetos agropecuários e de colonização de caráter nacional e regional coordenados pelo Governo Federal foi implantada no Estado de Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1080. Os principais programas desenvolvidos foram:

Quadro 1 - Programas de Desenvolvimento Regional

Ano	Pólo-Programa	Objetivos
1970	PIN - Plano de Integração Nacional	- Financiar obras de infra-estrutura: construção de estradas e viabilizar a colonização às suas margens; - Integração das áreas amazônicas e nordestinas à nacional.
1971/78	PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.	- Promover o acesso do homem à terra; - Criar condições de emprego da mão-de-obra no campo; - Fomentar as agroindústrias nas regiões de atuação da SUDAM e da SUDENE. - Produção de forrageiras, fibras, criação de animais e produção de alimentos. - Atender a projetos de colonização particular, empréstimos fundiários, financiamentos da agroindústria e assistência técnica à modernização das propriedades rurais, através do BASA e do Banco do Brasil.

1972/74	PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste	- Integrar a Região Centro-Oeste às demais áreas consideradas desenvolvidas, colocando infra-estrutura para atividades agropecuárias, abertura de estradas vicinais e saneamento básico. Estava em consonância com o I PND.
1974	POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.	- Promover a ocupação de "espaços vazios" na Amazônia Legal; - Promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, sob a coordenação do Ministério do Interior, em 15 áreas selecionadas na Amazônia Legal, apoio aos colonos, orientando aplicações dos investimentos em projetos de infra-estrutura econômica e sociais, além de ordenar a ocupação espacial de acordo com a vocação e condições ecológicas regionais.
1975	POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.	- Transformar os cerrados em área de expansão de frentes comerciais a partir do Centro-Oeste e Oeste de Minas Gerais. Sua meta era incorporar 3,7 milhões de hectares ao setor produtivo nas áreas de agricultura, pecuária e florestas. Suas ações preconizavam apoio à infra-estrutura (armazenamento, estradas rurais, eletrificação e assistência técnica etc.)
Até 1987	POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Noroeste do Brasil.	- Promover a adequada ocupação demográfica e econômica de pequenos produtores da região, favorecendo a redução das disparidades de desenvolvimento, assegurar a preservação do sistema ecológico e proteção das comunidades indígenas.

FONTES: Dados condensados a partir de Carvalho, 1997, e Pereira, 1995 (Souza, 1999, p. 41).

- GUARIM NETO, G. *Estudo florístico, faunístico e da relação sociedade -natureza na Amazônia Mato-Grossense,* p. 57-8.

- LISBÔA, M. da G. C. *O Cerrado em Mato Grosso: Uma realidade social,* p. 48.

Nosso objetivo é estudar as formas de produção da sociedade norte mato-grossense e as políticas adotadas para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, aprofundamos em nossas investigações e demonstramos que o norte de Mato Grosso ou Amazônia Mato-Grossense como alguns estudiosos a definem, ainda não superou certos problemas da sua colonização, como por exemplo, degradação ambiental, crescimento a qualquer custo, escravidão em algumas fazendas da região, ilegalidade empresarial, dentre outras. A questão agrária em Mato Grosso é complexa e conflituosa, sendo que o

processo de privatização das terras públicas e/ou devolutas iniciou-se em fins do século XIX, através de uma política de favorecimento adotada por vários governos Estaduais. Moreno afirma que:

> Desde 1892, os governos estaduais vêem estimulando e favorecendo o acesso a grandes porções do território a capitalistas, grupos econômicos e proprietários individuais. Todo um aparato jurídico-político foi sendo montado para mediar e legitimar os diferentes interesses das classes sociais envolvidas no processo de acesso à terra e dar sustentação à política fundiária de regulamentação e venda de terra no Estado. Isto foi possível pela centralização do poder político-econômico do Estado em mãos dos mesmos atores, que se perpetuam no poder, por laços familiares e alianças partidárias. Na região norte de Mato Grosso onde a existência de grandes extensões de áreas devolutas motivou a execução e a alienação indiscriminada do maior volume de terras arrecadadas pelo Estado nas décadas de 70/80. Do total de terras devolutas arrecadadas (6.456.110,9681 há), aproximadamente, 74% foram alienadas sem observância da função social a ser cumprida pela propriedade da terra, conforme determina a legislação específica[57].

Através de intensas propagandas, procurava-se trazer para Mato Grosso migrantes sulistas que trabalhassem produtiva e ordeiramente, mantendo sempre o espírito capitalista, de preferência comprando terras das empresas colonizadoras, que eram beneficiadas pelos governos estadual e federal, com políticas voltadas em grande parte para a iniciativa privada. A respeito da apropriação das terras públicas do Estado a partir da década de 50 do século XX, Lenharo afirma que:

> O jogo partidário eleitoral, ao invés de servir de barreira à depredação do bem público, acabou se transformando no canal preferencial por meio de que os grupos econômicos e políticos deitaram e rolaram, convertendo em riqueza extensos territórios virgens, obtidos a baixos preços, loteados em seguida, ou estocados, para gerar riqueza sem trabalho. O problema que mais chama atenção, no entanto, é o mapeamento de extensos territórios por grupos capitalistas, fechando-se a porteira, já antes dos anos 60, para as populações trabalhadoras que acorriam ao Estado de Mato Grosso, em busca de terra própria para plantar. Há diferentes tipos de famílias trabalhadoras que estão sendo expulsas de seus lugares de origem, e se põem a caminho do oeste. Extensos territórios, aparentemente sem dono, despovoados e sem plantação, esperavam o seu trabalho. Pelo modo como a terra estava sendo apropriada, no entanto, não havia lugar para aqueles trabalhadores, não. Ou melhor, lugar havia, mas somente para trabalhar para os outros, e continuar sem terra, como antes[58].

---

57 MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso. Política e Mecanismos de Burla: 1892-1992*. Cuiabá/MT: Entrelinhas. EdUFMT, 2007. 310p.

58 LENHARO, Alcir. A Terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no Oeste Brasileiro nos anos 50). In: Revista Brasileira de História: Terra e Poder. ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: Vol. 6. nº 12. Março – Agosto de 1986. p.48.

A partir de 1964, com a política de incentivos fiscais e de colonização, com maciços recursos públicos compensatórios, drenados da sociedade inteira, é que as últimas ondas de expansão da fronteira também criaram cidades e levaram fragmentos da modernidade. É através da expansão da "propriedade privada que ocorre a expansão da empresa capitalista moderna. Esta tem se dado em grande medida, pela grilagem de terras, pela violência em nome do privado e dos direitos formais gerados pela legalidade da propriedade privada" [59], como afirma Oliveira:

> A grande maioria das colonizadoras e dos grandes produtores agropecuaristas obteve os títulos do Estado de Mato Grosso, através de projetos de colonização, formados contando com listas de nomes de famílias aliciadas, contratadas e recrutadas como laranjas, no Centro Sul do País (principalmente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e em seguida, com procurações de plenos poderes desses laranjas, o "colonizador" transfere as porções todas, ficando como único proprietário de toda a colônia (milhares de hectares), devolvendo em seguida, todos esses colonos laranjas, aos seus Estados de origem, pois a vinda deles era apenas para possibilitar a assinatura de documentos em cartório. Muitas dessas famílias, sabemos, às vezes eram enganadas, para fixarem moradia em Mato Grosso e contribuíram para criar os grandes bolsões de pobreza nas maiores cidades do norte do Estado[60].

Essas políticas criaram espaços estratégicos no território, objetivando a orientação de fluxos migratórios e a mobilidade espacial e ocupacional da massa dos migrantes frente à procura por melhores condições de trabalho para suas famílias. Também existiu a manipulação frente à política de desenvolvimento (onde a expansão da fronteira agrícola se realizou num contexto urbano), pois através de investimentos em infra-estrutura, equipamento funcional urbano e criação de núcleos planejados, possibilitou o uso do espaço urbano como estratégia para o povoamento regional.

Nas últimas três décadas o Estado de Mato Grosso passou por profundas transformações no que se refere à utilização do seu espaço. Estas, surgiram de um conjunto de políticas baseadas principalmente no crédito subsidiado para a agricultura, numa política de ciência e tecnologia agressiva (fundamentada nos princípios da modernização agrícola) e de colonização e ocupação do espaço regional e foram

---

59 MARTINS, José de S. A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira. In: *História da Vida Privada no Brasil. Contrates da Intimidade Contemporânea*. NOVAIS, F. A. (Coord.). SCHWARCZ, Lília M. (Org. do Vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 683 e 717.

60 OLIVEIRA, Adamastor Martins de. *Mato Grosso lidera "ranking" da grilagem de terras: agronegócio é o culpado*. Disponível em 24 hsnews. Http://www.sonoticias.com.br. Acesso em: 12 de dezembro de 2006.

elaboradas pelos governos militares, cujo objetivo era mudar a face do campo brasileiro, saindo da situação em que se encontrava e entrasse num processo de modernização[61], mas principalmente, devido aos conflitos agrários no Nordeste e no Sul do Brasil e a conseqüente tensão social provocada no meio rural. Estas medidas não representavam riscos aos interesses empresariais estando, portanto, a região amazônica de "portas abertas" para o capital nacional e estrangeiro. No período posterior a 1974, é significativo o número de empresas colonizadoras que se instalaram na região norte de Mato Grosso, fundando núcleos urbanos que se tornaram pólos regionais, sob o ponto de vista econômico, político e estratégico.

Esta fronteira do capital no norte de Mato Grosso, onde cerca de 80% dos projetos formam viabilizados pelos estímulos fiscais da SUDAM (75% sobre o capital próprio aplicado), será levada a efeito pelas colonizadoras particulares, como no caso específico da colonizadora Sinop, com sede em Maringá no Estado Paraná. Desta forma, o processo de colonização em Mato Grosso, foi parte integrante da expansão capitalista no campo, a partir de um sistema de controle e vigilância dos ocupantes dessas novas áreas. Mas qual é o sentido desse modelo de colonização? A estratégia de atuação dessas empresas colonizadoras estava fundamentada na ideologia que 'valorizou o trabalho do pequeno trabalhador', lançada pela propaganda nos locais de captação desses trabalhadores, num jogo comercial, tanto quanto a ilusão das terras férteis, a possibilidade de ascender socialmente, juntamente com o discurso 'patriótico de integração da Amazônia'. A este respeito, vejamos o seguinte depoimento: no dia 03 de julho de 1980, o Presidente da República General João Batista de Oliveira Figueiredo esteve em Sinop, (pela manhã e Alta floresta à tarde), ocasião em que o colonizador Enio Pipino, Diretor Presidente do Grupo Sinop S/A fez o seguinte discurso:

> Com tecnologia é que adubamos o desejo brasileiro de construir para as nossas necessidades carburantes.Estamos agora com V. Exa. Nas margens desta Rodovia que começa a ser o maior corredor de produção do interior do brasileiro.Somos a itinerância dos gaúchos, os sonhos simples das mães catarinenses nestas terras recém-desbravadas; somo s pertinácia paranaense em agricultar a crença de novos horizontes econômicos; somos a audácia realizadora dos paulistas, somos mineiros, Sr. Presidente, na humildade do cabo da enxada; somos nordestinos extasiados com as grandes águas; somos gente do norte confraternizando com a bravura dos capixabas; somos brasileiros de tantas latitudes humanas, que comungam a fé silenciosa de uma verde-

[61] A esse respeito, consultar o Verbete: *Modernização da Agricultura***.** In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 305.

> amarela presença brasileira nestas imensidões. Somos, enfim, caminho social de fluxos migratórios fertilizando estas fronteiras de trabalho, plantando as esperanças do Brasil[62].

Os migrantes acreditaram no discurso ideológico das empresas colonizadoras, onde dedicaram grandes esforços desde a transferência para as "novas terras" até a duvidosa instalação em bairros operários ou no campo. Martins afirma que

> Nos tempos atuais, a ocupação territorial do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o movimento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os ricos, é um território de conquista. A ocupação territorial se faz em nome da propriedade privada da terra, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumento para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos[63].

A terra enquanto fonte de riqueza para alguns migrantes capitalizados, proporcionou uma valorização imobiliária e foi um dos fatores fundamentais do crescimento econômico concentrado na região, além da exploração da atividade madeireira, com alto custo social e degradação ambiental, pois foi realizada de forma predatória, expansiva e insustentável.

Os migrantes vieram para Mato Grosso em busca de terra como meio de produção e melhores condições de vida; já os colonizadores[64] (empresas originárias do Sul e Sudeste do País, com experiências nesse ramo comercial), tinham por objetivo apropriação das terras como reserva de valor, especulação imobiliária e enriquecimento. Os migrantes saíram de suas regiões de origem atrás de uma melhora de vida e incentivados pelos colonizadores, atendendo ao apelo do Governo federal para "ocupar a Amazônia para não entregar." Não entregar para quem? Sob que aspectos? Ocupar para servir a quais interesses?

As décadas de 1970 - 1990, período que estudamos o norte de Mato Grosso, caracterizam-se pelo desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo, através do processo de 'modernização conservadora' implantado no país. É neste contexto, que entendemos a luta pela terra, as relações de poder e dominação, a questão econômica, social e política da sociedade norte mato-grossense, pois a ocupação daquela região está

---

62 SCHAEFER, José Renato. *As Migrações Rurais e Implicações Pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do Sul do País em direção ao Norte do Mato Grosso.* São Paulo: Loyola, 1985. p. 67.

63 MARTINS, José de S. *Op. Cit.* p. 664.

64 A esse respeito, consultar o Verbete: *Companhia Colonizadora.* In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (pág. 111).

inserida nesse processo de disputas, interesses e contradições. Afirmamos que foi a noção de progresso que orientou a expansão capitalista na Amazônia nos anos 1970, enquanto estratégia de controle e dominação, amparados na ideologia da Escola Superior de Guerra: segurança e desenvolvimento. Conforme Paula,

> Esta estratégia passou pela extinção da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) e pela criação da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Essas transformações na estruturação do chamado 'desenvolvimento regional e desenvolvimento nacional', alimentado pela ideologia da 'Segurança e desenvolvimento' da Escola Superior de Guerra, passavam a ser planejadas dentro do e pelo próprio Estado através de seus planos de ação. Papel singular passava a ser desempenhado pelo então Ministro do Planejamento Roberto Campos, 'um árduo defensor da tese entreguista aos norte-americanos das riquezas nacionais[65].

A respeito das políticas públicas para a Amazônia e a chamada "Operação Amazônia" - em nome do progresso, desenvolvimento e segurança, a análise das políticas públicas implantadas no Brasil, particularmente durante os governos pós-64, é fundamental para compreendermos a lógica do processo de inserção da região e do país no capitalismo mundializado. Toda a construção da ideologia da segurança nacional gestada na Escola Superior de Guerra estava assentada nos acordos militares assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, fundados na tese o que não se entregar aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética[66].

Muitos empresários investiram na ocupação da Amazônia pela pata do boi. Este processo foi e continua sendo marcado, pois, pela violência e morte e a fundação e organização da União Democrática Ruralista – UDR é parte significativa do presente[67].

Esse modelo de economia brasileira 'alimentada' na ideologia autoritária cimentou a aliança do tripé econômico-social que detém hoje a hegemonia cultural e ideológica e a dominação econômica e política do norte mato-grossense, ou a *direção*, na acepção gramsciana do termo, invertendo inclusive os discursos dos governos militares:

---

65 PAULA, Elder Andrade de. Op. Cit p. 124.

66 Cf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2. ed. Campinas/SP: Papirus, 1991.107p.

67 A esse respeito consultar os estudos de Sonia Regina de Mendonça sobre a *Classe Dominante Agrária Brasileira:* natureza e comportamento das principais organizações políticas da classe dominante no meio rural, como a *SNA* – Sociedade Nacional de Agricultura, a *SRB* – Sociedade Rural Brasileira e, especialmente a *UDR* – União Democrática Ruralista e seus representantes. A autora analisa também as relações promíscuas entre as classes dominantes e o Estado Brasileiro, particularmente no que se refere a sua influência nos rumos da política agrária e agrícola.

“Desenvolvimento com segurança”, ou seja, todas as estratégias do desenvolvimento capitalista estavam atravessadas de expedientes da ideologia da segurança nacional.

O Ministro do Planejamento Roberto Campos em suas justificativas defendia a ocupação da Amazônia, concebendo-a como um “vazio” a ser “rapidamente ocupado”. Nessa estratégia de desenvolvimento regional, a “operação Amazônia” - lema do Projeto Rondon: “Integrar para não entregar”, teve prioridade no conjunto das políticas governamentais. Dessa forma, o lema “integrar” significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. Portanto, o entendimento do lema do Projeto Rondon deve ser feito pela leitura de seu contrário, ou seja, “integrar para entregar.” Nesse sentido, sob a bandeira de “Integrar para não Entregar,” a partir do Governo Médici, criou-se o Programa de Integração Nacional, destinado a construir as Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (BR-163) juntamente com a colonização na faixa de cem quilômetros de cada lado das novas Rodovias.

Mas qual foi o papel social e político desses projetos de colonização na Amazônia Mato-grossense? Por que os colonos partiram, aderindo aos Projetos de Colonização? Partiram porque tinham necessidade da terra para trabalhar e para deixar aos filhos, supondo que no Sul a terra era pouca e a propriedade fundiária concentrada pelos empresários rurais. Partiram porque no Sul não havia mais condições de ganhar a vida, senão como parceiros, e viviam em um estado de pobreza. Partiram, enfim, porque acreditaram nas promessas que lhes foram feitas.

Um dos projetos de colonização oficial para atrair nordestinos para a Amazônia foi o de Altamira no Pará, às margens da Rodovia Transamazônica em 1970. Outro foi o projeto particular Canarana em Mato Grosso, criado em 1975 em Barra do Garças/MT. O Pastor Luterano Norberto Schwantes que coordenou um movimento de pioneiros que buscavam na migração para Mato Grosso no início da década de 1970, fala dos municípios emancipados de Barra do Garças, como Água Boa, Nova Xavantina e Canarana (primeiro município a ser implantado e serviu de referencial para os demais) na região do Araguaia. Segundo ele, nos processos particulares de colonização em Mato Grosso,

> (...) não existem agricultores, mas latifundiários especuladores, a exemplo de Sinop e Alta Floresta, não agricultores (sic), mas na grande maioria investidores que são profissionais liberais, comerciantes ou

> pequenos industriais residentes fora da área ou até mesmo em outros Estados, sempre porém, como proprietários especuladores. A ocupação da terra é restrita e a produção pequena em relação à enorme área colonizada, porque poucos são os colonos que adquirem os lotes, muito caros, sobre os quais não pesam apenas os investimentos destinados à infra-estrutura e à remuneração deste capital, mas influem embutidos, também, os altos lucros da colonizadora. Assim, os investidores que por ventura resolverem explorar seus lotes o farão através de empregados, arrendatários ou meeiros que implantarão projetos cafeeiros, cacaueiros ou outros, para depois serem em parte dispensados. O seu futuro é facilmente previsível: como agricultores sem-terra e sem condições de adquiri-la, formarão um contingente de bóias-frias, que mais cedo ou mais tarde passará a engordar as favelas dos centros urbanos, especialmente na capital[68].

A colonização feita na Amazônia de mato-grossense baseou-se no lucro sobre a especulação da terra, espantando o verdadeiro colono. Havia uma descrença por parte de alguns migrantes sobre a ocupação feita pelas empresas colonizadoras e argumentavam a respeito do modelo de colonização praticada no Leste de Mato Grosso pela COOPERCANA e a da Amazônia mato-grossense pelas colonizadoras particulares. Na Amazônia, surgiram primeiro as cidades de Sinop e Alta Floresta, por exemplo, já no Leste de Mato Grosso as cidades vieram depois.

> O colono precisa de uma estrada de penetração, uma picada para chegar até a sua terra, a indicação do número do lote, e eventualmente, uma casa de madeira de pequeno investimento para ele se instalar imediatamente e começar a trabalhar. Essa infra-estrutura não pesa no custo do lote. A escola numa ocupação ordenada pode ser feita ao longo da estrada do lote, na via divisória, e atende a uma grande população, numa prédio de uma sala, quando muito,, economizando sempre sem perder a funcionalidade. A CIDADE surge depois como uma conseqüência natural do processo de ocupação. Já nas colonizações onde a cidade nasce primeiro, o custo do lote rural fica extremamente onerado com os custos de toda a infra-estrutura da cidade, que a colonizadora executa e repassa para o lote rural. O colono não pode, de forma alguma, adquirir terras pagando o preço e mais todo o custo da construção de uma cidade que, para ele, no princípio é obsoleta. O colono precisa é de infra-estrutura para desenvolver-se, assistência técnica, cooperativa e, acima de tudo, a posse legal da terra[69].

No norte de Mato Grosso, o projeto particular Terra Nova – criado em 1978, às margens da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), Peixoto de Azevedo em 1980 (organizado pelo INCRA e COTREL – Cooperativa Tritícola Erechim/RS); Lucas do

---

68 Entrevista concedida ao Jornalista Onofre Ribeiro em Barra do Garças/MT para a *Revista Contato*. Cuiabá/MT: abril/maio de 1983. p.3.

69 Ibid. p. 5

Rio Verde (INCRA) em 1981, este foi implementado como resposta militar à luta pela terra dos colonos da Encruzilhada Natalino/RS, todos às margens da mesma rodovia[70].

Em todos esses projetos de colonização quem estava se beneficiando eram colonizadores do Sul do país que nas décadas de 1950 e 1960 haviam desenvolvidos projetos dessa natureza naqueles Estados, como é o caso da Colonizadora Sinop e da Indeco – Alta Floresta. Para a região norte de Mato Grosso, mais especificamente às margens da BR-163, afluiu um grande contingente de migrantes vindos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (que depois de 1975 sofreram catástrofes ecológicas de enchentes, geadas e secas consecutivas). Esses migrantes que passaram a ocupar a região eram pequenos proprietários rurais, posseiros, sitiantes, que "vendiam" suas terras no Sul para se tornarem pequenos proprietários em Mato Grosso.

Neste contexto, percebemos que os migrantes partiram fugindo de uma pobreza crescente, frente à concorrência movida pelos grandes produtores. Para os governos militares, onde para estes, fronteira segura era fronteira colonizada pelos pequenos proprietários. Os migrantes ao chegarem às "novas terras" encontravam uma série de dificuldades, como o clima extenuante, doenças tropicais e isolamento social. Os Paranaenses que conseguiram acumular um pequeno pecúlio quando da venda de suas terras preferiram dirigir-se ao Estado de Mato Grosso, onde a Colonização Privada oferecia condições mais favoráveis de instalação, apesar do custo mais elevado das terras, como ocorreu nos projetos de colonização acima citados.

A Colonizadora Sinop ocupou uma área de 645 mil hectares, divididos em lotes de diferentes tamanhos. Foram instalados quatro núcleos urbanos e de apoio dentro da área de colonização: Vera, Santa Carmem, Cláudia e Sinop, que hoje é sede do município do mesmo nome e a principal cidade do projeto, após se desmembrar de Chapada dos Guimarães em 1979[71].

A cidade de Sinop surgiu a partir de um projeto de colonização desenvolvido pela Colonizadora que lhe empresta o nome vinda de Maringá/PR e com ampla experiência em colonização particular naquele Estado. Estes trabalhadores passaram por inúmeras dificuldades dentre elas, expropriação e exploração pela empresa, pois venderam suas pequenas propriedades no sul do país para comprar maiores extensões de terras no norte

---

70 Cf. CASTRO, Sueli Perreira. et. alli. *A Colonização Oficial em Mato Grosso: "A nata e a borra da sociedade"*. 2. ed. Cuiabá/MT: Gra´fica e editora centro América Ltda. 2002, 236 p.

71 Para compreender o processo de colonização e ocupação do norte de Mato Grosso e mais especificamente da antiga Gleba Celeste, consultar a obra de Edison Antônio de Souza: *Sinop: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre sua Colonização.* Cuiabá: EdUFMT, 2004.

de Mato Grosso, onde pudessem, principalmente, reproduzir-se como camponeses. Após 15 anos de lutas contra as condições de fertilidade da terra, o regime de chuvas e falta de planejamento da colonizadora, a maior parte dos colonos vendeu ou perdeu suas terras, provocando uma concentração fundiária nas mãos de agricultores mais capitalizados, onde na década de 1980, restaram cerca de 8 grandes fazendas de produção agrícola e grandes pastagens, divididas em poucos proprietários. A partir da década de 1990 é que ouve uma expansão maior da soja nesses latifúndios.

O discurso ideológico baseado na Doutrina de Segurança Nacional (Segurança e Desenvolvimento), com a propaganda divulgada no Sul do País de extensas terras -, os auto denominados "pioneiros", consideravam Sinop como o local que seria "civilizado!" pelo sulista. Vejamos esse depoimento do Colonizador Enio Pipino:

> A Gleba Celeste era um mundo verde, dormindo, na solidão da Amazônia. Transformamos o seu rosto, abrindo clareiras e picadas na mata virgem. E nasceram os primeiros povoados, esperançosa cidade de hoje, crianças ainda, mas correndo, céleres, para o progresso.E lavradores enfeitaram de roças novas a terra. E tempos de fé passaram a glorificar a Deus. E o comércio se tornou forte e a indústria já anuncia rolos de fumaça nas chaminés e gritos de sirenes acordando à distância. E neste novo mundo, esperançoso e feliz, crianças aprendem as suas primeiras letras e os jovens conquistam bancos colegiais. Como é bom alargar fronteiras de nossa Pátria! Como é dadivoso o ideal que se enfeita de realizações! Agora, a Gleba Celeste acena para o Brasil, como novo mundo de riquezas e civilização – prêmio maior ao nosso ideal de plantar cidades, vendo a terra abrir-se em floradas, a anunciar milagres da colheita[72].

Este era um discurso ideológico e propagandístico pelo proprietário da Empresa Colonizadora, visando manter os colonos na área, sempre na esperança de dias melhores. Porém a realidade foi muito diferente, pois nossas pesquisas comprovaram que muitos migrantes não conseguiram a "terra prometida" pela qual sonharam e em cujo nome foram para Mato Grosso. Grande parte dessas pessoas foram enganadas e iludidas pelos empresários do ramo imobiliário, tendo suas terras perdidas em troca de dívidas e/ou em fracasso de projetos de colonização. Portanto, ocorreu um grande retorno para as cidades de origem levando uma triste lição dos chamados projetos de colonização.

Para continuar vendendo terra e desta forma sustentar os seus interesses, as elites políticas e econômicas advogam pela idéia de progresso e desenvolvimento regional.

---

[72] Revista Sinop – *Modelo de Colonização*. Edição Histórica. Sinop/MT: Dez. de 1994. p. 25.

Neste contexto, desenvolvem mensagens ideológicas da colonização, através das propagandas e falas sobre o ideal de progresso para essas cidades do norte de Mato Grosso, pois são divulgadas e "vendidas"; pela elite dominante regional formada por madeireiros, pecuaristas, comerciantes, advogados, dentre outros que, sufocam e ocultam a realidade, com a violência invisível, simbólica, calada, com estratégias de dominação inserida tanto nas práticas culturais quanto na economia dos bens simbólicos. Vejamos alguns depoimentos a esse respeito:

> Sinop – MT: a Capital do Nortão - Câmara Municipal: Legislativo sinopense atuante e presente na conquista do desenvolvimento para a garantia de um futuro melhor ao seu povo, baluarte na elevação do caminho construtivo e honrado em busca do ideal[73].
>
> Sinop é hoje uma das cidades que mais crescem no país, com bons índices de qualidade de vida, saúde, educação e serviços públicos. Este ano completamos 24 anos de emancipação e 29 anos de fundação. Somos um município jovem e temos grandes ideais a realizar, pois sempre acreditamos nessa gente corajosa que, empunhada de dedicação e trabalho, implantou, em plena Amazônia mato-grossense, um sonho que veio a se tornar um dos municípios mais promissores do país. Estamos todos de parabéns e confiantes de que temos muito a prosperar e colher os frutos que Sinop reservou para os que nela vivem e confiam. É a Prefeitura trabalhando para fazer uma cidade melhor para você[74].

A categoria dos "desbravadores" frequentemente é acionada nos depoimentos reforçando a idéia de "vazio demográfico" utilizada como discurso da colonização dirigida para expansão da fronteira agrícola, utilizando-se da expressão "terra prometida" para forjar um personagem digno de merecer tais terras: "o pioneiro", como esse depoimento do Sr. Silvio Cabral, Proprietário do Cartório do 2º Ofício:

> Comendador Enio Pipino, muito obrigado por ter criado esta cidade, dotando-a de todos os recursos necessários para que todos tivessem uma oportunidade de aqui se radicar e crescer! Seu extraordinário entusiasmo por Sinop fez uso de toda a amizade com os poderosos e toda sua influência no governo para trazer serviços essenciais e muitas facilidades, o que tornou possível que com o trabalho de todos nós a realidade desta que já é um excelente lugar para viver. Sentimos sua ausência e jamais poderemos agradecer o suficiente, na medida de sua grandeza, mas vamos nos empenhar com todas as forças para cultuarmos a sua memória - Comendador Enio Pipino, fundador de Sinop.[75].
>
> Uma nova conquista: há vinte e nove anos, quando fundaram Sinop, os primeiros migrantes devem ter tido uma satisfação indescritível pela conquista. Talvez não imaginariam eles, os pioneiros, que Sinop se

---

73 Revista de Sinop – ESPECIAL. Sinop/MT: Ano 02, Nº 02. 1996. pág. 39.

74 REVISTA CAPITAL. Edição Especial. "O Negócio move o turismo na região". Sinop/MT: Ano 1. Edição: 001. 2004. p.1 e 2.

75 Ibid. p. 33

> tornariam (sic) terra de outros milhares de pioneiros que continuariam a migrar para cá. A cidade tomou forma de metrópole, e no rosto das pessoas que acompanharam isso, está visível toda a história viva do município[76].

O termo "desbravador" é utilizado como referência aos primeiros 'sulistas' que chegaram ao norte de Mato Grosso, responsáveis por abrirem as franjas pioneiras do cerrado, sempre organizados por empresas particulares ou cooperativas, utilizando-se de técnicas agrícolas modernas para a exploração das novas terras.

São várias as razões de migrar, dentre elas destacam-se o sonho, esteja ele associado a questões de ordem econômica, financeira ou social. Grupos que seguem a acumulação do capital, antes de tudo uma condição social e uma necessidade de sobrevivência familiar. A decisão de migrar para Mato Grosso envolveu, principalmente, a perspectiva de aproveitar uma oportunidade e melhorar as condições materiais de existência. A necessidade de reprodução social familiar aliada ao discurso oficial da existência de um 'imenso espaço vazio' no oeste brasileiro estimulou o fluxo migratório para a região, afora isto, o governo militar se encarregou na divulgação da mensagem ideológica da colonização utilizando-se de preleção positivada do lugar como se fosse uma "terra prometida". Sobre a propaganda e a constituição de um aparelho ideológico de informação na migração, Santos afirma que uma ampla rede de propaganda foi montada no Sul do país através de rádios, Igrejas e parentes, visando o convencimento das pessoas para virem a Mato Grosso. Desta forma, a migração aparece como uma estratégia para enfrentar as dificuldades ao longo da trajetória familiar no que se refere à reprodução social vinculada a ideologia da terra e à constante ameaça de proletarização (rural ou urbana) decorrente da crise agrária e do padrão modernizador da agricultura[77].

Para que pudesse ocorrer a expansão da fronteira capitalista na Amazônia, o Estado brasileiro mobilizou a capacidade de trabalho, implantando infra-estrutura ao construir estradas, valorizando a região e potencializando o trabalho dos colonos, agentes principais no processo de ocupação da Amazônia mato-grossense. É importante acrescentar que, além desses fatores acima citados, no plano macro dos governos

---

76 Ibid. p. 04.

77 ROCHA, Betty Nogueira. *"Em qualquer chão: sempre gaúcho!" – A multiterritorialidade do migrante "gaúcho" no Mato Grosso.* Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006. p.4.

militares, tiveram destaque: a estratégia de crescimento pelas exportações, da ampliação do mercado interno e das exportações para o serviço da dívida externa. Para ser mais preciso, 1972, ano em que, efetivamente, se iniciou o processo de ocupação liderado pelas colonizadoras particulares, regidas pela política de valorização da Amazônia.

Nossa análise indicou que a crise fundiária e agrícola das regiões camponesas do Sul do Brasil gerou uma situação de conflito social, a qual vem antepondo o Estado ao campesinato. Aquele tem restringido progressivamente as opções de resolução da crise agrária à proposta de colonização oficial e particular na Amazônia Legal. Por outro lado, os colonos retornados dos projetos oficiais e particulares da Amazônia Legal, geraram um novo personagem social e político no Sul do País. São aqueles colonos que iludidos, coagidos ou persuadidos, partiram para ganhar a vida que após tentarem trabalhar e produzir voltaram para o Sul, onde passaram a ter um papel político de estímulo à denúncia da colonização enquanto alternativa à crise do campesinato meridional. Estes fatores acima destacados mostram o fracasso dos projetos de colonização para os colonos. Já para os capitalistas que "investiram" na Amazônia mato-grossense tratou-se de um ótimo negócio. Sabe-se que esse modelo de colonização produziu naquele espaço uma concentração fundiária, com baixa produtividade e o não cumprimento da função social da terra.

2.2. Colonização, trabalho, disciplina e controle social.

A colonização é resultado de uma decisão política, enquanto forma de expansão capitalista em novos territórios, é um processo de acumulação e concentração de renda, terra e poder. Historicamente, foi utilizada no Brasil como estratégia oficial de povoação de novas terras, de responsabilidade oficial ou privada, mediante a venda ou doação de terrenos dos Núcleos Coloniais, com a pretensão de ocupar, de "modo organizado" os "vazios demográficos" existentes. Linhares afirma que num país como o Brasil, "onde 3% da população rural detêm 43% das terras agrícolas, enquanto 57% dispõem de apenas 3% das terras, a questão agrária talvez permaneça como absolutamente central, não obstante as novidades do capitalismo globalizado"[78].

Ao estudarmos os interesses políticos, econômicos, hegemônicos e de poder daquela região, os conflitos e a formação das novas cidades da Amazônia mato-

---

[78] LINHARES, Maria Yedda Leite. & Francisco C. Teixeira da Silva. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1999.p 213.

grossense, constatamos que destes projetos, dos quais resultarão mais de cem municípios novos só no Estado de Mato Grosso, entre meados da década de 1970 a 1990, fizeram parte da estratégia política dos governos militares de controle dos conflitos agrários no Sul, Sudeste e Nordeste. Apresentados pelo discurso oficial como "distribuição racional de população" e ocupação dos "espaços vazios" da Amazônia operaram de fato como impedimento do livre acesso – ou acesso regulado – de trabalhadores sem terra e pequenos proprietários às terras devolutas do Estado. As medidas governamentais que estimularam a ocupação dirigida à Amazônia, em parceria com a iniciativa privada, foram implementadas no âmbito dos planos nacionais que reestruturaram novas práticas de domínio político para o território nacional. Os pólos de desenvolvimento econômico, as políticas de incentivos fiscais e a implementação de grandes eixos rodoviários na região amazônica encontram- se entre as estratégias mais importantes para a exploração econômica dos "novos espaços". A partir da conformação espacial da *colonização* na década de 1970, desenvolve-se uma rede urbana que se estende ao longo dos grandes eixos rodoviários, provocando uma ocupação dos 'novos' e 'velhos' espaços, com implicações políticas, econômicas e culturais duradouras. Os chamados núcleos de colonização constituir-se-ão em instrumentos políticos de controle não apenas do acesso à terra, mas ainda da formação de um mercado de mão-de-obra, recebendo vultosos incentivos financeiros do governo brasileiro, patrocinando a iniciativa privada. Nesse sentido, torna-se necessário chamar a atenção para a positividade que adquire o termo colonização, adotado pelos meios oficiais e empresas que atuaram em grandes áreas de terras dos estados que compõem a Amazônia, pois,

> Reflete o poder de um discurso construído para mobilizar e justificar a expropriação de bens de produção de diversos segmentos de pequenos produtores rurais do Brasil; abonar a instauração de um grande mercado de terras, pela iniciativa privada, controlando a distribuição, o acesso e a posse das áreas, além de selecionar as demandas de trabalhadores rurais; instituir práticas de segregação social e exploração do trabalho (muitas vezes no nível da "escravidão por dívida"), em nome do desenvolvimento e progresso dos novos núcleos urbanos. Nesse sentido, é que as novas cidades que surgiram, no território amazônico, articuladas a uma grande rede viária e ao mercado capitalista, não são resultados "naturais" do movimento de deslocamento dos diversos grupos sociais que para lá se dirigiram, denominado de processo migratório. Relacionam-se muito mais a um conjunto de práticas organizadoras de políticas de controle e monopólio da exploração da riqueza por parte dos grandes empresários e proprietários. As cidades trazem inscritas em seu espaço as práticas sociais de segregação, de violência e de cerceamento dos direitos civis, que não podem ocultar. Mas não só isto,

> manifestam, a todo o momento, práticas de resistência, atuações de organizações civis e religiosas, demarcando um território de conflito[79].

Neste contexto a ocupação da Amazônia mato-grossense seguiu as políticas públicas e decisões de caráter autoritário e tecnocrático dos governos militares da época, envolvendo conflitos de interesses entre posseiros, grileiros, grandes proprietários rurais e a invasão de terras indígenas. Portanto, a fronteira amazônica norte mato-grossense é um local em construção de intensa disputa ideológica, econômica e política. Como resultado dessa política, ocorreu uma concentração fundiária, com ampliação do latifúndio, essas terras em sua maioria improdutivas, foram utilizadas como reserva de valor. O poder público, aliado do setor privado, realiza a condução da população rural e, obedecendo à lógica do capitalismo, dirige-se no sentido de transformar terras improdutivas em valores econômicos para o mercado. É certo que multiplicam-se as queixas e denúncias de colonos contra a colonização particular. "Eles vêem nela um empreendimento capitalista voltado para a acumulação do capital que remete para o plano inferior, a questão social e econômica em que se encontra o pequeno produtor, levando-o a condição de excluído"[80].

Foi de forma autoritária e por meio de incentivos fiscais, que ocorreu a expansão da fronteira agrícola em Mato Grosso, favorecendo a concentração fundiária, através da aceleração da ocupação de amplas áreas de terras públicas naquele Estado. A colonização e a migração agravou a questão agrária, pois produziu uma urbanização na fronteira apressada e precária, com objetivo de atender acima de tudo os interesses imobiliários das empresas privadas de colonização. Neste sentido,

> O Estado de Mato Grosso sofreu um tipo especial de intervenção após o golpe e 1964, no que dizia respeito às questões fundiárias, e perdeu o controle sobre elas. Os governos militares tomaram a iniciativa de vários projetos de colonização, como o POLOROESTE, no início dos anos 80. a política de terras do Estado ficou nas mãos do governo federal, com a implantação de órgãos de fomento ao desenvolvimento regional, que passaram a atuar, como a SUDAM e a SUDECO, e seus agentes financeiros, o Banco da Amazônia S/A - BASA[81]

---

79 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço*. In: *Estudos Ibero-Americanos.* Porto Alegre/RS: PUCRS, V. XXXII, n. 1, p. 143-155, junho 2006. p. 148-9.

80 DIAS, Elisia Aparecida. & BORTONCELLO, Odila. *Resgate Histórico do Município de Sorriso/MT.* Cuiabá/MT: 2003. p.50.

81 NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. *Aceleração temporal na Fronteira: um estudo do caso de Rondonópolis/MT.* São Paulo: USP – FFLCH. Departamento de História. Tese de Doutorado, 1997. p. 21.

Nesse processo de ocupação, grandes empresários, colonos, colonizadores, aventureiros pequenos produtores, com ou sem terras (não organizados), grileiros, vieram para Mato Grosso atraídos pela propaganda oficial para ocupar os "espaços vazios", acreditando num discurso ideológico que negava a existência das nações indígenas, posseiros e seringueiros, dentre outros, criando desta forma, condições para a expansão capitalista na Amazônia. Martins afirma que em termos gerais "as novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculados aos poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros. Ao invés de se constituir numa abertura do território com base nos valores da democracia e da liberdade, constituiu-se numa expansão apoiada num quadro fechado de ditadura militar, repressão e falta de liberdade política"[82].

A ocupação recente do espaço agrário de Mato Grosso se dá num período de tempo relativamente curto (décadas de setenta e oitenta do século XX), concentrando a maior parte das terras nas mãos de poucos e grandes proprietários. As terras das grandes empresas permanecem, em sua maior parte, como reserva de valor e as que exploram, transformam as matas em pastagens, onde a pecuária, através da 'pata do boi' avança sobre as lavouras dos caboclos, sobre a aldeia dos índios e sobre as terras daqueles que nunca se preocuparam em fazer uma escritura da terra onde nasceram e viveram a vida toda. "O processo de ocupação fundiária na Amazônia e Centro-Oeste, dirigido e planejado pelo Governo Federal, foi um processo de ocupação das áreas habitadas e ocupadas pelas populações locais, nativas. Estas empresas ignoravam os ocupantes que viviam e trabalhavam nesta terra"[83].

A concessão de créditos e incentivos fiscais pelo governo federal foi uma opção política deliberada para "modernizar" a região amazônica, pois na visão do governo, isto só poderia ser feito pelos grandes empresários nacionais e internacionais. O Governo Geisel (1975) usou a política de expansão da fronteira agrícola como válvula de escape para resolver os problemas decorrentes da concentração fundiária nas regiões Sul e Sudeste do país, apresentando a colonização privada na Amazônia como solução para estes problemas sociais, baseado no controle militar do espaço amazônico e apropriação privada das terras devolutas pelo capital.

---

82 MARTINS, José de Souza. *A Reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil.* Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo: Vol. 6: (1-2) Junho de 1995. P. 04.

83 BARROZO, João Carlos. *Exploração e Escravidão nas Agropecuárias na Amazônia Mato-Grossense.* Campinas/SP: UNICAMP. Dissertação de Mestrado em Sociologia. 1992. p. 10 e 11.

O Plano de expansão do capitalismo na Amazônia consolida-s a partir da criação da SUDAM, do BASA e da SUDECO, que colocaram à disposição de fazendeiros e latifundiários estímulos fiscais e creditícios políticos e econômicos para formação e crescimento de latifúndios, para empresas nacionais e estrangeiras. Contrariando o projeto camponês de Reforma Agrária, o governo federal optou por uma contra-reforma agrária na Amazônia, desta forma, não resolvendo o problema de acesso à terra, pois transferiu agricultores que vivam em áreas de conflitos para a chamada nova fronteira agrícola. Para executar este projeto o governo favoreceu as grandes empresas privadas, direcionando os fluxos migratórios e privatizou grandes áreas da Amazônia, onde novos conflitos sociais passaram a ocorrer naquela região, tudo sendo justificado pelas promessas da modernização conservadora da agricultura brasileira, que fazia parte da política de valorização e ocupação da Amazônia[84].

2.3 – Terra e Poder no norte de Mato Grosso

A questão agrária brasileira nos revela que sempre nos embates e lutas pela conquista da terra houve conflitos e disputas, pois o grande capital e a propriedade privada sempre foram privilegiados em detrimento dos pequenos produtores agrícolas, e no processo de ocupação e colonização do norte de Mato Grosso esta questão não foi diferente.

> Se o Estado militarizado visava com isto atingir a meta de 'integração e desenvolvimento com segurança' da região, não foi necessário muito tempo para que se verificasse, que os reais propósitos e metas deste empreendimento era o de favorecer a exploração de caráter comercial que, como bem se conhece, não é feita por pequenos produtores agrícolas. Logo, o 'paraíso' encontrava-se com as portas abertas para o todo poderoso capitalista, empresários, grandes proprietários que, deixavam para aqueles as terras menos favorecidas, de baixa fertilidade e de difícil acesso. Desta forma, no paraíso eram asseguradas a permanência das velhas formas estruturas sócio-econômicas até então em vigor, aumentando, contudo, a distância já existente entre ricos e pobres, isto é, seguindo à risca os preceitos do autoritarismo de então,

---

[84] Na Amazônia Mato-Grossense, acima do Paralelo 16, havia imensas áreas devolutas, com uma população formada basicamente por índios, caboclos, garimpeiros, seringueiros e caçadores. O Paralelo 16 (de latitude Sul) definia a fronteira entre a parte de Mato Grosso incluída na Amazônia Legal até a divisão (Lei complementar nº 31 de 1977, foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul e instalado em 1979). Após a divisão, todo o Estado remanescente foi incluído na Amazônia Legal, como forma "reparatória" sofrida pela divisão, e portanto, passou a receber incentivos fiscais e creditícios do Governo Federal.

> estariam criando e desenvolvendo um 'paraíso' onde os conflitos e a violência se revelariam ainda mais agudos[85].

A colonização no norte de Mato Grosso constitui-se em um paraíso para o capital, para os especuladores e para os grileiros que atuaram livremente com "apoio" do Estado brasileiro. Verdadeiros latifúndios foram entregues "de graça" para os grandes grupos econômicos especuladores com a terra. Neste processo as primeiras vítimas foram as nações indígenas e as segundas, os trabalhadores, colonos, peões ou garimpeiros. Os colonizadores usaram de vários "meios válidos" para justificar a sua 'conquista', procurando esconder os conflitos com as diversas etnias, entre classes, que submetem à sua dominação. Dominação essa que se estrutura através das empresas de colonização e se consolida com a sua herança: a emancipação desses projetos de colonização e a sua transformação em municípios. As práticas sociais e políticas que vão se constituindo é a expressão da dominação existente. Os proprietários e funcionários das colonizadoras, além daqueles que foram "eleitos", tornaram–se os "novos coronéis da política local e regional". Em função desse processo, nas últimas décadas no Estado de Mato Grosso foram criados dezenas de municípios atendendo os interesses desses representantes do capital que tem se constituído a ocupação rápida da Amazônia Legal e a mato-grossense em particular.

Dentre as cidades que se destacaram na Amazônia mato-grossense, Sinop e Alta Floresta serviram de "modelo de colonização" para os demais projetos implantados pela iniciativa privada, consideradas pólos de desenvolvimento no norte de Mato Grosso. Não era apenas a questão econômica que estava em jogo, no plano ideológico, projetavam e construíam muito mais que isso: um domínio político regional. Estabeleciam desta maneira, através de um projeto de cunho 'civilizador', o nexo vital com a política do governo militar, 'plantar' nas terras amazônicas um núcleo urbano/rural sob a iniciativa do capital privado, impedindo, assim, a livre ocupação da terra. O discurso ideológico da "colonização como missão", trazia uma concepção de desenvolvimento aliado ao de benefício social:

> (...) este é o ponto principal em torno do qual a linguagem do colonizador vai traçando os objetivos da colonização e estruturando os conceitos sobre os quais erige a justificativa que percorre de ponta a ponta o seu discurso, isto é, a de que o colonizador possui, antes de qualquer interesse, uma missão social. Isto é, deve criar condições,

---

85 OLIVEIRA, João Mariano de. Relatório de Pesquisa: Enganos e mentiras nas formas de enquadramento nas zonas de colonização. Cuiabá/MT. UFMT, 1998. p. 12.

> orientar e conduzir os pequenos produtores para que esses possam usufruir dos benéficos da terra como proprietários. Nesse sentido, os "espaços vazios" devem se tornar produtivos pelo trabalho dos homens que chegam à procura de terra, como deve ser através desse trabalho que o desenvolvimento da região poderá ser incrementado. Assim, a retórica da ocupação efetiva dos "espaços vazios" para gerar divisas à região e ao país, quando combinada ao discurso da missão social, torna-se um veículo forte na comunicação do colonizador com os pequenos agricultores e demais setores da sociedade[86].

A respeito das representações sobre Mato Grosso, em seus discursos as elites políticas criaram mitos como "terra da promissão", celeiro do mundo, "Estado solução", lugar do "progresso para todos". Nesse jogo de afirmações revelam-se as desigualdades, os conflitos e as contradições dos "sonhos, projetos e utopias referentes à ocupação e colonização da região, embora modificadas pela própria dinâmica das relações sociais ao longo da História, continuam presentes ainda hoje nas formulações sobre a fronteira. agrícola, alimentando a dinâmica da expansão capitalista e povoando o imaginário de mato-grossenses despossuídos que para lá se dirigiram"[87].

A Amazônia mato-grossense foi 'reorganizada' sob a doutrina de segurança nacional, com significativas mudanças (aceleradas) econômicas, políticas e espacial, nas cidades e no campo, porém no social ocorreu um a situação diferente, a partir do momento que poucos tiveram êxito na fronteira. Para ocultar essa realidade, políticos e administradores utilizaram-se de táticas discursivas de tudo dizer, sem nada esclarecer à sociedade, seguindo os interesses e à lógica dos diversos grupos de poder e de riqueza.

Neste contexto, dentre as cidades do norte de Mato Grosso, Sinop destaca-se como pólo regional, localizada numa área de expansão da fronteira agrícola da década de 1970, considerada como centro regional, quer pelos investimentos direcionados, pelo planejamento controlado ou pelo poder econômico e político que exerce sobre as outras cidades do norte de Mato Grosso[88]. Os aparelhos privados de hegemonia, como a Colonizadora Sinop e o Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso,

---

86 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde. Política de Colonização no Brasil Contemporâneo.* Cuiabá/MT: UNICEN, 2002, p. 92 e 98.

87 GALETTI. Lylia da S. Guedes. *De sertão à fronteira: as representações sobre o território de Mato Grosso nos séculos XIX e XX.* Cuiabá/MT: UFMT. CNPq. 1992. p. 15

88 Segundo Zuleika Alves Arruda, "a configuração contemporânea do espaço mato-grossense como fronteira de expansão do capital, resultou simultaneamente das formas econômicas e sociais de ocupação e colonização de seu território, bem como das representações sociais, em permanente elaboração, ao longo desse processo. Ou seja, são elementos constitutivos de práticas sociais concretas que historicamente se configuraram". *SINOP: Território(s) d e Múltiplas e Incompletas Reflexões.* Recife/PE: UFP/CFCH – Departamento de Geografia. Dissertação de Mestrado. Março de 1997. P. 21.

dominam a organização e produção social mediante recursos legais e estratégicos cujo objetivo é exercer maior controle sobre a população. A condição geral da realização do processo de reprodução do capital, como fruto das contradições emergentes do conflito entre os interesses do capital e a necessidade de acumulação voraz e imediata.

Os discursos de políticos e intelectuais orgânicos apresentam as "vantagens da fronteira" como sendo uma região que possui benefícios e oportunidades para todos, justificando, desta forma, a devastação ambiental e o custo social desta política de ocupação das chamadas novas áreas da Amazônia mato-grossense. Enquanto estratégias de controle social, utilizam-se de mecanismos políticos, econômicos e simbólicos para disciplinar as pessoas, como normas sociais, práticas de correção e controle do espaço urbano. "Como o dispositivo panóptico de Benthan, que organiza unidades espaciais, onde o olhar invisível que permite ver tudo permanentemente sem ser visto, impregnando quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem olha. Esses trabalhadores das áreas da colonização particular retratavam a "imagem de verdadeiros guerreiros disciplinados prontos para ocupar a nova terra". Esse tipo de colonização implantado, considerado como 'modelo', constitui, na realidade, um controle social sobre homens e sobre o espaço"[89].

Mediante este contexto, importa destacar aqui o significado político da expansão das empresas de colonização nesse setor. A eficácia desse discurso sobre a fronteira é importante na construção de uma rede política entre as varias cidades do norte mato-grossense, funcionando como impulsionador do deslocamento coletivo de migrantes. Por outro lado, atua também junto à própria população da região, fazendo com que ela aceite e justifique as transformações drásticas e dolorosas (como o desmatamento intensivo e depredador), provocadas pelas políticas de ocupação e colonização de áreas ditas de fronteira, tudo em nome do 'progresso', como esse depoimento:

> Com apenas 14 anos de existência, o município se desenvolve a passos largos, de forma exemplar para todo o Brasil. É um dos poucos, talvez o único, que constrói sem tomar conhecimento das crises, sejam elas econômicas, políticas ou sociais. O negócio aqui é construir, crescer, melhorar. Por aqui não se perdeu (e é bom que nunca se perca) o espírito do pioneirismo, do acreditar que amanhã será sempre melhor.

---

[89] ARRUDA, Zuleika Alves. Op. Cit. P. 25. "O panóptico é a maneira de definir as relações de poder com a vida quotidiana aos homens. É na realidade, uma figura de tecnologia política que se pode e deve destacar de qualquer uso específico. É uma maneira de fazer funcionar as relações de poder em função das estratégias do poder". FOUCAULT. M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.33.

> Não apenas por que se espera que isso aconteça. Mas porque se trabalha para isso[90].

As intenções da colonizadora não era apenas os investimentos econômicos, mas também construir um domínio político na região. Não bastava fundar cidades, era necessário deixar cunhado no espaço as suas marcas. Era uma luta pela ideologização do poder simbólico local e regional com consolidação de projeto estratégico regional. "a metrópole do nortão", a "capital do nortão". A propaganda foi a estratégia utilizada para construir uma hegemonia regional, sempre com o lema do progresso. É importante destacar que,

> Nos registros históricos oferecidos pela Colonizadora, o que prevalece é o relato do progresso e a história daqueles pioneiros que conseguiram acumular capitais, ou seja, os bem-sucedidos. Identificar aqueles que fracassaram em seus sonhos e não conseguiram a projeção social dentro da sociedade que se constituía, não é fácil dentro desse contexto histórico preestabelecido. A história da cidade deveria ser uma história de progresso e conquistas, não existindo espaço para os derrotados. E, mais uma vez, esses cidadãos são excluídos da cidade; da sua história[91].

Estas práticas políticas vão fazer surgir os "heróis da fronteira", enaltecendo os "desbravadores, os colonizadores, os pioneiros", que mais tarde enfeitarão a galeria de "figuras ilustres" da classe dominante, caracterizando-se como uma apologia à dinâmica da expansão capitalista do norte de Mato Grosso. Mas a história da cidade não é construída só por aqueles que conseguiram ascensão social e econômica, mas pelos demais que vieram com o mesmo sonho de possuir um lugar para morar e foram silenciados e excluídos da história oficial, como relatou um morador anônimo: "viemos em busca de um sonho, mas se a gente aqui falasse que isso aqui não era bom ou fosse contrário a algumas determinações da Colonizadora, ou que fomos enganados, era perigo. [...] Nem que a gente tava vendo o prejuízo, na frente dos outros tinha que dizer que estava bem"[92].

Enquanto estratégia política, de controle social e simbólica, construiu-se um discurso ufanista sobre o "Nortão", o mito da terra prometida, do progresso, do futuro, da prosperidade, do sonho, da terra das realizações. Porque as pessoas acreditaram nos

---

90 Revista do Instituto Norte Mato-Grossense. *O primeiro aniversário*. Sinop/MT. 1993. p.3

91 ARRUDA, Zuleika Alves. *SINOP: Território(s) d e Múltiplas e Incompletas Reflexões.* Recife/PE: UFP/CFCH – Departamento de Geografia. Dissertação de Mestrado. Março de 1997. p. 96.

92 Ibid.

discursos, nos mitos, nas verdades construídas nestas cidades de fronteira? Neste sentido, o progresso passa a ser uma fonte inspiradora para estas pessoas: "vamos trabalhar ordeiramente, respeitando o Pai, o Padre, o político e o Herói Colonizador"[93]. A esse respeito vejamos o discurso de Enio Pipino pela ocasião da extensão da Universidade Federal de mato Grosso em Sinop:

> É com muita alegria e emocionado que vejo hoje o Campus da Universidade Federal instalado aqui em Sinop, coroado de êxito. Pensamento este que tivemos em 1982. Naquela época era um atrevimento pensado na extensão da Universidade Federal para esta terra em desbravamento. Nós precisávamos de uma instituição forte para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, algo grande e magnífico, que viesse nos orientar a abertura do sertão, que viesse nos criar uma confiança maior naqueles que vieram, derramaram aqui o seu suor e o seu sangue, pela criação de suas famílias no Norte do Estado. Estou hoje muito alegre e satisfeito e com grande contentamento, pois Deus ouviu nossas preces. Ele atendeu nossas preces. Ele criou para nós o entusiasmo de continuar na luta até que se concretizasse aqui em Sinop, aquilo que imaginávamos dez anos atrás. Lutamos por isto, e Deus nos deu também a felicidade de termos um prefeito que acreditava como este velho colonizador, que lutou como este velho colonizador, com a mesma esperança e com o mesmo entusiasmo, a concretização deste sonho. Falo aqui do meu amigo Adenir Barbosa. Também através da luta desenvolvida por ele me considero hoje feliz e realizado[94].

No processo de implantação do Campus da Universidade Federal de Mato Grosso em Sinop, a Colonizadora cedeu para esta Instituição uma área de 60 hectares, enquanto 'estímulo' para a sua definitiva instalação. No dia que foi realizada a entrega oficial o Prefeito Municipal de Sinop, Adenir Alves Barbosa, expressou-se desta forma:

> O dia doze de setembro de 1992 foi muito especial para todos nós, e especialmente para mim. Como disse naquele dia o colonizador Ênio Pipino, "dez anos durou nossa aspiração." Foi uma luta iniciada pelo colonizador Ênio Pipino e sua equipe, que encaminhou ao reitor da Universidade em 1982 a primeira solicitação da implantação da extensão da UFMT em Sinop. O trabalho da comunidade sinopense, através de todos os segmentos, somou muito para que conseguíssemos sensibilizar a administração da Universidade Federal e o Ministério da Educação, da importância desta Instituição em Sinop. Antes da implantação deste instituto os pais de família precisavam mandar seus filhos para o sul do país, para dar continuidade a seus estudos, gerando uma série de despesas e preocupações. Hoje, isto não é mais necessário, pois temos a tranqüilidade de saber que dentro dos poucos meses teremos aqui em Sinop cursos de graduação, com vagas oferecidas não só para os alunos de Sinop, mas para toda a região[95].

---

93 A propósito deste tema, consultar a obra: *Psicologia de massas do fascismo.* Wilhem Reich. Martins Fontes. Principalmente o Cap. II: "A ideologia autoritária da família na psicologia de massas do fascismo".

94 REVISTA SINOP CRISTÃ. Sinop/MT: 2006, p.9.

95 Revista do Instituto Norte Mato-Grossense. O primeiro aniversário. p.8.

Certos discursos nascidos do contexto do regime militar, sobre o espaço norte mato-grossense, do qual destaca-se aquele que convencionou-se chamar, pelos políticos e planejadores da época de "Nortão" [96], onde procuravam vender terras para os colonos, onde em pouco tempo muitos fracassaram e seguiram em frente ou retornaram para suas origens. Esta realidade projetada pelos governos autoritários, apresentava a Amazônia como sendo o lugar onde a "paz" e o futuro residiam, sem problema de falta de terra ou crise social, contribuindo para resolver os problemas da sociedade brasileira, procurando valer a nova ordem: a pretendida "integração nacional". Nesse contexto, o medo, a insegurança e o silêncio dominaram o conjunto da sociedade. Desta forma, o Estado passa a fazer parte das políticas públicas de colonização, envolvendo pessoas sobre o plano técnico, econômico, social, religioso e principalmente político.

> Na concepção do paraíso, o engano, a mentira, o erro deliberado se expressa nas promessas de um pedaço de chão aos pequenos produtores agrícolas e de um porvir próspero, sempre associados à idéia de uma ascensão econômica e social possível. Portanto, a liberdade e a segurança do fausto futuro, sempre estiveram aí, bem contornados. No 'paraíso' os ricos e poderosos teriam terreno livre para fazer frutificar sem riscos seus capitais, pois um conjunto de ações e estratégias públicas e particulares a eles garantia a assegurava a estabilidade social e econômica, uma terra sem conflitos, com incentivos e benefícios fiscais e de crédito[97].

Estes migrantes procuravam reproduzir a sua condição social, acreditando nas promessas de riquezas e liberdade, na esperança, onde os discursos oficiais, as exaltações sobre o espaço promissor, sempre fizeram parte das campanhas publicitárias e dos discursos políticos, criando um hábitus de classe do paraíso promissor, que interessava aos grupos de poder e ao regime, para povoar as terras da Amazônia brasileira. Como podemos observar nos depoimentos abaixo:

> O 'nortão' em destaque: o desenvolvimento acelerado do Norte de Mato Grosso é o resultado da força de vontade, fé e esperança de cada um que para cá veio em busca de dias melhores para si e sua família. É uma revolução diária, que na maioria das vezes fica esquecida, sem história, sem memória, sem valorização[98].

---

96 Cf. OLIVEIRA, João Mariano de. *A Esperança Vem na Frente: Contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop.* Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP. São Paulo: 1983. Para o autor, esta é uma imagem de engrandecimento, de progresso, à semelhança do termo "grande", apropriado indevidamente da geografia para dar idéia de realização grandiosa, construída pelos colonizadores do Norte de Mato Grosso na década de 1970.

97 OLIVEIRA, João Mariano de. Relatório de Pesquisa: Enganos e mentiras nas formas de enquadramento nas zonas de colonização. Cuiabá/MT. UFMT, 1998. P. 06.

98 Revista Nortão. Edição Especial: O desafio dos Novos Prefeitos. Sinop/MT: Edição nº 01, Ano 01, nº 01. fevereiro de 1997. p.5.

> Aqui o futuro é garantido: Prefeito Antônio Contini lembra que 'Sinop é uma das poucas cidades com garantia absoluta de crescimento. O que ressalta acima de tudo, nesse contexto, é o fato de Sinop ter sido bem planejada para a colonização, esse planejamento ter sido obedecido estritamente isso faz com que, hoje, possamos ter Sinop como modelo para Mato Grosso e o Brasil. Quando se planejou colonizar a Gleba celeste todos os aspectos foram levados em conta e as correções necessárias foram sendo prontamente feitas. É modelo de reforma agrária e de cidade organizada[99].

Domina nesses discursos, a valorização de novas imagens sobre uma região, cujas lendas e mitos estão presentes no imaginário social, sendo necessários para garantir o processo de ocupação da fronteira norte mato-grossense. Acredito que a escrita da História, precisa levar em consideração as particularidades regionais no contexto da Historia contemporânea, para desnaturalizar as versões dos chamados "criadores de cidades" por eles criados para levar em frente seus empreendimentos, contribuindo para desvendar tudo aquilo que por três décadas foram negligenciados, escondidos da sociedade, táticas usadas para fazer valer o seu poder, sua força, seus projetos e interesses, sua "conquista e civilização da Amazônia", como no anúncio "terra de vencedores":

> Dinamismo, coragem e determinação de preencher os claros do mapa (sic) certamente foram as virtudes que motivaram o desbravador Ênio Pipino a abrir uma clareira no meio da mata e plantar a semente da cidade futuro: Sinop. Provavelmente em poucos países, talvez nenhum, ainda se faça cidades – não como no Brasil -, sobremaneira porque não exista mais homens com a têmpera do plantador de cidades. Feita a primeira derrubada em 1974, no dia 14 de setembro, surgiu a Gleba Celeste, que, debruçada às margens da BR 163, contemplaria seu crescimento relâmpago – à exceção do cenário nacional. "Estrategicamente privilegiada pela natureza, Sinop está às portas da ligação rodoviária do Corredor Bioceânico Atlântico-Pacífico, pela rodovia Cuiabá-Santarém e pelos rios Teles Pires-Tapajós." Sobremaneira a migração sulista ganhou corpo após Ênio Pipino e seu grupo (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – daí o nome Sinop)-atraídos pelo programa do governo federal de ocupação da Amazônia – comprarem uma área de 198.440 hectares à margem direita do rio Celeste do Teles Pires, tendo ainda o Ferro, o Tartaruga e outros cursos d' água. Assim começou o planejamento para ocupação da Gleba Celeste. Em tempo, na área adquirida foram implantadas outras três cidades: Vera, Carmem e Cláudia – não poderia ser diferente, Ênio Pipino era um plantador de cidades[100].

As decisões e políticas são colocadas de cima para baixo sem levar em consideração a realidade local, tudo para atender as necessidades do capitalismo em

---

[99] Revista Estilo. Sinop, uma cidade marcada para o progresso. Sinop/MT: Ano 01. Dezembro de 1994, p.5.

[100] Revista Capital: A Crise do Império. Sinop/MT. 2004. p. 32.

expansão, pois ocorreu o fracasso e o esvaziamento das zonas de colonização da Amazônia mato-grossense, com inchaço de algumas cidades como Cuiabá, Sinop, Alta Floresta, dentre outras. As formas de controle geradas pelos grupos dirigentes e seus aparelhos privados de hegemonia, tinha como objetivo a manipulação da memória coletiva, mas também disciplinar a sociedade, criando meios de estreitamento dos vínculos que unem os membros dessas primeiras famílias, mas também entre estas e o colonizador, numa relação de gratidão, confiança e fidelidade. O exemplo dessa relação entre as partes, foi a "doação"pela empresa colonizadora de áreas de terras para a Igreja Católica onde construiu diversas paróquias, a Mitra Diocesana e a Catedral da cidade, além de terrenos para clubes sociais, escolas, entidades e sindicatos patronais como ACRINORT, SINDUSMAD, Sindicato Rural, dentre outros.

A colonizadora Sinop até 1980 era quem administrava a cidade, sendo proprietária da maior parte das terras rurais e urbanas. A partir de 1981, com a emancipação do município é que ocorreu a "transferência simbólica" para o poder público municipal – Prefeito Osvaldo Paula, 'homem de confiança' da Empresa e ex-sócio da Cooperativa Mista Celeste, pertencente ao Grupo Sinop. Esse gestor não possui muita autonomia para gerir o município, estando atrelado aos interesses da Colonizadora, onde estava em jogo os interesses econômicos da empresa, pois continuava controlando e dirigindo o crescimento urbano a partir de seu projeto de expansão, valorização e comercialização imobiliária. A este respeito, vejamos a afirmação de Enio Pipino, proprietário da colonizadora Sinop:

> Quem chega a Sinop (hoje) não consegue imaginar que há bem pouco tempo aqui era apenas um pedaço de mata na região sul da bacia amazônica. O crescimento é vertiginoso. Aqui brota espontaneamente e sem esforço a prosperidade tanto pública como particular, isto ao se considerar que as práticas para o progresso da indústria e comércio e da agricultura florescente é o trabalho de forma geral que não é disperso e isolado e, menos ainda, oposto por razões de prestígio ou poder. Por isso – não por outro fator – que há um sentido e valor maior à obra que se pretendeu realizar: Sinop. Pois, se Sinop é a capital da madeira e, carinhosamente chamada, também, de futura capital do nortão, fixa-se a cada dia como pólo educacional da região, não apenas pelos 20.367 estudantes distribuídos nas redes de ensino municipal, estadual, particular de ensino e opções oferecidas. "Sinop é um sonho que se tornou realidade e, a cada dia imprime a certeza de ser Cidade Futuro"[101]

[101] Ibid.

As cidades, em uma lógica empresarial, são organizadas e geridas segundo os princípios de organização da produção. Essa nova concepção de gestão urbana, denominada por Harvey (1996) de empresariamento urbano, caracteriza-se por um novo papel empresarial do poder local, pelas crescentes parcerias entre a esfera pública e a esfera privada que almejam investimentos e crescimentos econômicos.

CAPÍTULO III

3. - CIDADES DE FRONTEIRA.

O discurso do governo federal para justificar a ocupação da Amazônia era a integração daquela região aos grandes centros consumidores do país, introduzindo assim, um modelo modernizador, visando a exploração dos recursos naturais. Este era o projeto político de controle da Amazônia brasileira, onde acima de tudo visava a exploração concentrada de suas riquezas, desconsiderando as reivindicações sociais de milhares de trabalhares que para aquela área se deslocaram.

A partir da década de 1970, a questão agrária brasileira transforma-se num assunto de ordem militar, tanto no âmbito privado, quanto do público, ficando os movimentos sociais e a luta pela terra submetidos à vigilância de órgãos de segurança nacional, naquilo que Martins denominou como militarização da questão agrária no Brasil.

Na década de 1970, acentuou-se e tornou-se forte, na Amazônia Meridional (norte de Mato Grosso), a colonização através da iniciativa privada (a colonização privada se dirige a uma camada de migrantes um pouco mais favorecidos, uma vez que é necessário pagar a terra), no eixo da Rodovia Cuiabá-Santarém[102], um processo de urbanização da nova fronteira agrícola: o crescimento das "Cidades das Companhias", como a SINOP e a INDECO, empresas capitalizadas e exercendo um certo controle e organização implantados em grandes projetos de colonização[103] e exploração mineral, baseados num sistema de núcleos urbano-rurais hierarquizados em torno de um pólo, a Rurópolis. Dessa forma muitos colonos atraídos do Sul pela propaganda das Colonizadoras caíram nas armadilhas preparadas para eles, acreditando na lisura de

---

102 A abertura das estradas: Belém-Brasília; Cuiabá-Porto Velho; Cuiabá-Santarém etc., vai reorientar o espaço amazônico para o centro econômico do país (Sudeste e Sul), possibilitando que as dinâmicas vindas destas regiões penetrem os novos espaços abertos (exploração mineral, pecuária, especulação fundiária, colonização agrícola - controlada ou espontânea etc...). Às suas margens, novas cidades irão nascer, bem como tirar da letargia as já tradicionais.

103 Becker afirma, ainda, que "os projetos de colonização representam, de maneira geral (isto é, não somente no Brasil mas no mundo inteiro), a realização, pelos poderes públicos ou sociedades privadas, de uma construção utópica com todas suas características (obsessão pela ordem, pela organização, pelo geométrico), que acaba em última análise na elaboração de uma estrutura vazia de sentido, na qual foram negligenciados os mecanismos reguladores, que poderiam eventualmente possibilitar a correção das tendências evolutivas decorrentes das dinâmicas sociais reais. Assim, todos os projetos de colonização conhecidos derivam ou se ajustam a estas dinâmicas, num tempo variável, mas em geral curto".

procedimento destas empresas. Esta política dos governos militares de ocupar a Amazônia, implementadas a partir das décadas de sessenta e setenta, beneficiaram as grandes e médias empresas de mineração, madeireiras e grandes fazendeiros, em detrimento das populações indígenas, pequenos produtores, colonos e posseiros.

> A experiência da implantação de projetos de colonização no norte do Paraná, alcançada ao longo de um quarto de século, com a implantação de mais de uma dezena de cidades, numa área de mais de 300 mil hectares, onde hoje vivem mais de 600 mil pessoas, o grupo comandado por Enio Pipino elaborou o projeto da GLEBA CELESTE, inserindo nele toda uma aperfeiçoada tecnologia de colonização. O "Bandeirante do Século XX" semeou cidades e deixou às futuras gerações um legado sólido e promissor. Neste contexto, o Estado de Mato Grosso ocupa posição destacada no ambiente nacional, e, em Mato Grosso , Sinop. Na verdade, a cidade, distante de Cuiabá 500 quilômetros, surge hoje como uma clareira de civilização no limiar do terceiro milênio, decorridos apenas 24 anos da sua promissora fundação. O Colonizador Enio Pipino, que implantou as cidades de Vera, santa Carmem, Cláudia e Sinop, no norte de MT, teve uma grande visão econômica ao elaborar com a equipe da Sinop colonizadora o projeto de colonização da Gleba Celeste[104].

Neste contexto, a colonização particular passa a receber grande incentivo do governo federal que abandona a política de colonização Oficial a partir de 1974, oferecendo por sua vez, facilidades e incentivos. Estas empresas colonizadoras são verdadeiras empresas capitalistas, e como tais agem. "Em relação à seleção dos colonos, as próprias colonizadoras têm (sic) encarregado de promover tal seleção. A preferência sempre recai nos agricultores do Sul do país, com mais experiência no trato da lavoura e com recursos financeiros suficientes para comprarem as terras e lotes oferecidos pelas empresas"[105]. Para tal mentalidade não "é possível" a economia para os pequenos agricultores, posseiros e meeiros, cuja atividade é vista como predatória da natureza. Neste contexto, um dos fatores que contribuiu para a colonização privada no Norte de Mato Grosso foi a criação pelo Governo Federal do PROTERRA, que forneceu créditos para financiamentos de terras na Amazônia Legal. Através dessa política, grandes extensões de terras públicas foram "vendidas" pelo Governo daquele Estado às firmas particulares do Sul e Sudeste do País, que venderam para migrantes daqueles Estados do Brasil. Desta forma, o governo delegou a responsabilidade de ocupação 'racional da terra' nas fronteiras agrícolas. SCHAEFER afirma que os Governos (Federal e Estadual)

---

104 REVISTA SINOP – O FUTURO É AGORA: *meio século de conquistas.* Sinop/MT: p. 34.

105 SCHAEFER, José Renato. *As Migrações Rurais e Implicações Pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do sul do País em direção ao Norte do Mato Grosso.* São Paulo: Loyola, 1985. p.50.

não "tomaram nenhuma medida legal ou sanções para assegurar algum controle público sobre as características dos projetos, como o tamanho do lote, número de lotes por colonos, facilidades de infra-estrutura econômica e social, condições de venda e revenda, prazos de financiamento, etc. Assim, as firmas têm liberdade para estabelecerem os seus interesses nestas questões sem medo de serem fiscalizadas pelo governo"[106]. A colonização do norte de Mato Grosso desenvolvida por essas empresas: SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná; INDECO – Integração, Desenvolvimento e Colonização; COLÍDER – Colonização, Industrialização e Desenvolvimento Rural, MUTUM, PROJETO ARIPUANÃ, PROJETO JURUENA, MAIKÁ, dentre outras), ocorreu porque era um bom negócio que rendeu muito dinheiro para essas firmas que se dedicaram ao ramo imobiliário. Esse tipo de colonização privada, era seletiva pois haviam exigências requeridas aos migrantes que pretendessem adquirir um lote. Nestes projetos de colonização o papel da sociedade civil, na concepção gramsciana - Colonizadores e a Associação dos Empresários da Amazônia (cuja sede ficava em São Paulo, onde os seus 250 sócios ditavam as regras sobre o que era "bom para Amazônia") em relação à sociedade política, fica muito claro como no depoimento de Ariosto da Riva:

> Os projetos de Alta Floresta e Paranaíta representam uma solução à migração interna dos pequenos e médios agricultores expulsos do campo para a lavouras mecanizadas. Representam reforma agrária e distribuição de renda. Criam riqueza interna com o aumento da produção agrícola. Geram arrecadação para ser investida na região, novos empregos e divisas para o país. Atenuam desequilíbrios regionais, tendência secular do nosso desenvolvimento. O projeto da INDECO S/A está situado em área abrangida pelo programa Poloamazônia, que somado aos outros programas de investimento da livre iniciativa tornará realidade a ocupação dos espaços vazios da região amazônica[107].

Neste sentido, ocorreu uma pressão muito grande aos órgãos de fomento para o desenvolvimento regional como o BASA – Banco da Amazônia S/A e a SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, no sentido de priorizar a colonização particular em relação à pública, mostrando que estas "eram capazes de realizar" com maior eficiência a colonização daquela região.

O discurso político, correspondendo a essa prática, aponta a integração da nação brasileira, fundamentada na concepção de segurança nacional, como estratégia para o

---

106 SCHAEFER, José Renato. Op. Cit. P. 54.
107 Ibid. p. 81.

desenvolvimento econômico de regiões como a Amazônia, disciplinando o seu processo de ocupação. Além disso, esse discurso produz toda uma representação política de cunho nacionalista em que o Estado aparece com a missão de incorporar terras (ao mercado), defender fronteiras e preservar riquezas. Caminho de mais uma etapa civilizatória e necessária à construção de um 'Brasil Grande'[108]. A nova cidade era o objetivo principal a Colonizadora Sinop. Por isto ela foi "batizada" com a sigla da empresa: SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná[109]. A esse respeito, vejamos a mensagem do Colonizador Enio Pipino, chamado de "O semeador de cidades".

> A Gleba Celeste era um mundo verde, dormindo, na solidão da Amazônia.Transformamos o seu rosto, abrindo clareiras e picadas na mata virgem. E nasceram os primeiros povoados, esperançosas cidade de hoje, crianças ainda, mas correndo, céleres, para o progresso. E lavradores enfeitaram de roças novas a terra. E tempos de fé passaram a glorificar a Deus. E o comércio se tornou forte e a indústria já anuncia rolos de fumaça nas chaminés e gritos de sirenes acordando à distância.
> E neste novo mundo, esperançoso e feliz, crianças aprendem as suas primeiras letras e os jovens conquistam bancos colegiais. Como é bom alargar fronteiras de nossa Pátria! Como é dadivoso o ideal que se enfeita de realizações! Agora, a Gleba Celeste acena para o Brasil, como novo mundo de riquezas e civilização – prêmio maior ao nosso ideal de plantar cidades, vendo a terra abrir-se em floradas, a anunciar milagres da colheita[110].

Ao incluir os interesses de exploração econômica da Amazônia sob controle e vigilância do campo político autoritário, os governos militares dirigiram os projetos de ocupação e acesso às terras públicas mediante a criação de planos nacionais, como o PIN, que utilizando de uma maciça propaganda, estimulou o deslocamento de agricultores empobrecidos para as novas áreas de colonização da Amazônia. Dentre as estratégias para a exploração econômica e domínio territorial dos 'novos espaços', destacam-se: a concessão de grandes áreas de terras e incentivos fiscais a empresários para investimentos em projetos agropecuários, agroindustriais e minerais. Ou seja, no nível do "discurso oficial os problemas sociais ocasionados pela disputa política no campo encontram-se relacionados à concentração de pequenos produtores rurais em determinadas áreas do país, aliviando desta forma as tensões sociais do Sul e Nordeste

---

108 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades e Colonização.* Cuiabá/MT. UFMT/ICHF. 2006. p. 2 (mimeo).

109 REVISTA SINOP – MODELO DE COLONIZAÇÃO. Edição Histórica. Dez. de 1994. Pág. 14.

110 Ibid. p. 25.

do país”[111]. Sob essa perspectiva, investigamos a lógica de ação política da classe dominante, a sua busca por legitimidade e a formação de um “consenso” em torno da idéia de progresso mais adequada aos seus fins, procurando satisfazer interesses particulares ao longo do tempo e consolidando-se nas esferas econômicas e políticas, local, regional e nacional.

Neste contexto, é relevante pensarmos as relações de poder no âmbito local X global. Como se constitui o poder local X regional? E qual é o papel que desempenha a nova fronteira dentro de uma economia internacional? Não só fronteira agrícola, mas uma nova fronteira de inserção dos grupos de capital local num contexto global. A importância de se estudar a questão agrária, não apenas como uma análise econômica, mas também como uma posição política, no contexto das relações capitalistas de trabalho e produção, como se formaram as redes de organizações sociais, culturais, econômicas, religiosas a nível regional e qual o seu interesse.

As cidades de fronteira têm a preocupação de trazer para si mesmas a representação do progresso enquanto ideologia dominante, não sendo uma questão recente, mas construída historicamente. Segundo Mendonça, “técnica e progresso, razão e indivisibilidade: desde a segunda metade do século XIX e inícios do século XX, o mundo foi envolvido por uma aura de modernidade e pela crença no caráter missionário, quase religioso do progresso”[112]. Afirmamos que a natureza política dessas novas cidades é a da Ditadura Militar, e isso vai definir sua estrutura social. As disciplinas constituintes das práticas sociais formarão a imagem do “Nortão” e uma nova arquitetura passará a substituir a da colonização, formando uma memória heróica, pois não querem mais saber de “histórias tristes” do início da colonização. Vejamos o depoimento do ex-Prefeito de Sinop:

> Para dar uma resposta rápida à população e atender as exigências de uma cidade que cresce com um número três vezes maior do que a média nacional, o Prefeito Nilson Leitão trabalha neste primeiro ano de mandato atropelando aquilo que deixa de ser feito. Ele confessa a sua paixão pela cidade que administra e assume a responsabilidade de dar estrutura e preparar Sinop para a surto econômico que começou já em 1988 e se avolumou de lá para cá. E a novidade que existe é a cada dia você acaba compreendendo que o político, em si, não é feito de experiências, não é feito de passado apenas; nem de aprendizado; ele é

---

111 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Op. Cit. P. 4.

112 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Os vetores da fantasia: Modernização e progresso num discurso político da Primeira República*. In: *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*. Niterói/RJ: Ano II. Nº 2 – 1º Sem./1990. p. 17.

> feito acima de tudo, de intenções. E quando tem intenção de realizar, não existe obstáculo. Nem mesmo a falta de conhecimento atrapalha. O que é preciso é ter objetivo, metas e a humildade de entender que a maioria dos assuntos é leigo como qualquer cidadão. Sinop é uma cidade que cresce por si só. Quem vive em Mato Grosso e conhece o norte do estado, sabe que passaram alguns prefeitos e eu estou nesta gestão deste novo milênio e a cidade não parou de crescer. O que faltava na verdade era uma política de incentivos aos empresários[113].

As cidades do norte de Mato Grosso, principalmente Sinop e Alta Floresta, impõem-se no contexto, sob o signo do progresso, como "modelos" de desenvolvimento bem sucedidos e pilotados pela iniciativa privada. Nessas cidades de fronteira o fator capital e trabalho são tidos como 'valores, a pressa para fazer e construir revela uma aceleração do capitalismo enquanto ordem para acumular e ampliar os seus lucros, logo essas cidades são criadas para servir à economia e não à sociedade. Segundo Arruda,

> Desde o seu processo inicial de produção espacial, a gestão desses espaços, sua articulação, a venda e a revenda ficam nas mãos do capital privado até a consecução dos seus interesses, passando para o Estado a responsabilidade de viabilizar o suporte de infra-estrutura, serviços etc. enfim, a gestão urbana passa a ser realizada pelo poder público, sendo que o papel da Colonizadora, como agente privado, permanece no controle de forma para garantir os interesses mercantis presentes desde o processo inicial de implantação do estabelecimento[114].

Fazendo parte do processo de colonização particular do norte mato-grossense, em 1974 foi fundada, dentro da Gleba Celeste, o núcleo de Sinop já instalado e com o traçado da BR-163 (Cuiabá-Santarém) definido às margens desta Rodovia. Por sua posição estratégica às margens da BR-163, Sinop adquiriu a primazia entre os núcleos urbanos da Colonizadora, passando a concentrar as atividades comerciais, industriais e os serviços e, por suas funções, a comandar a forma de ocupação dentro da área. Os outros centros - Vera, Carmem e Cláudia -, este último criado em 1978 com a expansão do projeto, constituem centros menores. Foi ainda em 1972, após a abertura da área, que chegaram as primeiras famílias: Família Olímpio João Pissinatti Guerra; Família Lindolfo Trieweiller; Família Braz Claro dos Anjos; Família José Montanher; Família Mauri Weirich, Família Osvaldo de Paula; Família Dirceu de Cézaro; Família Sebastião Salles Mendes; Família Aleixo Schenatto; Família Osmar Jordan; Família Antonio Brioski; Família José Pareja; Família Olivio Oelke; Família Valentim Vendressi;

---

113 REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de Junho. Sinop/MT .p 12.

114 ARRUDA, ZuleiKa. A cidade como mercadoria – práticas sócio-espaciais em áreas de fronteira agrícola. In: RODRIGUES, Arlete Moysés. (Org.). Textos Didáticos: Problemática Ambiental Urbana. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP. Nº 56 – Outubro de 2005. 2004 p. p.183.

Família Arlindo Zuanazzi; Família Plínio Callegaro; Família José Maurício Macedo; Família José Molon; Família Armando Dias e outras[115]. Num artigo publicado em 1986 por um jornal de Sinop intitulado "Pioneiros, a memória viva da cidade", algumas pessoas relatam a sua experiência de aventura na floresta.

> Para o Sr. Lindolfo Triewailer, conquistar a Amazônia era seguir o sonho dos avós, que tinham vindo da Europa, para conquistar o Brasil. "Conhecer e conquistar novas terras, estava no sangue na gente", afirma ele. Oswaldo de Paula, estava em Sinop há 13 anos, veio para a região fugindo da especulação imobiliária na Região Sul. Além de ser um apaixonado pela terra, as condições eram propícias: "com a venda de quatro alqueires no Paraná, a gente conseguia adquirir 50 em Mato Grosso. E como o homem quer sempre crescer e o local apresentava inúmeras oportunidades, não pensei duas vezes: fiz minhas malas e aqui estou". Já o Sr. Olímpio Pissinati Guerra afirma que quando chegou a Sinop "só havia um posto no meio da mata. Era um barracãozinho que servia de alojamento para as caravanas que iam chegando - uma média de duas por semana. Mas apesar de todas as dificuldades, cada família que chegava, era motivo de festas[116].

As chácaras, previstas para formarem o cinturão verde, tinham uma dimensão em torno de 10 hectares e se encontravam alocadas em torno dos núcleos coloniais. Na prática, seus proprietários desenvolveram nelas também culturas permanentes. O projeto era basicamente de pequenas propriedades tendo em média 60 hectares, e, embora não houvesse impedimento para a compra de mais de um lote, essa situação se manteve. As pequenas propriedades corresponderam a 30% da colonização. No processo de colonização de Sinop, ocorreu denúncias de incorporação por parte da Colonizadora de áreas que não lhe pertenciam. Sobre esta questão de títulos deslocados da Gleba celeste, assim se expressa o ex-diretor executivo da colonizadora Sinop Carlos Celso:

> Existe um processo partindo de denúncia de uma pessoa de Santos-SP, que alega serem os títulos da colonizadora deslocados, dizendo inclusive que os títulos são de áreas devolutas, porém o governo federal afirma não existir tais áreas no Mato Grosso, precisamente na região norte. (...) Esse cidadão afirma que a empresa, em momento algum teria adquirido áreas do governo estadual. E ele tem razão. Porque quando ele vai ao Intermat e solicita uma certidão, nela vai constar que a Colonizadora Sinop ou até mesmo a Sinop Terras, que a empresa que deu origem à primeira, ou mesmo o saudoso Enio Pipino, em momento algum adquiriu terras do governo. Todas as terras que geraram a Gleba Celeste foram adquiridas de terceiros, e hoje

---

115 Revista de *Sinop – ESPECIAL*. Sinop/MT: Ano 02, Nº 02. 1996. p. 13.

116 Jornal o "Sinopeano". In: VIDIGAL, Circe da Fonseca. Sinop: *A Terra Prometida. Geopolítica de Ocupação da Amazônia.* São Paulo: USP. ICHS, Dissertação de Mestrado. 1992. p.168.

> temos 214 títulos que, somando dá essa terra, estando totalmente corretos[117].

Desde o início da colonização dessas cidades, as propagandas realizadas na mídia local e regional buscavam construir e vender de um espaço capaz de possibilitar bem-estar e progresso para todos. Desse modo, tornou-se necessário recorrer a meios simbólicos para que a cidade que surgia se tornasse um lugar concreto e alcançasse uma visibilidade no contexto urbano nacional, bem como, se constituísse em um símbolo de progresso e conquista espacial. A imagem que é difundida através da mídia, jornais e revistas especializadas, acaba coisificando o espaço.[118] E a propaganda foi uma das estratégias utilizadas para criar, inventar uma imagem impressionante e, consequentemente, incentivar o progresso da cidade.

> O município de Sinop surpreende, por sua potencialidade econômica e qualidade de vida, tanto àqueles que o visitam, como aos que nele aportam suas esperanças permanentes. Nele, nas suas variadas atividades produtivas, traçam-se harmoniosamente os perfis humanos de etnias diferentes, que, nesse cadinho fértil, souberam unir-se no orgulho positivo de ser sinopense: desbravador do passado; descortinador de futuros; perseverante e empreendedor no presente; e, lembrando das dificuldades passadas, acolhedor e hospitaleiro.A escolha de uma localização estratégica para a implantação da sede do município e a adoção de um projeto de colonização, que seguia a modelo do Incra, com lotes rurais de 5 a 300 hectares, lotes urbanos de 15 X35m, e chácaras no seu entorno, fez com que a cidade fosse realmente planejada. Isto, aliado à capacidade de antever e a energia para realizar o previsto deram aos sinopenses um dos melhores índices de vida do Estado[119].

A imagem[120] que é passada de um empreendimento promissor conseqüentemente difunde a cidade. Isso pode ser evidenciado pelos inúmeros artigos[121] elaborados pelas colonizadoras e, posteriormente, pelos gestores urbanos para consolidar a imagem da cidade associada à "modernidade", a um modelo de "cidade planejada", à temperatura de sua formação como condição para o seu progresso e desenvolvimento e, conseqüentemente, a sua visibilidade no cenário nacional.

---

117 Revista Nortão: A solução está na terra. Sinop/MT: Edição nº 03, ano 01, 1997. p. 11 e 12.

118 ARRUDA, Zuleika. Op. Cit. p. 184.

119 Revista Sinop: campo fértil para investir. Cuiabá. 2002, p.12.

120 A importância que adquirem a produção de imagens e a promoção das cidades está associada às atuais mudanças de padrão de gestão local para o chamado empresariamento urbano (cf. Harvey, 1996).

121 Inúmeros artigos foram editados no Jornal SINOPEANO (de propriedade da Colonizadora Sinop S/A) com o objetivo de viabilizar o projeto de colonização

> Para dar uma resposta rápida à população e atender as exigências de uma cidade que cresce com um número três vezes maior do que a média nacional, o Prefeito Nilson Leitão trabalha neste primeiro ano de mandato atropelando aquilo que deixou de ser feito. Ele confessa a sua paixão pela cidade que administra e assume a responsabilidade de dar estrutura e preparar Sinop para a surto econômico que começou já em 1988 e se avolumou de lá para cá[122].

Isso evidencia uma concorrência interurbana[123] para atrair empresas e consolidar o poder de comando no espaço regional. Transformar-se em um centro de comando econômico e político regional sendo "a capital do Norte de Mato Grosso" torna-se "desejo" de todos os setores da sociedade dessas "cidades novas" que passam a vender os "atributos específicos da cidade" como fator determinante para atingir seus interesses econômicos e políticos. Vejamos as palavras do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da sua visita à Sinop, em fevereiro de 2001: "Sinop é o símbolo do novo Brasil, de gente que trabalha, que avança e progride, com olhos voltados para o futuro, caminhando a passos largos para se tornar uma das principais cidades do País"[124].

Desse modo, colocar a cidade no mapa do mundo passou a ser um desafio estabelecido pelo poder local na tentativa de promover uma imagem positiva da cidade e conseqüentemente atrair investimentos financeiros, tecnologias e também pessoas interessadas em comercializar o espaço urbano, já que a "cidade não é apenas uma mercadoria, mas é, também, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores. No entanto, a abertura para o exterior é seletiva, não 'permitindo' a entrada de qualquer usuário que não atenda a um mercado consumista"[125].

Neste contexto, aquelas cidades que não alcançam um nível satisfatório de competitividade perderão sua posição nos mercados regionais, nacionais e internacionais. Neste sentido, toda uma 'propaganda' da cidade é divulgada:

> Sinop comemora neste ano de 2005 mais um ano de emancipação política e de fundação, sua maturidade é alimentada pelos sonhos das crianças e pelo entusiasmo do adolescente, sua sabedoria é feita de toda uma gente que constrói seu futuro numa terra de referência, de ações que fazem daqui um lugar melhor para se viver. Nessas terras o

---

122 Revista Sinop: campo fértil para investir. Cuiabá/MT. 2002, p. 08.
123 ARRUDA, Zuleika . Op. Cit. p. 189
124 Revista Sinop: campo fértil para investir. Cuiabá. 2002. p. 24.
125 ARRUDA, Zuleika . Op. Cit. p. 191

> progresso chegou, a paisagem mudou através das mãos de nossos bravos colonizadores, aqui foi plantada uma semente do sonho e da esperança de milhares de pessoas que hoje cultivam a realidade. Sinop apesar de jovem já colhe os frutos cultivados com muito sacrifício e hoje já conta com 110.000 habitantes, que são amparados por uma extensa rede de educação que oferece 17 (dezessete) escolas municipais que atendem 13 mil crianças na rede municipal de ensino, conta também com 10 (dez) creches municipais que beneficiam 1.600 alunos de 4 meses a 6 anos, transformando Sinop num futuro pólo educacional[126].

Devido às inúmeras possibilidades oferecidas pelo poder público, que almeja atrair investimentos para a cidade e, por outro lado, a uma política territorial e vantagens oferecidas pelas empresas (geração de novos empregos, tecnologia e inovação), as cidades entram em uma verdadeira guerra "guerra de lugares". Nessa perspectiva, a cidade é concebida como uma empresa que atua no contexto do mercado, devendo, portanto, transformar-se em competitiva e eficaz para vencer esta batalha travada entre os lugares.

> A experiência da implantação de projetos de colonização no norte do Paraná, alcançada ao longo de um quarto de século, com a implantação de mais de uma dezena de cidades, numa área de mais de 300 mil hectares, onde hoje vivem mais de 600 mil pessoas, o grupo comandado por Enio Pipino elaborou o projeto da GLEBA CELESTE, inserindo nele toda uma aperfeiçoada tecnologia de colonização. O "Bandeirante do Século XX" semeou cidades e deixou às futuras gerações um legado sólido e promissor. Neste contexto, o Estado de Mato Grosso ocupa posição destacada no ambiente nacional, e, em Mato Grosso , Sinop. Na verdade, a cidade, distante de Cuiabá 500 quilômetros, surge hoje como uma clareira de civilização no limiar do terceiro milênio, decorridos apenas 24 anos da sua promissora fundação. O Colonizador Enio Pipino, que implantou as cidades de Vera, santa Carmem, Cláudia e Sinop, no norte de MT, teve uma grande visão econômica ao elaborar com a equipe da Sinop colonizadora o projeto de colonização da Gleba Celeste[127].

Em nossas pesquisa constatamos que a elite dominante local ignora o processo histórico, afirmando que a História do município, começou com a chegada do colonizador. Isto deve-se em primeiro lugar pela origem das primeiras pessoas que vieram para Sinop. Fizeram parte do movimento migratório rural-rural e rural-urbano que a partir da década de 1970, foram expulsas pelo processo de modernização conservadora da agricultura no Sul do país, principalmente no Estado do Paraná e foram Mato Grosso em busca de melhores condições de vida.

---

126 Revista Capital: A Crise do Império. Sinop/MT: p. 20

127 REVISTA SINOP – O FUTURO É AGORA: *meio século de conquistas.* p. 34.

> A história de Sinop se desenvolveu num curto espaço de tempo. Teve início em 14 de setembro de 1974 (data de sua fundação), como resultado de um longo e cuidadoso projeto de colonização implantado em 645 mil hectares. Coube ao colonizador Enio Pipino a liderança dessa iniciativa para a implantação dos projetos de colonização. Em 17 de dezembro de 1979, pela Lei 4.156/79, foi elevada à categoria de município[128].

Sustentamos que o papel das cidades de fronteira, ou cidades fundadas pelas Companhias de Colonização, três décadas após a implantação dos primeiros projetos de colonização no norte de Mato Grosso, constata-se uma diversidade e complexidade das relações sociais constituídas nos espaços que deram origem a vários municípios, destacando-se especialmente aqueles cuja base da economia é a produção agrícola com alto grau de modernização e mecanização. Nesse amplo universo algumas ambigüidades podem ser observadas, pois alguns municípios de Mato Grosso são apresentados pela mídia como locais onde é possível fazer fortuna muito facilmente[129]. Há também uma maneira usual de se caracterizar os trabalhadores que convergem para esses municípios como "sonhadores", pois muitos desses, devido a exploração do capital, não conseguem alcançar melhores posições sociais, sendo responsáveis pela formação de "guetos de pobreza", o que caracterizaria a desigualdade social naquelas cidades de fronteira.

Portanto, vale lembrar, que as desigualdades sociais e a expropriação são características produzidas no e pelo próprio sistema capitalista. A colonização planejada oficial ou particular contribuiu para a expansão da fronteira, em seu significado mais amplo. A política desenvolvida para executá-la (como os organismos e programas criados a partir do início da década de 1970, serviu de estratégia de controle para se evitar uma colonização maciçamente espontânea. Apesar disso, em Mato Grosso, os projetos de colonização geraram ocupação desordenada, intensa degradação ambiental, expulsão e extermínio de grupos indígenas, expropriação de comunidades de seringueiros, posseiros e imposição da grande propriedade. Em Sorriso como na maior parte das áreas com agricultura mecanizada (modernizada) em Mato Grosso, mais de 50% da área está apropriada por estabelecimentos com mais de 1000 hectares[130].

---

128 Prefeitura Municipal de Sinop**:** *Sinop: A Capital do Nortão.* Sinop/MT: Convite de aniversário de Sinop, 1993.

129 Destacam-se: Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste, Tangará da Serra e Sapezal.

130 CUSTÓDIO, Regiane Cristina. Sorriso de tantas faces: a cidade (re) inventada Mato Grosso – pós 1970. Cuiabá/MT: Universidade Federal de Mato Grosso. ICHS. Mestrado em História. Março de 2005. P. 61-4.

> É interessante observar que, em Mato Grosso, as cidades surgem mais rapidamente em áreas de expansão recente da agricultura moderna, sendo os distritos desmembrados dos municípios de origem, grandes produtores de soja. Portanto, o principal responsável pelo notável crescimento das áreas urbanas em Mato Grosso e na região Centro-Oeste vem sendo em grande parte o processo de produção e expansão da fronteira dessa atividade, podendo-se afirmar que esse é um fenômeno eminentemente urbano, significando o desmembramento de municípios e instrumentalização da instância política na reestruturação do território[131].

O espaço urbano estruturado pela agricultura moderna está voltado para o fornecimento das condições gerais exigidas por essa produção agrícola, constituindo o suporte material onde se instalam as atividades comerciais voltadas para a agricultura, a exemplo das representações para a venda de insumos e máquinas, de serviços indispensáveis como consultorias, escritórios de planejamento, as redes de informação, a sede do fornecimento de crédito, assegurando as atividades de circulação, comercialização e gestão, para que se possam realizar as atividades de produção no campo. São cidades que constituem pontos de concentração de mão-de-obra, energia, capitais, mercadorias, lugares de interconexão e coordenação de fluxos, proporcionando ganhos de aglomeração[132].

Em síntese, os processos vinculados à viabilização do agronegócio globalizado, responsáveis pela dinâmica de produção dos modernos espaços agrícolas altamente tecnificados, necessitam de novos espaços urbanos, com novas funções, associadas à gestão das necessidades da produção, da comercialização e da circulação, assim como dos sistemas de comunicação e fluxos de informações que possibilitam a redução do tempo e redefinem a espacialidade dos circuitos de produção, permitindo que a região possa seguir a velocidade das mudanças e incorporar os elementos que facilitam sua competitividade no mercado internacional.

> Sinop tem hoje apenas cerca de 20% de sua área produtiva explorada, mas já é o maior produtor de arroz de terras altas no país, é destaque na produção de algodão no Estado, possui um grande potencial na agropecuária, com sete frigoríficos (dois grandes e cinco pequenos). A indústria da construção civil cresceu e o município se classificou proporcionalmente entre os 10 primeiros do País no ano de 2001. Este é o diferencial que está acontecendo em Sinop. Os números mostram que a estratégia da administração Nilson Leitão deu certo. Os investidores já sabem que Sinop é um município moderno, bem administrado e com um potencial muito grande de desenvolvimento.Um crescimento ordenado, com projetos arquitetônicos que expressam harmonia e

---

131 Ibid. P. 66.

132 Ibid.

> funcionalidade. Assim pode ser definida a construção civil da cidade de Sinop, que nos últimos quatro anos vem apresentado um crescimento surpreendente. Os números confirmam isso: no período dos meses de janeiro a julho, em 1999, foram concedidos cerca de 590 alvarás de construção. Este número subiu para 671 em 2000 e, em 2001, primeiro ano da administração do Prefeito Nilson Leitão, o crescimento foi de quase 50%, chegando a 930 alvarás concedidos.Das dez maiores, três têm representantes no Município – Bunge Alimentos (escritório); Cargil Agrícola (escritório e armazém), e Basf (representante)[133].

Em suma, os processos geradores de novas formas espaciais urbanas, fundados em estratégias de ação associadas à expansão da agricultura moderna, à difusão do processo de industrialização vinculado ao agronegócio, à criação de serviços especializados e expansão comercial, à formação de redes, significam transformações nas tradicionais relações campo/cidade, resultando na intensificação das desigualdades e conflitos sócio-espaciais. As novas estruturas sócio-espaciais são reveladoras de que não podemos ter um olhar homogêneo sobre a urbanização desses espaços, porque esse fenômeno implica numa expansão excludente, que se constrói impossibilitando os espaços de pobres, controlando a presença da mão-de-obra excedente, dos assentamentos dos pequenos produtores, pois todas as terras devem estar disponíveis para a agricultura moderna. A formação dos bairros, ruas, etc., revela os novos produtores estratificando-se os espaços de acordo com as relações sociais dominantes, produzindo um novo tecido urbano, o que se vincula em parte ao preço do solo, sendo emblemáticas dessa situação algumas cidades surgidas nos últimos 20 anos ao longo da BR-163, como Sorriso, Lucas do Rio Verde, Sinop e Nova Mutum.

Nosso objetivo é problematizar a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista no campo e a incorporação da Amazônia mato-grossense nesse contexto. Com isso, procuramos entender não só a fronteira agrícola, mas uma ‘nova fronteira’ de inserção do capital local e regional num contexto global. Para analisarmos a sociedade contemporânea é necessário estudarmos a importância da propriedade e o controle da terra, da modernização do latifúndio e do poder sobre essas regiões: sua eficácia econômica e simbólica enquanto instrumento de controle político na fronteira agrícola moderna: a BR-163 mato-grossense, onde as ‘cidades novas’ que foram criadas a partir da década de setenta, tornaram-se palco das contradições sociais e dos conflitos rurais, com forte discurso político-ideológico de riqueza e prosperidade:

---

133 Revista Sinop campo fértil para investir. Sinop/MT p. 18 e 20.

> A partir da fé e da determinação dos pioneiros, Sinop atinge um dos mais altos índices de desenvolvimento, em Mato Grosso. Cresce em espaço e qualidade, transformando-se num dos principais pólos do Estado, com a força criadora de seus habitantes fazendo nascer na Amazônia um núcleo rico em estrutura produtiva. Perguntamos a Ênio Pipino a razão desse sucesso, considerando que o projeto da antiga Gleba Celeste teve início em fins de 1972, quando encontrou nessa área um virtual zero sócio-econômico. "Vários fatores, conjugadamente, contribuíram para que se fizesse, através de Sinop, a "mística do norte do Mato Grosso", definida por uma vocação de trabalho agroindustrial que vem impulsionando, decisivamente, o progresso na região" – disse o presidente do Grupo Sinop –. "Destaco, porém, com muito relevo, o espírito pioneiro dessa gente, que se constitui no melhor e mais expressivo fator para o desenvolvimento da região. Aqui houve a soma de uma enorme vontade de trabalhar com visão da nova terra. Ninguém pensa no retorno à origem. Todos comungam da sensação de que o futuro está mais próximo e que os empreendimentos são viáveis. Ao lado disso, há um forte espírito de coletividade, que foi crescendo não somente em função do aumento demográfico, mas das conquistas alcançadas rapidamente, tudo isso constituindo motivo de orgulho e do maior entusiasmo"[134].

Custódio observou em sua pesquisa histórica, uma estreita relação entre as áreas de cultivo e o núcleo principal da cidade de Sorriso. Segundo a pesquisadora, não é fácil delimitar a separação entre o rural e o urbano nessa cidade, ou seja, é tênue a fronteira entre o campo e a cidade. Segundo Becker, esta é a diferença da fronteira agrícola da Amazônia, onde o núcleo urbano é a base logística da ordenação territorial. Nas áreas de colonização planejada, a organização prévia já incluía o núcleo urbano como base de sustentação. Os loteamentos pobres da periferia de Sorriso não são mencionados nas representações. A super-lotação nas salas de aula e a constante evasão escolar em decorrência da intensa migração, a luta laboriosa dos muitos migrantes mais recentes, o aumento da pobreza e a segregação social são aspectos silenciados[135].

Nesse contexto, o município de Sorriso é representado como local promissor, como terra de prosperidade. A prática discursiva, em torno da produção agrícola de Sorriso, vai de uma certa forma, generalizando aquele espaço como se todo ele fora pleno de riquezas. A história oficial oferece uma visão do ponto de vista das elites, econômica e política. Nessa história que pretende homogeneizar, a população pobre não aparece, não têm vez e não tem voz. Logo, nessas novas cidades os tempos históricos se fundem, produzindo conflitos, disputas e inseguranças, como afirma Milton Santos:

---

134 REVISTA SINOP ESPECIAL – *UMA METROPOLE NA SELVA*. Sinop/MT. 2003. p. 66

135 CUSTÓDIO, Regiane Cristina. Sorriso de tantas faces: a cidade (re) inventada Mato Grosso – pós 1970. Cuiabá/MT: Universidade Federal de Mato Grosso. ICHS. Mestrado em História. Março de 2005. P. 70.

"pessoas e capitais os mais díspares convivem uns com os outros, e uns contra os outros. Daí as desordens pessoais e sociais; e o medo. Sai-se de um conjunto grave de conflitos para novas formas de conflito ainda mais grave"[136]. O tempo da tecnologia, das modernas máquinas e equipamentos agrícolas não é o mesmo do trabalhador que ainda não aprendeu a operar com essa tecnologia moderna. A presença desse trabalhador nas áreas de colonização recente em Mato Grosso é, muitas vezes, estimulada pela mídia, procurando ocultar a verdadeira face dos desafios urbanos e rurais lá existentes.

> O sistema capitalista tem justificativas muito sutis para explicar as contradições geradas ou então para neutralizá-las. Os interesses reais são assim acobertados com motivações ideológicas que dão um tom de legitimidade à situação de injustiça. São levadas a efeito práticas sociais paternalistas que servem como justificativas para a consciência social. É dentro desse quadro que a migração interna é apresentada somo sendo um fenômeno sadio e até natural, em vista de uma melhor distribuição espacial da população. O povo fica com a impressão de que é necessário dar um voto de confiança ao governo porque todo esse sacrifício e sofrimento é passageiro, não passando de um período de ajustamento. É essa realidade que o povo não percebe por si, passando a aceitar mais ou menos passivamente a exploração de que é submetido constantemente[137].

Desta forma muitos trabalhadores deixam o Nordeste em busca de melhores condições de vida e (re) colocação no mercado de trabalho, estes, são atraídos por diversas localidades em busca de trabalho e terra. Desconhecem a especificidade dos trabalhos oferecidos nessas cidades, se decepcionam com a situação encontrada, mas não desistem. Levam consigo o sonho de proporcionar à família uma vida com mais conforto e dignidade[138].

Nesse contexto, SINOP: Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, objeto de nossas investigações, expandiu-se rapidamente, atraindo pessoas de diversas regiões do país, principalmente dos três Estados do Sul, com predominância de paranaenses, que constituem hoje a maioria de sua população. Sinop foi fundada por Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, contando com a presença do Ministro do Interior, Rangel Reis e do Governador de Mato Grosso, José Fragelli. Esse município localiza-se no

---

136 SANTOS, Milton. *Quem tem medo das grandes cidades?* Folha de São Paulo, 03/09/1985. In: *OSPB: Uma nova visão do Brasil contemporâneo.* TEIXEIRA, Francisco M. P. São Paulo: Ática, 1989. P. 44.

137 SCHAEFER, José Renato. *As Migrações Rurais e Implicações Pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do sul do País em direção ao Norte do Mato Grosso.* São Paulo: Loyola, 1985. p. 238.

138 CUSTÓDIO, Regiane Cristina. Op. Cit. P. 71.

centro norte do Estado de Mato Grosso, a 500 km de Cuiabá. Sua economia está baseada na atividade madeireira, comércio e prestação de serviços, destacando-se como pólo regional e político-estratégico do "Nortão". A cidade de Sinop exemplifica a criação de um espaço urbano decorrente da expansão da fronteira capitalista no Estado que o viabilizou enquanto projeto de colonização. O processo de colonização de Sinop teve início em 1972, como resultado de um longo projeto, implantado numa área de 645.000 hectares de terras, a Gleba Celeste, que fora inicialmente projetada com as cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia.

Sinop é uma cidade projetada, planejada com os requisitos de um centro urbano de importância regional. Outro aspecto que a distingue é sua localização numa zona de povoamento recente (décadas de 70/80), época de sua fundação (1974). A cidade não se desenvolveu a partir de um núcleo de ocupação antigo; não passou por etapas mais ou menos longas de evolução; não guarda, portanto, as tradições de épocas mais remotas.

Sua existência decorreu de um plano de ocupação e exploração da terra desenvolvido pela empresa colonizadora de propriedade do Sr. Enio Pipino, que trouxe para Sinop a experiência colonizadora previamente adquirida junto a outras cidades no Estado do Paraná (Formosa do Oeste; Iporã; Ubiratã; Terra Rica; Jesuítas; etc.). Como cidade, não contava, nos primeiros anos, com o conforto de um centro mais desenvolvido, havendo sérios problemas relacionados à distância de Cuiabá, péssimas estradas e falta de infra-estrutura. Porém, enquanto cidade planejada teve a vantagem de contar com técnicas mais avançadas de urbanismo. Sinop ruas e avenidas largas e construções de casas de madeira que, nos últimos anos, vêm dando lugar a uma arquitetura mais moderna. Muitos dos benefícios que as cidades mais antigas demoraram muito tempo para usufruir, sobretudo serviços públicos federais, estaduais e particulares, assim como estradas e comunicações (TV, telefone) em Sinop foram instalados logo no início.

A cidade de Sinop apresenta uma dinâmica particular em seu processo de expansão urbana, quer pelos investimentos direcionados, pelo planejamento controlado, quer pelo poder econômico e político que passa a exercer sobre as demais cidades do norte mato-grossense, tornando-se um pólo geo-econômico e social daquela região. A representação da Amazônia como o novo *eldorado* foi, do ponto de vista político, um poderoso agente de atração de interesses dos trabalhadores rurais. Como afirma Tavares dos Santos (1993:14)**,** "o modo pelo qual o desenvolvimento extensivo e intensivo do

capitalismo cria e recria a fronteira, (...) esta é uma realidade simultaneamente geográfica e histórica, passado e presente, envolvendo problemas sociais, demográficos, fundiários, econômicos, políticos e culturais". A colonização sempre foi uma questão de Estado e, portanto, uma relação de poder.

Trabalhamos estas relações, enquanto expressão de processos econômicos e sociais pactuados politicamente, não sendo apenas resultado da expansão territorial, mas também como processo, espaço de luta e conflitos entre os diversos setores da sociedade civil -, aparelho privado de hegemonia que disputam o controle da sociedade política, o Estado ampliado.

3.1 - As Cidades do Agronegócio no norte de Mato-Grosso.

Neste tópico iremos desenvolver reflexões sobre o papel das cidades contemporâneas no processo de globalização, sem pretender responder ou explorar as inúmeras dimensões presentes nas análises do curso das transformações da sociedade e do Estado ocorridas nas últimas décadas. Isto é, as transformações recentes da Modernidade Ocidental e das relações destas com o meio urbano. Pretende-se discutir o modo como transformações de ordem global têm provocado impactos locais no cotidiano de cidades brasileiras e, especificamente, nas chamadas "cidades de fronteira" do norte de Mato Grosso. Evidentemente, nosso objetivo não é reconstruir toda a complexidade desta realidade, mas sim propor a discussão a cerca de alguns aspectos desse processo, mediante uma documentação que contribua para a compreensão das transformações em curso.

Honorato afirma que partir da década de 1990, com a abertura da economia brasileira aos fluxos do processo de globalização, apoiadas pelo Governo Brasileiro, observou-se uma inserção mais competitiva do país na economia mundial, com ênfase sobre a reorganização dos espaços produtivos[139]. Neste âmbito, veio à tona a discussão sobre o novo papel das cidades brasileiras. Nessa visão, as cidades brasileiras iriam enfrentar o desafio de se constituir, ou não, em elos dessa fluidez de mercadorias, pessoas e serviços, desempenhando dessa forma, um novo papel nesse espaço mundializado de fluxos de pessoas e de capital. Na lógica da dinamização da

[139] HONORATO, Cezar. UFF, 2005, notas de aula – Metodologia da Pesquisa.

globalização, transformações profundas iriam ocorrer no universo urbano brasileiro, numa relação local-global, tendo como referência a dinâmica do capitalismo, numa dimensão mais ampla, na modernidade ocidental.

Barbosa em seu artigo "globalização, novas relações econômicas e impactos nas cidades brasileiras", examina alguns processos das novas relações internacionais estabelecidas com o impacto da globalização. Assim, busca indicar a difícil e complexa repercussão dessas relações em uma totalidade social, encerrada em um território urbano. Destaca ainda o papel do desenvolvimento eletrônico-informacional na aceleração do processo de globalização, particularmente a sua interferência nos mercados financeiros, assinalando algumas contradições presentes nas relações econômicas mundiais, a partir dos processos de regionalização. Sob as conseqüências da revolução informacional, a autora afirma que,

> (...) a cidade é considerada o centro das conexões entre meios de produção e agentes produtivos, é cenário da atual reestruturação produtiva que imprime marcas indeléveis no território e nas condições de vida dos trabalhadores. Todavia, a globalização também define o espaço urbano como terreno principal para as lutas operárias e populares, rearticulando trabalho manual e trabalho intelectual, e estendendo essas lutas a diferentes esferas, ao espaço da produção, ao espaço residencial e ao da cultura[140].

Neste contexto mudaram também as funções das cidades (que agora são *mundiais* em oposição às *cidades funcionais* de Le Corbusier, materializadas no Brasil por Oscar Niemeyer: Brasília), sendo replanejadas para servirem à livre e rápida circulação de pessoas e de capital. Através do fim das barreiras foi necessário investir em infra-estrutura para a aceleração do tempo. Medidas de nível nacional foram tomadas, como privatizar o sistema de telefonia, transportes, dentre outros, para aplicar e desaplicar o capital através da internet e outros meios, criando dessa forma nas cidades corredores para facilitar os deslocamentos de pessoas, serviços e capitais materiais e simbólicos.

Desta forma, novos projetos são propostos para o Estado de Mato Grosso procurando viabilizar essa nova lógica de avanço do capital na fronteira agrícola norte mato-grossense[141], com a alta tecnologia aplicada pelo agronegócio, mas provocando

---

140 RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.) *Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 11.

141 Esta atitude do Estado para com os latifundiários, fazendeiros e empresários, objetivando ampliar o capitalismo na agricultura estimulou a especulação da terra, transformando-a em mero produto para o mercado, principalmente na região norte de Mato Grosso, com poucas pessoas vivendo no

concentração de renda, pobreza rural e urbana e agressão ao meio ambiente no chamado 'progresso a qualquer custo'.

> Das dez maiores empresas multinacionais, três têm representantes no Município de Sinop: Bunge Alimentos (escritório); Cargil Agrícola (escritório e armazém), e Basf (representante).O engenheiro agrônomo da Prefeitura, Roberto Knoll, conta que "nos primeiros anos da agricultura na região, os pioneiros trouxeram tecnologias usadas no Paraná, da cultura do café e do Rio Grande do Sul, da cultura da soja".Mas essa situação mudou. No período de 1996/99, a Prefeitura fez uma parceria com a Embrapa e o CIRAD (Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agrícola), com o objetivo de incentivar e pesquisar arroz de terras altas e a recuperação de pastagens, com Sistema do Plantio Direto, para o Trópico Úmido. A partir de 1999, a Embrapa consolida as suas ações com o CEPA (Campo Experimental de Pesquisa Agropecuária), com o objetivo de pesquisar o "Sistema de Produção para o Norte de Mato Grosso – região de Transição – Floresta Amazônica e Cerrado", pesquisando as seguintes culturas: arroz, soja, milho, algodão, sorgo, feijão e girassol. Quem não gostaria de viver na Amazônia com conforto? A pergunta, quando é feita, quase sempre tem a mesma resposta: Quase ninguém! E parece que é exatamente isso que está acontecendo. Muitos brasileiros e estrangeiros já estão chegando, porque esse lugar existe. Trata-se do município de Sinop que desponta como um grande pólo diferenciado, com qualidade de vida no meio da Amazônia Legal. Hoje Sinop já oferece uma das melhores condições estruturais para o desenvolvimento. E o que falta está sendo completado. O que não foi ou não está sendo feito com dinheiro da Prefeitura, está sendo estimulado por ela para ser feito pelos governos Federal e Estadual e pela própria iniciativa privada[142]

Nesse processo de mundialização das cidades, como fica a oposição campo-cidade[143], isto é, as transformações recentes do meio rural e as relações deste com o meio urbano? Nessa nova lógica, o urbano tem de ser pensado dentro da lógica da globalização. A forma como ela vai reagir depende da peculiaridade que ela vai assumir. A partir dessa redefinição serão mais urbanas e menos cidades, envolvidas pela produtividade e pelo fluxo de pessoas. Estar em movimento, tem significado diferente na hierarquia social, políticas, econômicas e culturais[144] , pois a "nova classe média", que oscila entre os dois extremos – suporta o impacto desse conflito, ou seja, uma aguda

---

campo, e conseqüentemente, a inchação das cidades novas como Sinop, Sorriso e Lucas do Rio verde - processo que se evidencia através da migração generalizada de trabalhadores para as novas frentes de expansão do capitalismo no campo, como o Sul do Pará, Rondônia a Amazonas.

142 REVISTA SINOP CAMPO FÉRTIL PARA INVESTIR. Sinop/MT: 2003. p. 24 e 32.

143 Sobre essa temática ler artigo da Profª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley: *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo.* In: *Estudos Sociedade e Agricultura.* Revista Semestral. Outubro de 2000, 15. p. 87-145. CPDA/UFRRJ.

144 A esse respeito consultar: *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.* Stuart Hall. 2. ed. RJ: DP&A Ed., 2000.

incerteza existencial, ansiedade e medo[145]. A complexa questão da insegurança existencial colocada pelo processo de globalização tende a se reduzir à questão aparentemente direta da "Lei e a Ordem". O que é diferente para a classe dirigente - para a elite móvel, essas mudanças provocaram uma nova forma de poder -, o poder financeiro das transações inter-continentais que estão acima do poder dos governos de Estados Nacionais.

O espaço como relação social – como, em última instância, uma relação de poder - tem o seu custo público, "pois as cidades, principalmente as localizadas nos países periféricos, reproduzem essas determinações, apresentando um quadro acentuado na estratificação e segmentação social, dos diversos setores sociais que materializam a vida urbana. Nelas a reprodução da lógica conflituosa entre capital e trabalho gera uma hierarquização extremamente complexa, acomodando cada categoria social a espaços físicos e a condições sociais equacionadas por sua condição de classe"[146] .

Após fazermos uma rápida reflexão sobre o processo de globalização e sua relação com as cidades da fronteira norte mato-grossense, uma problemática é colocada: o papel das chamadas 'cidades do agronegócio', como elas são constituídas e a dinâmica das relações comerciais, sociais e de poder nelas estabelecidas. O que mudou nesta fronteira nos últimos 30 anos de sua colonização? Quais são os benefícios sociais do agronegócio? Este que se caracteriza pelo avanço do capitalismo no campo com modernas tecnologias agrícolas, investimentos em pesquisas e desenvolvimento tecnológico, capazes de gerar expressivos ganhos de produção e produtividade, onde os sojicultores dessa leguminosa desejam transformar Mato Grosso numa plataforma global de exportações, provocando, dessa forma, um alargamento do território nacional, pois além do Brasil, estão produzindo também na Bolívia, Uruguai e Paraguai.

Honorato[147] afirma ainda que as cidades se transformaram em corredor de circulação de bens e mercadorias – cidades passagens, quando isso ocorre, há uma mudança cultural do espaço urbano. Alteram-se as relações sociais e simbólicas, dando lugar para novas prioridades, onde o 'tempo é dinheiro', quebrando referências, pois está havendo uma desindustrialização urbana, abrindo passagem para o transporte de mercadoria e de capital, prova disso é a transferência de algumas empresas do Sul do País, como a Sadia e a Perdigão que abriram suas filiais no norte de Mato Grosso,

---

145 BAUMAN, Zygmunt.. *GLOBALIZAÇÃO: As conseqüências humanas.* RJ: DP&A, 2002 p. 10.

146 RAMOS, Maria Helena Rauta. (Org.). Op. Cit. p. 106.

147 Cezar Honorato é Prof. na UFF e na UERJ e Consultor da ONU para Assuntos Urbanos no Brasil.

naquilo que os economistas chamam de agroindústria, ou cadeia carnes grãos, utilizando-se dos recursos naturais (água abundante, soja, milho, energia) e subsídios estaduais -, com 10 anos de carência. Com racionalidade a circulação de bens, mercadorias e pessoas, a cidade se transforma num conjunto de corredores, quando isto acontece, muda-se a lógica vivencial das pessoas. As cidades incham, crescem e aumenta o isolamento das pessoas com bairros distanciados conforme a classe social criando o espaço da inclusão (Jardim Maringá em Sinop e Bairro Nobre em Sorriso), e da exclusão (Bairro São Domingos em Sorriso e Jardim Boa Esperança em Sinop) é um exemplo dessa realidade.

Guimarães Neto afirma ainda que as cidades que surgiram no território amazônico, articuladas a uma grande rede viária e de mercado capitalista, não são resultados 'naturais' do movimento de deslocamento dos diversos grupos sociais que para lá se dirigiram, denominado de processo migratório. Relacionam-se muito mais à um conjunto de práticas organizadoras de políticas de controle e monopólio da exploração da riqueza por parte dos grandes empresários e proprietários. As cidades trazem inscritas em seu espaço as práticas sociais de segregação, de violência e de cerceamento dos direitos civis, que não podem ocultar.

O que se faz necessário é compreender as relações sociais e políticas no contexto de uma luta de classes e na relação: cidade X território, para pensarmos para além dos discursos dos planejadores e administradores urbanos, instituidores de uma racionalidade técnica, no contexto do quadro planejado dessas 'cidades da colonização.

Através de ações públicas e privadas, instalam-se 'bairros novos' a fim de comercializar terrenos num grande interesse imobiliário. Também há o interesse de controlar e administrar a chegada de diversos trabalhadores pobres, como a construção de bairros em regiões periféricas das chamadas 'cidades de fronteira'[148]. Ocorreu também a construção de casas populares destinadas às pessoas de baixa renda e com maior número de dependentes, tudo para mostrar a força do progresso[149].

Assim, a cidade passa a 'crescer democraticamente' e as condições de vida não são iguais para todos, tanto em relação ao centro da cidade como para os bairros mais afastados: falta asfalto, água tratada, esgoto sanitário, dentre outros, pois em alguns

---

148 Termo utilizado pela Pesquisadora, Profª Drª Regina Beatriz G. Neto, que escreveu uma obra de referência para o entendimento da História do Norte de Mato Grosso. *A Lenda do Ouro Verde: Política de Colonização no Brasil Contemporâneo.* Cuiabá: UNICEN, 2002.

149 Para uma crítica à idéia de progresso consultar a obra: *O Mito do Progresso, ou Progresso como Ideologia.* Gilberto Dupas. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

bairros a poeira toma conta, dando uma visão nebulosa e suja na 'jovem cidade'. São grandes e lentos os desafios para que ocorram as transformações materiais e culturais. A respeito das cidades novas de fronteiras Silva afirma que o messianismo, marca da cultura ibérica, é um tema recorrente nas construções simbólicas que preparam a constituição dessas cidades no Brasil:

> A aventura em escala social é um subproduto das cidades novas de fronteira. O modelo da aventura é central para entender as sociedades e tais cidades. O tema da procura do centro confunde-se com a busca do sagrado, como o *graal* (centro de vida e fonte de imortalidade). O desejo de estar no coração da realidade denuncia a nostalgia do paraíso, o desejo de, como na árvore sagrada (eixo do mundo), estabelecer o contato com o céu e instaurar a plenitude[150].

A realidade histórica desse processo de ocupação nos diz que tudo começa com o desmatamento de grandes áreas para o aproveitamento da madeira. Em seguidas essas grandes áreas são destinadas à pecuária de grande porte. O desmatamento está sendo empurrado pelo agronegócio na Amazônia, que vem sendo divulgado como a "salvação" do campo brasileiro. Esse modelo de desenvolvimento que é concentrador, devastador e violento[151], vem sendo apoiado pelos governos que favorecem financeiramente e com incentivos fiscais a sua manutenção e expansão.

Estamos vivendo a era da globalização e, por conta disso, vivenciando as transformações em curso na sociedade de natureza simultaneamente política, econômica e cultural, que afetam de formas absolutamente distintas os diversos países, dependendo de sua posição hierárquica na ordem mundial. Nesse sentido, percebemos que não podemos generalizar acreditando que a globalização atinge a todos da mesma forma. É uma questão complexa que requer estudo e discussão, procurando dessa forma ampliar as análises acerca do tema, pois como afirma Carlos, as relações sociais que produzem o espaço urbano se situam além das relações de produção de mercadorias. "O urbano deve ser analisado também como processo de reprodução de capital e como fruto das contradições emergentes do conflito entre as necessidades da sociedade como um todo"[152].

O mundo em que vivemos parece cada vez mais imerso em uma civilização única e global, porém, ambígua e antagônica. Seu ritmo frenético corresponde ao

---

150 SILVA, L. S.Duarte da. *Conceito de Cidade Nova de fronteira ou Teses para a Construção de um tipo Ideal de cidade Nova de fronteira*. In*: Processos de Territorialização entre a História e a Antropologia*. Goiânia: p. 147-8.

151 Segundo dados da CPT – Comissão Pastoral da Terra, Mato Grosso está em 2º lugar no Brasil na utilização da mão-de-obra escrava em suas fazendas.

152 CARLOS, Ana Fanni. *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. EdUSP, 1994. p. 24.

domínio de uma racionalidade instrumental que encontra na suposta supremacia da razão econômica sua melhor sustentação. Sem dúvida, a crescente abundância dos meios contrasta com as confusões semeadas em torno dos fins. Essa é a realidade em que se depara o mundo periférico. A fase atual do desenvolvimento capitalista se resume em uma gigantesca concentração de poder que se transferiu do político para o econômico, onde a ganância relativamente pequena cedeu lugar ao poder dos grandes capitais. "O resultado é o aprofundamento da competitividade, a produção de novos totalitarismos, a confusão dos espíritos e o empobrecimento crescente das massas. Enquanto os Estados se tornam incapazes de regular a vida coletiva. É uma situação insustentável"[153].

Segundo Honorato, o fenômeno da desindustrialização não é só brasileiro, porém o que se observa é uma mudança silenciosa, mas profunda, nos sítios urbanos regionais e locais em menor escala. Nessa lógica urbana as cidades se transformam em pólo financeiro-comercial, presas a este capital e não só ao industrial. A atividade produtiva está migrando e no momento em que a cidade vira corredor priora a qualidade de vida: a cidade perde a característica de valor de uso e vira valor de troca, aumento da especulação imobiliária e da apropriação privada dos espaços públicos e daí a justificativa de maior segurança -, juridicamente é público, mas na prática é privado. Neste sentido, articulam-se novas práticas sócio-culturais-espaciais, quebrando de certa forma a historicidade, porque redefine os valores das pessoas -, as suas trocas e símbolos, onde passa a valorizar mais os imóveis, destruindo o "velho" para se construir o novo, numa velocidade cada vez maior. Conforme estudos realizados por Zart, os bairros de Sinop se caracterizam pela pluralidade cultural e a desigualdade socioeconômica, sendo que a ocupação do espaço urbano se caracteriza pela exclusão social. O ambiente familiar é influenciado pelas condições de trabalho, subemprego e desemprego, conforme afirma Zart:

---

153 SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

> O estilo de vida dos habitantes de Sinop é diversificado conforme os aspectos socioeconômicos e culturais. Com relação à permanência na escola, a freqüência das crianças é motivada pelas precárias condições de vida, com grande carência na saúde pública de Sinop em relação ao saneamento básico e um crescimento demográfico com alto índice migratório[154].

Frente aos problemas sociais, populações de cidades regionais, como Sinop, Sorriso e Cuiabá recebem a maior parte da migração de retorno (ou refluxo) do extremo norte de Mato Grosso. Acumulou-se nessas cidades um contingente de população de baixo nível econômico e cultural que passou a ocupar a periferia urbana, sem ter para si o mínimo de planejamento e infra-estrutura social, acentuando-se dessa maneira o desemprego, a prostituição e a violência.

Com isso, a cidade é tomada de ruas cascalhadas, com uma sucessão de bairros periféricos, desprovidos de infra-estrutura e equipamentos urbanos onde, em habitações precárias, vivem de forma marginalizada os novos citadinos, os quais, muito embora fazendo parte da "população urbana", na verdade não participam daquilo que a cidade traz de lúdico, de conforto, passando a se constituir somente em força de trabalho necessária à acumulação capitalista que se realiza, sobretudo, nos espaços urbanos.

As transformações ocorridas em Mato Grosso, a partir da década de setenta do século XX, estão diretamente relacionadas com as mudanças ocorridas em nível nacional, principalmente às políticas públicas federais para a Amazônia Legal. A questão política regional e nacional está relacionada a distribuição da soma de poder, capacidade de tomar decisões e ocupar cargos políticos. Neste sentido, o discurso do progresso em Sinop e demais cidades do eixo da BR-163 é muito presente. E essa euforia é confirmada pelas realidades visíveis da urbanização planejada e controlada, do crescimento econômico, da industrialização e do grande fluxo de migrantes de outras partes do país que chegavam (e chegam) a procura de trabalho e melhores condições de vida nesses municípios, reconfigurando o padrão demográfico e cultural da cidade, onde populações pobres escapam aos seus planos intrincados, ocupando áreas reservadas para a especulação imobiliária futura, captando recursos clandestinamente para poderem sobreviver (lixão), aproveitando oportunidades imprevistas e remodelando o uso dos espaços, segundo as suas necessidades específicas.

---

154 ZART, Laudemir Luiz. *A configuração sócio-econômica e culturais dos habitantes de Sinop: entre a experiência vivida e a utopia projetada*. Relatório de Pesquisa. Sinop/MT: 2000. p.3 (mimeo).

> O desenvolvimento acelerado do norte de Mato Grosso é o resultado da força de vontade, fé e esperança de cada um que para cá veio em busca de dias melhores para si e sua família. É uma revolução diária, que na maioria das vezes fica esquecida, sem história, sem memória, sem valorização[155].

Nesta fala do editor da revista fica explícita a necessidade de reconhecimento da sociedade brasileira pelo que se fez ou está se fazendo em termos de fronteira agrícola norte mato-grossense. O bairro Jardim Boa Esperança (fusão de outros três bairros), por exemplo, formado por pessoas que fugiram da crise do ouro no extremo norte de Mato Grosso e vieram em busca de melhores condições de vida para as suas famílias é prova da exclusão social. Segundo Barbosa (1988: 159), embora sendo uma cidade de porte médio, o ritmo de vida, as relações que passam a se constituir em Sinop, possuem características similares às grandes cidades, onde o anonimato, o individualismo são predominantes, tornando visível, no seu espaço, a autêntica cidade do capitalismo, com todos os seus mecanismos e defeitos. A aparência da cidade e o modo como seus espaços se organizam, formam uma base territorial a partir da qual é fundamental para pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas espaciais.

Mas qual é o elemento novo nessas regiões de fronteira? Na minha visão, o "novo" é o uso intenso da tecnologia nas atividades produtivas provocando rápidas e profundas transformações, seja nas relações sociais, no meio ambiente ou nas práticas políticas e estratégicas de controle e dominação num âmbito local, regional, nacional e internacional. Essas "cidades novas" produzem grandes desafios para seus administradores, pois na ordem política, cabe ao poder público regular a apropriação do espaço urbano, dizer através de Projetos e do Plano Diretor o que a sociedade pode ou não fazer nesse espaço. Frente aos desafios que se apresentam, observamos novamente o discurso das elites políticas a respeito de um novo estilo de administrar.

> SINOP: CIDADE DOS PROJETOS DE VIDA - A capital do Norte de Mato Grosso tem hoje mais de 75 mil habitantes. É terra promissora, com gente que trabalha e constrói, e que oferece todo tipo de oportunidade para quem tem coração de abraçar o futuro com garra. A cidade que é a sede de uma das mais importantes feiras agropecuárias do Estado, destaca-se pelo crescimento acelerado, porém coordenado e planejado. Suas potencialidades são ampliadas a cada ano, exploradas de forma racional e viável, atraindo investimentos de todas as partes do País. Sinop é um município que encanta visitantes e aos próprios moradores. Quem mora aqui, sente paixão. Por isso também se explica

---

155 Revista Nortão, n. 1, ano 1. Sinop/MT: Fev./1997, p. 5.

> centenas de pessoas que para cá mudam-se a cada mês. É um futuro visível, promissor em cada rua com nomes de flores e árvores, em cada praça, em cada estabelecimento comercial, em cada pedaço de chão que contribui para o cultivo de centenas de toneladas de grãos. É uma terra democrática, onde misturam-se crenças, raças, sonhos, esperanças. É terra de pioneirismo, coragem, de trabalho constante. Sinop não pára, talvez nunca pare, somente diminua o ritmo. Mas por enquanto, quem a conhece sabe que cada dia é um convite à construção de uma terra melhor, à lapidação de uma sociedade, à edificação sólida de projetos de vida, de trabalhar e vencer[156].

Nesse contexto, precisamos pensar nossa realidade, problematizá-la na sua dinâmica globalização-localização, as cidades contemporâneas, suas novas funções e percepções, como afirma Carlos a cidade não é apenas espaço das construções de concreto. É, antes de tudo, o espaço privilegiado em que as relações sociais e cotidianas se desenrolam e, mais que isso, se revelam, seja, por exemplo, nos muros altos erguidos pela classe média e no sobressalto das esquinas com carros de vidros fechados, seja na segregação nem sempre explicitada, mas real, dos shoppings-centers, das lojas e das casas de diversão. Longe de fornecer soluções prontas e acabadas, mas um convite ao debate, para pensar os caminhos e descaminhos da cidade nos dias de hoje. Na minha percepção, as nossas reflexões devem apontar para as transformações dessas cidades, suas histórias, símbolos, significados, perspectivas de futuro, ocupação, expansão, valorização das terras, sem perder o foco de nossas pesquisas, porém apontando para o conjunto do Estado e a sua relação com a sociedade, pois os novos tempos requerem novas respostas.

Estudos indicam que o agronegócio faz nascer uma outra urbanização. No Brasil a urbanização se acentuou com o processo de industrialização, acelerado com a revolução de 1930. É necessário entender esse processo histórico para compreendermos a origem e desenvolvimentos de muitas cidades brasileiras. Não é objetivo nesse tópico fazermos uma reflexão a respeito da dinâmica urbana brasileira, porém alguns pontos são fundamentais para entendermos o impacto do agronegócio nas cidades brasileiras, principalmente do interior do país. Na região norte de Mato Grosso, alguns casos como é as cidades de Nova Mutum, Lucas do rio Verde, Sorriso, Sinop, Tapurah, Ipiranga do Norte, para ficarmos em alguns municípios. É também por isto que começam a atrair pessoas para ali residirem, trabalharem em busca de novas oportunidades. Este processo

---

[156] REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de Junho . Sinop/MT: p. 21

provoca mudanças na paisagem regional seja sob o ponto de vista social, econômico, espacial e/ou ambiental.

Na Amazônia, na atualidade, o processo de expansão da fronteira tem característica da fase monopolista do capitalismo. Estamos, agora, diante da lógica ditada por uma ação de monopólios privados ou públicos, não há mais disputas no e pelo mercado. Há, tão somente, a imposição dos monopólios. A mercadoria que comanda o processo de ocupação é a propriedade privada da terra. Assim, a produção da cidade de certa forma se impõe ao campo, ainda que propagandísticamente, o campo possa estar sendo vendido primeiro. São as cidades que se impõem na Amazônia mato-grossense. Desta forma,

> Mato Grosso acompanha a tendência geral da urbanização, e revela o caráter concentrador da população e da renda. Dessa forma, em termos gerais, a história recente da grande região norte de Mato Grosso, é na base, a história da abertura de estradas e sobretudo, a história dos sujeitos sociais que vieram formar as frentes de expansão e pioneiras modernas, de um lado e de outro, mais especificamente a história dos povos indígenas que habitaram todo o Estado, e suas respectivas articulações com as políticas territoriais do Estado. Nesse processo contraditório está a raiz da destruição dos territórios indígenas e a construção do território capitalista[157].

Um dos problemas é de ordem econômica e social: desemprego e renda provocados pelo poder de atração que a economia regional gera para pessoas de outras cidades ou de outras regiões do país. Isto tem uma relação direta com a questão imobiliária, tanto na oferta de imóveis para venda, quanto para locação. Com a crise econômica e social que atingiu a região, as cidades dominadas pelo agronegócio (concebendo cidade enquanto uma construção e organização humana vivendo e relacionando-se, em conflitos econômicos, sociais e políticos, num campo de disputas e contradições), sofrem com o inchaço provocado pelo êxodo rural, aumentando a pobreza de suas periferias como no caso específico de Sinop, principal cidade da 'rede urbana' às margens da BR-163.

O agronegócio não representa solução para os problemas agrícolas e sociais brasileiros, por que então se faz tanta propaganda? Por uma questão ideológica. Está em curso na sociedade brasileira uma disputa de modelo econômico e de produção agrícola. As fazendas do agronegócio representam a parcela da burguesia nacional que possui ativos na agricultura e que se aliou, ou melhor, que se subordinou ao capital estrangeiro

---

[157] OLIVEIRA, A. U. de . *A fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, corrupção e violência.* São Paulo: USP. FFLCH. Departamento de Geografia. Tese de Livre Docência. 1997. 496p. p.150.

representado pelos interesses das grandes empresas transnacionais. Essas empresas não só têm participação no lucro obtido do comércio agrícola internacional e das agroindústrias, como mantém fortes laços econômicos e ideológicos com as empresas de comunicação de massas[158].

O grande desafio é esse: a nossa sociedade vai usar a terra e a agricultura para produzir alimentos, distribuir renda e fixar o homem no território ou vai entregar as terras para as grandes fazendas, que vão expulsar a população, ganhar muito dinheiro e dar prioridade para a exportação? As pessoas foram deslocadas segundo os interesses econômicos diretamente envolvidos ao processo de colonização.Convém, lembrar, no entanto, que na década de sessenta do século XX a expansão da fronteira agrícola, deu-se com base em grandes fazendas: (certas empresas ou grupos para dificultar uma possível ação judicial, que receberam incentivos fiscais e creditícios do BASA, SUDAM e do PROTERRA, efetuavam grandes derrubadas, plantavam capim, "garantindo" assim a ocupação da área, como podemos constatar em nossas entrevistas, principalmente na região abrangida pela BR-080)[159]. Já na década de setenta que ocorreu mais na criação de novas cidades, ou seja, em ambiente urbano, ampliando dessa forma a concentração de terras.

O processo de urbanização do norte de Mato Grosso, está ligado à sua colonização e a concentração da população nessa região de fronteira capitalista, ocorreu basicamente em algumas cidades, com desigualdades sociais, resultando em segregação por parte das pessoas que foram excluídas de algumas atividades econômicas como a garimpeira e a madeireira. Com o impacto da globalização, principalmente, a partir da década de 1990 ocorreu um baixo crescimento econômico e a decadência de algumas atividades, principalmente no extremo norte do Estado. No centro deste processo contraditório está a questão fundiária, ou seja, a importância que a propriedade fundiária e imobiliária tem na formação da sociedade norte mato-grossense. Este problema precisa ser levado em consideração pois é um obstáculo para a democratização da terra e um crescimento social sustentável. Nestas cidades de fronteira capitalista, ocorre uma grande dimensão entre as atividades legais e ilegais ou informal, com graves conseqüências sociais e

---

158 MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Nova Hegemonia do Patronato Agrário Brasileiro: Da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira do Agribusiness.* In: Revista *ANTÍTESE: Marxismo e Cultura Socialista.* Goiânia: CEPEC – Centro Popular de Estudos Contemporâneos. 2006. 117p. p.11 a 29.

159 A BR-080 foi projetada na década de 1970 pelo DNER para ligar Brasília a Manaus. A sua abertura chegou até a BR-163 na cidade de Matupá/MT, servido principalmente para o acesso às fazendas que foram implantadas até a divisa com o Parque nacional do Xingu, numa distância de 280 km.

ambientais, como devastação das matas e cerrados, queimadas, conflitos agrários e concentração fundiária. A expansão da fronteira agrícola capitalista, com exploração dos recursos naturais como madeira, minérios, agronegócio, tem provocando grandes mudanças regionais, com forte concentração de terra, poder e provocando desigualdades regionais.

Nas cidades de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, a população sulista que colonizou estas áreas, trouxe uma forte expressão da prática do desmatamento em terras de cerrado, utilizando-se do solo para uso de grandes lavouras, com intensa mecanização agrícola, principalmente no cultivo da soja[160], onde exige correção do solo através do uso de adubos fertilizantes e agrotóxicos. Conserva-se uma estrutura fundiária, caracterizada por extensas propriedades rurais e nas cidades, grandes lotes que se tornam "pequenas chácaras", servindo de moradias para os grandes sojicultores. O agronegócio, modelo de agricultura altamente tecnificada, não gera empregos e, portanto, provoca uma concentração urbana nessas cidades de fronteira.

No Estado de Mato Grosso, a urbanização da região norte acentuou-se a partir da ação desenvolvida pelas empresas colonizadoras durante as décadas de setenta a noventa do século XX, conforme já visto. É necessário entendermos esse processo histórico para compreendermos a origem e o desenvolvimento de muitas cidades daquela região e o impacto do agronegócio nessas cidades do interior do Estado, pois a lógica urbana se altera com a ascensão desse novo segmento.

Já como conseqüência dessa nova realidade uma ampla alteração passa a ocorrer tanto no campo quanto na cidade, principalmente envolvendo os setores comerciais, empresariais, educacionais e de serviços. A produção historiográfica vem ampliando sua discussão e reflexão com outras áreas do conhecimento, comprometida com a transformação do mundo, possibilitando uma produção e entendimento da realidade contemporânea, contribuindo através da perspectiva histórica, para o conhecimento do campo e da cidade.

Em nossas pesquisas encontramos muitas famílias vivendo nesses núcleos urbanos às margens de reservas ambientais, riachos, com um crescimento acelerado da pobreza, provocando uma degradação dos recursos hídricos como esgotos a céu aberto dentre

---

160 A soja é uma leguminosa rica em proteínas, consumida pelos chineses há milhares de anos e levada para a Europa pelos navegadores. Veio para o Brasil com os imigrantes japoneses no início do século XX, sendo cultivada em pequenas áreas por esses imigrantes. A partir das décadas de 60 e 70 do século XX, com a chamada "modernização da agricultura", a soja foi introduzida no Centro-Oeste brasileiro por Gaúchos que já a utilizavam para alimentação de animais naquele Estado.

outros de problemas, como a má distribuição de renda, uma característica histórica da sociedade brasileira. Com a desaceleração do crescimento da economia brasileira, acompanhada de desemprego e do recuo das políticas públicas, acentuou as mazelas, aumentando o desemprego e a violência em algumas cidades maiores como Sinop, Alta Floresta, Sorriso e Lucas do Rio Verde.. "o impacto sobre as cidades foi enorme. O novo contexto internacional e as políticas neoliberais vieram se implantar sobre uma base social profundamente desigual (os direitos universais do 'Estado de bem-estar' se aplicaram a uma parte restrita da sociedade) e marcadas por relações políticas atrasadas (tradição de autoritarismo, clientelismo, patrimonialismo: direitos restritos e privatização da esfera pública".[161]

O conflito de interesse que cerca uma parcela da cidade acaba revelando e/ou ampliando uma "cidade legal" e uma "informal – com favelas,, ocupações ilegais e... o investimento público em certas áreas, geralmente é para beneficiar certos interesses capitalistas (particulares de imobiliárias) ou de grupos políticos ligados a sociedade política regional, com a valorização fundiária. No Norte de MT ocorreu um processo de privatização da terra (originalmente pública) nas chamadas cidades planejadas de acordo com os modelos modernistas, como Sinop, Alta floresta. Neste contexto, questiona-se, a alta concentração de terras em Mato Grosso em mãos de poucas pessoas, e uma carência de habitação para as classes populares, ou vários terrenos ociosos e uma alta degradação ambiental provocado pela expansão do agronegócio e o uso indiscriminado de agrotóxicos?

> A crise no agronegócio fez aumentar em Mato Grosso o número de famílias na classe E, com renda mensal familiar de até R$ 300, neste ano. É o que mostra um relatório do Instituto de Pesquisa Target. No ano passado existiam no Estado 13,769 mil famílias na classe E, sendo que o número foi elevado para 14,597 mil este ano, incremento de 6,01%.Cáceres, foi uma das cidades mais prejudicadas pela crise agropecuária. De acordo com o jornal A Gazeta, o município registrou neste ano 923 famílias na classe E contra 464 famílias no ano passado, incremento de 98,92%, muito acima da média regional de aumento de 6,01%. No Nortão, o município de Sinop, registrou alta de de 2,95% no número famílias na classe E, grupo que se expandiu de 237 domicílios em 2005 para 244 em 2006. Alta Floresta também registra alta. O número de famílias na pobreza nesse município é de 187 contra 173 em 2005, variação de 8,09%. As famílias, diante da crise, tiveram que reduzir a capacidade de compra e itens dos gastos mensais[162].

---

161 MARICATO, Ermiria. & TANAKA, Gisele. *O Planejamento Urbano e a Questão Fundiária*. In: Revista Ciência Hoje. São Paulo: Vol. 38, Nº 227, Junho de 2006. p. 20.

162 *Número de famílias pobres em Sinop subiu 2,95% em 2006*. Disponível em: http://www.sonoticias.com.br/mostra.php?id=28105&ano=2008. Acesso em: 16 de julho de 2006.

Para abordarmos a realidade norte mato-grossense com suas contradições é necessário levarmos em consideração estes danos causados ao meio ambiente, o, papel do Estado, do mercado e os conflitos sociais (agências e agentes), os aspectos políticos, econômicos e cultural. Os desafios como falta de conhecimento do processo de ocupação e colonização destas cidades da Amazônia mato-grossense, uma visão mais crítica sobre o campo jurídico e ambiental, onde há uma legislação que não é aplicada e/ou respeitada pelas elites econômicas e políticas regionais, caracterizando o que Roberto Schwarz e Francisco de Oliveira, chamaram de idéias fora do lugar: "planos e leis bem intencionados, mas não aplicados".

3.3 - BR-163: uma nova fronteira para o capital.

> "Globalização Globalitária, isto é, a modalidade especificamente capitalista das relações econômicas, políticas e culturais hoje sintetizadas no domínio do grande capital financeiro internacional e na supremacia imperial americana" (Milton Santos).

O processo de ocupação do norte de Mato Grosso foi iniciado timidamente, por volta das décadas de 1950 e 1960, em alguns municípios, através da frente de expansão que se estendeu lentamente, com a presença de seringueiros e posseiros. Já a partir da década de setenta, outros municípios irão surgir, através da frente pioneira, como foi o caso de Sinop, fundado em 1974. Este tipo de povoamento é diferente daquele ocorrido em outras regiões do Estado, como a Baixada Cuiabana, Vale do São Lourenço, Vale do Garças, região do Alto Paraguai e Araguaia, estendendo-se de maneira que algumas cidades foram sendo criadas em pontos estratégicos visando ao controle e à dominação do espaço. O transporte foi um dos principais problemas enfrentados nesse processo de ocupação e colonização, devido às distâncias entre Cuiabá e as demais cidades recém-criadas, sendo utilizados por muitos anos a navegação via rios que cortam o Estado de Mato Grosso.

Para quebrar esse "isolamento", e abrir caminho para o processo de colonização e exploração das 'novas terras', os Governos Estadual e Federal criaram condições, como a abertura da BR-163, com incentivos fiscais etc. e, juntamente com as

companhias privadas, favoreceram a instalação de migrantes no espaço norte mato-grossense. Neste sentido,

> A abertura da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), em 1973, representou uma oportunidade de integração nacional e expansão das atividades econômicas e, ao mesmo tempo, um dos episódios mais sofridos da História recente do nosso país. Diante da ausência de qualquer esforço consistente de planejamento, implicou na instalação de frentes de colonização e de ocupação econômica que promoveram migrações desordenadas, desflorestamento e exploração predatória dos recursos naturais, além de significativas perdas de vidas humanas, do que foi exemplo notório o genocídio que vitimou o povo Panará, que habitava a região desde tempos memoriais[163].

A abertura da Rodovia BR-163, Cuiabá-Santarém, contribuiu decisivamente para o aumento da ocupação da região abrangida pelo seu traçado. Com uma extensão de quase 800km em território mato-grossense e 1777 até Santarém, todas as matas ao longo dessa rodovia já foram derrubadas. Ao longo do seu traçado, centenas de fazendas foram abertas. Projetos de colonização, agropecuárias, vilas, cidades e municípios foram surgindo, principalmente a partir de 1974. A construção e posterior pavimentação da BR-163 criaram condições objetivas para a ocupação da Amazônia Mato-Grossense, porém provocaram sérios problemas: impactos ambientais, através de seu desmatamento, e problemas sociais como a transferência dos índios Kayabi e Paraná para o Parque Nacional do Xingu[164]. Mas qual foi o papel dos indígenas no processo de ocupação do norte de mato-grossense? A chamada questão indígena também é uma questão de terras, pois está ligada à disputa, seja pela invasão ou ocupação de suas terras (Parque Nacional do Xingu, provocando conflitos regionais, ligados à caça, pesca e ecoturismo), pelo avanço do agronegócio nas cabeceiras de suas reservas ou pelos recursos naturais que ela abriga (madeira, minério, água). A cobiça pelas terras, tem provocado embates entre índios, posseiros e sem terra, com formas de violência tradicional (violência física, intimidação – praticada por madeireiros, fazendeiros, garimpeiros) que acabam empurrando para dentro das terras indígenas, ou assentamentos; a violência "moderna ou inovadora" é a que utiliza-se de meios sutis, com ameaças indiretas de perder o emprego, com discursos de segurança alimentar,

---

163 Relatório: BR-163 Sustentável. Desafios e Sustentabilidade Socioambiental ao longo do eixo Cuiabá-Santarém. Encontro de Sinop/MT, 18 a 20 de novembro de 2003. p.1.

164 Cf. ARNT, Ricardo; PINTO, Lúcio Flávio; PINTO Raimundo. *Panarás: a volta dos índios gigantes: ensaio fotográfico e relato de Pedro Martinelli*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998. 168p.

progresso, desenvolvimento, procurando legitimar[165] as ações das forças políticas regionais.

A abertura e construção das grandes rodovias da Amazônia Legal, principalmente a Transamazônica e da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), coube à reorganização ao DNER – Departamento de Nacional de Estradas e Rodagens, que foi reorganizado em 1969, e papel dos Batalhões do Exército[166], levando-se em conta os interesses civis e militares, visando o "desenvolvimento, segurança e a integração nacional" e com a finalidade de contribuir para a ação do governo e das empresas colonizadoras reorientar o fluxo migratório para aquela região. Após 30 anos de sua 'inauguração', às margens da BR-163, a mata e o cerrado foram quase que totalmente derrubadas (principalmente pela atividade madeireira), várias cidades foram criadas, projetos agropecuários (financiados pelo BASA – Banco da Amazônia e pelo Banco do Brasil) e muitas fazendas de expressivo destaque no agronegócio foram desenvolvidas, projetos de assentamento do governo federal, margeiam essa rodovia que liga a Amazônia ocidental ao sul e Sudeste do País.

Antes da abertura da BR-163, o norte de Mato Grosso era ocupado por índios, posseiros, catadores, que ocupavam áreas ainda não exploradas comercialmente, constituindo-se em verdadeiros donos daquela região, mesmo sem conhecimento de técnicas agrícolas mais sofisticadas, mas não eram os "preferidos' pelo governo os firmas particulares de colonização. O INCRA e a Associação dos Empresários da Amazônia (Sociedade Civil), que preferiam os colonos vindos do Centro-Sul, pois migravam dispostos a vencer, pois estes preenchiam determinados requisitos, como o trato com a lavoura e a habilidades em alguns técnicas rurais. Na região, algumas áreas de terras foram vendidas várias vezes, naquilo que ficou conhecido por beliches fundiárias[167] principalmente por grileiros profissionais, que mantêm as terras para futuras especulações e negócios lucrativos frente a crescente valorização das terras.

---

165 Legitimação é um conceito essencialmente funcionalista. Implica na idéia de que nenhum grupo se mantém por muito tempo no poder se não logra obter algum grau de concordância em torno das prerrogativas que assume.

166 A abertura da BR-163 teve início em 1971 e concluída (inaugurada) em 20 de outubro de 1976 na Serra do Cachimbo/PA, com 1777 km de extensão, dos quais 1.114 a cargo do 9º BEC – Batalhão de Engenharia de Construção e o restante a cargo do 8º BEC, com sede em Santarém/PA.

167 Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias de hoje*. Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2002. A autora considera beliches fundiárias, como sendo a sobreposição de vários títulos de terras (com a participação dos donos dos Cartórios), em sua grande maioria griladas e vendidas para especuladores de outros Estados, o que por sua vez, provocou sérios conflitos fundiários entre "proprietários", posseiros e grileiros. Questão esta muito

No Estado de Mato Grosso, o comando das obras de abertura da BR-163 coube ao ex-Comandante do 9º. BEC, Coronel José Meireles, que nos relata a sua participação no projeto: "Nós tivemos o privilégio de conviver junto aos pioneiros nos primórdios da ocupação, nas três dimensões do processo: implantação da rede viária de infra-estrutura, colonização e atividades empresarias[168].

A conclusão da pavimentação asfáltica da BR-163, em 1984, até Sinop possibilitou efetivamente a ocupação de novas áreas do cerrado e da Amazônia Mato-Grossense, provocando uma ocupação rápida e predatória, como a devastação de matas e cerrados, para a expansão da agricultura e da pecuária extensiva no Estado de Mato Grosso. No processo de abertura da Cuiabá-Santarém vieram colonizadores, aventureiros, grileiros de terras públicas e também a Igreja Católica, cuja Diocese ficava em Diamantino, fazendo-se presente na ocupação dessas "novas áreas", como nos relatou o primeiro Bispo a atuar na Gleba Celeste, Dom Henrique Fröehlich:

> Fui eu que rezei a primeira missa na BR-163, em plena selva amazônica. Costumava rezar a Santa Missa uma vez por mês para os trabalhadores do 9º. BEC - Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro. Diz-se que o número de trabalhadores chegava a 9 mil, divididos em seis ou sete setores. Acompanhei a abertura da estrada até a Serra do Cachimbo, e aí avisei ao comandante: Aqui é o limite da minha jurisdição, a divisa do Mato Grosso com o Pará; daqui para a frente, vocês terão que solicitar um padre em Santarém [169].

Todo o processo de ocupação do espaço agrário norte mato-grossense manifestou-se a partir de um conjunto de atividades como extrativismo florestal, agricultura extensiva e pecuária, numa área de fronteira ocupada por migrantes.

A produção do espaço no cerrado do Brasil Central nos anos 70, com o objetivo de incentivar a exportação de soja se alicerçou numa solidariedade de interesses, aglutinando empresas estatais de setores nacionais e da grande empresa internacional, permitindo a criação de uma nova base material produtiva. Nessa fase o governo

---

presente ainda hoje naquela região estudada. Ex. Fazenda Panorama - Sinop e Fazenda Primavera - Sorriso. Além de cerca de 40% deste município que foi grilada e vendida aos colonos do Sul do País, sendo realizado "um acerto" posteriormente com o antigo proprietário – chamado "Americano". Neste contexto, pergunta-se: no norte de Mato Grosso, quem grilou primeiro?

168 Relatório de Viagem à BR – 163. Cuiabá/MT: 1998, p.5. Cf. a obra "Panará: a volta dos índios gigantes", de Ricardo Arnt, Lúcio Flávio Pinto e Raimundo Pinto, com ensaio fotográfico e relato de Pedro Martinelli. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998. Esta obra retrata o processo de abertura da BR-163, a transferência dos índios Kreenakarore e sua volta, em 1997, para uma reserva no sul do Pará.

169 FRÖEHLICH, Henrique. *O Bispo da Floresta.* Ceilândia/DF: 1999. p. 48-9.

colocou em prática a política de ocupação de "espaços vazios", concedendo estímulos às empresas agropecuárias através da concessão de isenção de impostos e subsídios governamentais, desencadeando uma política que visava o aumento da produção e da produtividade e que se vinculava ao Programa de Corredores de Exportação[170]. Isto por sua vez, criou novas formas de poder no campo e na cidade na região norte de Mato Grosso, pois a tecnologia gera novas formas de se relacionar, como a criação de novos municípios da região da soja.

Ao longo da BR-163 os bem-sucedidos donos do capital - empresários, grupos agropecuários e classe dos grandes produtores rurais - desfrutam das novas técnicas de produção, do conforto e comportamento propiciados pelo *status* burguês. Nesse contexto, aqueles que têm os meios de produção e capital podem dispor das estratégias para controlar e deter o acesso à riqueza, pois foram beneficiados pelos incentivos do Estado que deu condições para que essa "elite" se estabelecesse na região, não apenas para instalar uma ordem econômica que lhe fosse vantajosa, mas, sobretudo, para conseguir reproduzir a ordem social dominante – fazer, em última instância, com que a fronteira econômica coincidisse com a fronteira política, segundo a ideologia de segurança nacional desenvolvida pelos governos militares pós-1964.

Socialmente, a partir da década de 90, percebe-se uma transitoriedade e uma mobilidade nessa nova fronteira, devido às mudanças ocorridas no âmbito da política econômica nacional, baseada no modelo de reforma agrária do Banco Mundial[171] implantado no Brasil pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e priorizando a exportação de produtos primários. Com isso, contribui-se para que houvesse a expansão da fronteira agrícola, tornando Mato Grosso campeão nacional em desmatamento, além de uma séria crise, principalmente naquelas cidades que tinham como base de sua economia a atividade garimpeira e, mais recentemente, a madeireira.

A região Centro-Oeste e particularmente Mato Grosso, possui uma economia essencialmente agrícola (maior produtor de soja do país), com uma urbanização recente e crescente, onde a expansão da cultura da soja e do arroz, essencialmente comerciais,

---

170 BERNARDES, Júlia Adão. *Agricultura moderna e novos espaços urbanos no cerrado brasileiro*. Anais do Encontro Latino Americano de Geografia. Caracas/Col. 2007. p. 04.

171 Sobre essa questão, consultar um importante estudo feito por João Márcio Mendes Pereira. *O Modelo de Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados.* Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ. 2004.

juntamente com a pecuária extensiva, tem sido o motor de alargamento da fronteira econômica daquele Estado.

> São grandes latifúndios cobertos por essas plantações em épocas diferentes do ano, num esquema de rotatividade de produção, sem dar descanso ao solo. A agricultura capitalizada é o principal investimento, dando espaço somente ao grande proprietário, este último suficientemente capitalizado para mecanizar a produção e investir em tecnologia, de maneira a possibilitar entre outros elementos a correção dos solos, fator em boa parte do Mato Grosso fundamental para transformar a terra produtiva em particularmente a soja um produto rentável[172].

No norte do Estado, onde até o final da década de 80 estava ocorrendo a expansão da fronteira agrícola, imprimiu-se um intenso ritmo de crescimento demográfico. A micro-região de Sinop apresenta um maior dinamismo, por ser um centro urbano de grande importância funcional no norte do Estado, que além de pólo madeireiro, concentra as atividades de órgãos públicos estaduais e federais, bem como centro universitário, com Instituições de Ensino Superior a nível estadual, federal e particular.

Esta economia é diretamente regulada pela racionalidade capitalista e da reprodução ampliada do capital, tendo um efeito dinamizador dessas estruturas urbanas, uma mentalidade agressiva com velocidade e que refletem as diferenças regionais em termos do processo de ocupação econômica em momentos de expansão da fronteira agrícola.

Os custos sociais e ambientais desse padrão de desenvolvimento -, diga-se monocultura, principalmente a soja, se refletem na concentração de terras, redução do emprego provocado pelo uso da tecnologia no campo, utilização de insumos agrícolas e falta de uma política nacional de reforma agrária, que contemple não só o assentamento, mais as condições dessas pessoas se manterem no campo, ou então como ouvimos em nossas entrevistas: “aqui o pequeno produtor não tem vez”.....

> Como uma das últimas áreas de fronteira agrícola do país e, portanto, como uma das poucas alternativas para a migração de pessoas ligadas ao campo, o estado de Mato Grosso até meados dos anos 80 cumpriu um papel importante no processo de redistribuição espacial da população brasileira. Contudo sua trajetória nessa condição foi umas das mais curtas dos estados do Centro-Oeste em função de uma rápida e

---

172 CUNHA, José Marcos Pinto da. *Migração e transformações produtivas na fronteira: o caso de Mato Grosso.* Campinas/SP: UNICAMP. Núcleo de Estudos Populacionais. 2002. p.3 (mímeo).

> intensa transformação produtiva e do processo de concentração fundiária[173].

Considerando que o Estado de Mato Grosso é o maior produtor de soja do Brasil[174], com grande concentração de terra, monocultura e poder, pois o modelo de produção gera o sistema de organização política, logo as relações sociais são regidas pelas relações econômicas. Nesse sentido, um fator interessante é observado no Ensino Superior mato-grossense: o aumento da oferta de cursos para formação universitária, visando 'suprir as exigências' do mercado para profissionais do agronegócio, com ampliação de cursos voltados para esse setor. O problema do desmatamento e das queimadas e a devastação das terras para o avanço do agronegócio no eixo da BR-163 também chama atenção, pois nos últimos 20 anos a produtividade da soja de Mato Grosso foi multiplicada por três, pois,

> A partir da década de 90 acontece a consolidação da agricultura empresarial em grande escala como modelo padrão para todo o Centro-Oeste e, para Mato Grosso, em particular. Na safra 1998/99, o Estado de Mato Grosso passa a ser o 3º maior produtor de grãos, oleaginosas e fibras do Brasil, sendo o o 1º na produção de soja e algodão e 2º em arroz. No conjunto dos principais produtos agrícolas, a produção de grãos, oleaginosas e fibras representou no período de 1990/2004 em torno de 95% do total da área colhida, cabendo ao cultivo da soja aproximadamente 63% desta área. Em 2004, esta taxa chegou a alcançar 68,6%. Isto indica a elevada especialização da agricultura mato-grossense e, em conseqüência, sua maior dependência e vulnerabilidade às oscilações do mercado destes produtos[175].

O modo de produzir do agronegócio no eixo da BR-163 está relacionado ao modelo econômico neoliberal dominado pelos bancos, pelo capital financeiro e pelas transnacionais. Porém, um grande desafio nos é colocado: a nossa sociedade vai usar a terra e a agricultura para produzir alimentos, distribuir renda e fixar o homem no território ou vai entregar as terras para as grandes fazendas, que vão expulsar a população, ganhar muito dinheiro e dar prioridade para a exportação?

Encontramos, nesses casos, o capital internacional atuando e monopolizando (80% da comercialização da soja no Brasil é feita pelas empresas multinacionais) tanto no campo industrial, quanto comercial da produção, agindo na intermediação entre

---

173 CUNHA, José Marcos Pinto da. Op. Cit. p.24.

174 A esse respeito consultar: *Mato Grosso em Números*. Cuiabá: SEPLAN, 2006, P. 71 a 93.

175 *Aspectos econômicos: Agropecuária*. In*: Mato Grosso em Números*. SEPLAN. Cuiabá: 2006. p. 71.

produtores e exportadores. É a ação dos monopólios do capital na agricultura segundo as leis da ordem capitalista.

No esforço explicativo de entender o campo, observamos a necessidade da discussão da lógica que preside o desenvolvimento do modo capitalista de produção, pois o "capital é uma relação social que é, antes de mais nada, uma relação de expropriação e de exploração. Este é o caráter inerente da contradição do desenvolvimento capitalista"[176]. Diante dessa realidade, as frentes de ocupação econômica, tais como extração madeireira, garimpeira, agropecuária, industrial e agronegócio, produzem a exploração do trabalhador na fronteira norte mato-grossense.

Conforme Becker, para entendermos a dinâmica urbano-social de Mato Grosso é necessário levar em consideração o papel desempenhado pelo Estado, suas mudanças, novas formas de produção e distribuição no contexto do capitalismo globalizado. O seu sistema logístico, com a criação e consolidação das redes urbanas, como no caso do eixo da BR-163, as cidades de Nova Mutum - Sinop, que estão se consolidando enquanto rede urbana, com redes políticas e comerciais num conjunto maior de informação e comunicação. Nesse contexto, observa-se o domínio das corporações do chamado agronegócio, empresas transnacionais que instalam seus depósitos, silos, mas não adquirem terras, [177] pois seguem normas e regras das suas matrizes que ficam nos EUA ou na Europa.

Na última década, ocorreu um declínio da rede de armazenamento montado pelo Estado como a Companhia Nacional de Abastecimento no Centro-Oeste, dando lugar ao armazenamento empresarial particular, nacional e multinacional, onde a energia passa a ter um papel fundamental. Esse sistema tem um impacto direto sobre as "novas cidades de fronteira", onde a maioria desse sistema logístico envolvendo produção, transporte, distribuição e consumo, são controlados principalmente pela Bunge e Cargil[178]. É interessante observar que a estrutura logística das empresas agro-industriais, em grande parte trabalha com terceirização. Dessa forma, uma nova configuração do território no

---

176 FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e Territorialização.* São Paulo: 2. ed. HUCITEC, 1999, p. 31.

177 Devido a questão fundiária de Mato Grosso ser um problema em grande parte a ser resolvida. Dados do INCRA e do Governo de Mato Grosso (2007) têm demonstrado que muitos Fazendeiros Americanos estão comprando terras nos municípios de Primavera do Leste, Rondonópolis e na região do Araguaia e arrendando, no norte e médio norte do Estado para plantação de soja e milho.

178 Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC – Florianópolis/SC: UFSC, 2006. p.35.
É importante destacar que 90% dos insumos agrícolas (fosfato) utilizados na agricultura brasileira são controlados pela Bunge. Com o aumento do preço do petróleo em nível internacional esse valor é repassado para os sojicultores que reclamam a cada safra e pressionam o Banco do Brasil, via bancada ruralista no congresso para a rolagem das suas dívidas, diga-se, calote rural.

norte de Mato Grosso passa a ocorrer, com o predomínio da dinâmica logística de exportação, com o avanço do agronegócio no cerrado e na Amazônia mato-grossense.

Alguns estudiosos afirmam que na nova organização social e espacial da produção capitalista de mercado em âmbito mundial, define-se uma nova logística, onde a função de corredor perde valor para a função de cadeias de produção e redes de logísticas, tendo em vista o surgimento de arranjos produtivos, criando espaço de trânsito para a lógica da agregação de valores na região. Neste contexto, a fronteira em mutação, com a expansão da soja no cerrado mato-grossense, mudou a paisagem rural e urbana, especificamente, o cerrado e a mata de transição para a floresta amazônica nos últimos 25 anos de colonização e ocupação, provocando uma acumulação capitalista, onde não trouxe benefícios sociais para todos com o avanço do capitalismo no campo, utilizando-se este de modernas tecnologias agrícolas, investimentos em pesquisas e desenvolvimento tecnológico e expressivos ganhos de produção e produtividade, tornando Mato Grosso numa plataforma global de exportações[179].

Nesse sentido, o Cerrado brasileiro é tido como uma nova fronteira do capital. Considerando que a expansão da fronteira agrícola se realiza em um contexto rural-urbano, contribuindo para o processo de urbanização através do fluxo migratório contínuo dos "sem terra", dos subempregados e desempregados rurais ou urbanos, a necessidade de criação de reserva de mão de obra, a concentração fundiária e o elevado preço da terra, tem resultando em um processo de Expropriação dos trabalhadores pela Oligarquia agrária mato-grossense[180]. Nas últimas décadas do século XX, novos municípios foram criados, alterando a configuração cartográfica do atual Estado de Mato Grosso com uma economia agrícola dentro dos moldes capitalistas, com o uso de alta tecnologia na produção de grãos e fibras tipo exportação, como soja e algodão.

Neste contexto, a expansão da fronteira agrícola para a região norte de Mato Grosso através da abertura e pavimentação da BR-163, possibilitou negócios de terras com empresas de outras regiões do país. O argumento utilizado pelos defensores desse segmento, além da corriqueira necessidade de superávit na balança comercial, é sem dúvida a geração de empregos: Em nome das exportações e da geração de empregos cometem-se crimes ambientais que ficam propositadamente na surdina, talvez nem mesmo os países importadores se dêem conta da gravidade. A monocultura seja ela de

---

179 Sobre essa questão consultar o *RELATÓRIO MT + 20.* Projetos do Governo de Mato Grosso para os próximos 20 anos. SEPLAN. Cuiabá: Novembro de 2006. Vol. I, II e III.

180 Consultar os *VERBETES: Expropriação*: pág. 215 e *Oligarquia:* pág. 345. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

qualquer espécie, é devastadora da biodiversidade; tende a esgotar a fertilidade do solo a médio ou a longo prazo e traz para nossa paisagem a sensação do "deserto verde". Ainda do ponto de vista ambiental temos o uso da queimada como prática comum para limpar a área de plantio (no setor rural) e expansão urbana. De junho a outubro aumenta muito os casos de problemas respiratórios pela presença no ar de substâncias tóxicas emitidas pelas queimadas, além da fuligem que "chove" diariamente sobre essas cidades.

Nos últimos 30 anos, em conseqüência da expansão da fronteira agrícola do país, dezenas de novas cidades surgiram. Dados do IBGE mostram que nas cidades criadas em função da expansão da agricultura em regiões como Mato Grosso, a renda per capita de parte dos habitantes é superior a renda per capita brasileira. Para ficar apenas em um exemplo: o município de Sorriso, no norte do Mato Grosso, que responde hoje por 2,8% da produção nacional de grãos do país e sua agricultura é considerada uma das mais modernas do mundo, pela utilização de alta tecnologia e 'ocupação racional' do solo.

Com a intensificação da velocidade e o avanço da fronteira de expansão capitalista agrícola sobre os territórios indígenas, como é o caso do Parque Nacional do Xingu em Mato Grosso, as chamadas "terras livres", terras sem "sinal de ferro" no dizer de Martins, nesse caso, a presença do correntão[181] ou da moto-serra é constante na abertura de novas áreas. Nessa velocidade do avanço da fronteira capitalista, principalmente desencadeada pelas grandes empresas e pelos grandes proprietários de terras de Mato Grosso ou de outros Estados e do exterior tem prevalecido a suposição de que o "capitalismo e sua expansão justificam tudo: o ideal é legítimo e legitimado pela espécie de redenção histórica que a expansão capitalista parece representar na mentalidade dos "pioneiros", dos técnicos, dos funcionários do Estado e dos próprios governantes. A forma econômica supostamente superior, apoiada na racionalidade do capital, é apresentada como precedente às formas "primitivas" de uso da terra, no

---

181 "Técnica" usada pelos fazendeiros para derrubar o Cerrado. Uma corrente de aproximadamente 50 metros, pesando várias toneladas, presa em dois tratores de esteira que realizam a derrubada de muitos hectares por dia. Após três meses os proprietários ateiam fogo e "preparam" a terra para o plantio de arroz e depois soja e milho. É importante destacar que cerca de 80% do Cerrado nesses municípios do eixo da BR-163, já foi serrado. Quero também destacar, que o Estado de Mato Grosso não possui Zoneamento Sócio, Econômico e Ecológico-Ambiental, pois há 10 anos está "parado" na Assembléia Legislativa do Estado, sofrendo pressões da bancada ruralista para que não seja aprovado, segundo "argumentos" poderá dificultar o desenvolvimento de Mato Grosso.

âmbito da chamada agricultura familiar, e privilegiando a agricultura comercial do agronegócio em relação a ela”[182]. Martins afirma que nesse sentido:

> A fronteira é também fronteira e limite daquilo que define a modernidade, como a vida cotidiana e a vida privada. Porque nela tudo se propõe de maneira incompleta, inacabada e insuficiente. Por isso, também, a fronteira é sociologicamente um lugar de contraditória combinação de temporalidades, lugar em que o processo histórico flui em ritmos lentos, mais lentos, em dúvida, do que nas instâncias e espaços centrais e dinâmicos da sociedade, mesmo que a ocupação territorial seja veloz[183].

A cultura da soja é o principal produto cultivado pelo novo tipo de empresário agrícola que produz em grandes áreas das chamadas empresas agropecuárias, que devido o seu avanço no cerrado e na Amazônia tem provocado alto índice de desmatamento, com fortes impactos sócio ambiental. O caráter concentrador da terra, enquanto reserva de valor, dificulta a possibilidade do pequeno proprietário atuar nessa região e também como uma forma de poder. Além dessas questões, é importante destacar a agressão sofrida por índios, posseiros e seringueiros, as disputas por terra no norte de Mato Grosso estão ligas à prática de trabalho escravo, grilagem de terra, que por sua vez criam fortes tensões sociais. É o caso das cidades de Cláudia, União do Sul, Marcelândia, Analândia, Feliz Natal, dentre outras cidades do norte de MT, pois com a decadência do setor madeireiro (base da economia), muitos trabalhadores ficaram desempregados e migraram para as cidades de Sinop, Alta Floresta, Sorriso e Lucas do Rio Verde. Não conseguindo emprego passaram a fazer parte do MST, onde hoje centenas de famílias ocupam às margens da BR-163, à espera pela ocupação da fazenda Panorama. Como afirma Martins, onde esse capitalismo superficial e predatório esgotou suas possibilidades, ficam as cidades decadentes e mortas, regiões estagnadas depois da experiência transitória de serem fronteira e limite com a rodovia Cuiabá-Santarém.

Nas chamadas cidades de fronteira, o papel do migrante, “pioneiros”[184], nesses projetos de colonização do Estado, em sua maioria se dirigia para as cidades, através dos sistemas de controles sociais formais: (o Estado, o direito, as leis, etc.) e informais

---

182 MARTINS, José de S. *A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira*. In: *História da Vida Privada no Brasil. Contrates da Intimidade Contemporânea*. NOVAIS, Fernando A. (Coord.). SCHWARCZ, Lília M. (Org. do Vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 681.

183 Ibid.

184 O termo pioneiro, nessas cidades de fronteira, é uma representação, pela qual, mulheres e homens apresentam-se para si e para os outros como sendo os que primeiro chegaram a essas localidades.

(os jornais, a opinião pública, etc.). Nessa região ocorre a proliferação de bairros, envolvendo conflitos por áreas públicas e particulares, a criminalidade e a mendicância aparecem como resultados negativos, ou como a outra face desse período histórico em que produziu o discurso do progresso, do eldorado mato-grossense.

Os fluxos migratórios que se deslocaram para Mato Grosso a partir das três últimas décadas do século XX, em busca de terra e riqueza, alimentavam a imagem do crescimento e do progresso. Agora, aparecem como problemas sociais, aqueles que as "autoridades" querem se livrar, pois é uma condição para continuar a desenvolver o progresso que essas pessoas sejam escondidas em bairros distantes ou deixem a cidade.

Nessas cidades 'planejadas e ordenadas,' a propriedade privada é tida como princípio maior, estabelecidas dentro das referências burguesas do progresso, produzindo dessa forma, uma memória de vencedores e uma "história de progresso". Constrói-se para a cidade uma memória assentada em um tempo retilíneo, contínuo e progressivo. Tempo do progresso, isto é, marca local que identifica a cidade, a região, como se essa nascesse para o desenvolvimento, uma vez que os personagens escolhidos para fazer parte dessa memória e compor a 'história' das cidades de fronteira são pessoas que conseguiram ascensão, seja social, política, financeira ou econômica.

A pavimentação dessa estrada é reconhecida por todos como uma demanda necessária. A população que vive às suas margens e em seu entorno depende da estrada para o escoamento de sua produção, para o acesso à saúde, educação e cidadania. No entanto, os métodos convencionais utilizados em grandes empreendimentos de infra-estrutura envolvem preocupações elementares quanto às suas conseqüências sociais, ambientais e econômicas[185].

Um dos grandes desafios da sociedade brasileira hoje é a preservação dos recursos naturais, principalmente o uso da terra e da água. A nossa sociedade vai usar a terra e a agricultura para produzir alimentos, distribuir renda e fixar o homem no território ou vai entregar as terras para as grandes fazendas, que vão expulsar a população, ganhar muito dinheiro e dar prioridade para a exportação? Nesse modelo econômico neoliberal dominado pelos bancos, pelo capital financeiro e pelas transnacionais, o poder do Estado Brasileiro muitas vezes é posto em discussão, necessitando, portanto, de políticas públicas agrícolas e agrárias[186] que contemplem um

---

[185] A esse respeito, consultar: http://www.opan.org.br/opan_listatextos.asp

[186] Ver os Verbetes: *POLITICA AGRÁRIA* (pág. 357) e *POLÍTICA AGRÍCOLA* (pág. 359) In: *Dicionário da Terra.* MOTTA, Márcia (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

perene desenvolvimento no campo com implicações sociais e econômicas nas cidades. - A reforma agrária é um dos instrumentos para se resolver o problema agrário, mas não é o único. O país precisa de políticas que priorizem a reforma agrária que venha fortalecer o modelo contrário de ocupação da terra e de produção agrícola, cumprindo a devida função social, para gerar emprego, distribuir renda e melhorar as condições de vida de nosso povo, não permitindo que se mantenha a terra como uma espécie de reserva de valor, para especulação ou para futura expansão de suas fazendas. Assim, a reforma agrária é compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando a alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais. A reforma agrária deve ser planejada, coordenada e executada em todos os seus aspectos por um órgão ou entidade pública com poderes, prestígio político e dotada de recursos financeiros e humanos suficientes, com uma estratégia de execução participativa e descentralizada[187].

Há posições divergentes entre os estudiosos da agricultura brasileira, controvérsias com relação a quem de fato, tem a participação mais expressiva na produção agropecuária do país. Outros autores (e a mídia em geral os repete) que inclusive, chegam a afirmar que não há sentido no interior da lógica capitalista, distribuir terra através de uma política de Reforma Agrária. O capitalismo no campo já teria realizado todos os processos técnicos e passado a comandar a produção em larga escala[188]. As posições expressivas na pauta de exportações de produtos de origem agropecuárias são apresentadas como indicativo desta assertiva. Assim, 'uma política de Reforma Agrária massiva poderia desestabilizar este setor competitivo do campo e deixar o país vulnerável em sua 'política vitoriosa de exportações de commodities do agronegócio'.

Nesse mesmo diapasão atuam os grandes proprietários de terra a embalar seus latifúndios nas explicações inclusive, de intelectuais progressistas, de que não há mais "latifúndio no Brasil" e sim, o que há agora, são modernas empresas rurais. Alguns chegaram a acreditar que a modernização conservadora transformou os grandes

---

187 OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Verbete: *REFORMA AGRÁRIA*. In: *Dicionário da Terra*. MOTTA, Márcia (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 388. A respeito dos projetos de reforma agrária no Brasil consultar: http://www.mst.org.br/mst/home.php e o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária: www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera

188 Sobre essa questão, consultar um importante estudo feito por João Márcio Mendes Pereira. *O Modelo de Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados.* Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ. 2004.

proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tornando seus latifúndios propriedades produtivas. Não haveria assim, mais terra improdutiva no campo brasileiro. Estes são alguns dos muitos mitos que se tem produzido no Brasil, para continuar garantindo 132 milhões de hectares de terras concentradas em mãos de pouco mais de 32 mil latifundiários.[189]

Apesar das economias e das culturas dos países latino-americanos serem distintas, o agronegócio apresenta o mesmo perfil e a mesma atuação em vários deles. A soja, por exemplo, aparece como o produto de entrada do modelo. Segundo estimativas de pesquisas, seu plantio deve aumentar 27% até 2010[190]. A alimentação de animais, principalmente de frangos, e o biodiesel, serão os setores que consumirão boa parte desses grãos produzidos. Crescimento que não gera desenvolvimento e agride a natureza e a população[191].

O modelo de desenvolvimento atual para a Amazônia, não gera riqueza, nem distribuição de renda, portanto a importância da diversificação agrícola e do zoneamento agro-ecológico e ambiental para orientar o avanço e a ocupação da terra nos três biomas do Estado de Mato Grosso: Cerrado, Pantanal e Amazônia é fundamental, pois a 'fronteira aberta', o momento do possível, acumulação capitalista, devido à grande quantidade de recursos naturais (madeira) explorada. A monocultura da soja provoca conflitos fundiários na fronteira amazônica, pois esta atividade exige tecnologia, máquinas, escala de produção e recursos financeiros, que estão fora do alcance da maioria da população que vive às margens da BR-163 no Sul do Pará, acelerando dessa forma o processo de exclusão social[192].

---

189 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Os mitos sobre o agronegócio no Brasil*. Disponível em: http://br.geocities.com/estagioestadualdevivencia/caderno_de_textos.htm (Acesso: 01/10/2006).

190 A respeito, consultar: http://www.famato.org.br/ e http://www.abag.com.br/

191 Para uma ampla reflexão sobre Biocombustíveis, consultar o Dossiê *ENERGIA***.** São Paulo: *Revista Estudos Avançados.* Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 21. Número 59. Janeiro/abril 2007. p. 157 a 158.

192 Cf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *BR-163 Cuiabá Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização.* In: TORRES, Maurício. *Amazônia Revelada: Os descaminhos ao longo da BR-163.* Brasília/DF: CNPq, 2005. p. 67 a 184.

3.4 - Faces da dominação: a exploração dos trabalhadores.

Nosso propósito neste tópico é pensarmos acerca das condições de trabalho e de vida na Amazônia mato-grossense e a sua relação com as questões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Iniciamos a nossa reflexão com algumas indagações: como a classe dominante do norte de Mato Grosso controla seus trabalhadores? Quais são as estratégias utilizadas para manterem a sua hegemonia enquanto controle e vigilância social? E quais são as formas de exploração das forças de trabalho numa região de fronteira?

Para começarmos a responder essas questões, precisamos destacar que as práticas de controle político dos trabalhadores naquela região foram adotadas pelas empresas colonizadoras a partir do projeto arquitetônico dessas cidades, com traçados em forma quadrangular para melhor controlar os seus moradores. Desta forma, o entendimento dos problemas do campo no Brasil deve ser feito no contexto da compreensão dos processos históricos que definiram as relações entre os homens e destes com os meios de produção, em especial com o uso da terra, pois a questão da divisão justa do espaço físico entre os homens é tão antiga quanto a própria existência do homem na Terra.

As estratégias de dominação por parte dos patrões contra os trabalhadores fazem parte do conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado e do capital para ocupar e explorar a Amazônia Brasileira. As políticas públicas que visavam à exploração dos recursos naturais da Amazônia serviram de base para o atual modelo de desenvolvimento vigente, principalmente gerenciado pela iniciativa privada, onde associou o controle político implantado pela ditadura militar, caracterizando o padrão de ocupação regional, baseado principalmente na distribuição de terras públicas, desmando e exploração de trabalhadores por parte dos grandes proprietários de terra, fato este, que iniciou em Mato Grosso a partir das décadas de 1950 e 1960, estimulando a impunidade e a violência no campo[193]. Historicamente houve várias formas de apropriação da terra em Mato Grosso, processo pelo qual terras devolutas/públicas passaram para o domínio privado. Moreno afirma que desde 1892 os governos estaduais vêm estimulando e favorecendo o acesso a grandes porções do território a capitalistas, grupos econômicos e a proprietários individuais.

---

[193] Cf. FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e Propriedade Territorial. A luta pela terra em Mato Grosso*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1986. 231 p.

> Todo um aparato jurídico-político foi sendo montado para mediar e legitimar os diferentes interesses das classes sociais envolvidas no processo de acesso à terra e dar sustentação à política fundiária de regularização e venda de terras no Estado. O envolvimento de funcionários em atos de corrupção e a participação de dirigentes em grandes transações de terra, trazendo benefícios pessoais ou políticos, marcaram a trajetória dos órgãos de terra no Estado em mãos dos mesmos atores por anos a fio e permitiram a manipulação do processo de apropriação capitalista da terra, segundo seus interesses e o da burguesia rural e empresarial. Esta articulação entre o poder político e o poder econômico, sustentada pelos mecanismos institucionais e jurídicos, permitiu a transformação de terras devolutas em propriedades privadas, fortalecendo, de um lado, a estrutura fundiária existente e, de outro, criando as condições necessárias para a territorialização do capital no Estado[194].

Os capitalistas de base agrária ou madeireira reproduziram e ampliaram as práticas de controle e ocupação da Amazônia mato-grossense, principalmente o mito do progresso e desenvolvimento para todos. Neste contexto, estão presentes, simultaneamente, as representações de dois tipos de mitos: o mito do Brasil grande e o mito do trabalho. O mito do Brasil grande está embasado no apelo ao patriotismo e no ufanismo nacionalista, o "forte do discurso estadonovista, dos militares e também, em parte, do projeto de construção de um Brasil Novo da política de Juscelino Kubitschek, na medida que justifica plenamente a auto-afirmação das estratégias adotadas por aqueles governos. O mito do trabalho, no discurso do Estado, corresponde à idéia de que todo trabalho tem de ser produtivo, disciplinado e estar adstrito a padrões sociais resultantes de um senso comum, baixado pelo regime de verdade, instituído na ordem social; regime que produz efeitos coercitivos e poder de estipular a conduta a ser

---

194 MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso. Política e Mecanismos de Burla: 1892-1992*. Cuiabá/MT: Entrelinhas. EdUFMT, 2007. 310p. p.121. A autora afirma ainda que a "alienação de terras públicas, por venda direta ao particular, através de ato licitatório, vem sendo realizada pelo Estado desde 1892, dentro dos princípios estabelecidos pela primeira Lei de Terras do País - a Lei nº. 601/1850, que extinguiu o princípio da posse e instituiu o da compra, como forma de acesso à terra. A venda de terras públicas do Estado de Mato Grosso atualmente não tem sido diferente do que foi no passado. Sempre foram alienadas de forma indiscriminada, visando mais arrecadar fundos para os cofres do Estado e atender a interesses particulares ou de uma fração de classe, do que aplicar a lei: o próprio Código de Terras/MT, com base no Estatuto da Terra (1964), obriga a elaboração prévia de projetos e planos para a alienação das terras públicas, objetivando o desenvolvimento econômico e social do Estado e assegurando a função social da terra". Ibid. p.40.

seguida”[195], como podemos observar na seguinte matéria: “os pioneiros apostaram no Progresso e acertaram”.

> Muitos desistiram logo no início, outros tombaram vítimas de acidentes, da malária, de outras doenças; alguns não souberam lutar ou não tiveram sorte, mas os que conseguiram vencer estão felizes e já têm algumas “estórias” para contar aos netos. Estamos falando dos pioneiros que ajudaram na conquista desta parte da Amazônia mato-grossense, “plantando” em plena floresta uma cidade que cresceu impulsionada pela força do trabalho dos seus desbravadores e que se transformou, em menos de uma década, num dos principais pólos de desenvolvimento do Estado, gerando riquezas e atraindo investimentos[196].

Construiu-se um discurso político do tipo “o trabalho dignifica o homem” e “tempo é dinheiro”. Portanto, há necessidade da pressa para “fazer-se na fronteira”. Essas ações muitas vezes não revelavam o avanço da tecnologia que a partir dos anos 1980 tornou-se um meio moderno do saber, de conquista, de controle e de poder dos grandes proprietários agropecuaristas, utilizado como instrumento de dominação política sobre os trabalhadores rurais, provocando desemprego e expulsando-os para outras regiões de Mato Grosso ou Rondônia, aumentando a reprodução do capital e expropriação humana, sendo esta, uma situação concreta em que se acha embutido o poder coercitivo dos padrões do trabalho e os efeitos do seu controle disciplinar.

Esse modelo econômico de desenvolvimento voltado para exportação, acentua as desigualdades regionais, como podemos observar em relação aos trabalhadores ‘volantes’ que perambulam pela BR-163 em busca de melhores condições de vida. São pessoas que vieram principalmente do nordeste, sem formação profissional, saúde, segurança, que ficam por certo período em fazendas da região[197]. Sobre a crise econômica regional, numa matéria intitulada “o outro lado da crise”, o autor assim se refere aos excluídos da fronteira:

> (...) mas em meio a todo clamor e debate envolvendo perdas de alguns milhões de reais por parte dos agricultores e madeireiros há um rosto que perdeu, e muito, mas é pouco ou nada enxergado pela sociedade. O rosto dos trabalhadores. Melhor, no caso, nos referimos ao rostos

---

195 TESOURO, Luci L. L. Martins. *Estratégias de Poder*. In: *Coletâneas do Nosso Tempo*. Departamento de História - Rondonópolis/MT: UFMT/ICHS. EDUFMT. Vol. 1, nº1. 1997. 130 p. p.102.

196 Revista Sinop Especial. Sinop/MT: 1996, p. 15

197 Sobre essa temática consultar o artigo: *Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia.* Alfredo Wagner Berno de Almeida. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta I. Medeiros. *O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 163 a 172.

> daqueles que poderiam ser chamados de trabalhadores sem-teto de Sinop. Ou mendigos, indigentes, como preferir. Eles podem ser considerados até mesmo invisíveis. Ou então fantasmas que assombram as ruas da cidade em visível crescimento e futura capital do novo Estado[198].

No processo de expansão da fronteira agrícola no cerrado mato-grossense, há uma continuidade de acumulação por parte dos agentes do Sul e Sudeste, através dos chamados pacotes tecnológicos fornecidos pelas empresas controladoras da compra da soja em âmbito mundial[199]. Dessa forma surgem novas formas de reprodução do poder, através da dominação do espaço, pois a moderna racionalidade da economia capitalista cria espaços de exclusão e incorporação de novos através da implantação de novas empresas capitalistas, provocando uma alteração nas relações de trabalho, como por exemplo, carteira assinada, saúde pública, educação, emprego e renda. Podemos constatar, seguidamente, vários trabalhadores em frente à sede da Justiça do Trabalho, reivindicando ou denunciando a situação de exploração que vivem em certas empresas madeireiras da região ou explorados em fazendas de soja, cana-de-açúcar ou algodão.

No espaço urbano, os excluídos do sistema (movimento dos Sem Teto e dos Sem Terra), enfrentam políticas de vigilância e controle do espaço norte mato-grossense (inclusive pela própria Secretaria Municipal de Ação Social), estes conflitos são desmobilizados, ou sutilmente disfarçados, pelos diversos agentes da sociedade civil, ou utilizados pela Mídia local como baderneiros, vagabundos e perigosos. Estes excluídos, muitas vezes possuem apenas a força de trabalho, e ao exibirem as marcas da exploração, são perseguidos, enfrentam a ação repressiva da polícia, dos despejos de áreas públicas como ocorreu em Sinop na calada da noite, através das práticas de controle social implantadas pelas Prefeitas da região, prova disso foi o fato dos Prefeitos de Sorriso e Juara/MT, terem enviados de ônibus para suas regiões de origem, trabalhadores nordestinos que atuavam nas fazendas de soja e gado destes municípios. Há o caso também de trabalho escravo seguidamente denunciado pelos fiscais do Ministério do trabalho o pela Comissão Pastoral da Terra.

Para além das denuncias de irregularidades, falsificações de documentos oficiais e corrupção, a mão de obra escrava foi largamente utilizada nessas operações. Apenas em 2004 foram fiscalizadas 267 propriedades rurais em todo o Brasil e em 104 delas, 2.745 trabalhadores foram encontrados nessa condição. No Estado de Mato Grosso

---

198 *A crise do Império.* In: Revista Capital. Sinop/MT: Ano III. 8. ed. Set. de 2005. p. 10 e 11.

199 BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Org.). *Geografias da Soja – BR-163: Fronteiras em Mutação.* Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2006. 175 p.

foram 21 operações, com doze propriedades autuadas e 316 trabalhadores libertados. Em 2005, em uma única operação em Confresa/MT, a Destilaria Gameleira foi acusada de manter pouco mais de mil trabalhadores escravizados[200], um recorde nacional.

> Nesses pontos extremos, a reprodução do capital não se dá necessariamente de modo capitalista, para que a reprodução da força de trabalho não comprometa a reprodução ampliada do capital. É nesses extremos que o irracional, como a destruição da natureza e o revigoramento do trabalho escravo, se torna racional para o capital, embora irracional e bloqueador do processo de emancipação do homem[201].

Além disso, dados do IBGE, CPT e demais órgãos oficiais revelam que a violência no campo está relacionada às regiões de maior concentração de terra. Segundo esta perspectiva, "o papel político e ideológico da implantação modernizadora da grande empresa rural foi dar 'legitimidade' para a sobrevivência do latifúndio ao tornar uma porcentagem deste terreno em produtivo. A concentração da propriedade da terra gerou uma trama de relações econômicas, sociais, culturais e políticas que geram a estagnação de todas as esferas da vida rural, afetando inclusive o exercício da democracia no país"[202].

Pesquisadores afirmam que a violência como forma de tratamento dos trabalhadores no campo é parte integrante do chamado padrão tradicional de dominação na história brasileira. Os massacres indígenas para permitir a apropriação das terras por eles ocupadas, a escravidão negra, a subordinação dos homens 'livres e pobres', as formas de controle frequentemente denunciadas pelos colonos europeus que vinham trabalhar nas lavouras de café e que encontravam nas queixas a seus consulados uma saída alternativa para provocar uma reordenação nas relações de trabalho, foram algumas das expressões da violência no meio rural[203].

> Nas últimas décadas assistimos a um processo de intensa transformação da agricultura brasileira, marcado pela modernização tecnológica e pela agro-industrialização, o que para muitos implicaria também em uma modernização das relações sociais, superando o 'atraso' e um conjunto de práticas sociais a ele vinculadas. Na verdade, um dos efeitos da

---

200 Ibid. p.5

201 MARTINS, José de S. Op. Cit.p. 683.

202 FERREIRA, Carla. Os tropeços da modernização agrária. P. 2 e 3. Disponível em: http://diplo.uol.com.br/2002-10.a459 Acesso em: 26/09/2006.

203 MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Dimensões políticas da violência no campo.* Revista TEMPO. Rio de Janeiro: Vol. 1, 1996. p.129.

> modernização foi acelerar o processo de expropriação dos trabalhadores. Nas grandes unidades produtivas, o número de trabalhadores permanentes foi progressivamente reduzido, aumentando em contrapartida o número de temporários, utilizados somente em determinados momentos do processo de produção. Como conseqüência, uma massa de trabalhadores foi expulsa para as periferias urbanas, onde é cada vez mais reduzido o acesso a empregos[204].

Palmeira chama a atenção para o fato de que esse processo de expropriação não só provocou um desequilíbrio nas estruturas sociais, como as transformou, na medida em que gerou alteração do sistema de posições e oposições sociais e permitiu o aparecimento de novos personagens e interesses[205]. Medeiros afirma ainda que "em todo esse conjunto de transformações, a violência foi concomitante, o que explicita um aparente paradoxo: a face modernizadora da agricultura não implicou na superação – antes, deu continuidade – de antigas práticas marcadas pela interpenetração entre a esfera pública e privada. Como o mundo dos direitos não chegou ao campo, foi mantido um amplo espaço social para a utilização do arbítrio e da força".[206]

Nessas "zonas de silêncio", controle e vigilância, podemos constatar em nossa pesquisa de campo ao longo da BR-163, entre as cidades de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop e Itaúba, mendigos, trabalhadores volantes, caminhando pela beira da Rodovia BR-163 em busca de uma "nova" fazenda, correndo risco de morte, como aconteceu no município de Sorriso e de Itaúba. Estes grupos pobres da Amazônia mato-grossense podem ser vistos como aquelas que nas relações capitalistas de produção, sofrem a exploração do fazendeiro, violência física e simbólica e enfrentam uma ampla política de controle nessas cidades que "habitam".

Essas formas de regular os homens e mulheres que trabalham e estão em constante relação com as políticas públicas das cidades e as redes de empregabilidade do campo, acabam vindo para as cidades onde não encontram abrigos, albergues unicipais ou local adequado para se alojar. As Secretarias de Ação Social dos municípios em grande parte servem para catalogar e enviar para outras regiões essas pessoas, que enfrentam as relações de poder e suas diferentes práticas e ações desencadeadas no espaço urbano das chamadas "cidades novas" da Amazônia mato-grossense. Nos noticiários locais são tratados como personagens perigosos, vadios,

---

204 Ibid .p 133.

205 PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e questão agrária.* Rio de Janeiro: 1989. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Dimensões políticas da violência no campo.* Revista TEMPO. Rio de Janeiro: Vol. 1, 1996. p. 134.

206 Ibid.

viciados, tratados como uma questão de polícia e não de políticas públicas. Essas pessoas representam o vício e a degradação humana e portanto, estão fora da sociedade, são estranhos[207] a ela - a sociedade do trabalho, ordeiro e civilizador, como diz a classe dominante regional.

Essa reflexão nos permite afirmar que a disciplinarização e o controle social que se aplica sobre esses indivíduos[208] funciona, sobretudo, conforme normas das Secretarias Municipais: retirar das ruas pessoas sem residência fixa, excluídos sociais, que permanecem nos canteiros públicos[209]. Isso evidencia que, em novos municípios recentemente criados em Mato Grosso, há um forte controle sobre a população pobre que se apresenta nas ruas, sendo que a partir da década de 1990, este controle está sendo operacionalizado através de certas normas (código de conduta municipal) apresentadas como positivas para a população. Controle sobre os corpos, mentes e lugares exercidos por uma ampla união: Igrejas (católicas, evangélicas e pentecostais), empresários (Mídia), Prefeituras e polícias – Civil e Militar. Poder simbólico, econômico, político e repressivo entrelaçados, agem nessas cidades de colonização particular, pois frente à pobreza atuam em conjunto, buscando controle e expulsão das cidades, seja em forma de advertência ou no ato de dar passagem para outras cidades, principalmente, Sul e Nordeste.

Nessa região, denominada pelos governos militares de "colonização" e que foram ocupadas por grileiros, empresários, intermediários, políticos, com fome de lucros a qualquer custo, encontramos pessoas exploradas e excluídas do Progresso divulgado tanto pela sociedade política regional quanto nacional, forjado no combate entre os grupos sociais, entre a violência física e simbólica e as várias formas de coerção social, que fazem parte dos cenários urbanos das cidades novas do norte de Mato Grosso. A sociedade política divulgava isso através de vários discursos destacando a idéia de progresso foram proferidos em comemoração aos 20 anos de Emancipação Político-Administrativa de Sinop em 14 de setembro de 1999. No convite distribuído pela Prefeitura Municipal de Sinop para as "comemorações" do aniversário da cidade, lê-se:

---

207 Cf. MARTINS, José de Souza. *A Chagada do Estranho.* São Paulo: HUCITE, 1993. 179 p.

208 São trabalhadores que atuam em atividades braçais, para esse trabalho, onde utiliza-se basicamente a força física ou instrumentos de trabalho simples, como foice, moto-serra, machado, atividades como capinar ou arrancar raízes, recolher raízes e fazer cercas.

209 CERUTTI, Leandro. *A subversão das práticas de controle: relatos e memórias de trabalhadores temporários no palco urbano de Primavera do Leste/MT.* In. *MultipliCidades: Cultura, Territorialidades e Deslocamentos em Mato Grosso.* Cuiabá: 2005, p. 42, (mímeo).

> SINOP: PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO - SINOP 20 ANOS - A FORÇA DE UMA GERAÇÃO. De cidade unicamente industrial para um grande pólo comercial, educacional e agrícola. Assim se pode resumir o progresso que faz de Sinop uma das mais importantes cidades do Estado. Situada a 500km ao norte de Cuiabá, Região sul da Bacia Amazônica, com aproximadamente 90.000 habitantes, a cidade ASPIRA e TRANSPIRA PROGRESSO desde sua fundação em 14 de setembro de 1974. Tem sua economia solidificada por suas 711 indústrias, sendo 460 madeireiras, 03 frigoríficos, 27 fábricas de móveis, entre outras; 1.643 comércios e a agricultura com agroindústria emergente, que caminha a passos largos. CONHEÇA NOSSA TERRA, NOSSA GENTE. SINOP TE ESPERA[210].

Um rápido "progresso material" tem-se observado na região norte de Mato Grosso, em ritmo acelerado, principalmente por se tratar de uma área que possui grandes extensões, caracterizada por seus latifúndios e monoculturas. Conforme Santos:

> O empreendimento se processa em "ritmo acelerado", com um "rápido progresso e desenvolvimento econômico", um "progresso devido à utilização de máquinas": a máquina, a companheira inseparável das conquistas do colonizador moderno. Fala-se continuamente de tratores, da "serraria moderna", da "energia elétrica", dos "aeroportos". A colonização é divulgada sob o signo da modernidade, para lembrar em seguida que, em bem pouco tempo, se dará a valorização da terra nua[211].

No Estado de Mato Grosso o desenvolvimento econômico (o agronegócio), passou a idéia de que a grande miséria recuou, de que vivemos uma fase de prosperidade, mas ao contrário daquilo que se prega, temos visto multiplicados os espaços sociais nos quais a pequena miséria se desenvolve de modo sem precedentes. A fronteira construída em nome da modernidade, símbolo do avanço da frente de expansão do capital faz uso na prática, indiscriminado de relações de trabalho similares às coloniais[212]. As conhecidas relações existentes nas atividades de extrativismo na Amazônia, ou entre coronéis latifundiários e camponeses, ou nas eternas "frentes de trabalho" nordestinas como as relatadas pela Comissão Pastoral da Terra. Depoimento

---

210 Prefeitura Municipal de Sinop/MT: Convite de aniversário da cidade. 1999.

211 SANTOS, José Vicente Tavares dos. SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e Luta (do Sul para a Amazônia).* Petrópolis: Vozes, 1993. 282p. p. 87

212 Cf. Flávio Antônio da Silva (*Aceleração temporal na Fronteira: um estudo do caso de Rondonópolis/MT*. São Paulo: USP – FFLCH. Departamento de História. Tese de Doutorado, 1997. P.74) "sobre a importância da escravidão por dívidas e de outras formas de peonagem para a acumulação do meio rural, tanto para o passado, como no presente, consultar: MARTINS, José de Souza. "A Reprodução do Capital na Frente Pioneira e o Renascimento da Escravidão no Brasil". In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: 6 (1-2): 1-25. 1994; O Tempo na Fronteira – retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira".

do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso, a respeito da crise na atividade madeireira, tanto anunciada pela classe patronal revela a outra face da 'crise social':

> Fala-se que o Município de Sinop está em crise, mas as autoridades competentes e constituídas, mostram em seus discursos outra realidade, dizendo que existe um crescimento de 10% ao ano. Em tempo de crise, como vem sendo colocado por parte dos empresários em diversos setores produtivos de Sinop, podemos perceber que a solução para eles é demitir o seu funcionário. Colocando, portanto, como sendo a solução mais adequada para que sua empresa continue a ter sucesso e desempenho financeiro, visto que, desta forma ele estaria economizando. Mas esquece que a vida de sua empresa está ligada diretamente ao trabalhador, é ele quem produz e faz a economia ter giro e, consequentemente, aquece de forma especial o setor do comércio em geral.Nesta crise, também estavam alguns empresários, que e forma sorrateira faziam suas fortunas em detrimento da miséria de alguns, ou seja, a classe trabalhadora, que vive lutando por melhores salários e uma vida digna, onde a maioria é submetida a fazer dez horas de jornada de trabalho, para colocar na mesa d sua família uma alimentação mais adequada[213].

A repressão política, econômica e simbólica sobre os trabalhadores rurais, tornando-os dependentes e subordinados aos grandes fazendeiros e empresários, contribuiu para um desenvolvimento acelerado em favor do capital, tornando a posse da terra para os trabalhadores cada vez mais distante. Este é um aspecto de sua hegemonia, em função de sua expansão econômica na fronteira norte mato-grossense.

O processo de aceleração da fronteira levou à expansão dos problemas sociais, onde a fronteira agrícola, que segundo alguns estudiosos -, foi até a década de 1980, pois era mantida pelo programa de colonização do governo federal. Parte desses problemas sociais passaram a ser atendidos pelas chamadas políticas assistencialistas, o chamado assistencialismo cristão. O crescimento de pobres é um aspecto da problemática urbana, que gera outros problemas sociais, como criminalidade, prostituição e para 'amenizar' esta situação, as igrejas, o município e outras entidades assistenciais (ditas filantrópicas) como Rotary, Lyons e Maçonaria, atuam de forma parcialmente reparadora, tentando amenizar os efeitos da exploração e dominação econômica e política por que passam parte dos trabalhadores. Entendo essas ações do poder público e demais Instituições e entidades - de caridade pública, como paliativas, pois não é abordado o problema central que é a exclusão social provocada pela concentração do capital e pela luta de

---

[213] Vilmar Mendes Galvão. *Crise! Por qual motivo? Você sabe quem é o culpado? Então saiba agora*. Disponível em: www.sonoticias.com.br Acesso em: 09 de junho de 2005.

classe. Vejamos a mensagem de Natal do Colonizador Enio Pipino com votos para "um bom ano" de 1985:

> Com as emoções tão sensibilizantes e cristãs que caracterizam estes dias de dezembro, desejo a todos muita alegria neste Natal de 84. Faço votos, ainda, de que tenham em 1985 um ano com saúde e paz interior, para que possamos continuar trabalhando e cumprindo com nosso destino aqui na terra. Quero dizer como é importante o Natal com a família, quando nossos corações transbordam alegria. Não terei ao meu lado a vida de minha vida, minha inesquecível Nilza. Será um tempo natalino de lembrança de sua memória. Mas, sinto que sempre estará ao meu lado, amparando-me para que continue lutando pelas idéias que foram dela e que devo continuar.
> Aos meus familiares, irmãos, sobrinhos, desejo agradecer pelo conforto que sempre me proporcionaram. Aos companheiros das empresas do GRUPO SINOP, qualquer que sejam suas posições, sublinho meu gesto de agradecimento. Aos sinopenses, que já somam mais de 100 mil no Município de Sinop, onde tenho tantos amigos, reafirmo a promessa de continuar lutando pelos projetos que melhorarem as possibilidades de desenvolvimento dessas áreas que fiz nascer sob o estímulo, apoio, compreensão de Nilza. A todos, enfim, o penhor de minha gratidão. Estarei lembrando, neste Natal e no começo de 1985, que nossa missão deve continuar. Juntos há um destino a cumprir. Espero ter forças para continuar trabalhando pelos meus semelhantes[214].

Nesse sentido refletimos sobre as contradições do progresso, pois desde os primeiros anos da colonização de Sinop, havia uma certa dúvida em relação ao seu desenvolvimento. Porém, a defesa deste projeto colonizatório sempre se pautou pela utilização de expressões com forte conotação social como progresso, riqueza, prosperidade e trabalho. A partir de 1983, os discursos políticos enfatizavam esta idéia de grandeza da população sinopense:

> [...] povo este que transformou a floresta indomável em uma linda cidade, que transformou a região muitas vezes inabitável em uma linda casa onde florescem as esperanças, onde brotam as certezas de que num amanhã não muito distante todos os sonhos serão realidade. Assim quero dizer, sem medo de errar, que Sinop galgará o último degrau e, do podium do progresso, dos louros do futuro promissor, haverá de como centro polarizador (sic) do norte de Mato Grosso governar soberano, com humildade, passos lentos e certeiros os destinos do nortão[215].

---

214 Jornal o Sinopeano. 1984. In: SANTOS, Luiz Erardi F. *Raízes da História de Sinop*. Sinop/MT: Edição própria. 2007. p. 152.

215 Revista do Município de Sinop. s/d.

De qualquer modo, a idéia de transformar Sinop numa cidade próspera, espacial, cultural, social, econômica e intelectual mostrou, igualmente, uma face diversa daquela que apregoava sua construção como fator de desenvolvimento e crescimento sem par. É verdade que a presença de pessoas de outros Estados do país possibilitou grandes transformações não só na paisagem urbana e rural, como também na dinâmica regional. Porém, o que se observou foi uma estreita vinculação entre crescimento espacial e empobrecimento social para grande parte dos que chegaram à cidade com um sonho de realização e melhores condições de vida. A perspectiva deste estudo é revelar estas evidências, entre outras, da vinculação progresso e desenvolvimento numa região de fronteira, onde os discursos são criados, as pessoas são selecionadas e a cidade é controlada. Grande parte dos documentos que estão sendo trabalhados, expressa a convicção de que a sociedade ordeira e trabalhadora seria capaz de construir uma cidade com riqueza, prestígio e poder, sonhando sempre com a divisão do Estado e a sede da nova Capital, como este comentário a respeito e entusiasmo do povo sinopense:

> Do momento em que o primeiro colono ergueu a primeira barraca de lona na clareira aberta na floresta em 1974, até o momento atual, os migrantes que fizeram opção por Sinop mostraram a que vieram - apostaram no progresso e acertaram. É certo que muitos desistiram logo no início, mas os que ficaram, viram a cidade crescer impulsionada pela força do trabalho de seus desbravadores[216].

Contudo, a esta visão idealista do "progresso e desenvolvimento", contrapunham-se outras falas emitidas por aqueles que "não têm expressão social", mas que são os responsáveis pela construção de Sinop, a classe trabalhadora, mostrando as contradições sociais de uma cidade que não respeita o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida de sua população, pois, na ausência de um sistema de saúde pública, as pessoas mais necessitadas, que são a maioria, ficam à mercê dos donos de hospitais ou dos interesses políticos. Souza Martins, discutindo as relações sociais e de produção no sistema capitalista, afirma que as forças produtivas se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais:

---

[216] Revista SINOP. Pereira, Salvador. 1996. p.17. s/d.

> [...] no capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados da produção é privada. Essa contradição fundamental anuncia o descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social. A desigualdade do desenvolvimento se expressa nos desencontros que nos revelam diversidades e não uniformidades da mesma realidade econômica e social[217].

Podemos perceber nos discursos que o norte de mato Grosso é uma região que está destinada ao progresso. E a 'imagem de homem e de mulher de sucesso é do branco e do sulista, sabedor e aproveitador das oportunidades oferecidas pela terra do progresso, como é representada a cidade pelos ideólogos da elite dominante' Mas, ao nível da estratégia do discurso do colonizador, qual o papel, nesse sentido da iniciativa privada?

> Do ponto de vista do colonizador há uma inevitável coincidência entre o desenvolvimento e o progresso da Amazônia com o desempenho do capital privado na região. E mais: a Amazônia só pode ser ocupada racional e produtivamente se dirigida pela empresa privada comprometida com o desenvolvimento social; caso contrário, não há outra possibilidade histórica para o progresso dessa região ou mesmo outra forma "para tornar" os pequenos agricultores produtivos e disciplinados. Para essa retórica não existe outra conclusão: à empresa privada está reservada a missão histórica de conquistar e promover o progresso da Amazônia[218].

Deste modo, o que mais chama a atenção nos discursos, nas matérias publicadas pelos diversos meios de comunicação local e regional, é o 'sinal do progresso', destacado na velocidade dos acontecimentos, sem levar em consideração o seu custo social e ambiental. A ideologia do progresso foi uma forma possível de se implantar a estratégia de dominação política e econômica em Sinop – cidade de fronteira.

---

217 MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.* São Paulo: Pioneira, 1975. p. 94.

218 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde. Política de Colonização no Brasil Contemporâneo.* Cuiabá/MT: UNICEN, 2002, p. 76.

> Na realidade, pouco importa o custo social da nova ocupação para os setores dominantes. O discurso está voltado para conferir primazia à produtividade agrícola, à extensão das áreas agricultáveis, à aceleração da construção das cidades etc. A exploração do trabalho na constituição mesma desse novo espaço social sempre acaba sendo omitida para que se possa exaltar o mito da terra que tudo dá. E assim, as cidades foram recebendo toda ordem de estímulos para transformarem-se rapidamente em centros de desenvolvimento econômico e social. De acordo com esse discurso o que importava realmente era fazer do norte de Mato Grosso um novo Norte do Paraná, isto é, enfatizava-se a necessidade de se criarem mecanismos que fossem capazes de acelerar o crescimento das cidades e garantir, conseqüentemente, a utilização eficiente de modernas tecnologias para que um grande salto pudesse ser dado[219]

Nesta velocidade de "realizações" que observamos na expansão do espaço urbano de Sinop, os contrastes sociais se expressam através dos bairros pobres que surgiram nos últimos anos, onde os moradores sofrem um duplo processo de expropriação:

> (...) uma vez que são excluídos do processo espacial e sofrem o estigma de constituírem e pertencerem a um território com baixa condição de infra-estrutura, são considerados pela "cidade legal" como marginais. Os trabalhadores desses bairros, embora considerados no imaginário social como "marginais", fazem parte do circuito da economia local como prestadores de serviços de uma mão-de-obra não qualificada, atendendo ao mercado urbano (construção civil, domésticas, guardas, funileiro etc.), bem como aqueles que atendem à exploração rural (extrativismo da madeira) como laminador de madeira, motoristas etc[220].

Portanto, essas reflexões apontam pistas para futuras análises sobre a problemática do progresso para quem, e que tipo de progresso se pretende para uma cidade de fronteira emergente no cenário regional, cidade considerada nova. Porém, como afirma Martins, "o aparentemente novo na fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases da violência que a caracteriza"[221] .

---

219 Ibid. p. 149.

220 ARRUDA, Z. A. *SINOP: Território(s) de Múltiplas e Incompletas Reflexões.* Recife: Dissertação de Mestrado. UFP – Universidade Federal de Pernambuco. 1997.183p. p.171.

221 MARTINS, José de Souza. *FRONTEIRA: A Degradação do Outro nos Confins do Humano.* São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.

3.6 – A questão Ambiental: “novos” discursos e embates.

A partir das últimas décadas a questão ambiental tornou-se uma preocupação mundial, pois a maioria das nações do mundo tem reconhecido a emergência dos problemas ambientais. Atualmente, a Amazônia ganhou destaque no cenário internacional no que se refere à complexidade da questão ambiental e acaba despertando conflitos de interesses, fruto das contradições de inserção do país no mercado internacional e da dinâmica interna da sociedade brasileira. Logo, pergunta-se, o que está em jogo para o futuro de Mato Grosso, com a devastação de matas ciliares, comprometendo as cabeceiras dos rios; quais são os interesses e a lógica econômica e social desse modelo de desenvolvimento?

Nesse processo de ocupação, percebe-se uma política de valorização do empreendimento, em um ciclo rápido. Exige-se, além das benesses fiscais, a super-exploração do trabalho. O preço pago pela sociedade por tal velocidade de ocupação destas áreas de cerrado, floresta e zonas de transição, foi alto. O Brasil perdeu 26.140 Km2 de floresta apenas entre os anos de 2003 e 2004, Mato Grosso individualmente respondeu por 12.586 Km2, ou 47,34% desse total. Outro fator a ser considerado e que agrava ainda mais essa situação, foi a forma predominante de como se procedeu esse desmatamento.

No norte de Mato Grosso existe um ‘descompasso histórico’, ou seja, um crescimento da agroindústria com grandes investimentos tecnológicos e de informação, com problemas que, na sua origem, ainda não foram superados, como por exemplo, assistencialismo político, paternalismo, favorecimentos e mentalidade em grande parte colonialista e paroquial. É interessante observar a hegemonia do discurso da organização extrativista como representante do projeto coletivo regional. Existe uma tendência em ocultar as contradições que apontam para o desencadeamento de uma crise estrutural nas atividades econômicas e sociais. O setor madeireiro no norte de Mato Grosso, além de legitimar-se como o responsável pela identidade do trabalhador que habita neste espaço, inscreve-se numa estrutura mercadológica em que os discursos desenvolvimentistas e neoliberais prevalecem sobre os demais que tentam um embate no campo ideológico-social, como no seguinte anúncio: “Madeira: o princípio do crescimento”

> Há poucos mais de 25 anos, quem sobrevoasse a selva norte mato-grossense dentro da Bacia Amazônica, por mais que se esforçasse, nada veria senão selva e mais selva. Entretanto por uma questão de segurança nacional sob a égide do 'integrar para não entregar', somada ao ímpeto de desbravadores que jamais serão esquecidos, tendo a sua frente a ilustre personalidade 'in memória' Enio Pipino, somado a força de vontade de outros pequenos comerciantes, agricultores, implantava-se a promissora cidade de Sinop, que devido ao solo plano, seu traçado desde o início transmitia a visão da beleza e organização. Para que seu desenvolvimento fosse completo havia a necessidade em se aproveitar as madeiras que eram derrubadas para a implantação da agricultura, pecuária e principalmente para a construção das primeiras casas e armazéns. Assim, surgiram os primeiros madeireiros que a princípio vieram para prestar serviços à nova comunidade, entretanto devido a abundância de madeira na região, houve uma corrida desenvolvimentista dos madeireiros que por certo foi e ainda é um dos expoentes mais acentuados no crescimento da região, contribuindo decisivamente na economia do município e do Estado de Mato Grosso. Sinop é, com toda a certeza, a cidade pólo da região norte do Estado. Hoje completando 25 anos de fundação, parabenizamos a todos os sinopenses pelo transcurso desta data comemorativa[222]. O empresário madeireiro, apesar das altas taxas de impostos e do grande descaso do governo, vem se mantendo como ponto de apoio para a região de Sinop. Seus empregados usufruem de água, luz, moradia e assistência médica gratuita de emergência. Um exemplo disso, é Madeireira Sinop, que gera em média 60 empregos diretos, na produção de madeira bruta pra o mercado interno[223].

O papel dos intelectuais orgânicos (advogados, engenheiros florestais e economistas), que prestam assessoria aos empresários madeireiros é de formular mensagens ideológicas voltadas para criar uma "bela imagem" do setor. São aquelas formas de discursos que, sob a aparência de uma função informativa, veiculam uma propaganda do grupo e dos interesses do grupo hegemônico que está no poder. Pode-se expressar sob a forma - falas apologéticas públicas, através do uso dos meios de comunicação, principalmente a rádio, utilizados como meio de divulgação e propaganda "oficial", com forte conotação política, ideológica, religiosa e afetiva. De qualquer modo, as mensagens ideológicas fazem largo uso de um tipo de argumentação que requer dos receptadores uma adesão muito mais próxima da fé do que da razão crítica.

Neste contexto, precisamos discutir quais são os benefícios sociais do avanço do agronegócio, pois a questão da Amazônia é uma questão política. Há recursos naturais e não conhecimento científico, que requer um projeto nacional, pois sem conhecimento aplicado, reproduz-se o atraso.

---

222 Revista *POTENCIAL SINOP – 25 anos. Uma trajetória de sucesso*. Sinop/MT. 2000. p. 44

223 Ibid, p. 46.

No norte mato-grossense ocorreu uma mudança da paisagem natural (cerrados e matas) pela agricultura mecanizada, provocando um desmatamento nesses dois biomas, ameaçando o desaparecimento desses ecossistemas em escala local e regional. Esta mudança deve-se ao modelo de colonização dessas novas áreas, onde as terras ocupadas, em sua grande maioria, estavam acima de 100 hectares, reproduzindo, assim, na fronteira o padrão de concentração característico da estrutura agrária tradicional do restante do país.

Dentre os principais problemas ambientais podemos destacar os desmatamentos e as queimadas, provocadas pelos sojicultores, fazendeiros e pecuaristas, com objetivo de abertura de novas áreas para o plantio e criação de gado, constituem as principais ameaças ao meio ambiente mato-grossense. A elite dominante utiliza-se de uma justificativa e/ou "explicação" sobre o meio ambiente de conotação romântica, religiosa ou preservacionista, de cunho idealista. Estes transgressores da Lei ambiental usam enquanto estratégia política a desqualificação e desmobilização dos movimentos sociais pois afirmam que é necessário "conhecer a realidade do Estado"; porém organizam-se através da bancada ruralista pelos subsídios federais para financiar os custos de produção. Essas estratégias em Sinop e região são utilizadas em primeiro lugar por uma forte crítica das forças políticas conservadores, utilizando-se da Mídia para desqualificar qualquer movimento social como o MST, depois acionando o poder judiciário e por último o uso da força policial para efetuar despejos dos Sem terras.

> Ordem de retirada de invasores de fazenda no Nortão pode sair ainda esta semana. A ordem da Secretaria Estadual de Segurança para cumprir a liminar da Justiça e fazer a retirada dos invasores da Fazenda Continental III deve sair ainda esta semana. A informação é do chefe Administrativo do Comando Regional Norte da Polícia Militar de Sinop, major Antonio Mário da Silva Ibanez Filho. Segundo ele, a PM aguarda uma determinação. A fazenda foi invadida há mais de um mês por famílias ligadas ao MST (Movimento Sem Terra). São aproximadamente 100 famílias que invadiram a propriedade localizada a 60 km de Sinop. Na semana passada, saiu a decisão judicial, expedida pela Comarca de Cláudia, que determinou a retirada dos invasores. O prazo para a saída espontânea terminou no último dia 12. O Governo Federal decretou que a área, de mil alqueires, é para fins de reforma agrária. Mas a indústria madeireira instalada em Sinop, que é proprietária da área, está finalizando documentação para recorrer da decisão. A empresa alega que está tendo inúmeros prejuízos e cerca de 100 funcionários (50 em Cláudia e 50 em Sinop) estão parados porque

> a proprietária da área não conseguiu retirar madeira da fazenda invadida por famílias ligadas ao MST[224].

Naquela região existe um monopólio político de uma classe (agronegócio – sojicultores, fazendeiros, madeireiros), na expressão política de grupos particulares, em detrimento do interesse social mais geral -, a chamada classe economicamente dominante (produtores rurais e madeireiros) disputam espaços internamente, porém quando a questão é problema da terra, unem forças procurando legitimar a sua hegemonia através de vários meios possíveis para esse fim.

Com o avanço do agronegócio em Mato Grosso, o passivo ambiental é altíssimo, porém, justificam suas ações com o tradicional discurso da 'segurança alimentar', que é necessário ter 'bom senso', que a legislação ambiental é punitiva e os problemas são do Estado. Criticam a ameaça internacional[225] à nossa soberania nacional de ocupação da Amazônia e que o sucesso do agronegócio deve-se ao espírito do empreendedor rural. A respeito dos crimes ambientais, o que a realidade nos revela? E o desrespeito às questões trabalhistas?

A complexidade da questão ambiental na Amazônia reflete a forma de ocupação daquele espaço, que ocorreu sem um estudo sobre a região (com exceção do Projeto RADAM Brasil), onde inúmeros projetos de colonização foram implantados pelo Governo Federal e executados pela iniciativa privada. A região foi usada como uma válvula de escape para os conflitos sociais do campo no Sul e Sudeste do País. A partir da década de 1970 onde Mato Grosso passa a ser inserido no mercado nacional e internacional como fornecedor de matéria prima e consumidor de produtos industrializados. Através da expansão capitalista, no que ficou conhecido como fronteira agrícola, provocou um aumento pela propriedade privada e a abertura de grandes fazendas agropecuárias, através de incentivos fiscais e creditícios fornecidos pelo governo federal.

Para combater crimes ambientais no norte de Mato Grosso, uma grande operação foi desencadeada, em junho de 2005, chamada "operação Curupira", comandada pela Polícia Federal. Esta operação fechou mais de 400 empresas-fantasma especializadas na venda de autorizações de transporte ilegal de madeiras e levou 47 funcionários públicos à prisão. "Segundo estimativas do Governo Federal, publicadas

---

[224] Disponível em: http://www.sonoticias.com.br/mostra.php?id=4563&ano=2006 Acesso em 24 de maio de 2005 .

[225] Cf. documento divulgado pela Maçonaria em todas as suas lojas no Brasil.

no livro “A Grilagem de Terras Públicas na Amazônia”, existem no país aproximadamente 100 milhões de hectares sob suspeitas de grilagem, das quais 30 milhões de hectares estão no Pará. O estudo, que resultou no livro, analisou casos exemplares de grilagem (apropriação ilegal e indevida) de terras públicas na região, associados ao desmatamento e à exploração ilegal de madeiras, bem como a eficácia dos atuais mecanismos jurídicos e institucionais que atuam no controle dessas práticas ilegais.

Forças econômicas e políticas regionais não tiveram uma visão de longo prazo em relação à exploração dos recursos naturais e não fizeram um reflorestamento adequado para que desse sustentação à atividade madeireira, base da economia regional. Acomodou-se e como o extrativismo é e foi presa fácil para os diversos tipos e ilegalidade em menos de 30 anos de exploração das reservas naturais basicamente se exauriram, provocando dentre outros fatores o declínio dessa atividade. Em Mato Grosso, a grilagem de terras é um problema fundiário sério influenciado pela dinâmica de desmatamento, campeão nessa questão e com problemas de titulação. A questão ambiental no Estado decorre do próprio modelo de ocupação e de propriedade imposto pelo avanço do agronegócio. Grilagem de terra, indústria madeireira e pecuária, são os responsáveis pelo desmatamento em Mato Grosso.

A região norte do Estado nas últimas décadas vem sendo explorada por colonizadoras e grandes produtores agro-pecuaristas, cujo objetivo principal é transformar aquela região em grande produtora de grãos, utilizando-se a princípio da madeira extraída em grande parte de forma ilegal, como capital inicial para seus empreendimentos inclusive adquirir áreas de terra a preços baixos para posteriormente revender ou usar para o cultivo de grãos (em nossa pesquisa de campo, constatamos que aproximadamente 40% dos agropecuaristas de Sinop e região, são ex-madeireiros).

Além desses sérios impactos causados ao ecossistema florestal devido à exploração predatória da madeira, na estação seca (abril a outubro), quando as queimadas das áreas rurais e das áreas urbanas intensificam-se, a poluição do ar e a temperatura tendem a elevarem-se, ao passo que, a umidade relativa do ar diminui, provocando desconforto térmico e problemas respiratórios na população que vive próxima das áreas mais comprometidas. Neste sentido, surge a necessidade de se avançar com os projetos de manejo florestal, visto que esta prática é um fenômeno recente – até 1994, era praticamente inexistente na Amazônia.

É possível observar que, nos últimos anos, os sistemas de exploração da madeira, na Amazônia, estão mudando as formas de fiscalização e aplicação de leis, uma vez que o madeireiro típico, que tinha a serraria e uma série de áreas de exploração próprias que o abasteciam, controlando, muitas vezes, até a vida das comunidades das redondezas, deu lugar a um dono de serraria tipicamente urbano, que não quer se envolver com toda a burocracia dos planos de manejo, nem pode mais manter os esquemas de barracão que antes atrelavam aos seus negócios a população local. Prefere, agora, comprar a madeira de terceiros, cujas toras são provenientes das pequenas áreas autorizadas de desmatamentos, sobretudo em assentamentos agrários, e já chegam na entrega da matéria prima com os papeis necessários para a comercialização do produto. Esta é uma forma disfarçada de terceirizar o desmatamento e não pagar os direitos trabalhistas dos operadores das máquinas de exploração vegetal

As atividades econômicas hegemônicas (soja e pecuária) provocam um inchamento urbano, num contínuo movimento da fronteira, devido a expansão capitalista com rápidas alterações no processo migratório. A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento amazônico, voltada principalmente para a exportação com apoio financeiro ocupa grandes áreas. Esta modalidade de produção agrícola, principalmente arroz, soja e milho, com grandes áreas desmatadas no Centro-Oeste para a plantação de soja, fragilidade institucional e socialmente, acabam afetando os trabalhadores além do desrespeito às leis ambientais.

> O ciclo da pecuária extensiva, que desmatou paulatinamente a Amazônia nos últimos 30 anos, constituiu um processo de ocupação relativamente lento, baseado em atividades desenvolvidas pela elite local, subsidiada por incentivos fiscais, ou por migrantes com baixo nível de capitalização. A soja, no entanto, apresenta dinâmica totalmente distinta. Esse cultivo é uma atividade praticada por produtores altamente capitalizados ou subsidiados (por meio de pré-financiamentos) por meio de grandes empresas exportadoras. Assim, o potencial de entrada da soja na Amazônia é mais dependente de aspectos topográficos e do movimento de preços internacionais[226].

Puty afirma ainda que a relação entre a expansão da agricultura mecanizada e o desmatamento não é direta, já que a mecanização exige áreas já totalmente antropizadas, o que do contrário, tornaria a própria atividade inviável economicamente. O avanço da

---

[226] PUTY, Cláudio. ALMEIDA, Oriana, RIVERO, Sérgio. *A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento amazônico*. Rio de Janeiro: Revista Ciência Hoje. *Amazônia: o desafio mal começou.* Vol. 40, nº 239. Julho de 2007. P.47.

soja na floresta amazônica, depende da demanda internacional, e na busca por novas terras, o que possibilita o desmatamento a partir da capitalização de madeireiros, que vendem ou arrendam suas antigas propriedades e passam a grilar terras devolutas. Esta apropriação de novas áreas de floresta primária poderá vir a se constituir numa nova área de expansão da agricultura mecanizada no futuro[227].

O processo extrativo madeireiro se caracteriza de forma predatório, numa lógica capitalista atrasada, utilizando-se de técnicas ultrapassadas em sua grande maioria, trazidas do Sul do país, sendo que seus proprietários valorizam acima de tudo as suas terras como reservas de valor. Podemos destacar alguns problemas ambientais provocados pela atividade madeireira, como pó de serra residual produzido em grande quantidade, devido aos desajustes dos equipamentos, ficando suspenso no ar, causando irritação às pessoas mais expostas, com sérios problemas de saúde dos trabalhadores das indústrias e para a alegria dos proprietários de hospitais e farmácias da cidade. Quando esse pó de serra é queimado, a fumaça toma conta de toda a cidade, independentemente de classe social, além dos acidentes de trabalho de e trânsito provocando por ele. Com a decadência do setor madeireiro, estes empresários mudaram o discurso para "atividade de base florestal", e as elites políticas procuraram incentivar a atração de indústrias com incentivos fiscais municipais, justificando a geração de emprego e renda, ou seja, quem vai "ganhar é a classe pobre".

No âmbito da fronteira norte mato-grossense, as forças capitalistas (madeireira e agropecuária), apoiadas pelas forças oficiais, negam a importância da floresta, da preservação do meio ambiente, visando à expansão dos seus projetos, dos seus interesses ligados à exploração predatória dos recursos naturais. As forças políticas regionais vinculadas à economia madeireira e agropecuária, forças que reagem violentamente frente às conquistas dos trabalhadores como greve para forças os patrões a concederem aumento salarial, buscam interlocução no âmbito da sociedade política, demonstrando a importância da esfera institucional enquanto campo de luta da elite regional. Essa apropriação dos recursos naturais, com interesses imediatos de capitais privados, não é considerado como um bem público, seguindo a lógica da mercantilização da natureza[228]. Os grandes proprietários de terra, fazendeiros e

---

227 PUTY, Cláudio Castelo Branco. Relatório: Agricultura Empresarial Mecanizada. *Zoneamento Econômico ecológico da BR-163.* Belém/PA: UFPA. Departamento de Economia. 2007. P. 55.

228 Sobre esta questão consultar: *Terra e natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade.* MOREIRA, José Roberto. In: *Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares.* SANTOS, Raimundo et. alli. Rio de Janeiro: Campus, 1998. P.120 a 133

madeireiros, influenciam e demarcam a estrutura agrária regional, mesmo sendo a minoria em ermos quantitativos, mas poderosos do ponto de vista econômico e político. Residem nas cidades (SINOP, Sorriso, Lucas do Rio Verde, dentre outras), onde atuam também no comércio e indústria. Politicamente, são forças retrógradas, reacionários, onde procuram direcionar os investimentos para o agronegócio, estabelecendo uma rede estratégica de alianças entre fazendeiros, pecuaristas e políticos locais. Ao tornar-se uma fronteira de ocupação a Amazônia mato-grossense atraiu também empresários socialmente irresponsáveis, que se apropriando de modo ilegal e violento do patrimônio natural (terra, florestas/madeira, recursos hídricos), ocasionaram graves conflitos entre estes e a população indígena, posseiros e ribeirinhos.

> A atuação desses empresários tem causado graves problemas na Amazônia, porque se baseiam em vantagens competitivas espúrias, as quais compreendem o que se pode denominar kit ilegalidade, composto de grilagem de terras, desmatamento ilegal, suborno, corrupção, desvios de recursos públicos, trabalho escravo, não cumprimento das contribuições tributárias, fiscais e previdenciárias. Nesse sentido, reproduzindo os conflitos por terra que aconteciam nas regiões de origem dos migrantes. Hoje, esses conflitos agravam-se com a expansão dos agronegócios na própria Amazônia, que expulsam os antigos migrantes, colonos e assentados e não absorvem os novos, ao se implantarem com uma tecnologia avançada[229].

O crescimento econômico daquela região ocorreu de forma que reproduziu as desigualdades regionais e sociais de outras regiões do país, a concentração de renda e o não cumprimento da legislação trabalhista (desrespeito ao Estado de Direito), sobretudo nas atividades agropecuárias e madeireiras. Esses conflitos estão associados com a cumplicidade do poder público, com a grilagem de terras e com o desmatamento ilegal, dado que 'a fronteira é uma terra sem lei' uma vez que representantes dos pecuaristas, junto com os madeireiros, frações da sociedade civil regional, delimitam um espaço de ação e intervenção sobre o território. Esses agentes interferem sobre a política local e estadual e estão também articulados nacionalmente. Seus interesses são defendidos por uma bancada suprapartidária, talvez a maior representação política presente no Congresso Nacional[230]. No Estado de Mato Grosso, o dinamismo econômico está fortemente atrelado ao setor agropecuário, e este, à

---

229 FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Amazônia, Estado e Sociedade.* Campinas/SP: Armazém do Ipê (Autores Associados). 2006. 106 p. p. 10 e 13.

230 Id. p. 42.

constituição de complexos agroindustriais como a do agronegócio. Assim, pode-se considerar que naquele Estado verificou-se um processo de expansão produtiva acompanhada de concentração fundiária e da estrutura produtiva agropecuária.

Este avanço da fronteira capitalista provocou sérios impactos causados ao ecossistema florestal devido à exploração predatória da madeira, na estação seca, quando as queimadas das áreas rurais e das áreas urbanas se intensificam, a poluição do ar e a temperatura tendem a se elevarem, ao passo que, a umidade relativa do ar diminui, provocando desconforto térmico e problemas respiratórios na população que vive próxima as áreas mais comprometidas.

É possível observar que, nos últimos anos, os sistemas de exploração da madeira, na Amazônia, estão mudando as formas de fiscalização e aplicação de leis, uma vez que o madeireiro típico, que tinha a serraria e uma série de áreas de exploração próprias que o abastecia, controlando, muitas vezes, até a vida das comunidades das redondezas, deu lugar a um dono de serraria tipicamente urbano, que não quer se envolver com toda a burocracia dos planos de manejo, nem pode mais manter os esquemas de barracão que antes atrelavam aos seus negócios a população local. Prefere, agora, comprar a madeira de terceiros, cujas toras são provenientes das pequenas áreas autorizadas de desmatamentos, sobretudo em assentamentos agrários, e já chegam na entrega da matéria prima com os papeis necessários para a comercialização do produto. Estudos mostram que, hoje, uma pequena parte da madeira extraída na Amazônia são legalizados por autorizações de desmatamento, o restante sai de áreas com planos de manejo regulares ou são ilegais, correspondendo à madeira roubada de unidades de conservação e áreas indígenas, principalmente.

Elder Andrade de Paula fez um importante estudo sobre o (Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental, onde sustenta que: (...) ao "jogar o jogo' da mercantilização da natureza, o Estado (no sentido ampliado) corroborou ativamente para maximizar a apropriação privada do patrimônio natural. É preciso inverter esse jogo, combater esse pragmatismo exarcebado, que relegou, em grande parte, aos 'mercadores da natureza' o destino da conservação da paisagem natural na Amazônia"[231]. Já em Mato Grosso, podemos afirmar que ocorre o desmatamento insustentável na Amazônia norte mato–grossense através da associação de crescimento econômico, desmatamento e avanço do agronegócio em áreas de florestas, unidades de

---

[231] PAULA. Elder Andrade de. *(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos Missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005 383p.

conservação, terras indígenas para usos e abusos dos recursos naturais, pois esta exploração ajuda aumentar o desmatamento.

> Além do prejuízo direto da perda da floresta, o desmatamento provoca emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global da atmosfera. Em 1988, quando foi publicada a primeira avaliação oficial sobre o desmatamento na Amazônia, entre 1978 e 1987, a taxa média do período foi de 21.050 km2. Diante das críticas de ambientalistas e organismos internacionais, a resposta do governo foi o programa Nossa Natureza, de que resultou a criação do IBAMA (Lei nº 7.735 de 22/02/89) a partir da fusão de quatro entidades que atuavam na área ambiental: a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), a Superintendência da Pesca (SUDEPE) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A partir daí o desmatamento anual diminuiu, atingindo o mínimo histórico de 11.030 km2 em 1991, véspera da Conferência Internacional do Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro (Rio-92). Já em 1992, porém o desmatamento voltou a subir, até chegar ao máximo histórico de 29.059 km2 em 1995. Para conter essa escalada, o governo alterou, por meio de Medida Provisória, em agosto de 1996, o Código Florestal, ampliando a Reserva Legal (parcela da floresta existente em uma propriedade que não pode ser desmatada) de 50% para 80% em projetos agropecuários[232].

Para o Estado de Mato Grosso o Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65, com as alterações promovidas pela Medida Provisória (Lei nº2166-67/01) determina que a Reserva legal seja de 80% do imóvel rural em áreas cobertas por florestas (incluídas as chamadas florestas de transição) e de 35 no cerrado.[233] A relação entre cultivo de soja e o desmatamento na fronteira norte mato-grossense, deve ser analisado como uma das conseqüências do processo de expansão e concentração fundiária, de renda, com grandes fazendas de gado e monocultura mecanizada (principalmente a soja), produtores de outras regiões do país que compram terra, com acesso ao capital e tecnologia. Este processo tem provocado nos últimos anos uma pressão sobre a abertura de novas áreas, aumentando os conflitos pela posse e uso da terra, com práticas de escravidão e desmatamento (ilegais) para conversão das florestas em pastagens ou lavouras. A questão econômica do norte de Mato Grosso, caracteriza-se pela retirada da madeira, avanço da pecuária com empresários capitalizados e demais profissionais da chamada fronteira consolidada, médio norte e Sul de mato-grossense, além de empresários do Sul e Sudeste do país e mais recentemente empresários de outros países,

---

232 HIGUCHI, Niro. *O desmatamento insustentável na Amazônia*. In: Ciência Hoje – Revista da divulgação Científica da SBPC. Rio de Janeiro: Vol. 39. nº 232, nov. de 2006. p.69.

233 Mato Grosso, Amazônia (i)Legal. Desmatamentos de Florestas em propriedades rurais integradas ao Sistema de Licenciamento Ambiental Rural entre 2001 e 2004. Brasília: Instituto Sócio Ambiental, junho de 2005.

como fazendeiros norte americanos que estão comprando terras em Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Com a disponibilidade de terras e o investimento em infra-estrutura pelo governo Blairro Maggi, as chamadas PPPs, ocorreu um direcionamento da atividade madeireira e agropecuária para a região noroeste do Estado e a divisa com o Pará, provocando uma relação direta da expansão da agropecuária com o desmatamento[234].

Estudos mais recentes afirmam que a Amazônia exerce um papel fundamental na formação e controla da incidência de chuvas no Planeta, diferente do mito de "Pulmão do Mundo" difundido no início da década de 70 do século XX.

> O equívoco da expressão pulmão do mundo, que passou a caracterizar a Amazônia há mais de vinte anos, teria surgido quando um repórter americano trocou a fórmula do dióxido de carbono (CO2) pela de oxigênio (O2), ao transcrever uma entrevista do Biólogo alemão Harald Sioli. O alemão, que, no início dos anos 70, fazia pesquisas na região, afirmou na verdade, que a floresta amazônica continha grande quantidade de dióxido de carbono, e não do oxigênio existente na atmosfera. O erro do jornalista foi difundido no Brasil pela edição especial da revista Realidade sobre a Amazônia, em setembro de 1971. A floresta amazônica não pode ser considerada "pulmão do mundo" simplesmente porque não oxigena o planeta. Sendo uma floresta madura, praticamente todo oxigênio que produz é absorvido pela própria floresta durante a noite, quando se interrompe o processo de fotossíntese. A floresta só produziria volume de oxigênio maior do que o necessário para a sua respiração se fosse uma floresta em formação[235].

A partir da década de 1990, com a privatização de áreas importantes do Estado Brasileiro, ampliou-se a presença das chamadas Organizações Não Governamentais que atuam em diversas áreas no espaço da Amazônia Legal. São entidades nacionais e internacionais presentes nos nove Estados que compõem aquela região. Sobre a atuação das ONGs na Amazônia brasileira, Becker afirma que:

> Para a bancada ruralista da Amazônia e alguns setores militares conservadores, as organizações não-governamentais são o cavalo de tróia da internacionalização da Amazônia. Dezenas delas atuam na região, trabalhando com as populações indígenas e ribeirinhas, em projetos de preservação ambiental ou em pesquisas científicas. São financiadas por entidades privadas, organismos internacionais e mesmo por órgãos do governo, mediante convênios. As ONGS merecem críticas também à esquerda. James Petras, Professor de Ética Política, da Universidade de Binghamton, Nova Iorque, afirma

---

234 *Relação entre cultivo da soja e desmatamento*. São Paulo: Relatório de Pesquisa: Grupo de Trabalho de Florestas. Amigos da Terra – Amazônia, 2004.

235 PINTO, Lúcio Flávio. A Última Página da Criação. In: AMAZÔNIA: O QUE FAZER? Revista da UnB. Brasília/DF: Ano i. Nº 2. Abril/Jun de 2001. P. 27.

> que elas se converteram no "rosto comunitário" do sistema neoliberal, contribuindo para despolitizar os movimentos populares[236].

Neste contexto, o norte de Mato Grosso pode ser chamada de um "espaço de transição inconclusa", que significaria uma acelerada transformação na paisagem ambiental, rural e urbana, espaço em construção, travessia inacabada, disputas fundiárias, problemas da origem do processo de colonização que ainda não foram resolvidos, desafios que a História Contemporânia impõe àquela região de fronteira agrícola em expansão.

Alianças políticas locais e regionais, entre a burguesia urbana e rural, setores da atividade madeireira, construíram e praticam um coservadorismo ideológico enquanto classe dominante frente aos desencontros produzidos pelo mundo moderno. Essas forças políticas conservadoras e seus aliados, "temem" a presença de fiscais do IBAMA e da Polícia Federal, mas não respeitam as Leis (ambientais e fundiárias), procurando sempre justificar a sua presença no cerrado e na Amazônia mato-grossense, como 'verdadeiros nacionalistas', com práticas de poder e de ordem, exaltando a importância da sociedade ordeira e trabalhadora. Nessa cidades da fronteira agrícola norte mato-grossense, como Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, formada basicamente pelo migrante sulista, estabelecem a "reprodução de relações sociais capitalistas e uma identidade regional muito distinta, é a segregação espacial que se configura, pelo menos entre uma parcela de migrantes (geralmente a mais privilegiada), com a formação de verdadeiros 'territórios gaúchos' – um verdadeiro apartheid social, não apenas econômico, mas também cultural e, em muitos sentidos também político"[237], pois o segmento do agronegócio (liderado pelos descendentes de italianos e alemães sulistas) acabam monopolizando quase todos os financiamentos bancários da região. A proposta de divisão de Mato Grosso se insere nessa ideologia separatista para criar o "Estado do Araguaia, cujo objetivo não revelado é "a criação de um território gaúcho nos cerrados mato-grossenses".

Desta forma, afirmamos que os problemas ambientais relacionam-se com disputas mais amplas que atualmente ocorrem em Mato Grosso. O jogo de poder e interesse econômico entre as classes e frações de classe transforma os problemas ambientais e as

---

236 BECKER, K. Bertha. No Início do Século 21, a Geopolítica do Poder. In: AMAZÔNIA: O QUE FAZER? Revista da UnB. Brasília/DF: Ano i. Nº 2. Abril/Jun de 2001. P. 35.

237 HAESBAERT, Rogério. Ser Gaúcho no Nordeste. TRAVESSIA: Revista do Migrante. São Paulo: Publicação CEM. Ano VII, Nº 19, maio/agosto de 1994. P. 14.

propostas de resolução (ou a ausência delas) em instrumentos de dominação. A definição dos usos e dos destinos do meio ambiente é elemento central do jogo político na região, pois, desta definição dependem enormes investimentos e negócios. Geralmente, elas se articulam em torno dos discursos hegemônicos existentes na sociedade. O apego às propriedades rurais é profundamente emocional e seu questionamento evolve um longo trabalho de transformação cultural. Este significado social da propriedade privada é parte dos conhecimentos adquiridos pelos donos do poder e da riqueza como símbolos das crenças e dos valores. Esse uso simbólico da propriedade rural ocorre nas relações sociais em que seus proprietários estão envolvidos. Relações que acontecem com o grupo social ao qual pertencem, com os vizinhos de sua propriedade, com os trabalhadores da propriedade, com as instituições de crédito, com o Estado e com a sociedade em geral.

O que ocorre no norte de Mato Grosso não é apenas a incorporação das terras em um processo econômico. Existe uma outra incorporação relativa a um universo social e simbólico. Isto é, a valorização econômica das terras e seus usos pelos novos moradores dependem de um conjunto de relações sociais e de afinidade e status como o lazer, as chácaras, a reaproximação com a “natureza” têm sentido. Na verdade, podemos ir ainda mais longe e afirmar que esses objetos (terra, natureza, lazer), são transformados em forças capazes de produzir sentido para a vida humana. Como afirmamos anteriormente, eles são símbolos do sucesso e esse sem eles (ou outros símbolos materiais) não tem significado. Eles são símbolos na comunicação social, são símbolos para os outros agentes sociais, mas não deixam de ser símbolos para os que compram as terras.

CAPÍTULO IV

4 - O PODER NA FRONTEIRA: AGÊNCIAS E AGENTES

> "Buscar a real identidade na aparente diferenciação e contradição, e descobrir a substancial diversidade por trás da aparente identidade é a mais delicada, incompreendida e contudo essencial capacidade do crítico das idéias e do histórico do desenvolvimento social". Gramsci

Neste capítulo tentaremos responder a algumas questões que nos intrigam, dentre elas: quais são as contradições entre as frações da classe dominante e as políticas da classe dirigente? Como a sociedade civil atua junto à sociedade política? Ao analisarmos os projetos políticos da classe dominante, suas estratégias de dominação e formas de atuação no território norte mato-grossense refletimos também sobre os desafios atuais para pensarmos o capitalismo: como a idéia de processo, movimento e as formas de interrogação para a realidade com uma preocupação comum: Quais são os rumos, as contradições, os conflitos e os desdobramentos político-sociais do capitalismo numa região de fronteira?

Para compreendermos as relações sociais, tanto no âmbito da sociedade civil, quanto da sociedade política no Norte de Mato Grosso, é necessário levarmos em conta o papel desempenhado pelo Estado e a multiplicação de empresas orientadas segundo a lógica e os interesses dos capitais privados, amparados em políticas públicas que acabaram assegurando os suportes para a colonização e ocupação daquela região.

A questão da relação entre classe dominante e Estado é objeto de reflexões de importantes de importantes pesquisadores brasileiros, particularmente no que se refere às suas frações agrárias principalmente nas últimas décadas do século XX[238]. Nessa linha de preocupação uma questão é posta em nossa investigação: a dos mecanismos utilizados pelos grupos de interesses agrários e madeireiros local e regional, que elegem seus representantes para atuarem principalmente junto à sociedade política, com destaque para as Câmaras e Prefeituras Municipais do período pós 1970, contrapondo a uma reflexão tanto do ponto de vista teórico, quanto dos resultados concretos decorrentes da nossa pesquisa.

---

238 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, Agricultura e Sociedade no Brasil da Primeira Metade do Século XX.* Buenos Aires/AR. Revista Agro, tierra y política: deabtes sobre la historia rural de Argentina e Brasil. 1998. P. 12.

Dentro de um contexto histórico específico, as estratégias de ação e articulação dos segmentos madeireiro e agropecuário -, forças políticas regionais que atuam a partir da sociedade civil junto à sociedade política - abordaremos as diferentes estratégias políticas adotadas pelas estas entidades patronais, como o Sindicato das indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso e Associação dos Criadores de Gado do0 Norte de Mato Grosso, entidades representativas da classe patronal da região. Os agentes políticos, econômicos e sociais se fazem representar junto a entidades como o Sindicato das Indústrias Madeireiras do norte de Mato Grosso, a Associação dos Criadores do norte de Mato Grosso e o Sindicato Rural de Sinop. Demonstraremos o sentido mais amplo de seus posicionamentos, pois suas práticas indicam uma ação enquanto partido político, na acepção gramsciana do termo. Membros dessas entidades igualmente fazem parte da sociedade política em nível local e estadual e mantêm relação direta com o cumprimento de determinadas condições por elas estabelecidas, atuando na 'formação, organização e orientação' das mudanças sociais e políticas daquela região.

Para Sonia Mendonça, a nova hegemonia da agricultura brasileira, que aumentou a concentração de renda, ampliou-se com o processo de modernização da agricultura brasileira: subsídios, créditos, empréstimos, financiamento para maquinários, com os devidos desdobramentos econômicos, e a produção em grande quantidade para exportação. No campo político ocorreu o surgimento de órgãos de representação não só local, mas também regional e nacional. Associações de diversas formas[239], como no caso de Mato Grosso, a APA - Associação dos Produtores de Arroz, a APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja e a FAMATO - Federação da Agricultura de Mato Grosso -, uma 'plotando' a proposta da outra[240].

Nesse sentido, nossos questionamentos são os seguintes: Quais são as estratégias políticas de posicionamento dessas entidades? Em relação às estratégias de campanha política orientada, utilizam o discurso do consenso: "participação com 'democracia', sem conflito, mas harmonizada". No entanto, com a eleição de seus representantes para ocuparem cargos, tanto na esfera municipal, estadual ou federal[241], tendo como bandeira "a defesa do agribusiness", utilizam-se de empresas privadas para desempenhar funções públicas. Nesse contexto, Regina Bruno afirma que:

---

239 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Questão Agrária, Reforma Agrária e Lutas Sociais no Campo*. In: *Serviço Social & Movimento Social*. São Luís/MA: V. 2. Nº 1. Jan/Jul. 2000. p. 10.

240 Sobre essas entidades consultar: http://www.famato.org.br/ e http://www.abag.com.br/

241 Na eleição de 2006 foi eleito para Deputado Federal o Presidente da FAMATO, Homero Pereira, com mais de 100 mil votos, para 'representar' o segmento do agronegócio de Mato Grosso.

> (...) assistimos, hoje, a um processo de constituição de um novo campo de conflito social no mundo rural caracterizado, de um lado pela revitalização da questão da terra, e de outro pelo acirramento do debate sobre os transgênicos. Um novo campo de conflituosidade que envolve inúmeras mediações, contradições e uma diversidade de atores e de instituições tanto patronais como de trabalhadores. A ausência de diretrizes definidoras de uma política fundiária no Governo Lula e, conseqüentemente a revitalização das ocupações de terra, recolocam a questão da violência patronal no campo, expõe a força política e capacidade de mobilização dos grandes proprietários. Tais fatores corroboram para refletirmos sobre a violência e a impunidade no Brasil. Expressa também o aprofundamento e a consolidação política e econômica de uma nova geração patronal rural e agro-empresarial que se constituiu a partir dos anos setenta juntamente com o processo de modernização da agricultura[242].

O poder local tem fortes raízes oligárquicas[243] e durante muito tempo cuidou de proteger os seus interesses e privilégios. Nos últimos anos, com a democratização política alguns segmentos buscaram adaptar-se ao jogo eleitoral e às pressões políticas de agentes organizados em alguns casos, os poderes locais parecem interessados em dar continuidade própria às políticas de desenvolvimento que pelo seu significado parecem destinadas a favorecer novos grupos econômicos no contexto regional.

Sonia Mendonça nos ensina que os interesses desses grupos só adquirem força política no espaço dos aparelhos privados de hegemonia situados no bojo da sociedade civil. "Tais cuidados sinalizam para o fato de que qualquer modificação na correlação de forças vigente junto à sociedade civil – nas ou entre as entidades de classe que lhe dão organicidade têm, necessariamente, repercussões junto à sociedade política em geral e à agência em particular estudada, o mesmo ocorrendo no caminho inverso"[244]. Desta forma destacamos as entidades de classes existentes na região em estudo, focalizando suas demandas, a inclusão dos seus quadros junto a certos organismos de Estado, partindo, portanto do estudo da sociedade civil para chegarmos ao Estado em seu sentido estrito.

---

242 BRUNO, Regina. *Quem São os Novos Ruralistas no Governo Lula?* Niterói/RJ: I Simpósio "Estado Brasileiro: Agências e Agentes". Universidade Federal Fluminense. De 13 a 15 de julho de 2004. P. 05.

243 A historiografia especializada costuma considerar a noção de Oligarquia 'tanto como um sistema de domínio político por uma ou mais pessoas, representando um clã ou grupo consangüíneo ou não mantido unido por metas econômicas comuns, interesses políticos e crenças religiosas', sempre com um cunho regional/estadual. Cf. PANG, Eul-Soo. In: MENDOÇA, Sonia Regina de. *Estado, Agricultura e Sociedade no Brasil da Primeira Metade do Século XX*. Buenos Aires/AR. Revista Agro, tierra y política: deabtes sobre la historia rural de Argentina e Brasil. 1998. P. 08.

244 Ibid. p. 18.

A partir da década de 1960, antes das empresas particulares iniciarem sua atuação na Amazônia e a implantação do modelo de desenvolvimento, uma entidade com sede em são Paulo já exercia pressão sobre as políticas públicas para aquela região: A Associação dos Empresários da Amazônia, cujo Presidente era o Sr. João Carlos Meirelles, que reclamava da falta de programas de colonização localizados estrategicamente nas regiões de ocupação. Esta entidade produzia material de circulação em nível nacional onde difundia sua ideologia, o periódico *Revista Nossa Amazônia*. A estratégia política dessa entidade no sentido de selecionar os ocupantes de seus quadros superiores, fica muita clara nas declarações do seu Presidente, confirmando a preferência de colonos sulistas para a colonização da Amazônia:

> Além da mão-de-obra liberada pelas empresas agropecuárias e dos posseiros da região, observa-se nestes últimos anos intensa migração de trabalhadores rurais desmobilizados por força da mecanização crescente e da aplicação de outras técnicas mais sofisticadas, procedentes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, gente esta, absolutamente capacitada para o trabalho da terra, que poderá ser ordenadamente aproveitada em projetos de colonização e incorporada ao processo de desenvolvimento econômico da área[245].

Essa afirmação veiculada pela Associação dos Empresários da Amazônia demonstra uma mentalidade exclusivamente empresarial, que desconhece ou nega as lutas históricas dos posseiros e pequenos produtores do interior brasileiro e da luta pela terra. O que está em jogo é o modelo econômico e de desenvolvimento adotado no país, resultando numa modernização forçada da agricultura e voltada aos interesses do capitalismo estrangeiro e monopolista nacional. A Associação prefere que a colonização, seja particular ou dirigida pelo INCRA desaconselhando fortemente qualquer colonização espontânea, única possível aos colonos sem terras, aos volantes, etc.

Já na década de 1983, empresários do Mato Grosso, Maranhão, Pará, Goiás, Acre Rondônia e dos Territórios de Roraima e Amapá, criaram o que se convencionou denominar de *Bloco dos Empresários da Amazônia*, com o objetivo de integrar a 'luta pelo desenvolvimento da Região'. Em artigo publicado – "luta pela Amazônia, empresários em bloco", expressam os seus interesses:

---

[245] IANNI, O. *Ditadura e Agricultura.* Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1979, pág. 91. In: SCHAEFER, José Renato. *As Migrações Rurais e Implicações Pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do sul do País em direção ao Norte do Mato Grosso.* São Paulo: Loyola, 1985. P.25.

> Essa disposição foi formalizada num documento assinado no dia 17 de Julho, em Cuiabá, ressaltando-se que o "Bloco" não tem conotação político-ideológica, mas devendo atuar buscando a unidade de forças do empresariado na busca de soluções dos problemas da Amazônia, sem que isso implique em regionalização. Propõem-se a analisar temas como a Amazônia no contexto nacional, a função da iniciativa privada, a presença do Estado na economia, direito de propriedade/problema fundiário; problemática do índio, colonização-migração, fixação do homem na Região e ação dos organismos de desenvolvimento federais na área amazônica. Numa das recentes viagens à Cuiabá, Enio Pipino esteve na Federação das Indústrias do Mato Grosso mantendo longo diálogo com o presidente dessa entidade classista, Dr. Otacílio Borges Canavarros, quando se identificou com o espírito do "Bloco", sublinhando sua disposição de somar na luta em favor dos interesses da Amazônia[246].

Nessa matéria podemos observar o interesse e a presença do colonizador Enio Pipino junto a essa entidade, cujo objetivo era atuar politicamente de modo a obter recursos públicos para a sua empresa de colonização. Nossos estudos indicam, que a oligarquia regional do norte de Mato Grosso é integrada por madeireiros e fazendeiros do chamado 'setor produtivo', estão ligados às agremiações classistas como a FAMATO e FIEMT, com seu 'estilo de fazer política', elegendo representantes para atuarem em defesas de seus interesses, com influência política, inclusão e beneficiamento de amigos com altos ganhos econômicos e ações suspeitas envolvendo pessoas de seu raio de influência. Desta forma pretende-se entender o poder das empresas (sociedade civil) em relação ao município (sociedade política) tanto nas demandas econômicas, quanto legais e fiscais.

Sob essa ótica, frações da classe dominante regional, a partir dos aparelhos da sociedade civil, disputam entre si, a imposição de um projeto hegemônico, que através de seus intelectuais (na concepção gramsciana de "persuador permanente", o organizador da vontade coletiva, aquele que tem na prática política o âmbito de sua ação), como advogados, engenheiros civis, agrônomos e economistas, pressionam para inscrever seus projetos através de seus agentes na sociedade política, como é o caso específico do Vice-Governador Sival Barbosa (PMDB), representante dessas forças políticas do norte de Mato Grosso, junto à sociedade civil estadual.

Logo, passa a ter uma influência e circulação maior sobre toda a região, organizando entidades comerciais, como o SINDUSMAD – Sindicato das indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso, que foi fundado no ano de 1986, sucedendo na

---

[246] Jornal o Sinopeano. Órgão de divulgação da Colonizadora Sinop – Maringá/PR. Nº 49. Agosto de 1983. p.4.

época a AMIM (Associação dos Madeireiros do Interior de Mato Grosso), cujo lema era "*a força do madeireiro, o Sindicato voltado para a continuidade das indústrias madeireiras*". Este Sindicato defende os interesses da classe patronal, principalmente (pressionando) os órgãos públicos estaduais (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) e federais (IBAMA), com uma área de jurisdição em vários municípios da região. Em matéria mais recente no Site do Sindicato, assim expressa o papel da entidade patronal:

> O SINDUSMAD – Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de mato Grosso, foi fundado em 1986, sob os anseios dos industriais do setor em fortalecer e unir a classe. Após vários anos de trabalho sério e árduo, se consolidou como um dos sindicatos de maior representatividade e confiabilidade no Estado de Mato Grosso, primando sempre por uma política que busca compatibilizar o desenvolvimento e a proteção ambiental. Alcançar esta compatibilização implica em transpor desafios. É com base nestes princípios que o SINDUSMAD em conjunto com diversos segmentos da sociedade e das instituições governamentais e não governamentais, vem buscando incansavelmente a fórmula para a preservação do Meio Ambiente e o Desenvolvimento Social da Região de maneira contínua e racional. Entendemos que temos direitos e deveres para com o Meio Ambiente, de cuja qualidade, perpetuação e utilização dependem nossas vidas[247].

Segundo seus diretores houve a necessidade de ser criado um sindicato patronal para ter representatividade junto à Federação das Indústrias de Mato Grosso, motivo pelo qual foi criado o atual SINDUSMAD, que inicialmente contou com 60 associados e hoje tem em seu quadro quase 200, com área de jurisdição, fortalecendo os interesses da classe madeireira. O Sindicato presta aos seus associados vários serviços de orientação administrativa, jurídica e fiscal, continuando na luta e na busca dos direitos de seus filiados, na qual obteve várias vitórias relativas a assuntos de interesses da classe[248]. A seguir a lista dos ex-presidentes do SINDUSMAD:

EX-PRESIDENTES DO SINDUSMAD: 1986 - 2004

VALDEMAR ANTONIOLLI Madeireiro e Fazendeiro. Veio do Estado do Paraná para Mato Grosso na década de setenta, onde instalou sua indústria madeireira com incentivos fiscais da SUDAM, via	1986/1989

[247] Disponível em: http://www.sindusmad.com.br/ Acesso: 20/10/2007.

[248] http://www.sindusmad.com.br/index.php?pg=assosc&cat=&i=0 Acesso: 20/05/2006.

BASA e Banco do Brasil.	
LUIZ CARLOS FÁVERO Madeireiro e Fazendeiro. Veio para Sinop na década de setenta do século XX abrindo uma grande empresa madeireira com incentivos fiscais da SUDAM, via BASA e Banco do Brasil.	1989/1992
GASPAR LUIZ ZAMBIAZI Madeireiro e Fazendeiro. Natural do Estado de Santa Catarina, veio para Sinop na década de setenta do século XX, onde instalou uma grande indústria madeira.	1992/1995 1995/1998
NEREU LUIZ PASINI Madeireiro. Mudou-se do Paraná para Sinop na década de 1980, onde instalou sua Empresa.	1998/2001
JALDES LANGER Madeireiro. Natural do Rio Grande do Sul. Mudou-se para Sinop na década de 1980, onde instalou sua Serraria. SIDNEI ARI BELLICANTA Madeireiro e pecuarista. Veio para Sinop na década de 1980. Instalou uma grande empresa madeireira com incentivos fiscais da SUDAM, via BASA e Banco do Brasil.	2001/2004
ASSOCIADOS DO SINDUSMAD – 2006: MUNICÍPIOS:	Sinop; Guarantã do Norte; Tabaporã; Itaúba; Marcelândia; Terra Nova do Norte; Matupá; Cláudia; Feliz Natal, Tapurah; Sorriso; Vera; Nova Guarita; Santa Carmem; União do Sul e Porto dos Gaúchos.

Estes diretores do Sindicato patronal podem ser considerados os primeiros representantes dos madeireiros que vieram para Sinop nas décadas de 1970 e 1980, oriundos do Sul do país onde já exploravam a atividade madeireira naquela Região. Quero destacar também, que estou abordando o caso das práticas políticas e econômicas dos madeireiros de Sinop, mas nossas pesquisas indicaram semelhanças nas formas de atuarem dessas empresas madeireiras nos demais municípios acima citados. A seguir destacamos os membros da atual diretoria do SINDUSMAD:

DIRETORIA – SINDUSMAD: 2007 - 2010

MEMBROS	CARGOS
José Eduardo Pinto Natural de São Paulo, proprietário da empresa MADEIRANIT, com toda produção voltada à exportação.	PRESIDENTE: Delegado Junto a FIEMT: Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso.
Jaldes Langer. Madeireiro. Natural do Rio Grande do Sul. Mudou-se para Sinop na década de 1980, onde instalou sua Serraria. Atua também na produção de mudas para reflorestamento, principalmente da Teka, planta exótica da região amazônica utilizada na fabricação de móveis.	Vice-Presidente Delegado Junto ao FIEMT Presidente da CIEMT – Centro das Indústrias Madeireiras de Mato Grosso
Gleisson Omar Tagliari	Segundo Vice-Presidente
Ilson José Redivo	Terceiro Vice-Presidente
Sidnei Ari Bellincanta Madeireiro e pecuarista. Veio para Sinop na década de 1980. Instalou uma grande empresa madeireira com incentivos fiscais da SUDAM, via BASA e Banco do Brasil.	Quarto Vice-Presidente Suplente de Delegado Junto ao FIEMT.
Fernando Ulysses Pagliari	Secretário geral e Advogado do Sindicato. Suplente de Delegado Junto ao FIEMT.
Lauri Antonio Balbinot	Segundo Secretário
Carlos Gilberto Pierdoná	Tesoureiro
Francisco Ruis Brites	Segundo Tesoureiro
Mariza Misturini	Primeiro suplente de Tesoureiro
José Kotovicz	Segundo Suplente de Tesoureiro
Ivar Perazolli	Terceiro Suplente de Tesoureiro
Elirio Geninho Dellani	Quarto Suplente de Tesoureiro
Vanderlei Guadagnin	Quinto Suplente de Tesoureiro
João Bosco Di Domênico	Sexto Suplente de Tesoureiro
Flavio Carlos Bonato	Sétimo Suplente de Tesoureiro
Marcelo Kreibich	Conselho Fiscal
Valmir José Fabiane	Conselho Fiscal
Vito Greggio	Cargo: Conselho Fiscal
Vitor Elisio Poltronieri	Cargo: Conselho Fiscal
Roberto Carlos Pauchowski	Conselho Fiscal
Antoninho Antoniolli	Conselho Fiscal
Sigfrid Kirsch	Suplente do Conselho fiscal

CONSELHOS TEMÁTICOS - SINDUSMAD

CONSELHO DE MEIO AMBIENTE	**Diretores:** Gleisson Tagliari Jaldes Langer Maurício Mauro Matricardi ou Joaquim Floresta Vagão – Prof. Cuiabá
CONSELHO PLANO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	**Diretores:** Carlos Pierdoná Luiz Carlos Fávero Guilherme Camilotti Edson Luis Babireski – Iracema Madeiras Vilson Volkweis Sidnei Bellincanta Fernando Pagliari Renato Basso Marcos de Paula
CONSELHO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	**Diretores:** Marcelo Kreibich Granvile Alencar Vanderlei Guadagnin Marcelo Ghiraldi
CONSELHO DE RELAÇÕES TRABALHISTAS	**Diretores:** Vito Greggio Sidnei Ari Bellincanta Luiz Calegari Sigfrid Kirsch Roberto Paluchowski
CONSELHO TEMÁTICO ECONÔMICOS/TRIBUTÁRIOS	**Diretores:** Lauri A. Balbinot – Ilson José Redivo Laércio Brighenti José Donizete Costa Juarez Didoné Zenildo de Souza Acir de Lima Pinto

FONTE: Sindicatos das Indústrias Madeireiras do norte de Mato Grosso

É fundamental destacar que, dos nomes constantes da diretoria da SINDUSMAD em todo o período, mesmo considerando-se que alguns se repetem em vários cargos em constante revezamento, sendo que os conflitos internos pelo controle hegemônico, eram muito bem vigiados e controlados para não tornarem-se públicos como o ocorrido em 2007. Além disso, os diretores da entidade não ocuparam cargos eletivos do Município, mas indicavam seus representantes ou interferiam indiretamente[249].

[249] A unidade do Corpo de Bombeiros de Sinop, instalada e construída pelo SINDUSMAD, com recursos de 10% do ICMS arrecadados sobre a venda da madeira, destinado pelo Governo do Estado, foi inaugurada no dia 05/07/1999, na presença do Governador Dante de Oliveira, do Prefeito Municipal de Sinop Adenir Barbosa, além do Presidente do SINDUSMAD, Nereu Pasini.

Completando esta rede de agentes e agencias sociais afins, destaca-se o fato de que vários destes diretores do Sindicato patronal pertenciam, simultaneamente, aos quadros dirigentes da ACRINORTE (pois muitos madeireiros também são pecuaristas, como Sidnei Bellincanta, dono de Frigorífico) e outros são fazendeiros e pertencem ao Sindicato Rural de Sinop. Definimos rede política como uma conexão de interesses envolvendo empresários, pecuaristas e fazendeiros indicando cargos políticos no aparelho de Estado: no executivo e no legislativo e em outros campos de poder em função de operações de mútuo benefício e ações político-financeiras articuladas na informalidade, envolvendo parentes, amigos e assessores conectados em esquemas de poder, como no caso da Família Abreu (Paulo, Jorge, Milton) que exerce o poder político e econômico na região há 30 anos. Paulo Abreu e Balduíno Pan, foram membros fundadores da ACRINORTE e do SINDUSMAD.

O campo do 'legalmente constituído' pode ser desmontado quando se investiga e vêm à tona as pressões políticas, os compadrios e as alianças entre empresários e políticos, tanto no nível local quando regional. São considerados grandes grileiros de terras na região, utilizando-se de meios violentos para incorporar novas áreas ao seu patrimônio. A respeito dessa questão paira "um silêncio" na cidade e ninguém fala a esse respeito, pois os "autores de tais crimes" muitas vezes moram ao lado. Estas famílias ilustram o princípio da reprodução e da conciliação entre os candidatos onde permite a manutenção dos privilégios, carreiras políticas e estruturas de poder, independentemente da 'cor partidária', revelando uma das dimensões da política mato-grossense marcada pelo nepotismo, pelo tráfico de influências, pelo poder econômico e pela impunidade, como da família Campos (Jaime e Júlio) em Cuiabá e Várzea Grande. A chamada "paz fundiária" na região, não significa ausência de conflitos, pois muitas mortes ocorreram nas matas, sendo ocultadas as suas conseqüências legais e judiciais, assim como nos garimpos, muitas vezes cometidas pela própria polícia[250].

É importante destacar ainda, as práticas de vigilância exercidas por esta entidade no que diz respeito aos movimentos sociais recorrendo sempre à Justiça local para evitar possíveis ocupações do Movimento dos Sem Terra. Outro aspecto que chama a atenção no quadro é a profunda relação dos dirigentes do Sindicato com a Federação das Indústrias de Mato Grosso em postos importantes dessa entidade.

Contou com vários madeireiros, secretários municipais, deputados e demais pessoas que estiveram na solenidade.

250 Cf. ARANTES, Almir. *Garimpo de Peixoto de Azevedo: Um 'novo' campo de Concentração.* Assis/SP. UNESP. PPGH. Dissertação de Mestrado. 1994. 240 p.

Ao fazermos uma análise sobre as práticas políticas desses agentes sociais, queremos destacar o papel da atividade madeireira, principal fonte arrecadadora de ICMS do município e como isso se 'legitima' socialmente, principalmente em relação aos trabalhadores. A ocupação da terra, as queimadas (de que se alimentam os símbolos do progresso), fumaça e poeira são faces de um processo de ocupação da Cidade, que teve inicialmente como principal atividade econômica a agricultura. Como estratégia de controle social, estas forças políticas ligadas ao setor madeireiro, criam mitos, discursos, verdades sobre o novo "Eldorado", pois o progresso deveria ocupar e rasgar de estradas aquela área da Amazônia Mato-Grossense, pois afinal o progresso estaria passando pelo "portal sul da Amazônia",

> [...] e os empregos estariam nascendo nas serrarias que se instalavam e que compravam as toras extraídas por aquela gente que tinha vindo em busca de uma vida melhor. A maior reivindicação naquele momento era o asfaltamento da rodovia, que pode trazer o óleo diesel, necessário à produção de energia. Mas, enquanto isso, as serrarias eram produtoras de madeira serrada para a construção civil e fabricação de móveis e, mais que isso, eram produtoras de um subproduto residual que aumentava os custos e nenhuma receita - a serragem[251].

No setor industrial, os desafios para seus moradores vão desde os riscos de acidentes automobilísticos até os problemas de saúde das crianças que são "tratadas" pelos seus pais nas noites mal-iluminadas das "colônias de operários" construídas pelos donos das indústrias. As indústrias madeireiras de Sinop despejam diariamente fuligem, partículas sólidas e gases os mais diversos sobre a população, sem muita distinção de classe social, presente em toda a cidade.

Percebemos nas práticas empresariais uma improvisação em relação à organização das atividades empresariais e, portanto, constituindo-se no alicerce da sociedade com um certo empirismo voluntário e aventureiro, que acaba refletindo-se nas relações sociais. Para os 'donos do poder', o planejamento com metas claras, planos articulados a programas e projetos da sociedade não são prioridades. A reflexão das reais necessidades da população, baseada em estudos, que podem se constituir em políticas que tenham claras prioridades definidas, não tem sido na região peça importante de ação dos governos, e quando são, tem a ingerência do populismo facilitado, reducionista e eleitoreiro, como sua marca. Grande parte do setor madeireiro local busca o lucro fácil e

---

251 MARTA, José Manuel de Carvalho. *Fumaça e Progresso, um drama de treva e luz.* In: *Revista de Estudos Sociais.* UFMT/FAEC. Ano I, nº1 Cuiabá/MT: EdUFMT. 1999ª, p. 79.

a curto prazo, a oportunidade sem trabalho e sempre que possível a sonegação e a corrupção têm sido a opção, ou seja, pouca importância é dada as anotações formais, contabilidade ou contratos registrados, por parecer pura perda de tempo, segundo a maioria dos madeireiros da região não existe um planejamento para a atividade a longo prazo.

> A atividade extrativa vegetal tem como principal produto a matéria prima para a indústria da madeira, que por sua vez é o insumo básico para outros gêneros de indústrias como a do mobiliário e da construção civil. Como na atividade extrativa mineral garimpeira, muito raramente é feito um inventário florestal, manejo, ou extração racional das espécies, que considere a produção nas suas diversas etapas. Não se estabelecem custos, apropriação de despesas, ou margens de comercialização e lucro. Não se tem clareza da participação de fatores de produção e relações de trabalho no conjunto da produção ou registros. As conseqüências nos aspectos sanitários e previdenciários são inevitáveis - desamparo em doenças, acidentes de trabalho e aposentadoria. Evidentemente o volume de produção, número de mortes ou doentes dessa atividade permaneceram incógnitos durante muito tempo[252].

Para a população resta trabalhar, tentando uma melhor qualidade de vida para si e seus familiares, baseados na crença do progresso como solução para os problemas regionais, permitindo ao cidadão construir uma vida digna e confortável. O desmatamento realizado por esses agentes sociais é muito visível em Sinop e região. Sem dúvida, é um dos problemas ambientais mais destacados, juntamente com a poluição do ar. Há extensas áreas desmatadas para diferentes fins, inicialmente para a extração de madeiras, atualmente para a agricultura e pecuária. No período de maior produção industrial, que combina com a "época da seca" em Sinop (abril a novembro), a poluição do ar é significativa, principalmente no cotidiano da área urbana, produzida pela queimada dos restos de madeiras ao ar livre, nas áreas abertas das madeireiras, e da fumaça que emana dos fornos, pois as madeireiras estão implantadas no perímetro urbano da cidade. No ano de 1999, foi presenciada no município de Sinop, como nos demais da região norte do Estado, uma densa fumaça que encobria toda a cidade, praticamente o dia todo, provocando sérios problemas de saúde, como irritações das mucosas nasais e problemas respiratórios.

Esta situação social fica mais grave para a grande maioria da população sinopense que precisa de atendimento médico-hospitalar, principalmente porque o serviço público

---

[252] MARTA, José Manuel de Carvalho. *A política ambiental inconclusa dos anos 70 em Mato Grosso* Painel apresentado na 2ª Reunião Anual da SBPC. Cuiabá/MT: 1995. p. 5. (mimeo).

não atende à noite, e os hospitais existentes na cidade são todos privados, sendo necessário o deslocamento até o hospital regional de Sorriso a 80 km de distância; os pacientes com problemas mais graves são transportados para Cuiabá, em ônibus ou Vans fornecidos pela Prefeitura Municipal. Para o poder público é mais "fácil" transportar do que curar. A problemática da saúde em Sinop é uma questão política, cercada de promessas em época de campanha eleitoral, com poucas ações efetivamente realizadas, pois o poder público está atrelado à classe médica, sendo que por dois mandatos consecutivos, o prefeito municipal (Adenir Alves Barbosa) foi um médico, tendo como a maioria dos vereadores representantes diretos do setor madeireiro.

Em período eleitoral existe uma pressão para que os operários possam votar no candidato do patrão, enquanto troca de 'fidelidade', pois o voto representa um bem de troca de favores entre os moradores e os proprietários e desses para com os seus representantes a nível local, regional e nacional. Os donos das madeireiras exercem um papel intermediário através do voto entre os operários – base de sustentação e trabalho na atividade madeireira e os candidatos, organizando festas, cujo objetivo é manter a sua hegemonia política sobre determinada área ou bairro, fortalecendo a dominação e perpetuando o poder dos madeireiros. O operário vota no candidato do patrão porque esse lhe deve 'favores', como casas, água e luz. Estes compromissos, promessas e obrigações entre candidatos, empresários e eleitores devem ser cumpridos, principalmente porque envolve uma relação pessoal e individual, inclusive controlando os títulos dos trabalhadores das empresas, como nos relatou um ex-vereador que participou do esquema da compra de votos na eleição de 2002:

> Em período eleitoral as empresas madeireiras são mapeadas e loteadas conforme seus candidatos. Existe um 'respeito' por parte dos candidatos para não entrarem em outra empresa pedir votos. Citamos o caso do vereador Jorge Muller -, madeireiro e responsável por este trabalho de orientar os devidos candidatos: No dia dos comícios nos pátios das madeireiras os títulos eram recolhidos e anotava-se a zona eleitoral onde votavam. Através deste levantamento sabia-se quantos votos seriam direcionados para o candidato X. Já na data da eleição o portão da empresa era fechado e enquanto não acabava a votação ninguém entrava e ninguém saia, sendo que os operários eram ameaçados de demissão caso o número de votos não "batesse' no final[253].

[253] José da Silva. Entrevista concedida em 20/03/2008. (o nome do entrevistado foi trocado a pedido do próprio), por temer represálias principalmente da Maçonaria, a qual pertence.

As regras dentro do jogo político eram combinadas por alguns e principalmente respeitando a demarcação territorial do outro candidato, ou seja, naquela empresa candidato X pode entrar e não o Y. Os representantes das empresas madeireiras, procuravam exaltar as suas obras, como ocorreu em 1996, com o Prefeito de Sinop Antônio Contini (ex-madeireiro), onde divulgou um informativo municipal intitulado "Sinop - A Capital do Nortão", seguido de uma lista de realizações de seu governo. Esta 'fonte singular' é uma excelente lista das idéias "progressistas," um hino ao 'progresso industrial e material da cidade':

> SINOP: A MARCA DO TRABALHO. Sinop tem o maior parque industrial madeireiro do Brasil. São mais de 500 madeireiras que, além de madeira simplesmente serrada e beneficiada, produzem portas e outros derivados da madeira. [...] no ramo de compensados, por exemplo, Sinop está se tornando o maior centro produtor do país. O setor produz em torno de 6.500m cúbicos/dia, gerando 15.000 empregos diretos, com média salarial superior ao piso oficial. Os empresários proporcionam aos funcionários casa, água e luz gratuitamente, áreas de recreação e assistência médico-odontológica. As casas dos funcionários somam mais de 4.000 unidades[254].

O que nos chama a atenção neste comunicado oficial é a forma como o poder público e os empresários camuflam a real situação social de seus funcionários. Na visão empresarial dos "empreendedores modernos da fronteira" capitalista a situação dos trabalhadores do setor madeireiro possui uma conotação política e social extremamente comprometedora. Politicamente, mantém o trabalhador atrelado aos interesses do patrão, pois dependem das colônias das madeireiras para morar, controlada principalmente em época de eleição através do voto de cabresto, elegendo os candidatos "indicados". Socialmente, empregam-se menores que muitas vezes acabam sofrendo acidentes na grande maioria causados pela queima de resíduos de madeira, como o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira de Sinop, Vilmar Galvão destaca:

> (...) para o SITICOM, os menores de 14 anos que trabalham nas indústrias madeireiras, não passam de 1% do total de trabalhadores, eles são acobertados pelos patrões e pelos próprios pais, sendo difícil o sindicato localizá-los, pois estão bem camuflados. Que o patrão camufle os menores, não é de se espantar, pois a ganância pelo lucro e ainda por um custo menor, isto é próprio do seu feitio. Que os pais também acobertem seus filhos menores que trabalham, não podemos

---

254 Informativo da Prefeitura Municipal de Sinop. 1993 p. 4

> achar absurdo, pois é aí também que se evidencia a total alienação e subserviência dos mesmos em relação ao patrão e à empresa onde trabalham [255].

No jogo partidário e eleitoral as prioridades que deveriam servir de apoio à sociedade, acabam se transformando no canal preferencial por meio de seus agentes sociais, como investimentos (asfalto), valorizando e convertendo em riqueza própria, aquilo que era de direito da população. Em 1996, quando o Prefeito de Sinop era um ex-madeireiro, o Sr. Antônio Contini, alguns cargos municipais (de confiança) eram ocupados por representantes do segmento madeireiro, exemplo da secretária de finanças do município que era esposa do presidente do SINDUSMAD na época. Em matéria intitulada "Trabalho que Marca", lemos o seguinte:

> Sinop está de parabéns. O povo soube eleger seus governantes, mostrando que governos sérios e competentes são o caminho para a moralização do serviço público. Ex-secretário de obras, eleito por 69% dos votos, o prefeito montou uma equipe de pessoas voltadas ao interesse da coletividade. Assim, fornecedores recebem em dia, o pagamento dos servidores é feito impreterivelmente até o último dia útil de cada mês, e o município experimenta novo ciclo de progresso e desenvolvimento em todas as áreas[256].

Neste contexto é importante dizer que todo o processo de ocupação do espaço agrário norte mato-grossense manifestou-se a partir de um conjunto de atividades como extrativismo florestal, agricultura extensiva e pecuária, numa área de fronteira ocupada por migrantes. A economia mato-grossense é de base extrativa, agrícola-latifundiária e os "garimpeiros da floresta" avançaram sobre outras regiões da Amazônia, como "Novo Progresso" no sul do Pará, onde instalaram suas indústrias, exploraram a madeira e exportaram para o Centro-Sul do país e para o exterior, numa atividade que segundo dados do IBAMA e das ONGs chega a 90% de ilegalidade.

O avanço do "desmatamento aumentou na região Amazônica[257], como resultado da soma das diversas forças ligadas ao desenvolvimento agrícola nesta e em outras regiões do Brasil. A maior parte da área desmatada é utilizada de maneira não sustentável, tal como pastagens. Esforços para conter o desmatamento e redirecionar o desenvolvimento para usos sustentáveis da terra somente serão eficazes se os processos

---

255 Depoimento do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira de Sinop, Sr. Vilmar Galvão. Entrevista concedida em 20/10/2001.

256 Informativo da Prefeitura Municipal de Sinop. 1993 p. 4.

257 Para ter acesso aos dados do desmatamento da Amazônia nos últimos, anos consultar o Site do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

subjacentes que estão empurrando a derrubada da floresta são enfrentados”[258]. Devido ao uso indiscriminado e predatório das florestas em outras regiões do país, como o Sudeste e o Sul, que ocasionou um esgotamento progressivo das reservas naturais florestais, houve um avanço em direção à última região de fronteira florestal nativa, a Floresta Amazônica, onde se desenvolveram políticas públicas de valorização econômica desta região a partir da década de 1970.

O processo de ocupação e uso dos recursos naturais nessa região foi acelerado pelo forte investimento do Governo Federal em obras de infra-estrutura, principalmente na construção de rodovias como a BR-163. No avanço da fronteira agrícola foram abertos os chamados “corredores de desmatamento”, ou seja, à medida que diversas áreas iam sendo desmatadas a partir de um eixo central da rodovia, contribuía para um desmatamento podendo chegar até 50 km mata adentro.

Assim, o início do desmatamento da área contribuiu para o surgimento de várias cidades às margens desta rodovia, visto que a exploração de madeira tornou-se a principal atividade econômica da região norte e noroeste do Estado. Todos esses aspectos associados ao grande número de migrantes atraídos pelas atividades econômicas, ao desmatamento e à instalação de serrarias acarretaram problemas ambientais, nos quais os impactos mais significativos na estrutura e composição das florestas de transição foram encontrados justamente na floresta explorada e intensamente queimada para reformulação das pastagens e práticas de atividades agrícolas. Dessa forma, os danos causados na floresta reduziram a capacidade de produção da madeira na região devido à retirada de espécies de valor comercial, aumentando a concorrência com outras espécies. Esta redução da cobertura vegetal e o aumento dos resíduos deixaram as florestas mais suscetíveis a futuras queimadas, ou seja, o desmatamento e as constantes queimadas degradam intensamente as florestas de transição, reduzindo a biomassa e as espécies animais.

Os agentes da destruição florestal são fazendeiros, madeireiros e posseiros, assentados pelos projetos do INCRA. Mas quem são os responsáveis pelos crimes ambientais na Amazônia mato-grossense? Quais são os efeitos sócio-ambientais? Políticas de incentivos fiscais (instalação de empreendimentos privados e agricultura comercial (soja arroz, algodão, milho) e a expansão da agroindústria.

---

[258] FEARNSIDE, Philip M. *Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia.* 1992:.219.20. In: SOUZA, Ernani Lúcio Pinto de. *A organização industrial do setor madeireiro de Sinop, Mato Grosso – uma análise da estrutura do mercado.* Belém: UFP, 1999, Dissertação de Mestrado. P. 48.

> Enquanto todo o resto do Brasil condena a destruição da floresta amazônica, nos municípios em que fazendeiros e madeireiros dão as ordens a população vai às ruas em favor do desmatamento. Políticos, empresários e bóias-frias compartilham a mesma opinião. A portaria do IBAMA que declarou moratória nos desmatamentos até o final de junho acirrou os ânimos até em Brasília. Mesmo sendo fácil burlá-la, a medida incomodou. O Suplente de Senador Eloi de Almeida (PMDB-MT) vocalizou o estado de ânimo predominante: 'Se nosso desenvolvimento exige a derrubada da floresta, vamos derrubá-la'[259].

Em algumas cidades do norte de Mato Grosso, como Sinop, Alta Floresta e Guarantã do Norte os moradores, instigados por vereadores, deputados e presidentes de sindicatos patronais, invadem aeroportos, fecham estradas, impedindo que pessoas passem e protestam contra a fiscalização do IBAMA em relação aos trabalhos nas serrarias. Como a madeira "sustenta" a maioria da economia desses municípios, empresários e políticos incentivam a população a expulsá-los da cidade. Como fica a questão da Legislação e o cumprimento das Leis ambientais naquela região de fronteira? E a cultura do desperdício que impera na Amazônia? Além desses sérios impactos causados ao ecossistema florestal devido à exploração predatória da madeira, na estação seca, quando as queimadas das áreas rurais e das áreas urbanas intensificam-se, a poluição do ar e a temperatura tendem a se elevarem, ao passo que, a umidade relativa do ar diminui, provocando desconforto térmico e problemas respiratórios na população que vive próxima das áreas mais comprometidas.

Queremos concluir esse tópico com algumas reflexões relevantes para a nossa pesquisa. Neste sentido afirmamos que as últimas três décadas do século XX, o Estado de Mato Grosso foi marcado por disputas, colonização e ocupação de terras, no âmbito da fronteira amazônica, por forças capitalistas, apoiadas em políticas oficiais com atividades ligadas à exploração da natureza e a posse e uso da terra como avanço do agronegócio, utilizando-se para isso, mecanismos de apropriação privada e expropriação no contexto da lógica destrutiva e predatória do capital (madeireiro) sobre os recursos naturais e sobre os trabalhadores. O domínio privado de grandes áreas de terras públicas, apoiados pela sociedade política regional, desrespeitou a Lei e o problema de regularização fundiária, ainda é uma questão em grande parte a ser resolvida. Visando criar bases legais para efetivar a modernização capitalista no campo e os interesses empresariais, estas forças construíram um arco mais amplo de alianças

---

[259] Revista VEJA. *Carrascos da Mata.* São Paulo: Editora Abril – Edição 1592. Ano 32 – nº 14. 07 de Abril de 1999. p.112.

políticas (local, regional e nacional), a fim de defender os seus interesses, através dos seus canais de interlocução no âmbito da sociedade política (Estado Restrito), onde expressa a importância atribuída à esfera institucional enquanto trincheira de lutas[260].

Sobre as forças sociais agrárias, ou setores rurais e madeireiros e não "setor produtivo", como afirma o segmento do agronegócio, como se apenas existe este segmento em Mato Grosso, os grandes proprietários de terras constituem-se de fazendeiros da base da extração florestal e agropecuária que "adquiriram" propriedades no processo de colonização da região norte do Estado a partir da década de setenta do século XX, onde se estruturam regionalmente, pelas três décadas seguintes.

São agentes da frente pioneira para usar o termo utilizado por Souza Martins para classificar os empresários que ocuparam a fronteira amazônica capitalista, principalmente, "investindo" na especulação imobiliária e com grandes investimentos públicos, como subsídios fiscais e creditícios. São poderosos sob o ponto de vista econômico e político, pois controlam as principais agências da sociedade civil, como sindicatos patronais, Meios de Comunicação e elegem seus representantes na sociedade política. Esses grupos geralmente residem nas cidades como Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, alta Floresta e Nova Mutum, onde também atuam em outros setores como o comércio, indústrias e venda de terrenos (especulação imobiliária) nessas cidades de fronteira onde as empresas particulares de colonização ainda possuem grandes quantidades de terras no meio rural e urbano. Politicamente são forças reacionárias, usam o discurso do Progresso para todos e apropriam-se das idéias ou projetos de outros. Além da memória e da história regional em seus discursos com uma forte conotação anacrônica, desenvolvem práticas autoritárias, violentas e ameaçadoras, porém defendidas pelos donos do poder como uma "verdade inquestionável", fator presente nas relações de poder político instituído nas ultimas três décadas na região norte de Mato Grosso[261].

No contexto da fronteira, podemos considerar que a partir da década de 1990, com o aprofundamento das reformas neoliberais, novas disputas e desafios passam a ocorrer no âmbito da sociedade norte mato-grossense, como a fiscalização por parte dos

---

260 PAULA. Elder Andrade de. SILVA Silvio Simione da. *Floresta! Para que Te Quero? Da Territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.* IV Simpósio Nacional: Estado e Poder. UEMA; 2007. p. 04.

261 O norte de Mato Grosso não pode ser classificado totalmente como floresta amazônica, mas como foi chamado pelos especialistas de "zona de transição" entre este dois biomas. Nessa região inclui-se o município de Sorriso (há 80 km de Sinop), o maior produtor de soja do Brasil, e cuja vegetação caracteriza-se como Cerrado.

órgãos federais, principalmente nas atividades de exploração madeireira, onde o "território do capital" sentiu-se ameaçado em forma de exploração dos recursos naturais e do trabalhador. As ações do Governo Federal no combate ao desmatamento da Amazônia Legal desde de 2003, resultou em apreensão de milhares de m3 de madeira extraída ilegalmente como Operação Curupira desencadeada em junho de 2005 em Sinop e mais 10 municípios da região norte de Mato Grosso, foi

> Uma ação conjunta, onde tinha como objetivo destruir uma rede de corrupção e fraudes. Após 9 meses de investigação, a Polícia Federal, juntamente como IBAMA e o Ministério Público Federal, deflagram a Operação Curupira, colocando 174 acusados de inquérito policial por associação ao crime. Essa operação também afastou de seus cargos mais de 40 dirigentes da região. O esquema principal envolvia autoridades ambientais na venda de documentos falsos com autorização de transporte e comércio de madeira retirada ilegalmente. A operação resultou na insatisfação do setor madeireiro, que passou a responsabilizar o Governo pela queda na economia regional causada pelo fechamento de algumas empresas, ocasionando desemprego no setor[262].

Pichinin afirma que é possível observar nos últimos anos, os sistemas de exploração da madeira, na Amazônia, estão mudando as formas de fiscalização e aplicação de leis, uma vez que o madeireiro típico, que tinha a serraria e uma série de áreas de exploração próprias que o abastecia, controlando, muitas vezes, até a vida das comunidades das redondezas, deu lugar a um dono de serraria tipicamente urbano, que não quer se envolver com toda a burocracia dos planos de manejo, nem pode mais manter os esquemas de barracão que antes atrelavam aos seus negócios a população local. Estudos mostram que, hoje, uma pequena parte da madeira extraída na Amazônia é legalizada por autorizações de desmatamento, o restante sai de áreas com planos de manejo regulares ou são ilegais, correspondendo à madeira roubada de unidades de conservação e áreas indígenas, principalmente[263].

É importante destacar que essas práticas político-eleitorais vêm sofrendo mudanças a partir da decadência da atividade madeireira na região, dando lugar ao trabalho evangelizador dos caciques políticos e eternos candidatos junto às Igrejas evangélicas e presbiterianas, onde os compromisso de campanha (construção ou reformas de Igrejas são realizadas) mediante acordo com os Pastores dessas

---

262 *A Grilagem de terras públicas na Amazônia Brasileira*. Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente. Série Estudos do Meio Ambiente Nº 8. 2006, p.52.

263 PICHININ, Érica dos Santos. *As serrarias no contexto da Amazônia Mato-Grossense.* Disponível em: http://www2.prudente.unesp.br/eventos/semana_geo/ericapichinin.pdf (Acesso: 27/06/2007).

Instituições.Além dessas práticas políticas constatamos outras caracterizadas como, fornecimento de cesta básica, óculos, dentadura, passagem de ônibus, festas de formaturas para estudantes secundaristas e universitários (inclusive constatamos que todas as formaturas em Universidade Públicas e particulares de Sinop e região o Patrono ou o Paraninfo foi um político).

4.1 - Aparelhos Privados de Hegemonia: Poder simbólico e habitus de classe.

> O poder simbólico é aquele que consegue transformar relações de dominação/submissão, em relações afetivas e que, quanto maior o sentimento mobilizado, mais se ocultam as diferenças – sejam elas sociais, políticas, acadêmicas ou de qualquer espécie – sem ficar clara a violência perpetrada[264].

Nosso objetivo é discutir sobre os aparelhos privados de hegemonia como entidades de classes, maçonaria, Igreja católica, Meios de Comunicação Social, dentre outros que deram sustentação aos objetivos da sociedade civil atuar e influenciar com seus projetos junto à sociedade política. Algumas pessoas, intelectuais orgânicos (entendido aqui pela sua função de organizador na sociedade em todas as suas esferas), como presidentes de bairros, professores universitários, presidentes de clubes esportivos e radialistas, são convidados para filiar-se a certos partidos políticos como fator de auto-projeção e trampolim político para disputar futuros cargos eletivos seja no Poder Executivo ou Legislativo. O mesmo ocorre com os clubes de serviços (Rotary, Lions, Maçonaria), onde convidam os "homens bons" da sociedade para desenvolverem trabalhos em prol da "coletividade", como obras assistenciais junto aos jovens, aos idosos, aos excepcionais, promoção de campanhas diversas, chás beneficentes, natal da criança pobre, dentre outras. A respeito do papel social desses Clubes, Setton afirma que,

> Os clubes de serviço, como os dos rotarianos, clubes aqui definidos como produtores de capital social e capital simbólico, representam um tipo de prática de associativismo que serve de instrumento de distinção, de aproximação e separação social. Em um mundo onde o individualismo, o mercado e o crédito são fundamentais, impõe-se a criação de espaços institucionais que atestam a diferenciação entre os indivíduos e justifiquem sua posição social. Espaço de trocas de símbolos que marcam a identidade social e o estilo de vida de segmentos da sociedade. Espaços que funcionam como uma escola

---

264 BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil , 2002. 322p.

> moral e comportamental, forte instrumento de controle social e político[265].

A presença dos clubes de serviços em várias cidades da região é muito marcante, influenciando os rumos políticos e sociais de cada município. Vejamos a mensagem do presidente do Rotary Clube de Vera/MT (2001/2002), José Nilton dos Santos, na data do aniversário daquela cidade (Prefeito eleito para o período: 2004-2008): 'LIONS CLUBE de Vera – Fundado em 1991'. "Leões solidários prestam serviço desinteressado para levantar recursos com o objetivo de prestar estes serviços desinteressados. O Clube tem em seu calendário oficial o tradicional almoço Italiano, chás beneficentes e bingos. Aproveitando, agradeço também toda a família rotariana e colaboradores diretos, que não medem esforços para que os projetos tenham melhores resultados, aumentando assim o companheirismo e satisfação de dever cumprido, pois a humanidade é nossa missão"[266]. Constatamos em nossa pesquisa que nas principais cidades do norte de Mato Grosso existe um Clube de Serviço como os acima citados, atuando de forma direta ou indireta nas decisões políticas, econômicas e sociais daquelas cidades. A esse respeito vejamos a mensagem dos 'Rotarianos' da cidade de Juara/MT: "recruta-se grandes homens para...."

> O Rotary Clube completou no Brasil 77 anos de existência. Em Juara, tal semente rotariana foi plantada em 16/06/89. Um clube rotário é uma molécula viva, é um sistema orgânico onde trocam-se emoções sentimentos, estabelece-se uma organização, uma auto-regulamentação e uma tentativa de auto-controle. Esse organismo não permanece imune ao ambiente que o cerca. O rotary clube em Juara tem atuado junto a todos os seguimentos da sociedade: saúde, educação, conselhos, entidades, pastorais, assim como acompanha de perto a ação dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, no intuito de auxiliar o desenvolvimento de nossa região em todos os aspectos[267].

Afirmamos que estes Clubes de Serviços atuam como aparelhos privados de hegemonia, indicando seus representantes para ocuparam cargos estratégicos junto às esferas da sociedade política (governo, exército, política) onde se concentra o poder repressivo da classe dirigente, conquanto partindo da sociedade civil, constituída pelas

---

265 Cf. SETTON, Maria da Graça Jacinto. *ROTARY CLUB. Habitus, estilo de vida e sociabilidade.* São Paulo: Annablume, 2004. 217 p.

266 VERA – 16 ANOS DE EMANCIPAÇÃO. Vera/MT. REVISTA: EDIÇÃO ESPECIAL DE VERA. Maio de 2002. p.33

267 Revista Vale do Arinos. Juara/MT: Ano 1, nº 1. PRODUART – Propaganda e Markting. 2000, p.15.

chamadas associações privadas (igrejas, escolas, sindicatos, meios de comunicações de massa), onde a classe dirigente busca o consentimento dos governados, através de uma ideologia unificadora. Como forma de distinção social o Rotary Clube é homenageado pela Câmara Municipal de Sinop, 'uma forma de reconhecer os serviços prestados à sociedade sinopense'. Destaco que o Vereador Pedro Serafini, autor da indicação na Câmara é funcionário da Rádio Celeste de propriedade do Sr. Ascânio Batista de Carvalho – 'Governador Estadual do Rotary Clube' e Diretor Superintendente da Colonizadora Sinop S/A. Esta rádio, principal meio de comunicação em Sinop, existe há 30 anos na cidade e "contribuiu decisivamente" para a sua reeleição em três mandatos para vereador e um para Vice-Prefeito.

> Foi por isso que o presidente do Rotary Club de Sinop, Celso Hermes, recebeu das mãos do presidente da Câmara, José Pedro Serafini, "Pedrinho", (sem partido), a moção de aplauso concedida pelos vereadores. A entrega da homenagem foi feita na sessão de segunda-feira. O presidente da casa, idealizador da moção, lembrou que Celso é um integrante ativo na entidade e "sempre esteve presente, com muita dedicação, nos trabalhos desenvolvidos pelo Rotary". Celso Hermes agradeceu a homenagem e lembrou que a instituição sempre esteve voltada para o socialismo (sic). Trabalhos que foram destacados pelo ex-governador José Vasconcelos que usou a tribuna e falou em nome da entidade.Vasconcelos falou sobre os 101 anos de serviços prestados pelo Rotary em todo o mundo e destacou algumas campanhas como a da vacinação contra a paralisia infantil, iniciada pela entidade em 1985 e hoje está com a doença praticamente erradicada. Ele destacou também a campanha de combate ao analfabetismo que o Rotary está desenvolvendo no Brasil. Em Sinop, campanhas como a doação de cadeiras de rodas, prevenção ao diabete, entre outras são realizadas no município pela instituição. O ex-governador ressaltou que os maiores beneficiados com os trabalhos desenvolvidos pelo Rotary são os próprios integrantes. "Nos dá uma alegria imensa em poder fazer algo por aqueles que não tem ainda estrutura suficiente para conseguir sobreviver num país de tanta desigualdade social como o nosso", resumiu[268].

Desta forma concordamos com a afirmação de Gramsci, de que na sociedade civil circulam ideologias, nela, a classe no poder quer chegar à hegemonia, quando as classes subalternas aceitam e assimilam a concepção de mundo dos dirigentes e ela passa a construir o senso comum. Para essa função hegemônica, as instituições privadas, como a escola, e os intelectuais orgânicos no nível de difusão das ideologias, têm função indispensável como nos ensinou Gramsci:

---

[268] Disponível em: http://www.sonoticias.com.br/mostra.php?id=27550 06 de julho de 2006.

> Os intelectuais são os comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é, do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio, e portanto, da confiança, que o grupo dominante obtém, por causa da sua posição e da sua função no mundo da produção. Do aparelho de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo[269].

Essa afirmação leva-nos a refletir sobre as relações sociais, suas contradições e representações, pois é no político que define o econômico nos seus movimentos circunstanciais e não estruturais. Precisa-se politizar a economia, refletir sobre a vida privada, o habitus burguês e seu individualismo, onde a sociedade política para este, muitas vezes, torna-se seu campo particular. Ao observarmos as práticas políticas dessas pessoas e como se expressam socialmente, o seu individualismo moderno, percebemos que se desenvolvem economicamente e corporativamente, tanto no campo político e econômico, quanto no intelectual. No caso dos intelectuais urbanos, estes são tradicionais, ligadas à massa social camponesa e pequena burguesia das cidades e centros menores. Possuem uma função política - social já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. Este campo intelectual é formado por Padres, advogados, professores universitários, agrônomos, médicos, jornalistas, dentre outros, onde possuem um padrão de vida médio superior e apresentam um modelo social na aspiração de sair da condição e de melhorá-la. Em relação ao papel da escola nessas cidades de fronteira, em grande parte ela expressa a repetição, aceitação e obediência, como uma forma de Reprodução[270], sendo divulgada e,

> (...) apresentada pela ideologia dominante como um meio neutro, desprovido de ideologia, destinada à elaboração e transmissão da cultura, voltada apenas para o bem do aluno, o desenvolvimento de suas potencialidades, a formação integral de sua personalidade, sua conscientização, a formação do bom cidadão, o progresso e desenvolvimento da sociedade. A educação ao propor o saber desinteressado, a ciência neutra, a técnica a serviço da humanidade, a escola para todos, impõe a todas as classes sociais a visão de mundo da classe dominante, seus valores, sua conduta. Ela, camufladamente,

---

269 GRAMSCI. Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 11.

270 BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução. Elementos para uma teoria do Sistema de Ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 238 p.

> desenvolve um trabalho político, impondo ao educado o seu modo de pensar, ou seja, a sua maneira de entender e explicar a sociedade, a família, o trabalho, o poder e a própria educação, utilizando, para efetivar esse trabalho, o intelectual, ou seja, no caso educacional, o professor[271].

Não se compreende a vida social, bem como o processo de desenvolvimento aí existente, se não levarmos em consideração e aprofundarmos nossos estudos sobre essa subordinação efetiva dos intelectuais, pois segundo Gramsci, todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas até um certo ponto está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles dependem[272]. A sociedade civil tem como finalidade a alienação social, ofuscando o poder da classe trabalhadora, e na sociedade capitalista está dividida em estrutura (base econômica, mercado) e superestrutura (base jurídica e política que forma a consciência de classe). Envolve todas as formas de organização dos segmentos sociais, como sindicatos, clubes de serviços, associações, família, igrejas, escolas, associações de bairros, sindicatos, além das Instituições formais, como partidos políticos que não contestam o status quo, mas apenas as reformas pontuais.

Enquanto parte dos aparelhos privados de hegemonia, os jornais e revistas publicados pelos meios de comunicação local e regional primam pela valorização dos aspectos políticos, administrativos e ideológicos, deixando de lado o econômico, os conflitos e contradições das relações sociais. Os artigos desses jornais e revistas, basicamente todas de pessoas ligadas à sociedade política regional ou a serviço dela, valorizam a doutrina dos grupos de poder e dirigentes do período da colonização, enfatizando a euforia nacional pela ocupação da Amazônia. A respeito da divulgação do Estado gigante vejamos o artigo escrito por Maçao Tadano, Engenheiro Agrônomo e ex-Deputado Federal que trabalhava como executivo da empresa Colonizadora Sinop S/A na década de 1970:

> Aqui está o novo eldorado brasileiro, sem feitiço nem magia, apenas a realidade pura como termômetro e reflexo do que tem acontecido nas demais regiões agrícolas. A colonização da Amazônia mato-grossense, constitui-se num verdadeiro exemplo nacional de ocupação racional, onde ao homem é reservada especial atenção nos programas educativos, sociais, de saúde e da sua promoção. A iniciativa privada, sempre pioneira, não tem limites. A distância não a assusta. Quaisquer que sejam as condições, a experiência vivida por cada um em outros Estados – e até no próprio Mato Grosso – já a capacitou e os homens

---

271 TESOURO, Luci L. L. Martins. *Estratégias de Poder*. In: *Coletâneas do Nosso Tempo*. Departamento de História - Rondonópolis/MT: UFMT/ICHS. EDUFMT. Vol. 1, nº1. 1997. 130 p. p.116.

272 GRAMSCI. Antônio. Op. Cit. p. 13.

> que comandam, além de vanguardeiros, são exemplos nacionais em modelos com Projetos de Colonização. Assim, as siglas SINOP, INDECO, CANARANA, IMCOL, ELDORADO e tantas outras, podem atestar a validade e irreversibilidade desse processo[273].

Essas matérias procuram valorizar aspectos grandiosos de sucesso e progresso com forte cunho ideológico desse processo, citando casos bem sucedidos onde representam uma exceção daquilo que efetivamente ocorreu numa área de colonização da Amazônia mato-grossense, naturalizando o processo de reprodução ampliada do capital. O sistema de comunicação instalado na região, desde o início da colonização estava relacionadas às empresas colonizadoras. Para os migrantes que viviam no interior do estado e dos municípios, o rádio era, e continua sendo, o meio de comunicação mais importante, pois as famílias captam as emissões e o ouvinte não precisa ser alfabetizado para "entender" a mensagem em algumas cidades, o rádio representa representava o único meio de comunicação com os demais municípios da região e do Estado, uma vez que as dificuldades de transporte, longas distâncias, problemas de infra-estrutura.

Muitos vereadores e deputados são proprietários de meios de comunicação ou estão a serviço deles, como demonstraremos no quadro 1. Através desses meios mantém o seu poder, controlando parte da opinião pública, divulgando a sua ideologia via "currais eletrônicos", como afirmam alguns cientistas sociais, trocando cestas básicas, consultas, passagens pelo "voto da mídia". Através dos jornais e revistas, com suas notícias sobre os projetos e realizações da sociedade política, sua hegemonia acordos, destacando sempre o discurso do progresso, da fronteira desenvolvimentista, das alianças de poder, disputas políticas entre frações da classe dominante (além de outras opiniões e 'debates' – são fontes estratégicas para a expressão das práticas políticas destes dirigentes e das classes proprietárias, onde o papel desempenhado pelas rádios é fundamental para a difusão da ideologia da sociedade política num raio de 150 quilômetros de Sinop – abrangendo aproximadamente 20 municípios do norte de Mato Grosso).

Os proprietários dos canais de Televisão e rádios AM e FM, na sua grande maioria vereadores e deputados através dos apresentadores de programas policiais, "senhores da verdade", exibem seu poder de julgamento condenação social: acusam e mandam prender como se fossem Promotores de Justiça ou delegados. Diante das mazelas

---

[273] TADANO, Maçao. *Colonização: A fixação do Homem à Terra.* Revista AGROESTE. Cuiabá /MT: Outubro de 1979. P. 31.

sociais, esses programas "ganham audiência". São programas cheios de sensacionalismo intercalados com propaganda de empresas locais e regionais, cedentes por lucros a qualquer preço. Muitos desses apresentadores "saltam das Câmeras de TV para as Câmaras de vereadores, Assembléias Legislativas ou Congresso Nacional". Justificam esses programas como se estivessem ajudando pessoas carentes e contribuindo para a diminuição da violência, com denúncias, distribuição de passagens e receitas médicas. Essa questão nos faz refletir sobre o papel das Instituições sociais e a sua credibilidade frente aos chamados "justiceiros eletrônicos".

Estes programas policiais fazem apologia ao crime e à banalização da violência, causando pânico na população e incentivando a assistência social, pois trabalhando com a negação da cidadania esses apresentadores (Vereador Valdemar Júnior - PMDB e o Deputado Estadual Gilson de Oliveira/PP) tem baixa formação cultural e educacional, e pouco conhecimento das Leis (Direito Penal e Processual), ignoram qualquer análise social e tratam das pessoas como se todas fossem suspeitas. As emissoras travam uma "guerra de audiências", perdendo todo e qualquer critério ético, com 'muros na mesa' enquanto símbolo de intolerância, e toda intolerância tem um forte espírito fascista. Para a Psicóloga Ilze M. Gonçalves, esses programas chamados de 'jornalismo real',

> (...) permitem que os telespectadores vivenciem aspectos contraditórios – como sentirem-se 'incluídos' diante de um quadro social conturbado, ao mesmo tempo em que sentem toda a dimensão da discriminação, da exclusão, da marginalização, vivendo metaforicamente a revolta, em parceria com os apresentadores. Estes representam o herói salvador, o pai virtual e simbólico que irá vingar e redimir a todos. Assim, é possível rir e amortecer as mazelas do próprio drama cotidiano. Ricos e pobres recorrem aos programas de diferentes maneiras face à falta de segurança. Esta relação de suposta igualdade é apreciada pelas classes populares, propiciando a inserção dos excluídos através dessa lógica perversa[274].

Existe na região norte de MT uma complexa trama de articulações e disputas políticas entre os grupos e famílias mais poderosas que compõem a "elite econômica-social". Para esses grupos e famílias, o controle direto do aparato estatal, seja ele municipal ou estadual, significa ocupar um lugar estratégico na busca da realização de seus interesses particulares imediatos, fazem alianças e apóiam (elegem) candidatos de atuação a nível nacional, como deputados federais e senadores, visando garantira o exercício da hegemonia das classes dominantes no Estado. Como conseqüência dessas

---

[274] Revista RDM. Justiceiros Eletrônicos. Cuiabá/MT: Ano II. Nº 11. 2000. p.25.

ações, está a preservação do autoritarismo político e naquilo que chamamos de progresso a qualquer custo.

Ao cruzarmos os números dos municípios criados nos últimos 10 anos em Mato Grosso, percebemos uma relação direta entre a questão eleitoral e a construção de um grupo dominante regional. É o caso específico do Deputado Estadual José Riva/PP, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado que "controla" aquela instituição por cerca de 10 anos, utilizando-se de um discurso político maniqueísta: bom ou mal, fundamentado no senso comum. Esta realidade nos leva a refletir sobre as "redes de poder", alianças com agências e agentes como madeireiros e agropecuaristas do norte do Estado, sendo necessário esta sustentação econômica e política não apenas para financiar a futura campanha, mas para indicar os projetos que serão apresentados na Assembléia Legislativa, beneficiando os interesses desses segmentos, concordando com a afirmação de Dreifuss: que o poder requer meios para ser exercido[275].

Enquanto estratégia de dominação do que está presente nos "discursos oficiais", divulgam a mensagem de um povo ordeiro e trabalhador, tornando dessa forma, um valioso instrumento para a análise dos conflitos, das relações de poder, de trabalho e direção política; (a publicação de jornais pelas empresas colonizadoras é um exemplo dessa estratégia), assim como matérias sensacionalistas publicadas em várias revistas, com o objetivo de destacar o potencial e o "empreendedorismo" do povo "valente, forte, corajoso".

> Sinop é o resultado da coragem e obstinação de milhares de brasileiros Que aqui chegaram há mais de duas décadas, em busca de realizações. Profissionais e pessoais, que contaram com o planejamento e visão de futuro de seus fundadores. Não é por acaso que ela é hoje o principal pólo da região norte de Mato Grosso[276].

É importante destacar que a História não é valorizada pela classe dominante, mas estes se apropriam da memória regional[277], e nos artigos selecionados mostram a preocupação da linha editorial em divulgar as construções do poder público e suas realizações enquanto políticos e administradores, grandes construtores, etc., exaltando a "bravura e o patriotismo", valorizando os "pioneiros", líderes e "competentes, sérios e

---

275 DREIFUSS, René. *Política, Poder, Estado e Força*. Petrópolis: Vozes, 1993.

276 Revista *SINOP: CAMPO FÉRTIL PARA INVESTIR***.** Cuiabá/MT: 2002, pág. 60.

277 Sobre a apropriação da memória histórica quero destacar que os Prefeitos de Sinop Adenir Alves Barbosa e Antônio Contini ao deixar os devidos cargos, levaram para suas casas todo acervo de fotos e filmes referentes ao Município, sendo usados posteriormente em campanhas eleitorais como 'prova' das realizações anteriores. Em certo momento questionei esta postura para um dos ex-prefeitos, e ele me respondeu que preferia queimá-los do que devolver tais arquivos.

honestos." Destacam-se ainda a visita de pessoas importantes como Presidentes da República, Deputados e Senadores, agentes individuais capazes de viabilizar o "desenvolvimento e o progresso de Mato Grosso" exaltado uma Sinop (e região) que 'deu certo', referência para o Estado e o País. Vejamos essa matéria com título "reconhecimento" por parte do Poder Legislativo de Sinop:

> A história não se cria por si, tampouco pega-se carona no carro do tempo. Entra-se para ela através de denodado trabalho na conquista de horizontes e realização de sonhos. E, exatamente por essa vereda, os senhores Ascânio Batista de Carvalho, o ex-vice-governador, Osvaldo Roberto Sobrinho e o senador Jonas Pinheiro, atalharam. Por sua vez, a Câmara Municipal de Sinop-MT, em setembro recém-passado, em sessão solene, presidida pelo Vereador Dalton Martini, na presença de lideranças políticas e demais autoridades, fez justiça aos relevantes serviços prestados pelos referidos senhores, outorgando-lhes o título de Cidadão Sinopense Honorável. Vale lembrar que, mais que um ato político, esse gênero de atitude espelha a gratidão da comunidade aos seus notáveis partícipes. E o legislativo sinopense, que vem demonstrando eminente coerência em seus passos, uma vez mais provou ser inequívoca sua postura[278].

No contexto da expansão capitalista na fronteira norte mato-grossense, constrói-se práticas políticas de cunho clientelístico por parte de grupos políticos e econômicos, onde procuram auto homenagear-se, como ato de status e distinção social. Essas revistas de divulgação dos "atos heróicos" eram instrumentos (e ainda são), meios de expressão da ideologia dominante, quanto às suas práticas e projetos, trabalhos desenvolvidos, evidenciando suas ações, abordando vários assuntos e objetivos de seus interesses. As datas comemorativas, principalmente do aniversário de fundação das 'cidades novas' do eixo da BR-163, deixam claro e evidente a construção de verdadeiras propagandas encomendadas para esse fim.

> E a novidade que existe é a cada dia você acaba compreendendo que o político, em si, não é feito de experiências, não é feito de passado apenas; nem de aprendizado; ele é feito acima de tudo, de intenções. E quando tem intenção de realizar, não existe obstáculo. Nem mesmo a falta de conhecimento atrapalha. O que é preciso é ter objetivo, metas e a humildade de entender que a maioria dos assuntos é leigo como qualquer cidadão. Sinop é uma cidade que cresce por siso. Quem vive em Mato Grosso e conhece o norte do estado, sabe que passaram alguns prefeitos e eu estou nesta gestão deste novo milênio e a cidade não parou de crescer. O que faltava na verdade era uma política de incentivos aos empresários. Somos os maiores e melhores produtores

---

[278] Ibid. Lélia Maria de Araújo – Presidente da Grupo Sinop p. 16.

> de arroz agulhinha do Brasil em terras altas. E aqui estão instaladas as maiores indústrias de arroz do país. Sem dúvida nenhuma, a economia de Sinop tem tudo para dar certo. (...) como costuma dizer o atual Prefeito do município, em tom de brincadeira, mas sem perder a seriedade 'se a política não atrapalhar, Sinop vai bem; se ajudar, vai explodir'. E é verdade a economia do município cresceu por si só, apesar dos choques econômicos para combater a inflação e que trouxeram sempre um freio ao consumo[279].

Uma característica comum que observamos nessas revistas e jornais, elas eram constituídas de espaço de registro para exaltar a "bravura, o bandeirantismo, o progresso, a disciplina, a obediência," adequando-se aos interesses do grupo político que estava no poder (representantes dos setores: imobiliário, madeireiro, agrícola e pecuário), considerado-se como 'missionários do progresso regional'. "Sinop eu vi nascer, Vi crescer, e sempre estarei ao lado deste povo pacífico e trabalhador, Que são os sinopenses. Sinop tem reservado um futuro brilhante. Dentro do contexto sócio-econômico nacional. Com certeza!"[280].

Quanto ao público que destinava-se essas informações - matérias pagas, era formado pela grande população regional, sempre procurando justificar a ação e atuação dos colonizadores, investidores e "empreendedores do progresso". As mudanças e diferenças observadas em relação à essa divulgação, principalmente aos seus objetivos, de seu público e de seus "artigos", denotam essa exaltação do mito da 'terra prometida'. Dessa forma, contribuíam com as práticas sociais, através do poder de convencimento e 'consenso', constituindo-se numa importante estratégia de controle social.

> É a vontade de se ter esse futuro áureo não se resume apenas em sonhos. Em Sinop se constrói e se faz. Desde o início de sua colonização, a sua principal atividade sempre foi a madeireira. Hoje são pouco mais de 780 empresas no ramo, sendo que a maioria fornece produtos para outros Estados e principalmente para outros países. O setor madeireiro de Sinop destaca-se como sendo extremamente diversificado e tecnificado. Os empresários preocupam-se com a agregação de valores e a constante modernização de seus equipamentos e qualificação da mão-de-obra. A atenção com o bem estar de funcionários é notória, uma vez que a maioria das empresas dispõe de programas de segurança e saúde, e ainda oferece cursos adicionais de aprimoramento. A atividade madeireira é responsável pela geração de mais de 12 mil empregos. O crescimento do setor justifica o interesse de várias empresas em se instalarem aqui, a maioria na área de agronegócios. E com tantos atrativos de investimentos, a economia foi se diversificando aos poucos, cedendo espaço par outras atividades[281].

---

279 Revista RDM - *SINOP: CAMPO FÉRTIL PARA INVESTIR***.** Cuiabá. 2002, p.9 e 38

280 Ibid. Ricarte de Freitas: ex- Deputado Federal/ PSDB

281 REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de Junho. Sinop/MT. p. 22.

A mídia, principalmente através do rádio, exerce papel fundamental no sentido de informar e construir um ideal de cidade, desenvolvimento, progresso; provocar o consenso, construir valores, ideais de partido político – proprietários de terras e donos dos Meios de Comunicação Social, visando construir uma nova imagem de cidade. Os intelectuais orgânicos utilizam-se destes meios para divulgarem suas idéias compartilhadas, fornecendo-lhes pressupostos político-ideológicos mais ou menos comuns. Esses meios são mantidos pelos aparelhos privados de hegemonia -, como os sindicatos patronais, com poder de dominação e direção moral, onde usam o discurso de geração de renda e trabalho afirmando que a "exploração da natureza é feita de forma racional". A 'bancada da mídia' tanto na câmara de Vereadores quanto na Assembléia Legislativa de Mato Grosso utilizam-se dessas estratégias para criar um 'consenso' em torno da necessidade de maior investimento público para a região, sendo que nas eleições são trazidos 'experts' em comunicação de massa para criar e orquestrar campanhas de opinião pública. Contando com grande cobertura da mídia, o uso competente de propaganda e eventos de massa com artistas nacionais e desta forma, os políticos se empenham em criar uma imagem ufanista das cidades de fronteira. A seguir os representantes das agências sociais do norte de Mato Grosso na Assembléia Legislativa do Estado:

QUADRO II:

DEPUTADOS ESTADUAIS – NORTE DE MATO GROSSO: 2006-2010

DEPUTADOS	CIDADES
Dilseu Dal´Bosco/DEM - Engenheiro Civil. Ex-funcionário Público/CEMAT. Empresário, Fazendeiro e Proprietário de Rádio e Televisão na região. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, responsável pela discussão e votação do Zoneamento Agro, Ecológico e Ambiental de Mato Grosso, há 10 anos 'parado'na Assembléia Legislativa.	Sinop/MT
Gilson de Oliveira/PP – Radialista Representa os interesses do Grupo Capital de Comunicação	Sinop/MT
Juarez Costa /PMDB – Radialista Representante dos madeireiros, comércio e imobiliárias	Sinop/MT
Mauro Savi/PR - Sojicultor Agronegócio regional	Sorriso/MT
José Domingos Fraga Filho/DEM Engenheiro Agrônomo Agronegócio regional	Sorriso/MT
José Riva/PP – Fazendeiro.	Juara/MT

1º Secretário da Assembléia Legislativa de Mato Grosso.	
Octaviano Pivetta/PDT – Sócio-Proprietário do Grupo Vanguarda – conglomerado do agronegócio (cadeia carne/grãos). Um dos fundadores da COOPERLUCAS. Responde por vários processos na Justiça Federal sobre desvios de dinheiro e produtos agrícolas desta Cooperativa, cujo "rombo" passa de 200 milhões de reais.	Lucas do Rio Verde/MT
Luiz Brunetto/PT - empresário Setor madeireiro e Ecoturismo	Alta Floresta/MT
Roberto Ságuas/PT – Médico Pediatra	Juína
Silval Barbosa/PMD – Pecuarista Vice-Governador	Matupá/MT

Fonte: Câmara Municipal de Sinop e Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Estes representantes, em seus discursos, procuram exaltar o progresso, a grandeza e o desenvolvimento regional. O crescimento dessas cidades de fronteira revela sinais de progresso social, ligado ao dinheiro e poder da madeira, pecuária e agronegócio, com mudanças também nos costumes, destacando se o papel da mídia enquanto instrumento de uso ideológico do grupo dominante, onde difundem uma linguagem envolvida com os interesses, estratégias e normas sociais, a imagem do progresso e suas marcas, produzindo uma imagem, principalmente no dia do aniversário da cidade, com um discurso apoiado na integração e desenvolvimento com forte estímulo sentimental, procurando sempre sensibilizar a população para as 'causas públicas', ocultando as verdadeiras intenções, interesses pessoais e de grupos junto à sociedade política.

Os jornais e revistas que destacamos nessa pesquisa, em sua linha editorial defendem os interesses da elite regional, com destaque para os agentes políticos, econômicos e sociais que se fazem representar na linha ideológica destes periódicos, sempre defendendo os seus posicionamentos como inquestionáveis tendo uma ação como *partido político*, na acepção gramsciana do termo. Suas táticas definem uma ação pedagógica com apoio aos agentes da sociedade política estando em relação direta com o cumprimento de determinadas condições por ela estabelecida. Estes periódicos mantém com os diferentes representantes da sociedade civil[282] uma certa coerência em torno de seu próprio programa, sempre defendendo ideologicamente as "mudanças e gerenciamentos necessários à ordem neoliberal": coerção e repressão aos movimentos sociais. Destacamos aqui o setor de saúde do município, pois sempre teve grande influência e presença na política partidária e representativa. Vejamos o caso do Médico

[282] Nem todos os organismos privados são parte da sociedade civil, porque não há penetração da ideologia.

Jorge Yoshiaki Yanai, fundador da Associação médica de Sinop, fundada em 1985. Eis o seu depoimento sobre essa associação:

> (...) não éramos mais de que seis médicos, e respondíamos por grande parte do tratamento de saúde desta cidade e também da vizinhança, incluindo o sudoeste do Pará, na divisa com Mato Grosso. Não havendo estradas asfaltadas, rádio ou telefone, a viagem até à capital Cuiabá era uma aventura no meio da mata e do cerrado. Enquanto toda região crescia, capitaneada por Sinop, chegavam mais colegas com o mesmo espírito desbravador e empreendedor. Não somos uma Associação qualquer fundada no afogadilho para satisfazer o ego de alguns. Representamos uma classe, que na história da humanidade, tem sido respeitada pelo dom de aliviar a dor, curar as doenças, promover o bem estar físico e mental, acima de tudo, salvar vidas. Penso que seja esta a trilha a ser palmilhada, passo a passo, sem esquecer, jamais, que carregamos nas mãos a responsabilidade da ética e do conhecimento. (...) Essa é a nossa tradição[283].

Quero destacar as relações sociais, a influência da classe dominante regional, utilizando-se de recurso de cunho cultural, como organização de eventos, procurando demonstrar a sua força e interesse em dominar as classes subalternas...

> Ao mesmo tempo, tal como no caso do pensamento e do conhecimento positivista, era a própria unidade a atração dos eventos, exibição majestosa do ponto nodal (por isso, mesmo o mais sensível) do sistema ideológico burguês: a unidade do sujeito centrada na consciência. Mais do que exibir esta certeza, tratava-se de estende-la a todos os cantos do mundo. Razão e consciência. Técnica e progresso. Se poderia ilustrar de melhor forma o exercício da hegemonia e o discursos ideológico?[284]

Obras como ruas asfaltadas, construção de escolas, creches, foram projetadas e levadas a cabo pelo poder público municipal, graças ao enorme impulso e movimentação de capital aplicado neste setor. Em vários bairros da cidade foram feitas construções. Elas demonstravam o anseio da classe dirigente por imprimir marcas duradouras e profundas na sociedade sinopense. Neste contexto, caberia ao poder público municipal o trabalho de fomentar o desenvolvimento, mantendo sob domínio as forças produtivas e controlar os interesses políticos, como neste depoimento:

> Em Sinop a idéia sempre foi somar esforços. O diferencial de Sinop em relação à outras cidades é que aqui tudo que se começa é com tecnologia de ponta. Mas tudo crescia de forma muito rápida e isto nos

---

283 Palavra do Presidente. In: *Revista da Associação Médica de Sinop:* Edição 01- Ano 1. Agosto de 2004. Publicidade e marketing. Pág.05

284 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Os vetores da fantasia: Modernização e progresso num discurso político da Primeira República.* In: *Revista do Departamento de Psicologia – UFF.* Niterói/RJ: Ano II. Nº 2 – 1º Sem./1990. p. 18.

> animava, deixando transparecer uma saudade que ficou para trás. Em 1979 quando cheguei em Sinop observávamos a união e o espírito empreendedor entre as pessoas. Aqui não havia rivalidade nem concorrência. Todos eram bem vindos. A idéia era somar esforços para fazer a cidade ainda embrionária crescer -, recorda o médico e empresário Astrogildo Gomes. Apesar de ser pequena Sinop recebia todos os dias novas famílias e isso provocava mais esperança nos que já estavam na cidade. 'O diferencial de Sinop em relação a outras cidades, segundo o médico empresário, é que aqui tudo que se começa é com tecnologia de ponta'. Investe-se muito e é isso que proporciona o desenvolvimento da cidade[285].

Além de capital público e particular, tais obras tiveram a contribuição fundamental de milhares de trabalhadores que, nos quatro cantos da cidade, se movimentavam diuturnamente numa intensidade de trabalho que atingiu enormes proporções, como a maioria das indústrias madeireiras que "tocavam" 24 horas de trabalho, visando aumentar a produção, principalmente no período da seca e devido a lata sonegação fiscal nessa atividade econômica.

Para os empresários e políticos ascendentes, o progresso se identifica com o aspecto material: expansão de lucros e investimentos, ampliação de oportunidades para as novas empresas que se instalassem e a consolidação de relações sociais dominadas pelo capital. Muitos operários tiveram sérios problemas de saúde neste processo, principalmente os funcionários das indústrias madeireiras, ficando abandonados e excluídos da marcha do progresso. É importante observar as estratégias de convencimento da opinião pública para fazer 'aceitar' plenamente o fato de se viver em uma época dominada pelo progresso, recorrendo-se a argumentos que remetem à criação de um mundo melhor, ampliando o seu significado, além do aspecto material, 'beneficiando indistintamente a ricos e pobres', aperfeiçoando os costumes, a moral e os valores, em suma, atuando em todos os aspectos da vida humana.

Artigos de revistas e jornais como o Jornal O Sinopeano, a Gazeta Regional, Revista Oficial EXPONOP 2002, dentre outros, que circularam em Sinop, desde o início de sua colonização, valorizam a ideologia dos grupos de poder e dirigentes do período pós-64, enfatizando a "euforia nacional" pela ocupação da Amazônia e, conseqüentemente, o norte de Mato Grosso. Palavras como progresso, prosperidade, trabalho, união, eram repetidas seguidamente, marcando fundo na mente da população.

---

[285] Astrogildo Gomes de Oliveira, Médico em Sinop desde a década de 70. Boletim Informativo – UNIMED. Sinop/MT: Janeiro/fevereiro de 2006, pág. 03.

Logo se tornou comum associar o nome da cidade ao progresso constante, mola propulsora de sua história. O progresso alcançado com as obras públicas e privadas ultrapassa o aspecto material, pois estas exercem influências positivas sobre o conjunto das atividades humanas, como os costumes, a moral, a cultura, a instrução e a política. Exaltava-se o espírito prático dos administradores municipais, principalmente com o slogan do município do período 1993-96, Sinop - a marca do trabalho. Em uma publicação oficial denominada *Trabalho que Marca*, encontramos a seguinte afirmação: "Sinop está de parabéns. O povo soube eleger seus governantes, mostrando que governos sérios e competentes são o caminho para a moralização do serviço público. [...] assim o município experimenta um novo ciclo de desenvolvimento em todas as áreas"[286].

Essa euforia do progresso em Sinop era ainda confirmada pelas realidades visíveis da urbanização planejada e controlada, do crescimento econômico, da industrialização e do grande fluxo de migrantes de outras partes do país que chegavam ao município, reconfigurando o padrão demográfico e cultural da cidade, onde populações pobres escapam aos seus planos intrincados, ocupando áreas reservadas para a especulação imobiliária futura, captando recursos clandestinamente para poderem sobreviver (lixão), aproveitando oportunidades imprevistas e remodelando o uso dos espaços, segundo as suas necessidades específicas[287].

Observando os vários projetos de colonização, notamos sempre a presença da Igreja Católica junto a eles, ora relacionando-se bem com empresas de colonização, ora não aparecendo de forma significativa nas análises ou reproduzindo os padrões mais tradicionais da hierarquia. D. Henrique Froehlich veio para Mato Grosso atuar na Missão Anchieta em Utiariti, em 1956. Foi ordenado Bispo da Prelazia de Diamantino em 1971, ficando posteriormente em Sinop, após a nova divisão administrativa. Sobre suas relações com as colonizadoras, deixou registrado: "viria posteriormente a fazer doações generosas as paróquias de Vera, Claudia, e a Igreja de Carmem. Nunca negaram qualquer terreno para as paróquias, para as capelas, para a Cúria Diocesana (uma quadra inteira) e para outras obras sociais. Além disso, deram uma chácara para a construção do Centro Pastoral e mais duas chácaras à Diocese de Sinop, como brinde. Ariosto da Riva, que colonizou Alta Floresta, forneceu-nos terrenos para três paróquias

---

286 Revista Sinop Especial. Sinop/MT: 1993, p. 12.

287 SOUZA, Edison A. de *Sinop: História, Imagens e Relatos: Um estudo sobre sua colonização*. Cuiabá/MT: EdUFMT. 2004. 314p.

e trinta capelas da cidade e grande parte das capelas rurais. Doou ainda áreas para a construção de dois Centros de Pastoral”[288].

A ‘generosidade’ das empresas colonizadoras, doando terrenos para construção de escolas, igrejas, campos de futebol, dentre outros, esconde uma prática assistencialista e paternalista, mantendo facilmente as pessoas submissas aos interesses destas empresas, principalmente quando elas ‘necessitam’ de apoio da sociedade, pois essas Igrejas e escolas construídas com o apoio das colonizadoras de uma certa forma, condicionava Padres, Bispos e Professores a se manterem ao lado dos interesses ideológicos das firmas e não incentivando uma postura crítica frente à realidade. Schaefer afirma que:

> Entre os colonos de origem italiana e alemã, normalmente existe uma certa alienação política. Poucos têm uma visão crítica das coisas e dos acontecimentos nacionais. Muitos vêem obras feitas como favores ao invés de verem nisso uma obrigação decorrente dos impostos pagos por eles mesmos. Deixam-se levar facilmente pelos políticos que prometem o céu em épocas de campanha e preferem a ordem em tudo, mesmo que esta ordem não seja completamente justa[289].

Ao perguntarmos ao Bispo de Sinop, Dom Henrique Froehlich[290], sobre o papel social da Igreja Católica numa região de fronteira, afirmou que era para “ajudar os migrantes a criarem raízes na fronteira” e “integração”, pois estes sentiam “muita saudade dos parentes. O ritmo forte no trabalho contribui para ‘esquecer’ a região de origem (Sul) onde reclamavam dos altos preços das mercadorias, terras e demais, do calor, dentre outros”[291]. Neste sentido, as Igrejas promoviam festas, bailes, encontros de casais, dentre outros, momento que as pessoas conversavam, discutiam seus problemas, faziam negócios e “matavam” a saudade do Sul. Sobre a permanência dos migrantes dizia: “quem tinha que sair, já saiu”, apenas os mais fortes sobrevivem na fronteira. “os ‘mais fortes’ – os chamados “pioneiros”[292], seriam os mais bem situados

---

288 JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial: EdUFMT. 2007. 256 p. p.33.

289 SCHAEFER, José Renato. *As Migrações Rurais e Implicações Pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do sul do País em direção ao Norte do Mato Grosso*. São Paulo: Loyola, 1985. p. 199.

290 Entrevista concedida em 20/05/2003.

291 SCHAEFER, José Renato. Op. Cit. P. 201.

292 Para IANNI, O. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979. p. 15. “A idéia de pioneiros é um pouco a idéia que alimentam os grileiros, latifundiários, fazendeiros, empresários, gerentes, técnicos, funcionários governamentais e às vezes o próprio trabalhador rural. Os comerciantes de transportes para migrantes, os negociadores de terras, os empreiteiros de força de trabalho, os gatos e os peões, todos buscam apegar-se e difundir a idéia de

economicamente, os que mais terras possuem e que têm condições de financiarem lavouras de culturas tropicais através de bancos e que têm condições de esperarem alguns anos para verem os frutos dos seus investimentos, o que não é o caso da maioria dos colonos e, sobretudo, não é o caso dos posseiros, empregados de madeireiras, de olarias, peões das derrubadas e garimpeiros"[293]. Desta forma os projetos de colonização eram abençoados pelas Igrejas, principalmente a católica que teve um papel fundamental, pois a presença do Padre representava que aquele lugar foi abençoado, aquele empreendimento era viável, sonhado e fortalecia a crença no progresso, no futuro, "evitando" que o colono retorne à sua região de origem.

Nesse 'ambiente religioso' e político, forças políticas, utilizam-se das igrejas e escolas, especialmente nas comemorações cívicas (obrigatórias e 'exemplares' para alunos e professores da rede municipal de educação) e formaturas, para reafirmar a sua ideologia, sua distinção e habitus de classe. Aspectos simbólicos fundamentais encontram-se reunidos em dia de inauguração, ressaltando sempre a memória do vencedor, associada à imagem do colonizador na direção apontada por Bourdieu, de que a função social da religião é a legitimação das elites e a compensação dos dominados. Quero destacar também, o papel desempenhado pela Igreja católica enquanto Instituição aliada ao colonizador Enio Pipino, no sentido de 'conformar' os migrantes que chegavam à Sinop frente às dificuldades enfrentadas por eles nas 'novas terras'. A respeito desta questão vejamos o que afirma o Padre João Salarine, Pároco local:

> As famílias quando chegavam aqui reclamavam a falta de tudo. Elas deixavam um mundo civilizado para enfrentar a mata virgem, em plena floresta amazônica. A Igreja já levava para estas famílias palavras de conforto, esperança e de fé. Segundo este padre o maior desafios para os migrantes que chegavam à Gleba celeste era solidão para quem deixou um Brasil com todo conforto e enfrentar a floresta sem nenhum contato com a civilização e a tecnologia. Para tanto, Enio Pipino deu toda cobertura financeira e moral para que fizesse meu trabalho de plantar o Reino de Deus[294].

---

que todos são pioneiros. Pensam que estão criando uma nova sociedade, que os iguala e harmoniza. Há um pouco do mito da sociedade sem classes em algumas áreas de colonização."

293 SCHAEFER, José Renato. Op. Cit. p. 161.

294 Pe. João Salarini. Entrevista concedida em 2003.

No início da colonização[295] e ocupação de Sinop as comunicações eram feitas via radioamador, instalado no escritório da Colonizadora Sinop. Em julho de 1980, na primeira visita do Presidente da República, General João Figueiredo, onde recebeu um abaixo assinado encabeçado pelas mulheres pedindo asfalto, rádio, telefone e televisão. A respeito da instalação dos meios de comunicação social na cidade, o jornal *O Sinopeano*[296] Em edição de julho de 1981, destacou a presença de autoridades da esfera federal ali presentes:

> O Ministro das Comunicações chegou à Sinop às 11:15 horas desse dia, sendo recebido no aeroporto pelo Sr. Enio Pipino, pelo Prefeito Osvaldo Paula e demais autoridades locais. Integravam a comitiva do Ministro Corrêa de Mattos, o General Lourival da Costa, presidente da Radiobrás, o deputado federal, Júlio Campos e o General Fajardo. Viajavam Consigo, ainda, o Governador Frederico Soares Campos do Mato Grosso, o Presidente da Assembléia, Alves Ferraz e o Coronel Paulo de Santa Rita Ataíde, Secretário de Segurança[297].

A Radiobrás instalou, ainda em 1982, a Rádio Nacional FM de Sinop e em 1982 a TV Nacional. O telefone foi instalado em 1981. No dia 03 de julho de 1980, o Presidente da República General João Batista Figueiredo esteve em Sinop, (pela manhã e Alta floresta à tarde), ocasião em que o colonizador Enio Pipino, Diretor Presidente do Grupo Sinop S/A fez o seguinte discurso:

> Com tecnologia é que adubamos o desejo brasileiro de construir para as nossas necessidades carburantes.Estamos agora com V. Exa. Nas margens desta Rodovia que começa a ser o maior corredor de produção do interior do brasileiro.Somos a itinerância dos gaúchos, os sonhos simples das mães catarinenses nestas terras recém-desbravadas; somo s pertinácia paranaense em agricultar a crença de novos horizontes econômicos; somos a audácia realizadora dos paulistas, somos mineiros, Sr. Presidente, na humildade do cabo da enxada; somos nordestinos extasiados com as grandes águas; somos gente do norte confraternizando com a bravura dos capixabas; somos brasileiros de tantas latitudes humanas, que comungam a fé silenciosa de uma verde-

---

295 Becker afirma, que "os projetos de colonização representam, de maneira geral (isto é, não somente no Brasil mas no mundo inteiro), a realização, pelos poderes públicos ou sociedades privadas, de uma construção utópica com todas as suas características (obsessão pela ordem, pela organização, pelo geométrico), que acaba em última análise na elaboração de uma estrutura vazia de sentido, na qual foram negligenciados os mecanismos reguladores, que poderiam eventualmente possibilitar a correção das tendências evolutivas decorrentes das dinâmicas sociais reais. Assim, todos os projetos de colonização conhecidos derivam ou se ajustam a estas dinâmicas, num tempo variável, mas em geral curto".

296 A partir do ano de 1979, a Colonizadora Sinop coloca em circulação esse Jornal, editado na cidade de Curitiba/PR, tendo como objetivo "divulgar" (vender) a Gleba Celeste para outras regiões do País e destacar a presença de autoridades da esfera estadual e federal, bem como de empresários que visitassem a referida Gleba, deixando de circular em 1985.

297 SANTOS, Luiz Erardi F. *Raízes da História de Sinop.* Sinop/MT: Edição própria. 2007, p.149.

> amarela presença brasileira nestas imensidões. Somos, enfim, caminho social de fluxos migratórios fertilizando estas fronteiras de trabalho, plantando as esperanças do Brasil[298].

Em 06 de dezembro de 1984, João Figueiredo voltava a Sinop e inaugurava o trecho de 500 quilômetros de asfalto até Cuiabá. "A população não sabia como agradecer ao Presidente. Emocionado o Figueiredo chorou pela primeira vez em público ao dizer, no palanque, que era o momento mais feliz de sua passagem pela Presidência da República. Em junho de 1988, já fora do governo, João Figueiredo veio a Sinop pela terceira vez para receber o título de cidadão honorário"[299].

Como forma de homenagear e 'marcar na memória' da população local e regional, os vereadores de aprovaram o nome do Aeroporto Municipal de Sinop do último Presidente do período militar: João Baptista de Oliveira Figueiredo. O mesmo Jornal mais a frente trás a seguinte matéria a respeito das visitas que o Presidente da República, General João B. Figueiredo fez à Sinop:

> Numa de suas últimas aparições públicas pela televisão, antes de encerrar seu Governo, presidente João Figueiredo teve oportunidade de responder a um reporter sobre quais os momentos agradáveis ao longo de seus seis anos de mandato como chefe da Nação. Ressaltou que ficara gravada em sua memória as visitas que fizera à SINOP (nos dias 03 de Julho de 1980 e 06 de dezembro de 1984) e o acolhimento que tivera por parte do seu povo[300].

As forças políticas regionais através de suas práticas paternalistas e assistencialistas, onde procuram legitimar suas ações muitas vezes para viabilizar seus projetos políticos por razões eleitoreiras, incorporam 'modelos' externos à realidade - uma certa bricolagem, pega-se um pouco de cada coisa para fazer algo, muitas vezes, por falta de criatividade ou excesso de coragem apropriam-se de idéias e projetos de outros. Cultivam o orgulho e a arrogância, procurando sempre deixar a 'marca' das suas realizações sociais através de placas em vias públicas como sinal de identificação do grupo político que 'fez a obra'. Valorizam a distinção, os diplomas de honra ao mérito, de cidadãos municipais num jogo de aparência, enaltecendo as experiências e as competências; o culto à personalidade individual enquanto "missionários do progresso".

---

298 SCHAEFER, José Renato. *As Migrações Rurais e Implicações Pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do sul do País em direção ao Norte do Mato Grosso.* São Paulo: Loyola, 1985. Pág. 67.

299 REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de Junho . Sinop/MT. p. 35.

300 Ibid.

Por outro lado existe uma dificuldade de se falar das crises, situações difíceis (como ocorreu com os madeireiros, sempre afirmando que 'estavam quebrados') este é um modo de ocultar uma prática política onde predomina o favor, a apadrinhamento e a relação pessoal sobre as normas universais de conduta.

Em nossa pesquisa procuramos observar as alianças entre grupos políticos de natureza empresarial e comercial, suas relações e representações, procurando detectar onde está o conflito, pois aparentemente existem certos 'embates' não revelados. Estas empresas - setor madeireiro elegem seus vereadores, prefeitos e deputados, através de arranjos e financiamentos de campanha, dando uma impressão que acabaram os conflitos, prevalecendo a verdade produzida por esse grupo de interesse, que utiliza os trabalhadores dessas empresas como massa de manobra política para legitimar suas ações – consenso (colchão, amortecedor) dos conflitos sociais. Para fortalecer a força de seu argumento e posição ideológica, destacam a criação de empregos e a arrecadação de impostos.

Portanto, a importância de nossas pesquisas para tornar público essas práticas sociais controladoras e excludentes, baseadas numa democracia formal é fundamental tanto para a academia, quanto para toda sociedade. Como afirmou Marx, a ideologia da dominação funciona a partir do momento em que a pessoa acredita que o outro é superior e passa a agir dessa forma, no momento que ela rompe com essa ideologia, passa a ver o mundo de outra maneira.

Para entendermos os espaços de disputas políticas dos agentes sociais, as agências representativas - expressão da hegemonia do capital e do poder na região é importante ter noção da trajetória política desses agentes: quem está à frente do processo; quem são seus agentes, quem controla as organizações? Como isso se processa? No quadro I procuramos mostrar quem são estes intelectuais orgânicos (empresários, pecuaristas, agricultores, comerciantes, profissionais liberais, dentre outros) da região norte de Mato Grosso e de Sinop em particular, representantes da sociedade civil[301] e que atuam na sociedade política -, são frações da classe dominante que ocuparam postos importantes nas decisões do Estado – Stricto Senso:

[301] É importante destacar que

QUADRO III - TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS AGENTES SOCIAIS.

Representantes da Sociedade Civil e Política: Associação dos Produtores de Arroz de Mato Grosso; Associação dos Criadores do Norte de Mato Grosso; Câmara dos dirigentes Logistas; Federação da Agricultura de Mato Grosso; Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso; Associação Comercial e Industrial de Sinop e do Conselho de Desenvolvimento do Norte de Mato Grosso.

AGENTES	AGÊNCIAS: Cargos Dirigentes
Homero Alves Pereira	Economista, Sojicultor, Ex-Superintendente do SENAR/MT e Ex-Presidente da FAMATO. Deputado Federal/PP, membro da bancada ruralista no Congresso. É considerado no meio agrícola como o "deputado da agricultura de MT".
Ângelo Maronezzi, Engenheiro Agrônomo, fazendeiro	Presidente da APA: Associação dos Produtores de Arroz de Mato Grosso.
JORGE YOSHIAKI YANAI Natural de Bandeirantes/PR Clínico Geral	Veio para Sinop em 1974, fundou juntamente com Astrogildo Aguiar o Hospital Dois Pinheiros. Foi Presidente e um dos fundadores do Rotary Clube em Sinop. Candidato a Prefeito em 1988. Eleito Deputado Estadual em 1990. Em 2002 foi eleito suplente do Senador ruralista Jonas Pinheiro – PFL Presidente da Associação Médica de Sinop, com 60 associados.
OSVALDO DE PAULA Natural do Paraná	Primeiro Prefeito - nomeado. "Homem de confiança" do Colonizador Enio Pipino
Geraldino Dal'Maso	1º Prefeito eleito de Sinop
Adenir Alves Barbosa Natural de Mineiros/GO Clínico Geral.	Está entre os três primeiros médicos a vir para Sinop. Pecuarista, proprietário de vários imóveis urbanos (alugados para órgãos públicos estaduais e federais). Membro fundador da Loja Maçônica Acácias Sinop – GOB (Grande Oriente do Brasil). Prefeito por dois mandatos. Sócio da Associação dos Criadores de gado do Norte de Mato Grosso -

	ACRINORT.
Ricarte de Freitas - Advogado e Radialista.	Foi Deputado Estadual por dois mandatos – ex-Deputado Federal/ PSDB. Responde a processo na Justiça Federal por corrupção no caso "Sanguessuga" – (máfia das ambulâncias).
Afonso Celso Teschima – empresário, Natural do Paraná. Presidente regional do PSDB	Ex-Presidente do CDL, foi presidente do Lyons Clube, atual Secretário Municipal de Agricultura
José Riva – Deputado Estadual/PP	Representa o Município de Juara e os interesses dos Madeireiros, pecuaristas e do Agronegócio. Há 10 anos é Deputado Estadual. Responde a inúmeros processos na Justiça Federal, e no Ministério Público Estadual por desvios de dinheiro público da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
Alfredo Clodoaldo de Oliveira Neto – Diretor da Colonizadora Sinop S/A	Responde pelos interesses econômicos do Grupo Sinop em Mato Grosso
Waldemar Brandão – Paranaense. Radialista e Pequeno empresário.	Foi Vereador por três mandatos consecutivos. Liderou o movimento pela redivisão de Mato Grosso entre 1995 e 2002
Teresinha A. Tomelin Bogo – Catarinense. Ex-madeireira e Empresária do Agronegócio	Foi presidente da APAE por dois mandatos, ex-Vereadora pelo PFL – representante do setor madeireiro. Com a falta de matéria prima fechou a maior madeireira da região, demitindo cerca de 250 pessoas. Investiu em terras e hoje produz soja em suas fazendas com o mínimo de trabalhadores contratados.
Irineu Martins Natural de Álvares Machado/SP. Está no Estado desde 1977.	Empresário e pecuarista. Possui a maior rede de Supermercados do interior de Mato Grosso, atuando no atacado e varejo: "Supermercados Machado" com 7 lojas. Foi um dos fundadores e primeiro presidente da APAE/Sinop, Membro fundador da Loja Maçônica Acácias Sinop – GOB (Grande Oriente do Brasil) e do Rotary Clube. Foi Vice-Prefeito de Sinop Sócio da Associação dos Criadores de gado do Norte de Mato Grosso – ACRINORT, que possui 160 sócios.
Antônio Kato Clínico geral.	Sócio proprietário do hospital Celeste. Foi suplente do Senador ruralista Jonas

Veio para Sinop na década de 1970	Pinheiro – PFL. Presidente da UNIMED – Norte de Mato Grosso. Atual Secretário de Assuntos Fundiários de Mato Grosso
Antônio Galvan Natural de Caxias do Sul – RS.	Sojicultor, Presidente do Sindicato Rural de Sinop – entidade patronal com 410 associados, ligado à FAMATO – Federação da Agricultura de Mato Grosso, com atuação política regional, tanto nos movimentos: 'tratoraço' e 'grito do Ipiranga', quanto na eleição do Deputado Federal Homero Pereira e dos Senadores Jonas Pinheiro e Jaime Campos – DEM.
Sidney Bellincanta	Ex-madeireiro, pecuarista e proprietário da maior rede de frigoríficos do interior de Mato Grosso: FRIALTO, além das unidades de Rondônia, Mato Grosso do Sul e Goiás. Atual vice-presidente do SINDUSMAD – Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso e um dos diretores da ACRIMAT – Associação dos Criadores de Gado de Mato Grosso. Através do Senador Jonas Pinheiro (falecido em abril de 2008) "conseguiu" grandes financiamentos para as suas empresas através da SUDAM , BASA e Banco do Brasil a "fundo perdido".
Nereu Pasini	Madeireiro, ex-presidente da FIEMT – Federação das Indústrias de Mato Grosso.
Paulo Fiúza	Pecuarista, madeireiro e atual vice-presidente da FIEMT - Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso.
Sílvio Cabral	"proprietário" do Cartório regional de 2º Ofício de Sinop
Osvaldo Reiners Natural de Santo Antônio do Leverger/MT Veio para Sinop na década de 1970.	Ex-policial civil, cunhado do Ex-Deputado Estadual Benedito Santiago. "proprietário" do Cartório Regional de Registro de Imóveis de Sinop. Elaborou o projeto de instalação da comarca de Sinop e acompanhou a realização desde setembro/85. Membro

	fundador do Rotary Clube Tarumãs e da Loja Maçônica Acácias Sinop – GOB (Grande Oriente do Brasil).
Edson Cavicchioli Comerciante e Pecuarista	Secretário da ACRINORT - Associação dos Criadores de Gado de Mato Grosso. Afirma que as prioridades da EXPONOP, Feira realizada todos os anos por esta entidade, é "divulgar a força do Agronegócio regional, a agropecuária, comércio, indústria (madeireira) e Filantropia - Ação social, com doações de alimentos e dinheiro para as entidades sociais (controladas pela Maçonaria)". É importante destacar que dos 160 sócios da ACRINORT, cerca de 30% não são pecuaristas, mas pertencem a Maçonaria. Isto justifica-se segundo o Secretário, pela importância política da entidade manter em seus "quadros", advogados, engenheiros, agrônomos, dentistas, secretários municipais, juízes de direito e deputados.
Zeno Scheneider Natural de Santa Rosa/RS	Economista, ex-funcionário do Banco do Brasil. Sócio - Proprietário do Grupo Capital de Comunicação, formado pelo Jornal Capital e a TV Capital (Record).
Aumeri Bampi Natural de Erechim/RS Chegou a Sinop em 1992	Professor Universitário. Foi Coordenador da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, por 8 anos, utilizando-se na sua gestão, das mesmas práticas políticas da elite dominante regional.
Antônio Contini Natural do Paraná	Ex-madeireiro, fazendeiro e empresário do ramo de construções metálicas: AÇOMETAL e CRISMETAL, maior indústria do interior do Estado. Ex-Prefeito Municipal de Sinop. É Presidente Regional do DEM.
Olavo Reiners	Empresário do ramo gráfico. Presidente da ACIS – Associação Comercial e Industrial de Sinop. Membro do CODENORT - Conselho de Desenvolvimento do Norte de Mato Grosso e do Rotary Clube Tarumã.
Ascânio Pereira de Carvalho	Sócio da Colonizadora Sinop S/A. Presidente do Rotary Clube Tarumãs

Aparecido P. Granja	Empresário e pecuarista Ex-presidente da ACRINORT - Associação dos Criadores de Gado de Mato Grosso. Vice-Prefeito de Sinop.
Alexandre Picin	Fazendeiro. Secretário de Agricultura de Sinop
Nilson Ribeiro	Comerciante. Presidente da CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas com 420 associados. Membro do PSDB.
Sinéia Abreu	Ex-madeireira e fazendeira. Presidente da Câmara Municipal de Sinop - PSDB
Ênio Pipino Natural de Penápolis/SP	Proprietário da Colonizadora Sinop. Faleceu no dia 05 de junho 1995.
João Pedro Moreira de Carvalho Natural de Bebedouro/SP	Sócio da Colonizadora Sinop Faleceu no dia 05 de junho 1995.
Ulrich Grabert Natural de Colônia - Alemanha Fazendeiro e pecuarista	Ex-Diretor Geral da Colonizadora Sinop
Osvaldo Sobrinho	Ex-Delegado Regional de Educação. Ex-Deputado Estadual – PFL Ex- Vice-Governador Fazendeiro Proprietário da Rádio Meridional FM Presidente Estadual do PTB.
André Antônio Maggi - Pai de André Borges Maggi – Atual Governador de MT	Fundou a cidade de SapezalMT e foi seu primeiro Prefeito.
Blairo Maggi - Mega empresário mato-grossense. Diretor Presidente do Grupo AMAGGI. Maior produtor individual de grãos do Mundo.	Foi Senador da República por seis meses ocupando a vaga de Jonas Pinheiro – PFL Governador de Mato Grosso: 2002 – 2006 2006 – 2010.
Roberto Dorner Natural do Paraná	Empresário, fazendeiro, proprietário de vários imóveis urbanos, dentre eles prédios e clubes sociais, além de canais de televisão em várias cidades do Estado.
Cleyton Cruz - Dentista Natural de Presidente Prudente/SP	Fazendeiro, proprietário de vários imóveis urbanos e empresas que terceirizam serviços públicos. Secretário executivo da ACRINORT. Grão-Mestre da Maçonaria de Sinop.
Cleber Furlanetti – Contador Natural de Colatina/ES	Possui o maior escritório de Contabilidade da região, sendo que sua clientela é formada por madeireiros de várias cidades do norte de MT.
Lázaro Furquim – Economista	Proprietário de uma rede de farmácias no

Natural de São Paulo	na cidade de Sinop. Secretário Municipal de Planejamento.
Jair Pinheiro Natural de Santa Catarina	Empresário. Secretário Municipal de Obras.

Fonte: Prefeitura Municipal de Sinop, Revistas e Jornais de Circulação local e Regional.

O objetivo principal em apresentar o quadro acima é destacar os principais agentes e agências regionais como a Associação dos Produtores de Arroz de Mato Grosso; Associação dos Criadores do Norte de Mato Grosso; Câmara dos dirigentes Logistas; Federação da Agricultura de Mato Grosso; Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso; Associação Comercial e Industrial de Sinop e do Conselho de Desenvolvimento do Norte de Mato Grosso mapeando as suas funções e posturas frente à administração pública, pois observa-se nas práticas políticas da classe dominante, uma apropriação dos espaços e Instituições públicas pelo privado. Segundo Martins,

> Certamente é essa disseminada prática que associa patrimônio e poder a principal responsável pela difusão e continua renovação do que pode ser chamado de cultura da apropriação do público pelo privado. Muito do que aparece aos olhos da classe média letrada como arbítrio e roubo, não aparece com a mesma conotação aos olhos da grande massa pobre, rural e urbana. Até porque essa massa, de um modo ou de outro está inteiramente integrada na política do favor: praticamente tudo passa pela proteção e pelo favorecimento dos desvalidos. Mesmo nos setores dos serviços públicos onde se situam os focos mais consistentes de crítica à corrupção, e de elaboração do discurso abstrato sobre a cidadania, como é o caso da Universidade, e mesmo a imprensa, os mesmos críticos estão muitas vezes envolvidos em práticas cotidianas de trocas de favores com superiores, colegas e funcionários administrativos, seja para receberem benefícios pessoais, como promoções ou facilidades, ou aliciamento para conseguir que um chefe ou colega se omita no cumprimento de um dever funcional que se transformaria em exigências de trabalho que muitos preferem evitar[302].

Essas práticas são manipuladas pelo interesses dos grupos econômicos e políticos que conseguem tornar mais eficazes as suas atividades – o uso do poder simbólico em suas estratégias de controle e acumulação. Vejamos os depoimentos que expressam suas práticas, como de Sidney Bellincanta: Madeireiro, membro do SINDUSMAD

> O setor madeireiro, hoje tem aperfeiçoado cada vez mais seu equipamento para melhor aproveitamento da matéria-prima. Muitas empresas estão investindo em reflorestamento. O que não significa a maioria, mas nós estamos preparando um sistema cooperativo, para que todos possam plantar um pouco. Os reflorestamentos vão ser a

[302] MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta.* São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 38.

> sustentação, ainda antes do fim das florestas nativas. Mas vamos estar preparados. E, hoje, principalmente com a questão do meio ambiente, onde se está cada vez mais, proibindo as derrubadas, nós estamos conseguindo um investimento muito maior nos manejos florestais, que estão sendo cada vez mais bem conduzidos[303].

Sobre a economia regional, veja o depoimento do Sr. Zeno Scheneider, "Economista" – Diretor do Grupo capital de comunicação:

> (...) ninguém da iniciativa privada monta uma empresa visando primeiramente gerar emprego e sim lucro. O movimento sindical brasileiro, berço do Presidente Lula, acredita que a empresa tem grande finalidade social, o que é mentira. Toda empresa é criada para gerar lucros. Depois de ter gerado os lucros, seus acionistas podem fazer o que quiserem com os mesmos. Pagos os impostos devidos, a empresa está isenta de compromissos sociais e a partir daí é que entra a função e a competência do Estado para promover o bem-estar social. A distribuição de renda não é função da empresa, mas sim do Estado. No Brasil, as empresas cada vez mais assumem as funções do Estado, que se retira cada vez mais do cenário, ficando é claro com a maior e melhor parte do lucro das empresas[304].

A respeito do papel do ensino superior em Sinop, assim se expressa o ex-Coordenador da UNEMAT, Prof. Aumeri Bampi:

> Quando se institui um pólo universitário numa cidade, todo seu contexto muda. Mais cultura e conhecimento começam a ser disseminado (sic) entre a população, a faculdade vai aos poucos deixando de ficar isolada dentro das salas de aula e começa a penetrar na sociedade. Mais eventos são realizados e cada vez mais mestres e autoridades em termo de conhecimento passam a conviver e a acrescentar na cultura local. É um bem gigantesco para qualquer cidade[305].

Para esse professor o aumento da população, principalmente de jovens, é outro 'efeito colateral' das cidades que começam a investir em universidades. A procura por cursos provoca a migração da população de estudantes, em geral jovens, que buscam dar continuidade ao processo de formação.

> Esse é um ponto delicado que pode acarretar num dos pontos negativos de implantar um pólo universitário hoje em Sinop. Atualmente o mercado não teria capacidade de atender a demanda de profissionais que seriam lançados a todo ano. Seria também uma irresponsabilidade fazer cursos apenas pensando na estrutura física, sem medir os impactos na sociedade, os campos de atuação ou mesmo as condições

---

303 REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de Junho . Sinop/MT. p. 27.
304 Ibid. p. 21.
305 Ibid. p. 29.

> de profissionalizar o acadêmico. Não podemos jamais cometer o erro de largar na sociedade um profissional 'faz de conta' ou mesmo um preparado que não seja absorvido no mercado. Todo lugar onde as universidades são fortes há um processo de emancipação muito grande. No entanto, é preciso democratizar esse acesso, torna-lo mais fácil para a massa, para que então tenhamos o desenvolvimento real de uma nação[306].
> Sinop pode ser considerado hoje um município forte que cresce a cada dia e exerce fundamental importância no desenvolvimento do norte de MT. Principalmente porque já se apresenta com uma forte estrutura de cidade prestadora de serviços em vários segmentos da atividade produtiva, inclusive na área da educação coma oferta de cursos superiores[307].
>
> GENTE QUE ACREDITA EM SINOP: Sinop eu vi nascer, Vi crescer, e sempre estarei ao lado deste povo pacífico e trabalhador, Que são os sinopenses. Sinop tem reservado um futuro brilhante Dentro do contexto sócio-econômico nacional. Com certeza[308]

Estes são alguns depoimentos que procuramos demonstrar a face ideológica da sociedade civil que procura expressar os seus interesses através de uma constante estratégia de convencimento social de que seus projetos são importantes para todos e que é necessário acreditar no futuro e no progresso.

4.2- O papel das frações dominantes regionais (Sulistas): suas estratégias e associações de classe;

Como ponto de partida para nossa análise é importante observarmos que as entidades patronais criaram seus aparelhos privados de hegemonia para organizar e representar seus interesses de classe em relação à sociedade política e demais segmentos da sociedade brasileira.

Analisando a conjuntura do início da década de 1980, Bruno demonstra que notícias divulgadas na grande imprensa nacional, pelos fazendeiros e pecuaristas através de suas associações de classe como federações e entidades de representação patronal, orientavam abertamente os seus associados a formarem suas milícias para enfrentarem e expulsarem os invasores, os sem terras. É fundamental entendermos essa teia de relações e a presença desses agentes e segmentos no cenário político, enquanto formas

---

306 Id.

307 *Uma cidade que não Pára***.** In: REVISTA DE SINOP ESPECIAL. Ano II, Nº 02 - Sinop/MT: 1996, p. 10.

308 Ex- deputado federal, Ricarte de Freitas. In: REVISTA DE SINOP ESPECIAL. Ano II, Nº 02 - Sinop/MT: 1996, p. 11.

de domínio dos proprietários de terras. Estes estudos são importantes pois contribuem para uma reflexão sobre a questão agrária no Brasil e o processo de reprodução social das classes e grupos dominantes no campo. Organizados como classe, grandes proprietários de terras e empresários rurais, em especial das regiões modernizadas do Sul e do Sudeste, reagiram contra qualquer tentativa de democratização da propriedade da terra, fazendo ruir as possíveis alternativas abertas com a transição e a mobilização dos trabalhadores rurais por uma reforma agrária[309].

> O ano de 1985 marcou o prenúncio do que viria a seguir e traçou as condições para o surgimento da UDR — uma das principais expressões e um desdobramento mais imediato do confronto entre proprietários e trabalhadores rurais. A partir de então, e no decorrer dos anos subseqüentes, Ronaldo Caiado e a UDR constituem-se, efetivamente, na referência de mobilização e de organização das classes e grupos dominantes no campo contra as ocupações de terra e na defesa do direito irrestrito à propriedade. No confronto dos anos 80, Caiado simbolizou a exacerbação da violência e a intocabilidade da propriedade e estabeleceu novos significados à prática e à retórica patronal. Ela expressa o paradigma da contemporaneidade do atraso e do moderno como instrumento de dominação e de reprodução de classe. Do discurso produtivista resgata a defesa da livre iniciativa, a competitividade e o poder do mercado, mas suas ações assemelham-se muito mais aos fazendeiros reunidos nos grupos de defesa da propriedade. Recorre ao lobby, mas se define pela intimidação e a violência física como principais instrumentos de luta política. Critica a prática do clientelismo, o corporativismo e condena os "currais eleitorais", mas apregoa a necessidade do "voto classista". Prega a necessidade de renovação da representação sindical patronal, ao mesmo tempo em que reproduz a autoridade patriarcal[310].

Em nosso trabalho abordamos uma visão histórica das formas de legitimação do poder através da reconstituição dos discursos, os espaços de poder, a questão de obediência e submissão, de legitimidade e autoridade. Como se dá a participação da sociedade civil na sociedade política Para Bruno a questão chave para se entender a problemática rural é o trabalho[311]. Esta pesquisadora estuda o movimento chamado “tratoraço” (construção de hegemonia, multiplicação de espaços de representação), afirma que as práticas autoritárias dos sojicultores estão embasadas num discurso da ameaça, do incapaz (tecnologia do agronegócio), da personalização, com cerco, vigílias às fazendas ocupadas, sempre culpando o Estado pela situação no campo. Portanto, é

---

309 BRUNO, Regina Angela Landim. *Nova República: a violência patronal rural como prática de Classe. Sociologias.* Porto Alegre/RS: n.10, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517. Acesso em: 25 Maio 2008. p. 4

310 Idem .p 20 e 22.

311 Regina Bruno. Mesa II: *Práticas e Representações dos Ruralistas no Governo Lula.* UFF, 2005.

importante discutirmos a questão do monopólio da propriedade e os rumos da política agrícola em tempos de agronegócio, a relação de poder e Estado a partir de entidades patronais da região, revelando as vozes do patronato e como se dá a construção e manutenção do poder local naquela região. O "caminhonaço", movimento de fazendeiros que ocorreu no período de 11 a 16 de agosto de 1999 (o primeiro foi em 1995), liderado pelas Federações de Agricultura dos principias Estados e tendo como um dos líderes Homero Pereira, vice-presidente da FAMATO, em seu discursos deixa bem claro os seus objetivos:

> Este ato público é o início de uma cruzada cívica, em busca de dignidade para quem produz alimentos no país. Queremos, com esse movimento, sensibilizar a nação brasileira e, para isso, estamos trabalhando no sentido de envolver nesse processo de discussão clubes de serviço (sic), Maçonaria, associações, sindicatos, entidades civis, câmaras municipais e todos aqueles que queiram e possam contribuir para superar as dificuldades que não são apenas dos produtores são de todo povo brasileiro[312].

Quase todos os anos acompanhamos pela mídia nacional e regional os representantes do agronegócio seguirem para Brasília – numa corrida para 'o muro das lamentações' do Congresso Nacional. Realizam passeatas de tratores, obstrução de ruas, cidades e Rodovias estaduais e federais, Bancos e outras ações "reinvindicatórias", justificando a situação de endividamento dos produtores rurais. Estes agentes, em sua grande maioria não se preocupam com questões sócio-ambientais, para eles bonito é ver a terra limpa, sem nada, prontinha para o plantio. Defendem que a única possibilidade econômica para a sua propriedade e para Mato Grosso é plantar soja, criar gado (o Estado possui o maior rebanho bovino do País: 26 milhões de cabeças), cana-de-acúcar, numa monocultura exportadora, concentrando renda e poder e ampliando as desigualdades sociais.

Esses agentes sociais criaram um habitus assistencialista em relação ao Estado apesar do discurso da abertura do mercado produtivista, a reorganização-reativação do patronato rural em vários Estados do Brasil, com a ampliação dos espaços de representação, com setores ligados aos bancos, MCS, com novas configurações, novos intelectuais orgânicos e a presença das multinacionais no plano econômico. Bruno afirma ainda, que criou-se uma nova geração política no campo, que não participou do

---

312 "Caminhonaço: luta para produzir mais e melhor." Revista PRODUTOR RURAL. Cuiabá/MT. Julho de 1999:. Nº 80, p. 45.

golpe, da linha dura, que não tem compromisso com isso, não passa por canais políticos tradicionais, pois tem novo projeto. Estão ligados aos pais que possuem um capital político. Por isso, têm uma negociação com o Estado de forma diferenciada, do tipo sociedade civil[313], com fóruns especiais -, negocia na fronteira com os setores da esquerda e o inimigo é a questão fundiária. Este grupo está sofisticando suas estratégias de dominação e pressão junto às agências financiadoras, como o Banco do Brasil e o BNDES.

Para um melhor entendimento de nossas análises é necessário diferenciar o termo agronegócio e ruralismo, pois eles têm elementos comuns e divergentes; há movimentos sociais patronais e demandas. Para Sonia Mendonça o Ruralismo é uma tradição política e social do patronato, com as mesmas práticas políticas. Tendo a propriedade como direito natural, foi cunhado em inícios do século XX e está presente na atualidade política brasileira, onde constitui uma bancada de parlamentares no Congresso Nacional, instituindo na década de 1980 uma associação de classe com pretensões partidárias e atuação fascistizante, a União democrática Ruralista. "Em fins da década de 1980 organizou-se um movimento político de grandes proprietários rurais brasileiros – a União Democrática Ruralista (UDR) – que, não só visou obstaculizar as tentativas de reforma agrária então empreendidas pela Nova República no Brasil, como também constituiu-se numa das bases de sustentação da candidatura do futuro Presidente, eleito em 1990, Fernando Collor de Mello. Dentre as táticas utilizadas pela UDR (que se militarizou), encontra-se desde o massacre de índios pela usurpação de suas reservas territoriais até a militarização e armamento dos grandes fazendeiros, sobretudo na Região Centro-Oeste do país em defesa de suas propriedades".[314] Com a criação da UDR, formada principalmente por latifundiários pecuaristas -, na crise das organizações patronais, qual seria o "novo projeto" o agribussines (indústria, comércio e química fina), que 'pacifica' as entidades, com capital agrário e financeiro.

Conforme a autora, a "bancada ruralista", com forte influência junto à uma bancada parlamentar no Congresso Nacional, atuou principalmente a partir da década de 1980, mediante a defesa intransigente da propriedade da terra e o combate aos movimentos sociais. Nas regiões Centro-Oeste (FAMATO), Sul (FARSUL) e Sudeste,

---

313 NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

314 MENDOnÇA, Sonia Regina de. *Estado, Agricultura e Sociedade no Brasil da Primeira Metade do Século XX*. Buenos Aires/AR. Revista Agro, tierra y política: deabtes sobre la historia rural de Argentina e Brasil. 1998. P. 05.

visando o comércio Internacional, financiamento público e garantias de lucros, tendo como alguns de seus principais representantes na sociedade política: Pratini de Moraes e Roberto Rodrigues, ex-Ministros da Agricultura nos Governos FHC e Lula.

A ideologia dominante da região norte de Mato Grosso, mediante a propaganda divulgada através dos mais diversos meios de comunicação local e regional, procura negar os conflitos sociais, justificando-se porta-vozes "naturalmente" legítimos, dotados de "missão social", sendo estas propagandas o mais significativo instrumento utilizado pelas elites agrárias e madeireiras regionais para construir sua hegemonia e sua legitimação enquanto órgão de representação de classe, como no caso do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso e da Associação dos Criadores do Norte de Mato Grosso, junto aos organismos da sociedade política e à sociedade mato-grossense como um todo. Ambas as entidades patronais conseguiram afirmar seu projeto - com apoio da Maçonaria – enquanto força hegemônica junto aos segmentos dominantes da Região Norte do Estado. Em busca de legitimidade política, indicaram para Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso e membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento ligado à Secretaria Estadual de Indústria e Comércio – o madeireiro Nereu Pasini e o Presidente do Centro das Indústrias Madeireiras do Estado de Mato Grosso. O Vice-Prefeito de Sinop (2004-2008), Aparecido Granja, é diretor da ACRINORTE e seu ex-presidente.

A ACRINORTE é uma organização de fazendeiros, ex-madeireiros e pecuaristas regionais, também com forte presença da Maçonaria. Esta Associação, teve grande apoio do ex-governador de Mato Grosso, Jaime Veríssimo de Campos (1992-1995), para a sua estruturação e fortalecimento regional. Desde 1988, quando realizaram grandes leilões com a presença de Ronaldo Caiado, objetivando levantar fundos de campanha, juntamente com outros grandes proprietários de terra na resistência à reforma agrária. Essa entidade regional fundamenta-se no latifúndio, na monocultura e na pecuária, formando alianças com fazendeiros locais e regionais, sempre combatendo os movimentos sociais, como a presença dos Sem Terra ao longo da BR-163.

Politicamente compõem os quadros do poder local, expressando a ideologia dominante, que procuram ressaltar com o discurso do progresso e do trabalho. É importante destacar que os grandes e médios fazendeiros moram na cidade, onde estabelecem relações personalistas e de reconhecimento junto à mídia e à sociedade em geral. Para tanto, exibem seus status e privilégios, controlando o crescimento da cidade (através das imobiliárias e colonizadoras), com influência e representação junto à

sociedade política local - pois possuem propriedades na área urbana e rural que circundam estas cidades com suas fazendas de gado além de lavouras de soja, milho, arroz e algodão. Neste sentido, destaco as marcas do agronegócio, onde utilizam-se da violência como prática de classe. Vejamos essa matéria: ‘agricultores do ‘nortão’ cogitam 'radicalizar' para pressionar governo a negociar dívidas com setor produtivo do Estado de Mato Grosso:

> A bancada federal de Mato Grosso vai se reunir logo mais, às 18:00hs, em Brasília, com dirigentes da Famato (Federação da Agricultura de Mato Grosso) Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso) e de sindicatos rurais para ouvir as reivindicações do setor produtivo. Eles reivindicarão apoio dos parlamentares para que, emergencialmente, seja autorizada a prorrogação das dívidas de custeio e investimentos das safras 2004/2005 e a deste ano.Os dirigentes alegam que a medida provisória que deve ser baixada pelo governo não vai resolver o problema a curto prazo e a quebradeira de agricultores pode aumentar.
> Uma grande quantidade deles tem vendidos e devolvido para concessionárias maquinários para quitar dívidas.O baixo preço do dólar atingiu em cheio os produtores porque o preço da soja, milho e arroz caiu consideravelmente. O setor argumenta que também falta a destinação de verbas, por parte do Governo Federal, para o programa de preços mínimos. O volume para este ano é bem menor que em 2005. Há produtores em estado de calamidade. Estamos constantemente aqui em Brasília cobrando soluções e nada do grave problema na agricultura ser resolvido. Alguns segmentos do agronegócio já cogitam medidas mais drásticas para pressionar o governo", explicou, ao Só Notícias, o presidente do Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, Helmute Lawisch.
> Ano passado foi feito um tratoraço até Brasília onde produtores se concentraram em frente ao Congresso e do Palácio do Planalto, cobrando soluções para determinados problemas que ainda permanecem.[315].

Os habitus de classe produzidos por estes fazendeiros são aparentes e vistos pelos demais habitantes da cidade, onde exercem seu controle social e político de forma direta - elegendo prefeitos, vereadores, deputados estaduais - ou indireta - os movimentos populares, através de intensa propaganda contrária, desarticulam movimentos com infiltração e principalmente usam das Secretarias de Ação social para fazer uma “limpeza” urbana, impedindo a reprodução e organização dos trabalhadores.

> Mas em meio a todo o clamor e debate envolvendo perdas de alguns milhões de reais por parte dos agricultores e madeireiros há um rosto que perdeu, e muito, mas é pouco ou nada enxergado pela sociedade. O rosto dos trabalhadores. Melhor, no caso, nos referimos aos rostos daqueles que poderiam ser chamados de trabalhadores sem-teto de Sinop. Ou mendigos, indigentes, como preferir. Entretanto, eles

[315] Disponível em: www.sonoticias.com.br. Acesso em: 22 de março de 2006.

> possuem rosto e seus corpos ocupam os espaços da cidade, principalmente suas calçadas. Suas histórias não são iguais. Contudo, existem algumas características que os une nesse momento que eles mesmos denominam de "crise": não ter onde morar, mas saber de onde vem; acreditar que dias melhores virão, embora o agora que vivam não seja o fruto de um sonho há muito desejado.José Antônio Alves, 51 anos, o "Amarelo" como é conhecido, é natural de Três Pontes, Minas Gerais e está em Sinop há 17 anos. Quando perguntado sobre a "crise", essa entidade muitas das vezes abstrata demais para ser compreendida pela maioria das pessoas, disse ser a pior em todos esses anos que reside em Sinop[316].

A organização da Exposição agropecuária de Sinop e do Promadeira, com ampla divulgação pela mídia regional, além da construção de um *site* da entidade, desempenharam papel estratégico na construção de sua direção, na acepção gramsciana do termo. Os madeireiros abriram caminho para a expansão da agropecuária na região, dominando o poder econômico e político local na grande maioria das cidades ao longo da BR-163, principalmente entre Nova Mutum – Sinop. Quando não conseguem oficialmente o poder político - principalmente Prefeituras e Câmaras de Vereadores - atuam em "parceira", influenciando ou pressionando, para que seus interesses sejam atendidos, dentre eles manutenção em infra-estrutura e isenção de impostos. Na disputa pelos recursos naturais sempre justificam as agressões ao meio ambiente como necessário para criação de empregos, porém a realidade social não é bem assim como demonstra a matéria da Revista Capital do norte:

> Por ser uma cidade em uma região em franca expansão, atraiu ondas migratórias para os trabalhos rurais, afinal, o ouro da região era plantado ou extraído da floresta e exportado, ajudando o Estado de Mato Grosso, por exemplo, a ser o maior exportador de soja do Brasil. Mas nem toda essa leva de trabalhadores conseguiu atingir seus objetivos, ou objetivo exato: trabalho! E essa massa de trabalhadores desempregados iniciou a "mancha urbana" em Sinop. Como não havia lugar para morar, sobravam-lhes as ruas, ou melhor, as calçadas. E essa massa, também não tinha um traço específico, um rosto propriamente dito. Eram e são provenientes de várias regiões do país. Do norte ao sul, brancos e negros, analfabetos e semi-analfabetos, todos em busca de algo melhor para suas vidas e para a vida de seus familiares."Quando cheguei logo fui assaltado. Hoje durmo na calçada, to rodado. Um dia como e no outro não." Essas pessoas sobrevivem da caridade de pessoas comuns no dia a dia ou, numa irônica solidariedade à época da mobilização dos agricultores, da comida que os fazendeiros e madeireiros mobilizados com suas máquinas e caminhões lhes serviam. Essa é a fase mais corriqueira ao conversar com esses "fantasmas vivos urbanos". E claro, por serem "fantasmas" carregam consigo suas maldições. A mais comum é o álcool. A cachaça, em linguagem direta. Depois da Operação Curupira, ocorrida no início do mês de Julho/05 ocasionado pelo escândalo do IBAMA, por causa da liberação das Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPF), o setor

[316] revista capital a crise do império

> madeireiro do estado passou (e ainda passa) por uma grande crise que afetou a economia dos municípios do Nortão. Buscar passagem na prefeitura é perder tempo, como afirma Antônio. Dessa vez é a crise que uniu num mesmo clamor agricultores, madeireiros e trabalhadores e a crise, abstrata ou não, concede inúmeras maneiras de ser interpretada. O ideograma chinês para crise é o mesmo para oportunidade, entretanto, uma questão que permanece é se a oportunidade que sobrará a essas pessoas, quando vistas pela sociedade, será apenas a oportunidade para novamente serem esquecidas ou a oportunidade para emergirem do limbo ao qual estão atiradas[317].

Essa contradições sociais apresentam-se como a outra face do progresso e do desenvolvimento provando que estes não são para todos conforme os discursos da sociedade política costuma definir em espaços públicos.

4.3 - A busca de legitimidade - os migrantes e o poder: uma "nova geração política"

> "Somos uma sociedade barroca, dominada pelos adornos da aparência. Os pobres votam nos ricos e nos conservadores. Os ricos e cultos votam na esquerda e pelas transformações radicais"[318].

Nos discursos oficiais, o migrante sulista é apontado como aquele que pode trazer o progresso, a riqueza e o desenvolvimento para o Estado. Neste aspecto, torna-se importante resgatar que, a partir da ditadura militar, palavras como desenvolvimento e crescimento, circulavam freneticamente por todo o país. Buscava-se por uma válvula impulsionadora de uma imagem do Brasil como "um país predestinado a crescer e a se modernizar"[319]. Naquele momento, era necessário que todos os Estados fizessem ver e crer, para si e para o restante do país, que eram partes importantes e integrantes de todo o território nacional, em consonância com o ideário político da nação: segurança nacional, desenvolvimento e integração.

A chamada "ideologia modernizadora" baseada no 'progresso e desenvolvimento', orientava a ação dos empresários agrícolas, considerando-se modernos, racionais, progressistas e aliados do desenvolvimento nacional. Suas atividades, procuram

---

317 Ibid

318 MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

319 HEINST, Andréia de Cássia. *Mato Grosso – entre relatos de memória sobre ocupação recente e a instituição da memória vencedora*. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/texto03.pdf p.06

legitimar a ideologia da ‘fala legítima’, se auto-definindo como “setor produtivo”, “puro sangue”, na expressão de Regina Bruno, responsável pelo avanço do agronegócio e ignorando os demais segmentos sociais, como os sem terras, posseiros, assentados, pequenos agricultores -, definindo-os como atrasados e desqualificados. Desta forma, os interesses hegemônicos são impostos junto à agricultura regional.

A ideologia e a hegemonia atuam enquanto instrumentos dos interesses das classes ou frações de classe dominantes, inibindo a reivindicação e organização dos trabalhadores que passam a incorporar essa tendência conservadora. Ao estudarmos a região de origem desses migrantes, como no caso, o Oeste do Paraná[320] e de Santa Catarina, além do Planalto Médio Gaúcho, constatamos muitos traços típicos do coronelismo: como o personalismo clientelista, o autoritarismo e o caráter muitas vezes carismático (com as populações pobres) e das relações de poder e influência no Estado, irão ser reproduzidas, em parte, nas novas terras mato-grossenses.

Esse modo de ‘fazer política’, fundamentado na riqueza, na influência e na presença da sociedade civil na sociedade política, contribuiu para que o poder privado se amplie para a esfera pública, numa disputa intra-classe dominante. Os laços de compromissos com os governos e deputados estaduais e os vínculos com empresários e agropecuaristas regionais ‘garantem’ as vitórias eleitorais em anos consecutivos como ocorreu nos dois mandatos do Governador Dante de Oliveira (1995-1998) e de Blairo Maggi (2002 – 2006) sendo o resultado das alianças políticas dos empresários com os políticos regionais.

No âmbito da História política do norte de Mato Grosso, uma característica pode ser constatada: a do silêncio da maior parte da população, produto do controle, vigilância e do mito da igualdade social. Em período eleitoral, o paternalismo e o clientelismo revelam a sua farsa: os métodos do antigo “coronelista” são substituídos pelo “voto mercadoria”, onde as pessoas passam a ter certo “poder de barganha” em relação aos candidatos.

Perguntamos como ocorrem os conflitos políticos nessas regiões de fronteira, quando, aparentemente, existe uma “paz” entre as elites locais e regionais? Pesquisando, passamos a compreender que têm prevalecido certos “arranjos partidários” onde o

---

320 Cf. GREGORY, Valdir. *OS EUROBRASILEIROS E O ESPAÇO COLONIAL: Migrações no Oeste do Paraná (1940-70).* Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. 266p. E *Modernização e representações camponesas no Oeste do Paraná.* In: *Migrações e a Construção do Oeste do Paraná. Século XXI em perspectiva.* VANDERLINDE, Tarcísio; GREGORY, Valdir; DEITOS, Nilceu Jacob (Orgs.). Cascavel: Coluna do Saber, 2007. 204p. p. 143 – 161.

personalismo se sobrepõe a tudo e a luta pelo poder está acima das políticas públicas. Certos acertos são feitos a nível de cúpula, evitando os "confrontos", mas sim negociando favores e apoios para as eleições seguintes. Como uma extensão das instâncias federal e estadual, as manobras políticas locais se multiplicam nos bastidores das Câmaras de Vereadores, ao sabor dos interesses particulares ou partidários, com um discurso moralizador de práticas democráticas, 'social e transparente'.

Nesse jogo político grande parte da população, composta por trabalhadores que vivem nas periferias das cidades de fronteira, onde a própria condição financeira apenas é suficiente para a sua sobrevivência, é colocada de lado do jogo político e do sistema. Enquanto isso, uma minoria com "consciência política" se acha "iluminada" para dirigir hegemônica e politicamente os rumos dessas cidades sempre defendendo, através das armadilhas do poder simbólico, a ideologia dominante da elite regional. Na esfera político social, os "caciques políticos" (em termos de Mato Grosso, os partidos tem 'donos': PMDB: Deputado Federal. Carlos Bezerra; PFL: Senador Jaime Campos; PP: Deputado Estadual José Riva; PR: Governador Blairo Maggi;) fecham-se em grupos para manter sua hegemonia, porém, sua sustentação é feita pelos que detêm o capital, neste caso, o setor madeireiro, agropecuário e do agronegócio. Nesse espaço, o interesse nacional, com resquícios do Coronelismo, predomina, e as barganhas são feitas sem nenhum escrúpulo ou receio.

Toda essa rede de controle social só pode se consolidar, adquirir força e direção nos projetos políticos por intermédio de seu papel da sociedade civil. Isso se explica pelas formas de exercer o poder pela elite econômica local e regional, pois nessas cidades pólos, encontram-se os órgãos públicos, agências de fomento à economia regional como Banco do Brasil e BASA, onde estabelecem relações pessoais, que envolvem trocas de favores, consideração com os afiliados políticos, relações comerciais com negócios imobiliários rurais e urbanos.

Nesse sentido valorizam a "imagem-espetáculo" pressionam e usam de todas as formas para convencer os eleitores de suas propostas. Estas forças políticas, local e regional, quando se trata de "empresários e comerciantes bem estabelecidos", os que "deram certo na fronteira", para reafirmar a sua posição de classe social e sinal de distinção, são vistos como 'agentes do progresso', 'missionários da civilização' que merecem respeito da sociedade. Nesses espaços sociais, são apontados como empreendedores, personalidades imprescindíveis para o desenvolvimento regional. Com influência política e ligados fortemente aos partidos políticos conservadores - como

PTB, PSDB, PMDB, PFL (DEM) e PR - utilizam-se de discursos agressivos enquanto forma de coerção dos possíveis eleitores, da importância da sua candidatura para manter a ordem social (autoritária), com aparências democráticas. Portanto, trata-se de um campo capaz de influenciar políticas públicas e projetos, como nesse depoimento do Empresário Blairro Borges Maggi e atual Governador de MT:

> Para o empresário, não basta apenas a forte pressão política para assegurar o desenvolvimento de uma região. Faz-se necessário forte pressão empresarial. Ou seja, para cada conquista que a área política faz, o setor empresarial tem que dar sustentáculo com vontade e determinação, sob pena de verem frustrados os esforços. Mato Grosso, por sua vocação natural, tem alternativas para se transformar num belo cisne, aponta Maggi. Para confirmar, citou as regiões produtoras que se destacam – região sul de Mato Grosso, que compreende Rondonópolis, Primavera do Leste, Alto Garças, Itiquira – e, que, no momento, é a mais privilegiada no Estado, devido a todos os caminhos serem em direção ao sul[321].

Dessa forma, analisar a produção do campo político e econômico inclui tomar como objeto as suas estratégias, orientação hegemônica e cultural produzido pelos agentes investidos da legitimidade de falar sobre a questão social e cultural. Nesse sentido, a partir de determinados aportes teórico-metodológicos estamos identificando as relações de poder dominantes nesse campo onde fazem prevalecer determinados aportes em função de seus interesses e objetivos específicos.

Na fronteira constrói-se a ideologia do enriquecimento fácil, porém os fatos históricos dos últimos anos demonstram que na prática ocorre o descumprimento da lei, ou a apropriação indevida dela. Esses agentes sociais, colonizadores, especuladores, grileiros, madeireiros e fazendeiros, utilizam-se de “meios legais” para justificar a “conquista”. Este processo traz marcas dos conflitos entre classes e frações de classes que sempre culminam com a negociação entre os mesmos, excluindo do processo a classe trabalhadora que é submetida ao controle e dominação primeiro através das empresas de colonização, depois pela criação de novos municípios, onde os proprietários de terras e madeireiros tornam-se os novos “coronéis da política local” e regional.

Afirmamos que a fronteira enquanto ‘terra prometida’ pelo Estado brasileiro e pelo capital, tornou-se um instrumento de poder simbólico e de controle, fundamentada numa ordem social que tem como característica a divisão e segregação, atendendo aos

---

[321] Revista Nortão; A solução está na terra. Sinop/MT: 2002. p.14.

interesses econômicos muito precisos, que resultam de alianças entre os agentes e agências nacionais e internacionais. Formam-se campos de poder, com práticas políticas, sociais, escolares (profundamente conservadoras e autoritárias) e estratégias de controle que os grupos dominantes impõem às populações pobres, procurando excluí-las do acesso a terra e às riquezas naturais. A representação da fronteira na visão da elite regional, constitui-se em uma "possibilidade de ascensão social para todos", ocultando os reais interesses, que é manter a hegemonia da violência simbólica e física, do "direito e da verdade" no exercício do poder.

A forma política desenvolvida no norte de Mato Grosso é extremamente conservadora, politicamente mantém suas práticas de eleição, com verdadeiros "currais eleitorais" atrelados aos setores madeireiro, agrícola e os donos de terra (ordem privada), que financiam campanhas eleitorais, defendendo seus interesses em âmbito local e estadual.

Estes agentes políticos controlam os votos e também o valor do voto como mercadoria política, ocorrendo um verdadeiro aparato de vigilância e controle social dentro de suas empresas. A estabilidade desse sistema político exige que a maioria dos empresários apóiem "as lideranças políticas", manipulando resultados eleitorais compatíveis com os interesses e compromissos políticos. Vejamos alguns depoimentos a esse respeito:

> Sinop está de parabéns. O povo soube eleger seus governantes, mostrando que governos sérios e competentes são o caminho para a moralização do serviço público. Ex-secretário de obras, eleito por 69% dos votos, o prefeito montou uma equipe de pessoas voltadas ao interesse da coletividade. Assim, fornecedores recebem em dia, o pagamento dos servidores é feito impreterivelmente até o último dia útil da cada mês, e o município experimenta novo ciclo de progresso e desenvolvimento em todas as áreas. A taxa de investimento da Prefeitura chegou a 30,40% do orçamento, uma das mais altas do país. O resultado foi um ano de um verdadeiro canteiro de obras tanto públicas quanto privadas, fazendo jus ao slogan do município, SINOP, A MARCA DO TRABALHO[322].

Nessa região de fronteira, usa-se esquemas pré-fabricados e chavões produzidos em outros confrontos e em outras sociedades, não tendo aqui o aspecto senão o de conduta imitativa, não criativa, própria do colonizado que ainda pensa com a cabeça do colonizador. Estas ações não levam senão a uma prática política reduzida a frases vazias

---

[322] Prefeitura Municipal de Sinop**:** *A Capital do Nortão.* Publicação da SANCHESE – Comunicação e Marketing Ltada. Sinop/MT: Convite de aniversário da cidade. 1993.

e palavras de ordem inconseqüentes. Martins afirma que, “o clientelismo político tem sido interpretado, no Brasil, como uma forma branda de corrupção meramente política, mediante a qual os políticos ricos compram os votos dos eleitores pobres. Além disso, uma forma obsoleta de aliciamento eleitoral já que, supostamente, o sistema político teria se modernizado, inviabilizando a sobrevivência desses mecanismos antiquados de relacionamento entre o poder e o povo”[323].

Martins afirma ainda, que no Brasil o atraso é um instrumento de poder, usa-se o patrimônio público, como se fosse legal, apropriando-se da riqueza e poder dos trabalhadores através de uma conduta política clientelista e oligárquica[324], explicitada em atividades sociais e na formação de “clãs políticos”. Existe a política do presentinho, do churrasco, muito mais do que política ideológica, da troca de favores, políticos e morais. “Os políticos modernos e modernizadores, que melhor expressam a mentalidade urbana e a idéia do vínculo político racional entre o governante e os governados, não tem acesso ao poder se não fazem amplas concessões à mentalidade paternalista do eleitorado, e ao controle que têm dos votos aos que tratam o eleitorado como se fossem um rebanho político”[325].

O processo de expansão capitalista regional significava abrir mercado para uma maior acumulação do capital. Na data em que se comemora a fundação das principais cidades da região norte de Mato Grosso, ocorre um desfile cívico-militar, com a Prefeitura e algumas empresas exibindo máquinas usadas nas transformações urbanísticas e rurais. A exibição dessas máquinas que tinham por função abrir caminhos, tornando-os mais planos, regulares, fáceis de trafegar, anunciava um tempo de expansão em que a velocidade tinha um papel fundamental, como nos discursos dos representantes da sociedade civil regional na defesa da redivisão do Estado.

> Sinop é hoje uma verdadeira capital do Norte de Mato Grosso, sendo, inclusive o município mais cotado para ser a capital do Estado do Araguaia, um anseio de todo povo do Nortão. Mas enquanto o projeto de tornar a Região o novo Estado, não se realiza, Sinop continua atendendo em vários setores, os municípios do Norte de Mato Grosso, não só por ter uma posição geográfica estratégica, mas principalmente

---

323 MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta.* São Paulo: HUCITEC, 1994. P 15 e 29.

324 Pequeno número de famílias ricas, influentes e poderosas que detém uma grande concentração de terras, muitas para fins especulativos. A valorização dessas terras ocorre pela abertura de estradas, criação de vilas, pequenas cidades que se tornarão municípios. Para entendermos os conflitos sociais urbanos e rurais é preciso conhecer o pensamento e organização dos agentes e agências da sociedade civil e da sociedade política e suas entidades representativas

325 Id. P. 49.

> por que possui uma infra-estrutura que garante um atendimento satisfatório em produtos e serviços. Hoje a cidade é pólo e referência para muitas pessoas, no que diz respeito, à saúde, educação, indústria, comércio, lazer e outras áreas. O município é hoje a quarta economia do Estado e o quinto em população. Cada vez mais provida d arborização, asfalto, saneamento básico e outros pontos fundamentais de infra-estrutura, a cidade se prepara para, além de ser um verdadeiro pólo, receber dezenas de pessoas que decidem investir em Sinop, em busca de oportunidade e uma vida de muito trabalho, mas também de qualidade[326].

As cidades "cresciam", os espaços se alargavam, as distâncias diminuíam. Isso funcionava como publicidade das elites dominantes regionais, cujo objetivo era convencer os munícipes do esforço que estavam fazendo para dotar as cidades de melhoramentos. Deveria representar capacidade dos governantes em realizar as transformações que faria das cidades recém criadas, modernas e civilizadas. As imagens nesses desfiles eram atravessadas por múltiplas idéias: progresso, desenvolvimento, modernidade, poder, facilidades, sinal de igualdade e participação no processo de desenvolvimento capitalista; junto com as avenidas largas vieram carros e motos, instrumentos necessários para o aproveitamento máximo desse tempo.

Existe uma necessidade de construir "uma história" para essas novas cidades, ressaltando as potencialidades econômicas do local e recheada de feitos grandiosos e heróicos dos que são escolhidos e apontados por essa mesma 'história' como pioneiros, os primeiros a chegarem ao local. Procura-se fazer crer que o local teve bom desenvolvimento porque seus pioneiros são pessoas procedentes de locais "desenvolvidos" economicamente, "homens bons" e de tradição agrícola. Este discurso dissemina-se em todo território estadual, especialmente nos municípios de ocupação recente como Sinop. Sorriso e Alta Floresta, que tiveram a ocupação na década de 1970. Essa representação local apresenta uma "história" da cidade, de forma a destacar sua origem e promover o enaltecimento de determinados agentes sociais, sempre sulistas, pessoas que alcançaram ascensão sócio-econômica, destacando seus feitos para conseguirem seu enriquecimento e conseqüentemente o poder municipal.

As práticas políticas enaltecem um pequeno grupo de pessoas afirmando que foi devido ao esforço e á dedicação destes agentes que foi transformada a 'cidade natureza em cidade urbana'. Estes atores sociais, eleitos para fazerem parte da memória da cidade são, em geral, pessoas que foram beneficiadas pelas políticas públicas federais e

---

[326] REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de junho . Sinop/MT pág. 21

fizeram parte das agências do Estado no processo de ocupação da fronteira norte mato-grossense, ocupando certos cargos no Estado Stricto:

> O desenvolvimento de Mato Grosso se efetivou com o povoamento do norte do estado, quando vieram para cá, homens empreendedores o obstinados pela construção de um ideal. Sinop é uma das principais frentes desse desenvolvimento, estando como um dos municípios do pais com maior taxa de crescimento. Tudo isso se deve a uma gente desbravadora, que encorajados pelos potenciais da região fazem de Sinop um município promissor para todos aqueles que aqui residem ou investem.(Carlos Avallone Jr. – Secretário de Indústria, Comércio e Mineração – MT[327] - Sinop é hoje uma das principais referências do progresso de Mato Groso. É uma cidade que simboliza o sucesso de um povo que sempre acreditou na força do trabalho e no poder dos grandes ideais.[328] José Riva – Deputado Estadual.

Nota-se que os discursos estão sempre representando interesses de um determinado grupo, onde instituem uma memória vencedora e ideológica, 'naturalizando' os fatos sociais e conflitos baseados na despolitização e alienação de grande parte da sociedade, excluindo uns e enaltecendo outros. Procuram divulgar a imagem de uma cidade que precisa afirmar-se como aquela que oferece muitas oportunidades. Destacamos aqui o caso da Câmara de Vereadores de Sinop, que "condecorou alguns cidadãos sinopenses pelo pioneirismo":

> Afonso Celso Teschima, Maria Martha Johanig, Lindolfo José Trierweiller, Arlindo Cavenaghi, Basiliano do Carmo de Jesus, Luiz Antônio Goulart de Andrade, José Inácio Enzweiler, Dirceu de Cezaro, Otávio Pereira Lima,Valentin Dallastra, Hição Nagata, David Demarchi, Manoel Rafael de Andrade,Olímpio João Pissinati Guerra (in memoriam), Uilibaldo Vieira Gobbo (in memoriam), Mauri Weirich, Nicolau Flessak, Hiroshi Sakaguchi, Manoel Nunes, Aleixo Schenatto, Jaime Roveri, Antonio Brioschi, Delair Martinelli, Alcides Schmidel, Nilton Ribeiro Lima, Emílio Hansen, Reinaldo Saltarello, Osvaldo Schwambach, Vasco Ribeiro Gonçalves de Medeiros, Comercindo Tomelin, Paulo Klock (in memorian), Augusto Scalabrin, José Marques Perdigão,Bruno Martini, José Pareja, Yukio Terão, João Aparecido Barbosa Filho, Nelson Rodrigues Novaes, Delmiro Marca, Valdir Luciano, João Pio Ferreira, Epaminondas Gonçalves de Araújo, Angelina Carradore, Guinter Neideck, José Naeno Ribeiro, Aldorindo Jesus Amaral Melo, Luiz da Silva Rosa, Plínio José Callegaro, José Joaquim de Souza, Ademar Eurick, Bernardo Brustolon (in memoriam), Bernardino Neves, Silvino Damian Prevê (in memorian), Braz Claro dos Anjos, Osmar Jordan, Alberto Schlindwein, Antonio Heberle, Eduardo Silva Ferreira, Roque Canelli, Manoel Augustinho do Nascimento (in memoriam), Assis Mendes de Andrade, Cristóvão Lopes Ruiz (in memoriam), Irineu Biazi, Balduínio Pan, Helena Zumsande, Martha Madalena Gawel, Maria Terezinha Trierweiller, Leocádia Hoffmann Belgroviez, Élide Paris Schmidel, Dirce Maria Zortea

[327] Ibid. p. 60.
[328] Ibid.

> Antoniolli, Maria Aparecida Ruiz Garcia, Ana Gertrudes Bloom, Geraldina Silva dos Anjos, Otacílio Rocha Ribeiro, Arnildo José Algayer, Francisco Sauer, Aoldi Sauer, Adalipio Iser, Romeu Iser, Raimar Iser, Adelino Henrique Sauer, Valdir Finato, Brolino da Silva Calhau, Pedro Jorge de Oliveira, João Jorge de Oliveira, José Lemes dos Santos, José Jorge de Oliveira, Sebastião Rodrigues Couto, Elói Rodrigues Couto, Israel Jorge de Oliveira, Joaquim Alves do Nascimento,Terezinha Aparecida Tomelin Bogo, Irineu Martins, Pedro Paulo Scheeren, Carlos Benito Martins Spadoni, Olalio Angeli (in memoriam), Silvino Vicente Pereira, Geraldo Sales Pereira, Ceslau Ervino Megier, Helmuth Schneider, Dirceu Bernardi, Luiz Ignácio Schallenberger, Carlos Guilherme Roland Ritzmann, Santo Dal Poz, Joaquim Socreppa, Rolando Bonfiglio, Demétrio Arcangêlo Frâncio, Osvaldo de Paula, Sr. Frâncio Antônio Sechi, Orlando de Angeli[329].

Os homenageados foram condecorados com o Título de Cidadãos Sinopenses Honorável, com exceção de Rolando Bonfiglio, que recebeu a "Comenda Colonizador Enio Pipino", instituída no ano de 2003. Muitos dos homenageados foram condecorados, além do 'pioneirismo', também pelos relevantes serviços prestados à comunidade[330]. O discurso do colonizador se estruturou e se implantou como sendo o "Moderno Bandeirante" do Século XX, neste espaço "onde o tempo é dinheiro", pois tinha-se pressa de ficar rico e de se alcançar a independência econômica, conservando a sagrada união: família, lazer, escola e trabalho. Como podemos observar nessa mensagem intitulada: "sobre Enio Pipino"

> O colonizador Enio Pipino, que implantou as cidades de Vera, Carmem, Sinop e Cláudia no Norte de Mato Grosso, teve uma grande visão econômica ao elaborar coma a equipe da Colonizadora Sinop o projeto de colonização da Gleba Celeste. Mas certamente teve uma dose bem maior de patriotismo, ao se dispor a enfrentar com sua gente a mata, buscando 'encontrar soluções para desafios que, sequer, poderia imaginar suas extensões e resultados'. Com a experiência de implantação de projetos de colonização no norte paranaense, alcançada ao longo de um quarto de século com a implantação de mais de uma dezena de cidades numa área de cerca de 300mil hectares, onde vivem perto de 600 mil pessoas, o grupo comandado por Enio Pipino elaborou o projeto da Gleba Celeste, inserindo nele toda uma aperfeiçoada tecnologia de colonização. 'Plantador' de cidades no norte do Paraná e no norte de Mato Grosso, Enio Pipino não foi apenas um 'homem prático'. Hoje, olhando a sua grande obra de colonização, podemos defini-lo como um empreendedor, ou seja, dando-se à palavra um sentido mais brasileiro, um bandeirante. Um bandeirante que com coragem e dinamismo seguiu os caminhos que levavam ao potencial amazônico. E implantou a civilização no chamado 'continente verde',

---

329 Anais da Câmara Municipal de Sinop. Sinop/MT: 28 de Outubro de 2003.

330 Ibid

> permitindo assim o alargamento da nossa fronteira agrícola em direção ao Oeste. O BANDEIRANTE[331].

Podemos observar nesse discurso, uma visão ufanista, anacrônica e com forte conotação emocional, tentando implantar a idéia de produção da riqueza, no cotidiano, na esperança e no futuro, pois os homens teriam a obrigação de trabalhar sem cessar, viver para as suas famílias e permanecer unidos pela fé. Quando se trata, como no caso de Sinop, de um núcleo urbano típico das zonas pioneiras, onde a preocupação social é maior com os bens materiais, encontra-se certa dificuldade para viabilizar a preservação da tradição oral e mesmo documental. A história do município é apropriada de uma forma político-eleitoral, tornando-se parte dos discursos ufanistas por parte da classe dominante local e desta forma justificando certos "projetos sociais".

> Costuma-se dizer, o município de Sinop tem mil jeitos. Jeitos de natureza e jeitos humanos. È uma terra de belos e definitivos contrates, e por isso mesmo tão fascinante. O município de Sinop surpreende, por sua potencialidade econômica e qualidade de vida, tanto àqueles que o visitam, como aos que nele aportam suas esperanças permanentes. Nele, nas suas variadas atividades produtivas, traçam-se harmoniosamente os perfis humanos de etnias diferentes, que, nesse cadinho fértil, souberam unir-se no orgulho positivo de ser sinopense: desbravador do passado; descortinador de futuros; perseverante e empreendedor no presente; e, lembrando das dificuldades passadas, acolhedor e hospitaleiro[332].

O poder político no norte de Mato Grosso desde a ocupação, esteve nas mãos de poucos agentes, formado pelos donos da empresas colonizadoras, grandes empresários rurais, madeireiros e fazendeiros. Com a expansão econômica e o crescimento das cidades como Sinop, Alta Floresta e Sorriso, comerciantes, profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros) de maior poder aquisitivo, aliaram-se a esses grupos, dividindo com eles o poder político e econômico local e regional.

> TRÊS FATORES FORAM FUNDAMENTAIS NA CURTA HISTÓRIA POLÍTICA LOCAL - Embora relativamente curta, a história política de Sinop registra três fatos fundamentais para a formação do município, que hoje se projeta como um dos mais promissores de Mato Grosso. São três marcos inconfundíveis, que evidenciam a competência da iniciativa privada no processo de ocupação territorial da Amazônia, para o alargamento das nossas fronteiras agrícolas. O primeiro desses fatos foi a decisão do Sr.

---

331 *Uma cidade que não Pára***.** In: REVISTA DE SINOP ESPECIAL. Ano II, Nº 02 - Sinop/MT: 1996, pág. 21.

332 Revista *SINOP: CAMPO FÉRTIL PARA INVESTIR***.** Cuiabá/MT. 2002, p..09

> Ênio Pipino de comprar 645 mil hectares de terras, para fundar quatro cidades na região norte de Mato Grosso, aproveitando para a realização do empreendimento a experiência adquirida em mais de duas décadas de colonização no norte do Paraná, pela Colonizadora Sinop S/A.
>
> O segundo fato histórico fundamental foi a fundação da cidade de Sinop no dia 14 de setembro de 1974, fazendo ecoar o ruído das motoserras e dos pesados tratores, naquelas lonjuras selváticas de então. Este sim, abriu fronteiras novas e mostrou que o nosso povo é capaz de realizar com suas próprias mãos amazônico, onde a grande maioria das iniciativas governamentais falharam. Finalmente, o terceiro foi a criação do município pela lei nº 4.156, de 17 de dezembro de 1979. Estava emancipado o município e a cidade de Sinop despontava como núcleo natural de onde deveriam irradiar-se as atividades da administração municipal, e para onde já convergia toda a economia da região, num processo de complementação ao plano inicial elaborado pelos fundadores da cidade[333].

O projeto hegemônico dessa classe sustenta-se no discurso racional técnico-científico de legitimação do progresso e desenvolvimento na lógica do capitalismo contemporâneo. A formação desta nova elite na fronteira, ocorreu também em decorrência da concentração de terras tanto no meio rural, quanto urbano. Seus representantes promoveram a emancipação política e administrativa de várias cidades da região, através de processos que elevaram à criação de dezenas de municípios, muitos desses sem condições institucional, estrutural e econômica[334]. Muitas vezes a criação de novos municípios serve como distribuição e divisão de privilégios e de poder, numa troca de favores e interesses pessoais ou de grupos, geralmente ligados ao agronegócio. Portanto, o entendimento do "Mito do Pai-fundador", é fundamental para entendermos o processo de constituição dos novos municípios no norte de Mato Grosso. A respeito da emancipação política de Sinop, vejamos essa matéria:

> Foi então nomeado pelo governador Frederico Campos para administrar o novo município de Sinop, com a missão de organizar e montar a sua prefeitura, um dos pioneiros de Sinop. Osvaldo de Paula foi o escolhido e tomou posse no dia 1º de fevereiro de 1981, realizando durante o período de dois anos, um trabalho de preparação para entregar, em janeiro deste ano, ao prefeito eleito no pleito de 15 de novembro de 1982, uma prefeitura em condições de começar a ter as suas leis e o seu sistema de tributação, capaz de coletar os impostos provenientes da circulação de riquezas existentes no comércio, na indústria e na agropecuária. Geraldo Dal Maso, eleito no dia 15 de novembro do ano passado pela legenda do PDS, é o primeiro prefeito de Sinop. Ele vem procurando imprimir à sua administração a agilidade necessária para

---

333 REVISTA SINOP ESPECIAL – UMA METROPOLE NA SELVA. P. 58.

334 É o caso do Deputado Estadual José Riva (PP), responsável pela maioria dos projetos de emancipação e foi o mais votado por duas eleições consecutivas em Mata Grosso, deixando claro o caráter político pessoal.

> acompanhamento do crescimento da cidade e desenvolvimento do município, cujo o progresso impressiona a todos os visitantes e até mesmo seus moradores. Mas apesar de ser uma força de irradiação e garantia da expansão do progresso na região norte do Estado, Sinop ainda não tem muitos nomes a destacar na sua história política. De Osvaldo de Paula, Geraldino Dal Maso, Plínio Calegari, Arlindo Cavenaghi, Waldemar Brandão e outros que assumiram posições político-partidárias no município, pode-se dizer que são promessas de lideranças que surgem a nível municipal, com amplas possibilidades de se projetarem a nível estadual e federal. E não é só Sinop. Alta Floresta, Colíder, Juara e demais municípios do norte mato-grossense estão na mesma situação. Assim é que na Assembléia Legislativa são representados por Osvaldo Sobrinho (PMDB) e Benedito Santiago (PDS), e na Câmara Federal por Maçao Tadano (PDS)[335].

Destacamos a seguir os representantes da sociedade civil - segmentos agropecuário e madeireiro que ocuparam cargos eletivos junto à sociedade política local em diferentes legislaturas:

QUADRO IV- PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – SINOP/MT

PREFEITOS	PERÍODO
Osvaldo Paula (Prefeito nomeado) ARENA Fazendeiro e empresário dono de posto de Combustíveis.	1981 - 1982
Geraldino Dal Maso/PDS (1º Prefeito eleito) – Dono de empresa Imobiliária	1983 - 1988
Adenir Alves Barbosa/PTB Médico, fazendeiro e proprietário de vários imóveis urbanos alugados para órgãos públicos estaduais e federais.	1989 – 1992 1997 - 2000
Antônio Contini/PFL Ex-madeireiro, fazendeiro e empresário do ramo de Construções metálicas.	1993 - 1996
Nilson Aparecido Leitão/PSDB Ex-funcionário do SESI Atual Prefeito de Sinop.	2001- 2004 2005 - 2008

Fonte: Secretaria de Indústria e comércio de Sinop.

[335] REVISTA SINOP ESPECIAL – UMA METROPOLE NA SELVA. p. 61.

QUADRO V - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL - Sinop-MT

EX-VEREADORES DA 1ª LEGISLATURA: 1983-1988

Waldemar Brandão Natural do Paraná Um dos fundadores do Amazônia Clube. Maior Clube social de Sinop, utilizado também para comícios e eventos religiosos de "fundo político eleitoral".	Radialista e comerciante
José Roveri	Advogado
Waldemir B. Santos	-
Antenor Rodriguês de Castro	-
André D. B. Parra	Comerciante de produtos agrícolas
Antonio C. Dias Lopes	-
João Ferreira	-
Paulo Faganello	Madeireiro
Wilson Baggenstoss	Fazendeiro (soja e milho)
Massami Uriu	Contador
Rui Heemann	Fazendeiro

EX-VEREADORES DA 2ª LEGISLATURA: 1989-1992

Dalton Benoni Martini	Comerciante e Fazendeiro
Jorge Antônio de Abreu	Madeireiro
Vitorino Dalla Libera	Comerciante
Sebastião Inácio de Matos	Corretor de imóveis
Osmar Messias Martinelli	Pecuarista
José Pedro Serafini	Radialista
Jonas Henrique de Lima	-
João Roberto Hatch de Medeiros	Advogado
João Andrade Sampaio	-
Itacir Adomar Kirsch	Madeireiro
Honório Slaviero	Proprietário de Oficina mecânica
Fernando Bispo Ferreira	Funcionário público estadual
Waldemar Brandão	Radialista e comerciante
Carlos Lopes Leal	-
João Ferreira	-
Lauro Schuck	Radialista
Lirio Schneider	-
Pashoal Gimenes Hidalgo	empresário
Rodolfo Kunze	-

EX-VEREADORES DA 3ª LEGISLATURA:1993-1996

Waldemar Brandão	Radialista e comerciante
Pashoal Hidalgo Gimenes	Comerciante - Supermercado
Sérgio Luiz Seger	Madeireiro.
Sebastião Inácio de Matos	Corretor de imóveis

Renato Chimit	Empresário (gráfica)
Pashoal Gimenes Hidalgo	Empresário – Olaria
José Joaquim de Souza Filho	Radialista
José Carlos Ramalho da Silva	Ex-bancário
Jorge Antônio de Abreu	Madeireiro
Dalton Benoni Martini	Comerciante e Fazendeiro
Aluízio Pereira de Barros	Ex-funcionário Público
Altair Cavaglieri	-
Terezinha Ap. Tomelin Bogo	Madeireira e fazendeira
Elsoni Constantino Benso	Funcionário público Municipal
Firmino Navarro	Empresário - Concessionárias
Pedro Ferreira Mendes	Advogado

EX-VEREADORES DA 4ª LEGISLATURA: 1997-2000

Dalton Benoni Martini	Comerciante e Fazendeiro
José Carlos Ramalho da Silva	Ex-bancário
Nilson Aparecido Leitão	Funcionário do SESI
Elpídio Moretti Estevam	Advogado
Pedro Ferreira Mendes	Advogado
Pashoal Gimenes Hidalgo	empresário
José Joaquim de Souza Filho	Radialista
Milton Figueirêdo Júnior	Ex-bancário
Cleuza Ferreira Navarini	Radialista
Firmino Navarro	Empresário
Josefina Olívia Tomasi	Madeireira
Altair Cavaglieri	-
José Pedro Serafini	Radialista
Aluízio Pereira de Barros	Ex-funcionário Público
Joel Baldo	Professor - Rede Estadual
Jorge Müller	Madeireiro
Sebastião Moura da Silva	-
Waldemar Brandão	Radialista e comerciante

EX-VEREADORES DA 5ª LEGISLATURA: 2001-2004

José Joaquim de Souza Filho	Radialista
Altair Cavaglieri	-
Pedro Ferreira Mendes	Advogado
Pashoal Gimenes Hidalgo	empresário
Milton Figueiredo Júnior	Ex-bancário
Juarez Costa	Radialista
Jorge Müller	Madeireiro
Joel Luciano Baldo	Professor - Rede Estadual
Ivonei Andrioni	Professor - Rede Estadual
Ivanildo Ramos Vieira	Corretor de Imóveis
Cleuza Ferreira Navarini	Radialista
Alexandre Picin	Fazendeiro
Ademir Valentin Gabriel	Madeireiro

Valdir Aparecido Sartorelo	Ex- funcionário público
Fernando Bispo Ferreira	Funcionário público estadual
Jonas Henrique de Lima	-
José Pedro Serafini	Radialista
Sebastião Moura da Silva	-

VEREADORES DA 6ª LEGISLATURA: 2005-2008

Jorge Muller	Madeireiro
Sinéia Abreu	Madeireira
Cleuza Navarini	Radialista
Valdemar Slobodzian	Apresentador de Programa Policial - TV
Sebastião Moura	Contador
Francisco H. Gimenez	Comerciante
José Pedro Serafini	Radialista
Gilson de Oliveira	Apresentador de Programa Policial - TV
Juarez Costa	Radialista
Mauro Garcia	empresário

Fonte: Anais da Câmara Municipal de Sinop/MT. 2006.

Em 1986, sem acordo político, saíram quatro candidatos a deputado estadual por Sinop. Ninguém se elegeu. Em 1990, Sinop elegeu Jorge Yanai para dep. Estadual, ficando Ricarte de Freitas como suplente, vindo assumir em 1992. Nas eleições de 1994, foi eleito para dep. Estadual Jorge Abreu e Ricarte de Freitas foi reeleito. O dep. Estadual Jorge Abreu faleceu num acidente aéreo na cidade de Mirassol do Oeste, 15 dias antes das eleições de 1998. Nesse ano foi eleito Nilson Leitão para Dep. Estadual e Ricarte de Freitas para Federal.

No mandato do Governador Carlos Bezerra (1988-1991): o engenheiro agrônomo e produtor rural, Argeu Kerber foi chefe local e supervisor regional do órgão estadual de defesa agropecuária (INDEA), de 1988 a 1989 e subsecretário e secretário estadual de agricultura e secretário estadual de assuntos fundiários, de 1989 a março de 1991. (em 1990, contribuiu para a instalação da Universidade do Estado de Mato Grosso em Sinop_.

No Governo Jaime Campos: o advogado João Medeiros foi o Diretor-geral do departamento estadual de trânsito (DETRAN); o médico Antônio Kato foi presidente da fundação Dom Aquino; Ricarte de Freitas (advogado), antes de assumir com dep. Estadual, foi diretor da CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso. No mandato de Dante Martins de Oliveira (2º governo): o empresário Mauri Rodrigues

de Lima (Contador), assumiu a coordenação do PADIC, programa de apoio ao desenvolvimento das iniciativas comunitárias[336].

É importante destacar que o paternalismo como estratégia de dominação adotado pelas práticas políticas na região de fronteira, consiste numa forma de administrar em que Prefeitos, Vereadores, Deputados[337] e Governadores são vistos como pai, protetor, elaboram discursos emotivos, sensacionalistas, onde grande parte da população acredita nessas falas, como se tivessem proporcionando trabalho, saúde e segurança aos seus filhos.

Nessa relação de dependência difunde-se a idéia que "as lideranças" locais e regionais são responsáveis pela organização da cidade, ampliando as redes de água, iluminação pública, asfaltando ruas e avenidas (segundo nosso trabalho de campo é o que a população mais solicita ao poder público devido à alta quantidade de poeira nas ruas dessas cidades), integrando melhor os bairros com os setores industrial, comercial e residencial. Não percebem que as "prioridades" da sociedade política regional, são viabilizar a reprodução do capital, atendendo os interesses empresariais, procurando amenizar os conflitos e eliminar ou ocultar (naturalizar) as contradições que dificultam a acumulação, como ocorreu nos últimos anos em relação ao declínio da atividade madeireira na região. Esses discursos procuram enaltecer a grandeza, o progresso e a dinâmica capitalista das cidades, ocultando os interesses pessoais acima dos interesses públicos.

Por interesses das forças políticas locais e regionais, ocorreu a criação de municípios, distritos e outras divisões político-administrativas, ao sabor de práticas e interesses nem sempre confessáveis pelo oportunismo em geral envolto. Esses diversos desdobramentos, realizados e outros em discussão, como uma nova divisão do Estado de Mato Grosso[338], têm razões para além das características da geografia econômica ou da história política regional. Essas razões, cujas conseqüências são de ordem político-sociais e econômicas apresentam-se expressas nas práticas das chamadas "novas

---

336 Revista *POTENCIAL SINOP – 25 ANOS. UMA TRAJETÓRIA DE SUCESSO*. Sinop/MT. 2000. p. 27 e 28.

337 Enquanto representação política na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, o norte do Estado possui 7 Deputados e o Vice-Governador

338 A respeito da criação do Estado do Araguaia, o projeto encontra-se "parado" no Congresso Nacional juntamente com outros 10 projetos de redivisão de unidades da Federação. Recebeu uma séria crítica e embate por parte da população regional e a própria bancada de MT é contra a redivisão, assim como o atual governador do Estado Blairo Borges Maggi, que manifestou por várias vezes a sua posição contrária ao devido projeto, encabeçado pelo Senador Mozarildo Cavalcante - DEM/RR.

lideranças" ambiciosas de poder e espaço de crescimento próprio para alcançar suas próprias metas[339].

A partir da configuração espacial da colonização do norte de Mato Grosso[340], desde a década de 1970, desenvolve-se uma rede urbana que se estende ao longo do eixo rodoviário da BR-163[341], provocando uma reterritorialização dos 'novos e velhos espaços', com implicações políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, nos últimos 20 anos, tem se verificado a criação de novos municípios, passando o Estado de Mato Grosso a contar em 1986 com 84 municípios, em 1989 com 95 municípios, em 1991 com 117, em 1994 com 126 e em 2001 com 141 municípios criados e instalados. A criação de novos municípios não significa necessariamente, sinônimo de progresso e desenvolvimento, mas produto de interesses políticos partidários.

O que percebe-se é um conjunto desses interesses acerca dessas novas emancipações político-administrativas. A região norte de Mato Grosso até o início da década de 1970 era pouco povoada, contando apenas com alguns seringueiros, coletores, índios e caboclos. Com o avanço da ocupação capitalista através das políticas públicas e incentivos fiscais, a região passou a ser explorada economicamente. A partir de então, vários outros povoados surgiram e se corporizaram, tornando-se unidades político-administrativas emancipadas, na região que inicialmente pertencia aos municípios de Porto dos Gaúchos, Chapada dos Guimarães, Aripuanã, Diamantino e Barra do Garças.

Neto afirma que durante a "segunda metade do século XX, toda a faixa norte do Estado foi alvo de uma política de ocupação dirigida para os interesses de grandes empresas agropecuárias e de colonização. 104 municípios foram criados nos últimos 25

---

339 MARTA, José Manuel. *Alguns comentários sobre as mudanças na distribuição espacial da produção agrícola e o papel do Centro-Oeste.* Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural."Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento". Fortaleza/CE: de 23 a 27 de Julho de 2006. p. 3.

340 Dois militares se destacaram no mapeamento da calha dos formadores do Rio Tapajós (formado pelo Rio Teles Pires e Juruena), em busca de uma rota para o Pará: o Coronel Antônio Peixoto de Azevedo e o Capitão Teles Pires. Este morreu afogado no São Manuel, que sua homenagem recebeu esse nome.

341 Para maiores informações sobre as Rodovias Federais que cortam o Estado de Mato Grosso (BRs: 070, 158, 163, 174 e 364) consultar o Ministério dos Transportes (DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes).

anos, 83 deles contam hoje com uma população que não chega a dez mil habitantes, os oito menores têm entre 1.171 e 1.996 habitantes”[342].

QUADRO VI: Municípios criados no norte de Mato Grosso:1970-2000

Municípios	Data
Sinop	17/12/1979
Alta Floresta	18/12/1979
Colíder	18/12/1979
Juara	23/9/1981
Juína	9/5/1982
Marcelândia	13/5/1986
Terra Nova do Norte	13/5/1986
Nova Canaã do Norte	13/5/1986
Peixoto de Azevedo	13/5/1986
Sorriso	13/5/1986
Vera	13/5/1986
Paranaíta	13/5/1986
Itaúba	13/5/1986
Guarantã do Norte	13/5/1986
Novo Horizonte do Norte	13/5/1986
Tapurah	4/7/1988
Matupá	4/7/1988
Lucas do Rio Verde	4/7/1988
Cláudia	4/7/1988
Castanheira	4/7/1988
Nova Mutum	4/7/1988
Apiacás	4/7/1988
Nova Guarita	19/12/1991

342 NETO, Vitale Joanoni . *Mapeamento das redes de resistência e conivência em pólos irradiadores de trabalho escravo contemporâneo no Estado de Mato Grosso*. UFMT/ICHS. Texto apresentado em 10 de Novembro de 2005 no Seminário Internacional Trabalho Escravo por Dívida e Direitos Humanos, promovido pelo GPTEC no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ. Painel: A produção Científica em Construção – Estudos sobre Conflitos no Campo e Trabalho Escravo. Disponível em: http://www.gptec.cfch.ufrj.br/pdf/mapeamento.pdf Acesso: 22/02/2008. p. 01.

Santa Carmem	19/12/1991
Cotriguaçu	20/12/1991
Nova Bandeirantes	20/12/1991
Nova Monte Verde	20/12/1991
Tabaporã	20/12/1991
Carlinda	19/12/1994
Feliz Natal	17/11/1995
Nova Ubiratã	19/12/1995
Novo Mundo	17/11/1995
União do Sul	10/12/1995
Nova Santa Helena	28/01/1999
Colniza	26/11/1999
Rondolândia	28/01/1999
Santa Rita do Trivelato	28/12/1999
Itanhangá	29/3/2000
Boa Esperança do Norte	28/10/2000
Ipiranga do Norte	28/10/2000

FONTES: - Guerreiro,Gonçalo. *Mato Grosso, Meu Estado*. 1998.
- Malhado, Wilton. *GEOMAT* - UFMT: 1998.
- TRE/MT e AMM - Associação Mato-Grossense dos Municípios.
- INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso - Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários - SAAF. Mapa Político-Administrativo e Rodoviário, 2000.
- Miranda, L.; Amorim, L. *Mato Grosso: Atlas geográfico*. Entrelinhas, 2000.

Frações da elite regional propõem a redivisão do Estado de Mato Grosso, sem levar em consideração o aumento das despesas para a implantação das estruturas administrativas, políticas, jurídicas e fiscais. Apenas justificam que é para o crescimento econômico regional e o desenvolvimento do norte do Estado. O discurso dos defensores da idéia é de que os recursos oriundos da arrecadação de impostos não são revertidos em benefícios e investimentos para a região. Porém, não existem estudos que sustentem a viabilidade econômica e social para a implantação e criação do novo Estado, devido os altos custos da máquina administrativa.

> A criação de uma nova unidade federativa amplia ainda mais a prática democrática, por diminuir a distância entre as bases eleitorais e os organismos de gestão governamental. O projeto de divisão do estado de Mato Grosso e criação do Estado do Araguaia é totalmente legal e se

> baseia no Artigo 18 Parágrafo 3º da Constituição Federal que diz o seguinte: "Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar." Baseado nisto o Senador da República Mozarildo Cavalcanti, apresentou no ano de 1999 o Projeto de Decreto Legislativo 18/99 referente a criação do Estado do Araguaia, o projeto foi aprovado no senado federal no dia 15 de março de 2001 com apenas um (01) voto contra. Hoje o projeto encontra-se na comissão da Amazônia para apreciação, depois de aprovado por esta comissão o projeto irá para a Comissão de Constituição e Justiça e, após aprovação será avaliado no Congresso Nacional, o qual autorizará o Plebiscito. Desde a criação do projeto vários eventos tais como debates e reuniões foram realizados para debater e divulgar o projeto em todo o estado. Sinop será a sede Fundação Araguaia que conta cm um escritório à rua das Primaveras e tem como coordenador o ex-vereador Valdemar Brandão, um dos maiores incentivadores da divisão do estado. Recentemente a idéia de divisão do Estado de Mato Grosso e criação do estado do Araguaia foi apresentada a família evangélica do município de Sinop, em uma reunião com a OMES o coordenador Valdemar Brandão pode expor com clareza o projeto e suas vantagens para a população[343]

A postura dessas elites é extremamente contraditória, pois o principal argumento para dividir Mato Grosso[344] é a "ausência do Estado na Amazônia brasileira". Este tipo de discurso é decorrente da parte de certos grupos de empresários para justificar suas ações. Quem faz este tipo de discurso? Em qual atividade econômica eles atuam? É uma fração da classe dominante interessada em continuar praticando a ilegalidade.

> A criação de uma nova unidade federativa amplia ainda mais a prática democrática, por diminuir a distância entre as bases eleitorais e os organismos de gestão governamental. O projeto de divisão do estado de Mato Grosso e criação do Estado do Araguaia é totalmente legal e se baseia no Artigo 18 Parágrafo 3º da Constituição Federal que diz o seguinte: "Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar." Baseado nisto o Senador da República Mozarildo Cavalcanti, apresentou no ano de 1999 o Projeto de Decreto Legislativo 18/99 referente a criação do Estado do Araguaia, o projeto foi aprovado no senado federal no dia 15 de março de 2001 com apenas um (01) voto contra. Hoje o projeto encontra-se na comissão da Amazônia para apreciação, depois de aprovado por esta comissão o projeto irá para a Comissão de Constituição e Justiça e, após aprovação será avaliado no Congresso Nacional, o qual autorizará o Plebiscito. Desde a criação do projeto vários eventos tais como debates e reuniões foram realizados para debater e divulgar o projeto em todo o estado. Sinop será a sede

---

343 REVISTA SINOP CRISTÃ. Sinop/MT 2003. 019.

344 O Estado de Mato Grosso teve duas divisões: em 1943: foi criado o Território de Rondônia (Estado em 1982). Em 1977: foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul (instalado em 1979).

> Fundação Araguaia que conta cm um escritório à rua das Primaveras e tem como coordenador o ex-vereador Valdemar Brandão, um dos maiores incentivadores da divisão do estado. Recentemente a idéia de divisão do Estado de Mato Grosso e criação do estado do Araguaia foi apresentada a família evangélica do município de Sinop, em uma reunião com a OMES o coordenador Valdemar Brandão pode expor com clareza o projeto e suas vantagens para a população[345].

Sabemos que este é um discurso ideológico onde serve para justificar a presença de grupos e/ou frações da classe dominante ligados às atividades madeireiras e agropecuárias, aumentando seu poder e controle sobre os trabalhadores locais e ampliar a exploração dos recursos naturais e o uso da terra. Através dessas estratégias, financiam campanhas eleitorais e levam vantagens políticas concretas, pois enquanto empresários do setor madeireiro e agropecuário, participam diretamente da sociedade política, com benefícios e soluções para seus projetos. Utilizam-se do capital simbólico numa relação política marcada pelo clientelismo, favorecimento e personalismo. Ou seja, é um espaço de negociação política, interesses e projetos de poder e controle, por outro lado, o que se observa é um 'silêncio dos grupos' ou segmentos da classe dominante em sua relação às necessidades dos trabalhadores, que vivem uma situação de exclusão, legitimação e hierarquização através dos mecanismos de controle.

Estas entidades, Federação da Agricultura de Mato Grosso, sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso e Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso procuram sempre criticar a "ausência do Estado" na região, associando o seu papel como cooptador e coercitivo, frente a fragilidade da sociedade regional, incapaz de avançar em novas políticas para a região. Como afirma Mendonça: "as análises sobre o Estado, desse tipo, por vezes aproximam-se de demandas elaboradas por frações da classe dominante, especialmente aquela que combate os "excessos" de intervencionismo público, sobretudo em matéria econômica, demandas típicas do pensamento liberal, ainda que essas mesmas frações estejam umbilicalmente inseridas neste mesmo Estado que tanto criticam"[346].

Estes agentes sociais, portadores de interesses específicos, no caso o avanço do agronegócio na Amazônia Mato-grossense e a exploração/exportação dos recursos naturais, expropriam a classe trabalhadora, apoiados por agências que lhes dão

---

345 REVISTA SINOP CRISTÃ. Sinop/MT. 2001. p.19.

346 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Classes, Poder e Estado no Brasil*. Niterói/RJ: UFF, 2006. P.03.

sustentação, contrários aos movimentos sociais, como é o caso da APROSOJA[347] e da FAMATO.

> A Aprosoja foi criada em fevereiro de 2005, no olho do furacão da última crise agrícola. A partir de então, questões como o endividamento do setor, a valorização do real, pressões ambientais e problemas de logística e infra-estrutura, entre outros, ocupam os corações e mentes dos dirigentes da entidade. Se transformam em atores da negociação de um dos maiores passivos financeiros contraídos pela agricultura brasileira. Isso cria expectativa de rentabilidade muito grande, mas ela não é real. Eu não conheço nenhuma atividade desprovida de risco, principalmente quando se fala de setor privado.As pessoas falam que é simples, que é só se dirigir a uma agência do Banco do Brasil, mas não é bem assim. Antes do ocorrido nós tínhamos um ou dois líderes, o que é nada diante do tamanho do nosso Estado. Hoje, nós podemos contar com a existência de algo como 50 a 100 líderes classistas bastante atuantes. Eu posso fazer uma lista de novas lideranças que surgiram após o advento da crise, que estão aptos para discutir, levar a mensagem e fomentar a união da classe. O lado negativo é a saída de muitos amigos da atividade. Pessoas que apostaram, investiram e hoje estão quebradas, desmotivadas[348].

A respeito das diretrizes básicas desta entidade patronal é interessante destacar o posicionamento do presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso, Glauber Silveira:

> Queremos lanças aqui em Mato Grosso um programa de formação de líderes. Nós estamos fazendo parceria com Universidade de Illinois e lançaremos a academia de líderes em Mato Grosso, pois entendemos a importância da formação de lideranças. Na seara da educação também estamos tentando criar o Instituto de Desenvolvimento do Agronegócio, que é uma organização de inteligência. A intenção é fomentar a pesquisa, a qualificação da mão-de-obra. Nós entendemos que Mato Grosso é o lugar que deve ter o melhor mestrado em soja do mundo. O motivo é que o Estado é referência na produção e por este motivo o profissional não precisa estudar sobre soja na Argentina, no Paraguai e na Bolívia, porque é aqui que está a melhor tecnologia, as pessoas mais qualificadas, o que tem reflexo na produção estadual.As viagens internacionais estão servindo para o nosso aprendizado. Nós tínhamos uma distância muito grande dos países. E o Brasil também não era organizado. Essa prática tem revertido em parcerias que amadurecerão em breve[349].

Glauber Silveira, destaca ainda que além dos projetos voltados para a educação e logística, já citados, estamos diretamente envolvidos na prospecção de uma mina de

---

347 APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso, foi criada em 2005 enquanto estratégia para pressionar o Governo Federal para renegociar as dívidas dos sojicultores do Estado devido ao grande endividamento rural. Em 2006, como forma de ampliar a hegemonia rural no Congresso Nacional elegeram Homero Pereira, Dep. Federal. A entidade é mantida por um percentual da venda de sementes de soja no Estado.

348 REVISTA PRODUTOR RURAL (ANO DO APRENDIZ) p. 6 e 7.

349 Ibid. p. 11.

fósforo em Mato Grosso. Se isso se tornar realidade representará um grande impulso para a agricultura estadual. "Se houver essa reserva de fósforo que nós estamos imaginando, aí muda o cenário, desde que a matéria-prima não fique na mão de duas ou três empresas, como é a realidade do mercado de fertilizantes no Brasil. Como presidente eu quero estar nesse contexto de mudança de cenário e, nesse sentido, espero que Mato Grosso mostre que é o produtor mais viável do mundo, que nós consigamos viabilizar os canais de escoamento, qualificar o produtor"[350].

4.3 – Quem são os novos ricos da fronteira?

Os 'novos ricos' da fronteira são integrados por membros da classe dos grandes proprietários rurais, comerciantes, profissionais liberais, dirigentes e funcionários das empresas agropecuárias, advogados, engenheiros agrônomos, médicos veterinários e clínico geral, adquirindo prestígio e distinção social. No caso dos médicos e farmacêuticos, a rapidez de seu "prestígio social" era em decorrência das péssimas condições de saúde da população principalmente atacadas por malária e acidentes de trabalho tanto na atividade madeireira quanto na agropecuária. Esses agentes sociais constituíram, juntamente com os dirigentes e funcionários do primeiro escalão das agências oficiais e gerentes das empresas de colonização, as camadas sociais (classes e frações de classes), política e economicamente dominantes que irão travar conflitos internos pelo controle hegemônico, político e conservador da sociedade regional. A formação de uma classe média e pequena burguesia, ao que Bourdieu chamaria de 'jogo das distinções simbólicas'[351], práticas envolvendo o acesso à símbolos de prestígio e de diferença social (consumo de prestígio, troca quase ininterrupta dos símbolos de boa posição social, busca do contraste e da exclusão irônica perante aqueles que não dispõem desses bens, -, ocorreu através da progressão econômica e financeira e de investimentos e ampliação de empresas no ramo madeireiro, comercial ou agropecuária, passando a fazer parte das frações da classe dominante, ou seja, migrantes bem sucedidos no contexto sócio-econômico de Mato Grosso, com possibilidades de ampliação do espaço de poder junto a sociedade política regional.

---

350 Ibid. p. 19.

351 BOURDIEU, P. *Condição de classe e posição de classe.* In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. P.24.

O processo de expansão do capitalismo na Amazônia de uma forma acelerada e agressiva, no bojo, do processo mais amplo de "reorganização do espaço social, político e econômico determinado pelo desenvolvimento do capital monopolista, criava uma ideologia da colonização na fronteira como terra prometida, ponto de esperança de melhores condições de vida para as famílias que chegavam ao Estado"[352].

No caso de Sinop, essas categorias de atores irão formar uma das camadas sociais que dominaram política e economicamente a sociedade local, são os "novos ricos": empresários e comerciantes em geral, profissionais especializados, funcionários públicos (poderes executivo, legislativo e judiciário), docentes (principalmente das Instituições de Ensino Superior - Estadual, Federal e Particular), e diretores de empresas públicas e particulares, autarquias, Instituições e Bancos Federais e particulares. Essa sociedade está em processo de formação de suas diferentes classes nos espaços sociais urbanos e estruturando-se culturalmente. Esta categoria social das cidades norte mato-grossenses, (os gaúchos) como são chamados, que obtiveram uma ascensão econômica e social, principalmente com a exploração madeireira, agropecuária e agricultura mecanizada (soja), moram na cidade "murada", elitizada e vigiada nos chamados bairros nobres, criada pela "sociedade da colonização", fortemente influenciada por uma cultura individualista, fragmentada social e economicamente.

Observa-se também, nessa sociedade, o aparecimento de uma classe social mais baixa. Trata-se de colonos, ligados e controlados pela Colonizadora Sinop e pela Cooperativa Mista Celeste, funcionários das madeireiras, mas também de outras pessoas atuantes em várias atividades da sociedade local, como na limpeza urbana e serviços domésticos. Estas diferenças socioeconômico-culturais se expressam na formação do sítio urbano e na constituição de seus bairros. Após quase três décadas de sua fundação, a oferta de mercado de trabalho é divulgada pelo poder público municipal, o que atrai migrantes de diversas partes do país. Vêm em busca de melhores condições de vida, ou investem seu capital em outras áreas como agroindústria e setor de serviços. A respeito da propaganda da cidade de Sinop através dos meios de comunicação é bastante claro o convite para que pessoas de outras partes do país venham para Mato Grosso, como podemos observar no seguinte anúncio: Sinop - município forte, "futura capital do Estado do Mato Grosso do Norte":

---

[352] Ibid p. 93.

> Sinop é hoje uma verdadeira capital do Norte de Mato Grosso, sendo, inclusive o município mais cotado para ser a capital do Estado do Araguaia, um anseio de todo povo do Nortão. Mas enquanto o projeto de tornar a Região o novo Estado, não se realiza, Sinop continua atendendo em vários setores, os municípios do Norte de Mato Grosso, não só por ter uma posição geográfica estratégica, mas principalmente por que possui uma infra-estrutura que garante um atendimento satisfatório em produtos e serviços. Hoje a cidade é pólo e referência para muitas pessoas, no que diz respeito, à saúde, educação, indústria, comércio, lazer e outras áreas. O município é hoje a quarta economia do Estado e o quinto em população. Cada vez mais provida d arborização, asfalto, saneamento básico e outros pontos fundamentais de infra-estrutura, a cidade se prepara para, além de ser um verdadeiro pólo, receber dezenas de pessoas que decidem investir em Sinop, em busca de oportunidade e uma vida de muito trabalho, mas também de qualidade[353].

Com o avanço da fronteira agrícola, muitos capitalistas favorecidos pelos incentivos fiscais públicos, acumularam capital em atividades como a madeireira e agro-pecuária, uma pequena parcela da sociedade norte mato-grossense enriqueceu-se, e por isso mesmo, dirigiu os destinos políticos da região. Enquanto estratégia dominante procuram manter a sociedade fiel, pacífica e temente a Deus, ou seja, a religião enquanto ideologia, tornando-se mais obedientes, produtivos e consumidores. A Oligarquia (governo de poucas pessoas ou mesmo partido, classe social ou família), formada por grandes proprietários de terras que produz principalmente soja para exportação nos municípios de Sorriso e Lucas do rio Verde, comanda a política e a economia nessas cidades, sem escrúpulo político ou preocupação ética.

Em suas reflexões sobre ética e marxismo, Coggiola afirma que “a palavra ética em sua formulação original, derivada do pensamento grego, significa modo de ser ou caráter enquanto forma de vida conquistada pelo homem, assentada num modo de comportamento não correspondente a uma disposição natural, mas adquirido ou conquistado por hábito”[354]. Por tudo isso, a democracia representativa termina sendo pouco mais que democracia de proprietários, dos donos da mídia dos grandes grupos financeiros, das fábricas e do agronegócio, grupos mais influentes na mídia e na vida econômica, os quais, em última instância, submetem as formas democráticas aos seus interesses. Uma concepção corriqueira – embora usualmente não declarada – na política reinante é a de que o partido, numa política democrática, é como o empresário numa economia de mercado: negocia espaço e votos como quem opera com produtos no

---

353 REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de junho . Sinop/MT .pág. 21

354 COGGIOLA, Osvaldo. (Org.) *Marx e Engels na História.*são Paulo: Xamã, 1996.

mercado; o recurso do marqueteiro é aceito como normalidade; no mundo da política parlamentar, negociam-se votos como se negocia petróleo ou automóveis[355].

> E, quanto à participação no poder político, nem se fala, não é preciso muito para constatar a calamidade em termos de participação do cidadão na vida política. O que termina prevalecendo, de toda forma, é a 'liberdade' econômica, o poder político da propriedade. Para resumir: a idéia de governo do povo para o povo, pelo povo, a idéia de liberalismo ou de democracia – seja em termos de igualdade, de liberdade ou de participação - não tem onde se apoiar, numa sociedade baseada na exploração de classes. O próprio Bobbio reconhece que o processo histórico de democratização que chega até os nossos dias, tal como se desenvolveu nos Estados que hoje são chamados de democracias liberais, consiste ´numa transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo[356].

Em relação aos direitos políticos, a maioria dos que possuem não tem como exercê-los, seu direito está absolutamente travado pela força econômica dos donos do poder. Basta observarmos a periferia das "cidades do Nortão", como são chamadas pelos colonizadores, que a ampla maioria da população não detém de fato direitos políticos, pois em nossa sociedade capitalista, concentradora de poder, dinheiro e capital, o direito político não vem acompanhado do econômico, mas sim, a ampliação da desigualdade econômica, pela exploração do trabalho, pelo reino do "mundo do capital". Nessa sociedade de desigualdade, o voto pode ser comprado, distorcido, manipulado e terminar negando sua razão de ser e tornando-se um fetiche da democracia, pois os donos do poder afirmam: "que todos são iguais perante a Lei" e de que o voto é a solução e a saída tem sido pouco mais que uma fantasia em termos de transformação da vida social.

> É verdade que a democracia representativa – diferentemente da ditadura – não tem a mesma capacidade ou o mesmo poder de ocultar os conflitos sociais e políticos que dividem a sociedade de classes. Ela, na verdade, legitima o conflito, procurando colocar fora da lei todo movimento que force direitos sociais para além dos admitidos pelo grande capital. Ela tenta gerenciar a rebeldia social que brota da violência da exploração e da falta de oportunidades. No entanto, só oferece como ferramenta de trabalho o voto, o acordo parlamentar, o pacto de elites: não dispõe, assim, nem de capacidade e nem de efetivo instrumental para solução dos conflitos. Estes são estruturais, derivam da apropriação da riqueza por uns poucos capitalistas. O papel da

---

355 DANTAS, Gilson. In: *A Natureza da democracia Representativa.* http://www.duplipensar.net/artigos/2006-Q1/tres-anos-no-iraque-tragedia-anunciada.html. p.03. Acesso em 03/04/2006.

356 Ibid. p. 04

> democracia liberal é o de gerenciar (resolver) esses conflitos de tal forma e numa direção histórica onde o que termina prevalecendo são os interesses dos grupos economicamente mais fortes. A democracia e seus artífices não têm demonstrado capacidade histórica e política de resolver tais conflitos em favor do bem comum, em favor da maioria. A democracia liberal fica à margem dessa via[357].

Os intelectuais orgânicos dessa classe são advogados, médicos, engenheiros agrônomos e civil, economistas e 'jornalistas', onde preparam muito bem seus representantes junto às entidades de classe, como a APROSOJA e vigiam os movimentos sociais através de um aparato jurídico-político e econômico regional. Como afirma Ribeiro a respeito dessa classe emergente no norte do Estado:

> Por serem, a um só tempo, portadores do controle da terra, do poder político e da definição legítima, criaram discursos que não apenas organizam, como procuraram controlar o espaço e o tempo. A construção de uma "memória oficial", em última análise. Assim, a colonização mais recente em Mato Grosso assumiu a dimensão de um projeto social de dominação, marcado pela tentativa de homogenização do tempo, da história e da memória social, que procurou impor uma percepção unificada a todos que se sentissem como participantes na construção do espaço da colonização[358].

Nestas cidades de fronteira, constata-se uma apropriação dos espaços públicos como praças e ruas de duas formas: pelas pessoas de classe baixa, enquanto espaço de laser ou refúgio para os desempregados e pela classe com maior poder aquisitivo para divulgação comercial, mas estes encontram-se em maior intensidade em locais fechados e privativos. As Igrejas (Católica, Evangélicas e Protestantes) representam, para a maioria da população regional, o maior contato social entre o público e o privado. Devido à característica de cidade com ritmo acelerado, "uma cidade para o capital", o ritmo e a velocidade é acelerado, produzindo comportamentos sociais como anonimato e individualismo. As transformações que ocorrem em Sinop, através da forma de construção e crescimento material e social da cidade, produziu práticas políticas do tipo clientelistas, decorrentes da forma como se constitui a elite local, influenciadas pelo paternalismo da colonizadora e das empresas madeireiras, predominantes na região.

> Essa elite local é formada por aqueles "pioneiros" mais capitalizados e "capacitados" de se integrarem às relações de produção capitalista aí

---

357 Ibid. p. 07.

358 RIBEIRO, José Donizetti. *Terra e Garimpos: um estudo da violência na consolidação do espaço da Colonização. Alta Floresta/MT (1978-1983).* Dissertação de Mestrado em História. UFMT/ICHS. Cuiabá-MT, Março de 2001. P. 8

> implantadas, ou daqueles que direcionaram suas atividades para o extrativismo vegetal. Desde o início de implantação da cidade de Sinop, o espaço sempre foi segregador, pois ó foram selecionados para esse lugar indivíduos que dispusessem de uma reserva de capital para adquirir um pedaço de terra, ou aqueles considerados "aptos e selecionados" pelo colonizador para desempenhar alguma atividade urbana[359].

A formação da elite local e de uma classe média emergente é de origem rural e urbana do Sul do país, ligada ao setor madeireiro, agropecuário e imobiliário, criaram no campo e na cidade seletivos bolsões de riqueza que no decorrer das últimas três décadas, construíram uma hegemonia política e econômica com pressão e participação na sociedade política local e regional, evidenciando através de suas ações, a construção de uma ordem hegemônica baseada na sua visão de mundo - *progresso, ordem e trabalho* -, ou numa concepção gramsciana, de cultura.

A segregação espacial fez parte das estratégias da empresa colonizadora para controlar e selecionar os "novos ocupantes" da fronteira, criando dessa forma, "bairros para pobres e para ricos", onde a princípio o controle era exercido pela Colonizadora, inibindo a presença e os movimentos das pessoas "não desejadas", posteriormente essa prática passa a ser exercida pelo Poder Público, com medidas "legais' que buscam conter a expansão "desordenada" nos bairros do município. No caso do setor madeireiro constitui-se nas chamadas colônias industriais, pequenas casas construídas e mantidas pelos empresários para "confinar" mão-de-obra disponível às suas empresas, que ampliam sua concentração de riqueza e poder, como nos afirma Arruda:

> A presença dessas "colônias" sob o controle das respectivas madeireiras, representava uma forma sutil de segregação sócio-espacial e de imposição de um estilo de vida. Os trabalhadores sob a tutela dos donos das madeireiras, têm residência, energia e água fornecidas "gratuitamente" pelas empresas. Através do SESI e das Indústrias, eles "desfrutam" de assistência médico – odontológica e de recreação. E, em convênio, com a Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal, são atendidos por um programa de alfabetização. Tais práticas, constituem uma estratégia patronal de fixação da força produtiva ao redor da unidade também produtiva e, dessa forma, sujeitando os trabalhadores à vigilância e aos equipamentos punitivos e disciplinares[360].

---

359 ARRUDA, Zuleika Alves. *SINOP: Território(s) d e Múltiplas e Incompletas Reflexões.* Recife/PE: UFP/CFCH – Departamento de Geografia. Dissertação de Mestrado. Março de 1997. P.163.

360 ARRUDA, Zuleika Alves. Op. Cit. p. 164.

As práticas segregadoras[361] e de distinção social também podem ser observadas em meio a essa dinâmica complexa, contraditória e acelerada que ocorreu no norte mato-grossense. O discurso do progresso, muitas vezes oculta a face perversa que acompanha o processo de modernização conservadora porque passou o país e especificamente aquela região.

> "Sinop é o resultado da coragem e obstinação de milhares de brasileiros Que aqui chegaram há mais de duas décadas, em busca de realizações profissionais e pessoais, que contaram com o planejamento e visão de futuro de seus fundadores. Não é por acaso que ela é hoje o principal pólo da região norte de Mato Grosso". Lélia Maria de Araújo – Presidente da Colonizadora Sinop[362].
> "Há um consenso positivo quanto ao desenvolvimento e à qualidade de vida em Sinop. As expectativas que o futuro nos acena são, de fato, invejáveis. Mas nada disso acontece por acaso".[363]
> "Mato Grosso é a bola da vez no Brasil, repleto de oportunidades Sinop- 27 anos de fundação, planejada e em franco progresso, o grande centro de convergência no norte do Estado. Sem dúvida u grande pólo de atração, qualidade de vida, vibrante e promissora."[364] (Alfredo Clodoaldo de Oliveira Neto – diretor da Colonizadora Sinop S/A. "Pela sua posição geográfica e também pela força e determinação de Seu povo, Sinop está predestinada a ser um centro de convergência socioeconômico e o principal pólo de desenvolvimento da região." (Waldemar Brandão: ex-vereador)[365].

A especificidade da expansão capitalista na Amazônia mato-grossense, constituiu-se entre outros, no fato de que o Estado brasileiro, através das decisões autoritárias, direcionou investimentos estatais, como a abertura da BR-163 e uma série de Programas Federais que deram sustentação para o avanço da fronteira agrícola ou agricultura moderna. O que não significa, contudo, que o Estado estivesse ausente ou tivesse um papel inexpressivo, como alegam os empresários, pois o principal fator que levou esses capitalistas para a Amazônia brasileira foram os créditos subsidiados. Grande parte desses empresários rurais, representantes da sociedade civil, praticamente monopolizam o acesso ao crédito agrícola, "produzindo" à custa do dinheiro público e culpam depois o Governo por todas as 'crises e deficiências' das regiões onde produzem, como logística, custos de produção, câmbio, dentre outros.

---

361 Quero deixar claro uma situação não revelada a respeito da segregação social. Acima de tudo existe um forte sentimento de RACISMO praticado pelos descendentes de italianos e alemães contra os "nordestinos" ou "pessoas de cor" como eles designam, chegando a qualificá-los em "círculos menores" – de "negradas", peão de trecho e outros designativos.

362 Revista *POTENCIAL SINOP – 25 ANOS. UMA TRAJETÓRIA DE SUCESSO*. Sinop/MT. 2000. p. 60.

363 Ibid. p. 66.

364 Ibid.

365 Ibid. p. 62.

Sob o ponto de vista político eleitoral, forma-se nessas empresas certos "curais políticos" -, um campo de disputa entre os candidatos a algum cargo eletivo municipal ou regional, sendo que nas últimas duas décadas a maioria dos prefeitos e vereadores eleitos é representante do setor madeireiro organizando, em período eleitoral, "grandes churrascadas" nos pátios das empresas, sendo apresentados os candidatos do patrão, com ampla distribuição de material de propaganda e de camisetas, cestas básicas, dentre outros.

Alguns migrantes que conseguiram acumular riquezas, "cultivam uma imagem de competência, de abundância e de auto suficiência, ligada basicamente à ética do trabalho da qual eles seriam os portadores. Essa imagem de sucesso do descendente de europeu: italiano ou alemão, 'trabalhador' é ainda hoje muito visível entre os sulistas"[366], que se dizem 'arautos da tradição', principalmente nas cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde-MT.

> Perguntamos a Ênio Pipino a razão desse sucesso, considerando que o projeto da antiga Gleba Celeste teve início em fins de 1972, quando encontrou nessa área um virtual zero sócio-econômico. "Vários fatores, conjugadamente, contribuíram para que se fizesse, através de Sinop, a "mística do norte do Mato Grosso", definida por uma vocação de trabalho agroindustrial que vem impulsionando, decisivamente, o progresso na região" – disse o presidente do Grupo Sinop: "Destaco, porém, com muito relevo, o espírito pioneiro dessa gente, que se constitui no melhor e mais expressivo fator para o desenvolvimento da região. Aqui houve a soma de uma enorme vontade de trabalhar com visão da nova terra. Ninguém pensa no retorno à origem. Todos comungam da sensação de que o futuro está mais próximo e que os empreendimentos são viáveis. Ao lado disso, há um forte espírito de coletividade, que foi crescendo não somente em função do aumento demográfico, mas das conquistas alcançadas rapidamente, tudo isso constituindo motivo de orgulho e do maior entusiasmo"[367]
> .

Quanto aos trabalhadores -, principais construtores da riqueza, mantidos e controlados pelos setores dominantes, pois é contra eles que o capital, expropria, controla e expulsa conforme seus interesses, muitos não tem outra saída a não ser migrar de um local para outro em busca de melhores condições de vida. Nessa dinâmica de expansão e consolidação do capitalismo na fronteira, as forças populares (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso), muitas vezes enfraquecidas e desorganizadas, por diversos fatores dentre eles, a ameaça de demissão

---

366 HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e Identidade. A rede gaúcha no Nordeste.* Niterói: EDUFF, 1997. 293 p. p.75.

367 REVISTA SINOP ESPECIAL – *uma metropole na selva*. Sinop/MT. 1998. P. 66

por parte dos patrões, acabam tornando-se ‘presas fáceis’ do capital e de políticos influentes da região[368].

No movimento de migração para as cidades de fronteira a constituição dos espaços públicos - sociais e simbólicos - caracterizam-se pela diversidade, desigualdade e exclusão social, amaradas em questões políticas, econômicas e ideológicas. As formas paternalistas e clientelistas de relações de poder deslocam o compromisso de elaborar e desenvolver políticas públicas do campo público para o campo privado, o prefeito é quem decide, o vereador é quem manda, o partido tem “dono” numa visão personalista e maniquísta.

Estas práticas conservadoras de políticas assistencialistas limitam as pessoas em sua condição de existência e dependência das vontades das autoridades “competentes”. A pobreza econômica e política são fatores de geração de uma *cultura do silêncio e do medo*. O medo está em perder o emprego, em não ter acesso aos ganhos e proteções paternalísticos dos que estão incluídos no poder e que são o símbolo dele. O silêncio se manifesta no cálculo de angariar alguma chance de romper barreiras intransponíveis para os não “espertos”. Mas o medo e o silêncio são características dos grupos sociais e da sociedade despolitizada, pois silenciosamente se fixa no imediato utilitarista, pragmático, individualista e segregador, por isso, dominador e excludente. Como aponta Oliveira, o processo de formação da sociedade brasileira é um complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente, privatização do público, interpretado por alguns com a categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre a dominação burguesa e democracia; em resumo de anulação da política, do dissenso, do desentendimento [369].

> É próprio da cultura assistencialista, raiz do paternalismo, do clientelismo e do patrimonialismo, a busca de vantagens e respostas individuais, independente dos projetos de sociedade que essas atitudes implicam. Numa perspectiva individualista , estes projetos não são objetos problematizados. Todavia o assistencialismo é um projeto de sociedade que gera a dependência, o dever obrigações, das recompensas, das posturas acríticas e despolitizadas. O projeto social que está implícito, ou muitas vezes explicitado, é aquele que cria e

---

368 É importante destacar que nos últimos três anos, devido à decadência da atividade madeireira na Amazônia mato-grossense, o aumento da fiscalização por parte de órgãos federais e o avanço do agronegócio, o Movimento dos Sem Terra e dos Sem Teto, passaram a invadir áreas públicas e particulares, fechando rodovias e rompendo com o “silêncio” da fronteira.

369 ZART, Laudemir. *A configuração sócio- econômica e cultural dos habitantes na cidade de Sinop: entre a experiência vivida e a utopia projetada.* Sinop/MT. UNEMAT. Relatório de Pesquisa. 1999. P.7.

> confirma estruturas de poderes verticalizados e burocratizados que negam o diálogo, o conflito e a possibilidade de outros projetos, tendo como base o discurso da harmonia conservadora, centrando-se na manutenção do existente, no que Chico de Oliveira chamou de 'consenso imposto[370].

Esta condição existencial pode ser caracteriza como um momento histórico de subjetivação, "mas este não como um processo de elevação das individualidades, no entanto, enquanto um projeto liberal burguês que isola o indivíduo das relações e dos contatos com o outro. Não ocorre afetividade, mas os processos se centram na frieza de sentimentos de alteridade, e o indivíduo centra-se sobre o seu ego e em torno deste edifica o seu reino e senta solenemente no seu trono, edificando poderes e cenários do medo e do terror, ou privatizando o público, fazendo funcionar de forma efetiva a "política policial"[371].

Nas práticas políticas, formas conservadoras das ideologias dominantes, constata-se o cinismo nas declarações e discursos, havendo um conhecimento das contradições e lutas entre classes sociais, porém eles negam essa realidade e mantém-se socialmente tranqüilos ou isolados dos conflitos que a grande parte da população enfrenta. Em anos eleitorais, apresentam-se como "amigos do povo", instalando uma forma de fazer política através do 'voto mercadoria' trocado por passagens para outras cidades do país, consultas médicas, cestas básicas, patrocínio em formaturas e demais eventos sociais, pois as Instituições das cidades são mapeadas pelos cabos eleitorais disputando a clientela de diversas formas possíveis. "Precisamos reformular o papel do homem público. È emergente o resgate da credibilidade. Isso só será possível se cada político procurar desenvolver suas funções com seriedade e transparência".[372]

> A democracia representativa, no capitalismo, permite certas liberdades desde que fique garantida a blindagem da economia, aqui entendida no sentido de que os grandes grupos econômicos multinacionais, os grandes bancos sejam intocáveis. Ou seja, o mercado - a democracia (entre aspas) dos mercados – é, na verdade, o elemento determinante dentro da esfera da democracia representativa, e o resultado dessa dinâmica é a esterilização dessa instituição. Ela se mostra sem condição de resolver os conflitos e as divergências dentro da sociedade em favor do bem comum, o que nos leva de volta à conclusão de que não é possível discutir a política separada das relações sociais que prevalecem na sociedade: uma esfera condiciona irremediavelmente a outra; esse é o quadro que impera na atual sociedade capitalista, que

---

370 Ibid.

371 Idem. P. 8

372 Depoimento de Dalton B.Martini – Presidente da Câmara Municipal de Sinop. In: Revista Nortão: A Caminho do Porto. Sinop/MT: Edição nº 02 – Ano 1, nº 02. 1997. p 19.

> funciona, na prática, como a mais moderna forma de privatização do poder político (Wood, 2003: 43)[373].

Nesta direção, afirma Oliveira (2000:74), que as classes dominadas tentam, por todos os meios, construir a política, fazer política, mas essas classes subalternas obrigam-se a fazer política na perspectiva de formular objetivos e executá-los, fazendo fluir respostas para as situações problemas vivenciadas nos espaços sociais. Assim, quando as classes populares afirmam não gostarem de política, estão, conforme o seu modo de expressão, dizendo que negam a política discriminadora das classes dominantes. Logo, conclui-se que inerente a esta postura há uma visão de luta de classe[374].

Estas cidades que foram fundadas sob a ordem das empresas particulares de colonização constituíram o seu habitus a partir de vários agentes sociais, pequenos agricultores e milhares de trabalhadores que fluíram para o norte de Mato Grosso, incentivados pela propaganda do progresso, da promessa do ganho fácil de riquezas, estruturado no discurso ideológico dos vencedores, "do pioneirismo e dos conquistadores". Essa ideologia "triunfalista", constantemente intensificada nas regiões de colonização recente faz acreditar na felicidade, no progresso a qualquer custo e nos sucesso individualista para aqueles que dedicam-se ostensivamente ao trabalho, pois afirma "que tempo é dinheiro", e portanto é necessário fazer o futuro.

Esta construção ideológica se estruturou no momento da expansão da fronteira enquanto estratégia de controle social, o discurso do colonizador se impõe enquanto forma legitimadora, construindo uma imagem da terra prometida, portanto tudo deveria girar em torno dessa idéia, o cotidiano, a esperança e o futuro. Porém, o sucesso ou o fracasso é sempre um fenômeno do indivíduo, ocorrendo uma naturalização dos acontecimentos e das contradições sociais. Esta é uma forma ideológica sutil empregada pela classe dominante, não evidenciando a exclusão social, as posições políticas conservadoras e passivas frente às complexidades sociais. É o caso da população trabalhadora assalariada que habitam as colônias das madeireiras, onde geram uma relação de dependência entre empregador e empregado, pois este deve obediência e submissão ao patrão para recompensar o favor devido. Isto é,

---

373 DANTAS, Gilson**.** In: *A Natureza da democracia Representativa*. http://www.duplipensar.net/artigos/2006-Q1/tres-anos-no-iraque-tragedia-anunciada.html. P.08. Acesso em 03/04/2006 08

374 Idem. P. 10.

> (...) a dependência do trabalhador é tão forte, que ele se percebe controlado pelo medo de ficar sem o emprego e por isso sem a moradia. Este temor reflete-se na política, vivenciando-se a experiência do voto de cabresto, isto é, o proprietários dos meios de produção consegue definir o candidato que deverá ser eleito. Neste sentido, crê-se que a solução individualista é sempre a única perspectiva válida e geradora de respostas eficazes para os problemas. Os problemas sociais são negados pelo ocultamento e pelo discurso gerador da linguagem e da simbologia conectada com o progressismo, isto é, do produtivismo e do individualismo próprios da filosofia liberal burguesa[375].

Nesse processo de contradição social, onde predominam as práticas dos grupos sociais dominantes, são arquitetadas políticas legitimadoras das formas de dominação e controle social. São ideologias fragmentárias, despolitizadas, onde privilegiam as relações hierarquizadas, sempre destacando o predomínio do capital sobre o trabalho, o clientelismo político, a distribuição desigual da riqueza produzida, fato que pode ser comprovado na forma de distribuição espacial dos bairros destas cidades, os de operários e os nobres. Estas práticas vão se constituindo em relações sociais competitivas e concorrenciais, legitimadora da visão de mundo dos grupos sociais dominantes. Neste sentido, existe um medo e controle do espaço, onde as respostas são individualizadas, com práticas assistencialistas e paternalistas. Em nossa pesquisa empírica, verificamos que existe um medo de falar em público, um temor das idéias e das represálias, tanto na esfera social quanto política, negando a voz, a crítica, constituindo-se numa verdadeira censura das expressões e contradições da maioria da população, utilizando-se para isso projetos compensatórios, fragmentando as estratégias de pensamento e de ação.

Os interesses políticos e econômicos nessas cidades são defendidos no contexto da sociedade política, criando condições para a manutenção do modelo de desenvolvimento regional baseado no extrativismo vegetal e na expansão do agronegócio. Esta ordem capitalista, baseada no lucro e nas práticas autoritárias de dominação explicita uma naturalização dos problemas sociais, como a questão agrária, ambiental e social, revelando a face de uma cidade onde os espaços foram apropriados e transformados, viabilizados pela técnica e poder e comercializados na lógica da acumulação ampliada do capital. Para a maioria dos trabalhadores resta seguir em frente em busca da ‘terra prometida’, pois não alcançaram a concretização de seus sonhos.

> A topografia favorável, o solo fértil, as chuvas definidas, assim como o clima tem atraído pessoas para Sinop e região, acredito que assim como

[375] Idem .p. 20.

> aconteceu nos últimos anos, Sinop deverá ser uma das cidades que apresentará um dos maiores índices de crescimento do nosso Estado, por ser pólo regional de 30 municípios. Por ser uma cidade moderna, e graças a preocupação das administrações anteriores, e também da atual, Sinop cresce com infra-estrutura organizada. Na minha opinião todo o Estado de Mato Grosso cresce muito, principalmente pela chegada constante de pessoas motivadas, com imensa vontade de fazer a diferença, enfim, de vencer[376].

Neste contexto histórico podemos afirmar que os novos ricos do interior, a chamada "nova classe média" – consome, desde carros, casas e apartamentos e condomínios de luxo em alguns pólos urbanos do interior do Brasil, no caso de MT podemos constatar as cidades de Rondonópolis, Primavera do Leste, Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sapezal e Sinop -, as chamadas cidades planejadas (com ruas largas, áreas verdes, grandes praças, e bairros residenciais bem distintos. Forma delimitados lugares para ricos (em termos de MT) e pobres, como podemos constatar em nossa pesquisa nessas cidades da região (é um tipo de segregação social, bastante afastado do centro e dos chamados bairros nobres, inclusive dificultando a visibilidade de quem chega nessas cidades, devido os bairros pobres estarem localizados distantes e o relevo serem planos). Esses novos ricos raramente moram nas fazendas mas em modernas residências nas cidades que formam o chamado eixo do agronegócio, (onde possuem uma ou mais fazendas e um escritório para administrá-las) ficando apenas os trabalhadores vivendo nas fazendas.

A emergência dos novos ricos no meio rural e urbano em Mato Grosso (a elite enriquecida do agronegócio), a partir da década de 1990, adquiriu um "verniz social", por força do dinheiro, (pois possuem uma baixa escolaridade e um desprezo pelo lado intelectual da vida), ostentam nos círculos do poder e influência, seus carros (a maioria financiados), suas casas, e suas propriedades, principalmente fazendas, sinônimo de Status e prestígio no meio social. Em conseqüência da riqueza proveniente do campo, é gerada essa "nova classe média urbana" que consegue obter riquezas derivadas de uma "nova sociedade rural" em expansão nas áreas da fronteira do agronegócio.

Os novos ricos, após certa ascensão social, passam a não freqüentar mais igrejas, mas fazem parte de outras Instituições como Maçonaria, OAB, Rotary, Lions, com novos valores sociais, símbolos e formas de distinção que foram construídos ou implantados, não necessitando tanto recorrer às Igrejas e padres como no início da colonização. Esse reduzido número de grupos de controle hegemônico do mercado

---

[376] Depoimento de Milton Heitor dos Santos, empresários. Ibid.

passou a exercer o papel de controle do território, por meio da produção e do consumo. Essas 'novas classes médias' que passam a configurar no cenário urbano são imprescindíveis para as operações do sistema campo-cidade. Pois, quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a propensão de consumir e produzir, maior a tendência ao movimento e a geração de riquezas[377].

No contexto da expansão capitalista na fronteira é enaltecida figura do sulista "disciplinado e trabalhador", de espírito capitalista "decidido", "valente", que nos discursos políticos aparecem como os que sabem, podem (inclusive o poder político) e assim difundem o mito do desbravador, do plantador de cidades, com símbolos de trabalho, riqueza e progresso, porém em suas práticas de "valentia' e "empreendedorismo" seguidamente surgem denúncias da prática de trabalho escravo em fazendas de Mato Grosso. "Trabalhadores são resgatados em fazenda no Nortão":

> Os oito trabalhadores estavam em uma fazenda em Marcelândia (cerca de 250 km de Sinop) e foram encontrados durante uma operação da Delegacia Regional do Trabalho e Ministério Público do Trabalho, com apoio do Núcleo de Operações Especiais (NOE) e Polícia Rodoviária Federal(PRF). Segundo a equipe, estavam sendo mantidos em condições de trabalho degradante, acampados em barracos e dormindo em redes. Todos foram encaminhados para a cidade para regularizar a situação. Esta não é a primeira vez que pessoas são resgatadas em fazendas, sendo mantidas em condições análogas à escravidão. Em março, 19 foram encontrados em uma fazenda, cuja atividade econômica é a criação de gado, entre Nova Monte Verde e de Nova Bandeirantes[378].

A mentalidade das classes subalternas, reproduz esses mitos, incorporando essa ideologia do patrão e ao empregado, utilizando. A relação do espaço privado e do espaço vivido na vida da classe média sulista em ascensão no norte de Mato Grosso, onde distinguem-se pelo status e poder, construiu-se a partir do processo de aceleramento do capitalismo trazido pelos sulistas que ocorreu toda uma alteração tanto do ponto de vista social, econômico e político, quanto ambiental e moral, pois em termos de valores, considerando a moral mais rígida da maioria dos migrantes sulistas, provenientes de zonas rurais ou pequenas cidades do interior do Paraná, Oeste de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul. Em relação às mulheres sulistas que migram para a

---

377 ARRUDA, Zuleika. *A cidade como mercadoria – práticas sócio-espaciais em áreas de fronteira agrícola.* In: RODRIGUES, Arlete Moysés. (Org.). *Textos Didáticos: Problemática Ambiental Urbana.* Campinas/SP: IFCH/UNICAMP. Nº 56 – Outubro de 2005. 2004 p. p.197.

378 http://www.sonoticias.com.br/mostra.php?id=66838&ano=2008 Acesso em: 30 de abril de 2008.

fronteira, acompanham o marido, os pais, temem os desafios, as incertezas que envolvem a nova terra, o marido, os filhos e o marido.

Essa tradição de “mando” que alguns autores relacionam com os gaúchos, onde reproduzem no espaço público e no privado, é praticado a qualquer custo nessas cidades de fronteira com o objetivo em adquirir o poder formal, desde Câmaras municipais, prefeituras, deputados e governador.

O controle e dominação nestas cidades de fronteira, em grande parte é exercido de uma forma ‘disfarçada’ pela sociedade civil através da sociedade política, com ameaças de fiscalização nas empresas (pois grande parte da atividade econômica, principalmente madeireira e comercial é ilegal) -, logo na esfera do público, permite a recriação de práticas personalistas e paternalistas com exercício de um coronelismo político e uma confusão entre a fronteira público – privado, principalmente como estratégia de controle hegemônico e social sobre a classe trabalhadora. Já no espaço produtivo o controle é exercido pelos fiscais, polícia militar, guardas, dentre outros.

É neste contexto que podemos explicar o porquê do aparente “silêncio político” nessas cidades. Na verdade, as forças políticas dessas cidades ao concentrarem o poder e o controle, elas transformam-se em espaços de vigilância, baseada na chamada cultura do medo, onde grande parte dos moradores destas cidades de fronteira são dominados pela cultura do medo. A origem e difusão desse sentimento na sociedade foram analisadas por especialistas onde afirmam que em seu cotidiano, a sociedade ouve e fala sobre o medo e, em conseqüência, se comporta com medo. Neste contexto, o medo pode ser utilizado, por exemplo, para dar legitimidade ao discurso dos pais que controlam o comportamento de seus filhos ou para reforçar discriminações. A mera suposição do perigo pode ser útil para justificar ações sociais, aquecer mercados ou mesmo legitimar políticas. O medo tem origem em vários fatores: O regime militar, que tinha a ideologia ‘segurança e desenvolvimento’, era autoritário e repressor e tinha no medo da população a sua garantia. O medo propaga-se também quando o governo e a imprensa divulgam um aumento da criminalidade. Desse modo, a violência institucional pode passar a ser vista como a solução para a violência pública. “O cidadão começa então a aceitar um controle mais ostensivo, temendo não mais o Estado opressor, mas sim o marginal, o bandido. O medo serve também a uma indústria que cresce com a venda de objetos relacionados à segurança pessoal, como armas de fogo, fechaduras especiais e alarmes e travas de direção ou câmbio para carros. “O medo prejudica a qualidade de vida e transforma o crime em produto”. Débora, estudiosa deste assunto ressalta que, para não

ser dominado pela cultura do medo, é necessário assumir uma postura crítica. “É essencial desconfiar das informações sobre a violência recebidas diariamente e, principalmente, de discursos meramente ideológicos.” Logo, O discurso do medo é empregado para legitimar ações[379].

[379] PASTANA, Débora Regina. *Cultura do Medo - Reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil.* Dissertação de mestrado orientada pelo docente da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, Campus de Araraquara, 2002. p.23.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período aqui abordado pautou-se numa reflexão sobre as transformações do Estado Brasileiro a partir da década de 1970 e suas implicações no campo das políticas agrárias e agrícolas, especificamente para o norte de Mato Grosso. Analisamos a vida política econômica e social daquela região, no conjunto das políticas públicas do regime autoritário, a modernização conservadora capitaneado pelos militares, que acompanhava o projeto maior dos governos da época, cujo objetivo era a "reestruturação" de toda a economia brasileira. O fator principal que contribui para o avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste e na Amazônia foi a utilização do crédito subsidiado como mecanismo indutor da mudança.

O avanço do capitalismo no campo brasileiro fez aumentar a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente à modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Seu reverso foi a expropriação e expulsão da terra dos mais variados tipos de trabalhadores rurais, gerando o crescimento do trabalho assalariado e novos personagens na luta pela terra e pela reforma agrária

Desta forma, tratamos a fronteira norte mato-grossense como resultado de ações políticas, onde agentes e agências, ao ocuparem as "novas terras" através do processo de expansão do capital, reproduziram as mesmas relações de produção da área dominante, ou seja, a reprodução da estrutura agrária do Sudeste e Sul do país. Portanto as práticas políticas, sociais e culturais tem a marca de seus colonizadores, com a criação de mecanismos de controle social sobre os recursos naturais e os trabalhadores. Estas práticas políticas e ideológicas necessariamente teriam que estar ligadas à uma ordem global, atendendo os interesses do capital nacional e internacional, enquanto estruturação dominante. Como destacamos em nossa pesquisa, na fronteira não se produz algo de novo, mas ocorre um choque entre formações sociais diferentes, onde a classe social mais beneficiada é a classe dominante, utilizando-se inclusive de violências para tingir seus objetivos. Essa violência, seja simbólica ou física, serviu de suporte para a expansão da fronteira agrícola, onde índios, posseiros e pequenos agricultores foram explorados pelo avanço do capital na fronteira amazônica norte mato-grossense.

A partir do golpe militar de 1964, o governo realizou a ocupação de parte da região amazônica e do Centro-Oeste, com apoio da burguesia industrial e do capital internacional e através de um grande sacrificio da classe trabalhadora. Implantou políticas públicas que priorizaram o complexo agro-industrial, numa correlação de forças e de políticas conservadoras entre frações da classe dominante. As políticas de colonização deste período militar, de caráter concentradora e autoritária viabilizaram a ocupação das 'novas terras', não no sentido de ocupar os espaços vazios pois existiam posseiros, índios, seringueiros e catadores de castanhas, que foram substituídos pelo empresário, o colono e o grileiro. Estes novos agentes sociais representavam a nova política de modernização conservadora da agricultura brasileira para as áreas de fronteira agrícola que previa basicamente duas coisas: incorporar novas terras ao capital (através dos grandes projetos da Amazônia Legal e a política de incentivo fiscal) e produzir mercadorias para o mercado exportador, além de conter os conflitos sociais do Sul do país, criando desta forma uma mão-de-obra barata nessas novas regiões.

O modelo de desenvolvimento implantado nesta região de fronteira reproduziu o "pacote tecnológico" da revolução verde e ampliou a concentração fundiária, a monocultura e a devastação ambiental. As relações de poder e dominação a partir das classes e grupos dominantes na construção e legitimação de suas práticas fundamentaram-se em dois aspectos de ordem local e regional num discurso explícito de que as causas defendidas são de todos, utilizando-se dessa estratégia para legitimar os seus interesses hegemônicos em termos locais e regionais.

Sob o ponto de vista cultural e educacional, nossa pesquisa constatou o baixo nível educacional das pessoas que ocupam cargos de gestão, os chamados "tomadores de decisão". Existe uma cultura da esperteza política nos chamados escalões da governança, imbuídos das regras e dos vícios do jogo do poder da sociedade contemporânea. Esta fronteira aberta, porém controlada pelos governos militares, mas também como um campo de disputa política, seguiu o discursos ideológico do regime militar da integração nacional, uma forma sutil de revelar os reais interesses que era o favorecimento à iniciativa privada.

A região foi palco do processo de expropriação de trabalhadores, pela modernização agrária, pela aceleração da fronteira, com profundas desigualdades, com problemas urbanos, ambientais e sociais. A expansão do capital na região não modificou essas condições, nem alterou o quadro, melhorando significativamente as condições de emprego e renda da maioria da população. Por outro lado, a concentração

da renda e da propriedade além da especulação imobiliária prosseguiram mostrando de forma incisiva que o caráter da expansão do capitalismo no campo, reproduzindo a estrutura fundiária do país, continuou excluindo o trabalhador do acesso e permanência à terra. Logo, o avanço da pecuária extensiva e do agronegócio, principalmente da soja e da agricultura mecanizada em grandes propriedades, com destaque para questão ambiental, através de desmatamentos, queimadas e extrativismo predatório pela atividade madeireira, para plantação de arroz, soja, milho e algodão. Os recursos naturais foram apropriados por poucos, onde o ecossistema e as leis ambientais não foram respeitadas, revelando o predomínio hegemônico dos fazendeiros decorrentes das práticas agrícolas e do uso da terra – desmatamento, assoreamento dos rios, perdas dos solos com trabalhadores disciplinados e assistencialismo institucional, geralmente exercido de forma autoritária.

A expansão da fronteira agrícola ocorreu devido a ação do Estado a partir do fenômeno migratório, com investimentos públicos e forte ação do capital, além da presença de outros trabalhadores rurais e urbanos. O desempenho dessas classes sociais e a expansão capitalista proporcionou a incorporação econômica e política de regiões distantes dos grandes centros e do litoral projetado e planejado pelo governo federal, favorecendo principalmente a iniciativa privada. Foram milhares de trabalhadores rurais que deslocados da região Sul do país, contribuíram para fundar cidades, através de projetos particulares de colonização, contribuindo para a construção hegemônica do capital mercantil e imobiliário, criando condições para a emancipação político e administrativo dos novos municípios que baseiam sua economia na agricultura, pecuária e extração vegetal, contribuindo para a emergência de uma nova classe social – os novos ricos da fronteira.

Afirmamos que a questão social, econômica, cultural e ambiental, com grande potencial de agravamento crítico sobre o processo de integração da Amazônia mato-grossense ao desenvolvimento capitalista do Brasil, procuramos mostrar tais contradições, com suas etapas de ocupação contemporânea na região. Acumulação econômica, dinâmica demográfica, poder público e áreas emergentes da fronteira agrícola. Exclusão social, com novas classes e grupos sociais. Os aspectos contraditórios, como a desaceleração da fronteira, devido o esgotamento estrutural da capacidade de financiamento público, com base nas políticas públicas de desenvolvimento e ocupação regional, pois estes instrumentos serviram para acumulação econômica e política de grupos em detrimento de uma ocupação

democrática dessas terras, onde a especulação imobiliária, o desperdiço com os recursos naturais foram predominantes..

A respeito das políticas públicas, sustentamos que uma das mais importantes dimensões da problemática social regional está associada ao papel desempenhado pelo Estado brasileiro enquanto provedor dos projetos de colonização (públicas ou particulares) durante as décadas de 70 e 80 do século XX para a região amazônica e para o norte de Mato Grosso em particular. Acreditamos ser esta uma questão crucial para pensarmos a realidade daquela região em estudo, pois através destas práticas, o Estado, criou uma rede patronal que se beneficiou dos incentivos fiscais e crediticios, ocultado pelo discurso oficial, onde pregava os benefícios e as oportunidades da fronteira, dos incentivos econômicos ao grande capital e do trabalho do colonos migrantes.

Nosso estudo orientou-se no sentido de fazer uma análise da produção historiográfica sobre a questão da fronteira norte mato-grossense, a problemática da propriedade da terra e das relações sociais daí decorrentes, repercutindo sobre as relações de poder, controle e dominação daquele espaço. Para tanto, focalizamos as bases teóricas que deram sustentação à nossa pesquisa, procurando entender a dinâmica da apropriação da terra, as concepções de interesses em disputa e os conflitos agrários intra-classes, como também as dinâmicas sociais resultantes dessas modalidades de apropriação. Discutimos o avanço do capitalismo no campo, a partir da chamada "revolução conservadora" e a consolidação da propriedade privada, do latifúndio e da monocultura baseado no agronegócio regional. A questão agrária no Brasil e das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais dela decorrentes que marcaram a formação econômica e social focalizadas.

Deste modo, nossa pesquisa contribuiu para desmontar e desnaturalizar a construção de um discurso desenvolvimentista que apregoa e enaltece as iniciativas das políticas de ocupação, centrado na posição daqueles que foram denominados colonizadores, transformados em missionários do progresso.

Os conflitos agrários expostos nas áreas de fronteira da Amazônia brasileira revelou um outro conflito, histórico, entre o costume e a lei. O primeiro é reconhecido e existe enquanto a área em questão caso não estiver na mira do capital. Trata-se da terra marcada pelo trabalho, da posse ancestral que tem no seu uso o reconhecimento do direito de ali permanecer. No outro caso, trata-se da moderna relação documental que garante a propriedade da terra pela força da lei e que não raro ignora as posses

ancestrais provocando conflitos, exclusões, marginalizando, Fronteira é uma região do Oeste brasileiro apropriada pelo capital e disponibilizado para ocupação sistemática. Ela é um dos pontos do tripé composto também por urbanização e crescimento demográfico que sustentou a dinâmica espacial demográfica nacional na última década. Essa migração das terras do Sul para o Centro-Oeste foi para muitos colonos uma peregrinação em busca dessa terra prometida, ou seja, da solução definitiva para seus problemas.

Souza Martins afirma que a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato. Para esse autor é necessário entendermos a questão agrária como uma questão política que precisa ser problematizada no contexto da concentração fundiária que ocorre nesse país onde os problemas dos agricultores sem terra vem se agravando nos últimos tempos, além do grande número de agricultores sem título de propriedade que ocupam terras devolutas ou aparentemente sem donos e que lutam contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários e que eclodiram em conflitos e lutas pela terra em diversas regiões do país.

Tudo o que refletimos nessa Tese tem um objetivo principal: discutir a História do Brasil, seus conflitos, suas estratégias e dimensões no contexto de cada regionalidade e nesse caso o Norte de Mato Grosso, contribuir para a compreensão da nossa realidade, a realidade de um País, seu território, suas relações urbano-rural, o seu processo de colonização e ocupação e o resultado desse modelo de desenvolvimento implantado pelos governos militares naquela região do país. Discutir as pequenas cidades do norte mato-grossnese, a devastação ambiental,, os trabalhadores, desempregados, andarilhos (volantes), sem terem o que fazer, que perambulam pela região, a especulação imobiliária, as queimadas e a poluição, a riqueza e a pobreza numa região de fronteira.

O papel das elites dirigentes, ligadas à agropecuária, que favorecem determinadas classes. Percebemos em nossa pesquisa, a relação do público e do privado, a ideologia do progresso difundida pelos meios de comunicação, principalmente o rádio, que tem desempenhado importante papel no abafamento dos conflitos que existem na sociedade norte mato-grossense. A ação política e cultural é apropriada e utilizada pelos grupos e/ou classes dominantes a favor dos seus projetos de interesse, controle e vigilância. A luta, o sonho dos trabalhadores que se deslocaram para aquela região do país, é que podemos considerar os verdadeiros construtores do “milagre econômico”. Sem paternalismos ou imposições, nosso papel é criticar o sistema político-ideológico

implantado naquela região, a partir da Doutrina de Segurança Nacional, que concentrou o poder nas mãos de Oligarquias regionais, onde decidem os destinos das pessoas que foram para lá. Nesse sentido, uma das razões por que uma minoria consegue dominar um número bem maior de pessoas é o fato de os membros da classe política, sendo poucos e tendo interesse comum, são solidários e procuram manter as regras do jogo, que permitem, ora a uns, ora a outros, o exercício alternativo do poder.

Concluímos que a Amazônia mato-grossense constituiu-se num lugar de alívio provisório para as correntes migratórias vindas do Sul do país, influenciadas pelo modelo político-econômico adotado pelos governos militares pós 64, onde pretendiam neutralizar os movimentos sociais reivindicatórios e principalmente a questão agrária do Sul e nordeste do Brasil. Este modelo de desenvolvimento produziu uma grande concentração fundiária, uma marginalização do colono pobre que teve por opção, mudar para cidades maiores, como Cuiabá, seguir em frente para as novas fronteiras agrícolas (Rondônia, Roraima), ou se tornar trabalhador "volante", a chamada classe "rurbanos", trabalhadores que moram nas periferias de pequenas e médias cidades do norte de Mato Grosso e trabalham nas fazendas – agropecuária e agronegócio.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Z. A. *SINOP: Território(s) de Múltiplas e Incompletas Reflexões.* Recife: Dissertação de Mestrado. UFP – Universidade Federal de Pernambuco. 1997.183p.

_____ . *A cidade como mercadoria – práticas sócio-espaciais em áreas de fronteira agrícola*. In: RODRIGUES, Arlete Moysés. (Org.). *Textos Didáticos: Problemática Ambiental Urbana.* Campinas/SP: IFCH/UNICAMP. Nº 56 – Outubro de 2005. 2004 p.

ARNT, Ricardo; PINTO, Lúcio Flávio; PINTO Raimundo. *Panará: a volta dos índios gigante: ensaio fotográfico e relato de Pedro Martinelli.* São Paulo: Instituto Sociambiental, 1998. 168p.

BARROZO, João Carlos. *Exploração e Escravidão nas Agropecuárias na Amazônia Mato-Grossense.* Campinas/SP: UNICAMP. Dissertação de Mestrado em Sociologia. 1992.

BAUMAN, Zygmunt.. *GLOBALIZAÇÃO: As conseqüências humanas.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Org.). *Geografias da Soja – BR-163: Fronteiras em Mutação.* Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2006. 175 p.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil , 2002. 322p.

BOURDIEU, P. *Condição de classe e posição de classe.* In: *A Economia das Trocas Simbólicas.* 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. 361p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução. Elementos para uma teoria do Sistema de Ensino.* 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 238 p.

BRUNO, Regina. *Quem São os Novos Ruralistas no Governo Lula?* Niterói/RJ: I Simpósio "Estado Brasileiro: Agências e Agentes". Universidade Federal Fluminense. De 13 a 15 de julho de 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ideologia: Um Esboço Introdutório.* Niterói-RJ: UFF, 2005 (notas de aula). (mimeo).

CARLOS, Ana Fanni. *A (Re)Produção do Espaço Urbano.* EdUSP, 1994.

CASTRO, Sueli Perreira. et. alli. *A Colonização Oficial em Mato Grosso: "A nata e a borra da sociedade"*. 2. ed. Cuiabá/MT: Gra´fica e editora centro América Ltda. 2002, 236 p.

COGGIOLA, Osvaldo. (Org.) *Marx e Engels na História.*são Paulo: Xamã, 1996

DIAS, Elisia Aparecida. & BORTONCELLO, Odila. *Resgate Histórico do Município de Sorriso/MT.* Cuiabá/MT: 2003.

DREIFUSS, René. *Política, Poder, Estado e Força.* Petrópolis: Vozes, 1993.
FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e Propriedade Territorial. A luta pela terra em Mato Grosso.* Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1986. 231 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano e FILHO, José Sobreiro. *A Questão Agrária Antiga e a Questão Agrária Atual.* Londrina-PR: UEL. ANAIS do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Campesinato em Movimento. 10 a 14 de outubro de 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e Territorialização.* São Paulo: 2. ed. HUCITEC, 1999.

FEARNSIDE, Philip M. *Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia.* 1992:.219.20. In: SOUZA, Ernani Lúcio Pinto de. *A organização industrial do setor madeireiro de Sinop, Mato Grosso – uma análise da estrutura do mercado.* Belém: UFP, 1999, Dissertação de Mestrado.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Amazônia, Estado e Sociedade.* Campinas/SP: Armazém do Ipê (Autores Associados). 2006. 106 p.

FONTES, Virgínia. *História e Conflito.* In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *História: Pensar e Fazer.* Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, 110p.
_____. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. In: Revista TEMPO. Rio de Janeiro: Vol. 2. nº 3, 1996. p.34 a 58.

_____. *A Política e a arte da dequalificação.* RJ: s/d. p.15, (mimeo).

FOUCAULT. M. *Vigiar e Punir.* Petrópolis: Vozes, 1999.

FRÖEHLICH, Henrique. *O Bispo da Floresta. Autobiografia* Ceilândia/DF: Idéias Editora,1999.

GALETTI. Lylia da S. Guedes. *De sertão à fronteira: as representações sobre o território de Mato Grosso nos séculos XIX e XX.* Cuiabá/MT: UFMT. CNPq. 1992.

GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1940-70).* Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. 266p. E *Modernização e representações camponesas no Oeste do Paraná.* In: *Migrações e a Construção do Oeste do Paraná. Século XXI. em perspectiva.* VANDERLINDE, Tarcísio; GREGORY, Valdir; DEITOS, Nilceu Jacob (Orgs.). Cascavel: Coluna do saber, 2007. 204p.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Mudanças no Estado e na Política Agrícola Brasileira (1970-1990).* In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). *Relações Cidade-Campo: Fronteiras.* Goiânia: Ed. UFG, 2000. 289 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazonas.* São Paulo: Contexto, 2001.

Ignez Costa Barbosa Ferreira, *Ceres e Rio Verde: Dois Momentos no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola*. In: *Fronteiras.* AUBERTIN, C. (Org.). BECKER, Bertha. Et. Al. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Paris: ORSROM, c1998. 250p.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde. Política de Colonização no Brasil Contemporâneo.* Cuiabá/MT: UNICEN, 2002.

_____ . *A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço*. In: *Estudos Ibero-Americanos.* Porto Alegre/RS: PUCRS, V. XXXII, n. 1, p. 143-155, junho 2006.

_____ . GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades e Colonização.* Cuiabá/MT. UFMT/ICHF. 2006. (mimeo).

_____ . *Cidades e Colonização.* Cuiabá/MT. UFMT/ICHF. 2006. (mimeo).

_____. *Personagens e Memórias: Territórios de Ocupação recente na Amazônia.* In: *História em Cousas Miúdas: Capítulos de História Social da Crônica no Brasil.* CHALHOUB, Sidnei. GUIMARÃES NETO, Regina NEVES, Margarida de

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____ . *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e Identidade. A rede gaúcha no Nordeste* .Niterói: EDUFF, 1997. 293 p

IANNI, O. *Ditadura e Agricultura.* Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1979.

_____ . *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970.* Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial: EdUFMT. 2007. 256 p.

_____ . *Mapeamento das redes de resistência e conivência em pólos irradiadores de trabalho escravo contemporâneo no Estado de Mato Grosso*. UFMT/ICHS. Texto apresentado em 10 de Novembro de 2005 no Seminário Internacional Trabalho Escravo por Dívida e Direitos Humanos, promovido pelo GPTEC no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ.

LENHARO, Alcir. *A Terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no Oeste Brasileiro nos anos 50).* In: *Revista Brasileira de História: Terra e Poder*. ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: Vol. 6. nº 12. Março – Agosto de 1986.

LINHARES, Maria Yedda Leite. & Francisco C. Teixeira da Silva. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTA, José Manuel de Carvalho. *Fumaça e Progresso, um drama de treva e luz.* In: *Revista de Estudos Sociais.* UFMT/FAEC. Ano I, nº1 Cuiabá/MT: EdUFMT. 1999[a.]

_____ . *A política ambiental inconclusa dos anos 70 em Mato Grosso* Painel apresentado na 2ª Reunião Anual da SBPC. Cuiabá/MT: 1995. (mimeo).

_____ . . *Alguns comentários sobre as mudanças na distribuição espacial da produção agrícola e o papel do Centro-Oeste.* Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural."Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento". Fortaleza/CE: de 23 a 27 de Julho de 2006.

MARICATO, Ermiria. & TANAKA, Gisele. O Planejamento Urbano e a Questão Fundiária. In:Revista Ciência Hoje. São Paulo: Vol. 38, Nº 227, Junho de 2006.

MARTINS, José de Souza. *FRONTEIRA: A Degradação do Outro nos Confins do Humano.* São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.

_____ . *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.* São Paulo: Pioneira, 1975.

_____ . *A Chagada do Estranho.* São Paulo: HUCITE, 1993. 179 p.

_____ . *O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____ . *A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira*. In: *História da Vida Privada no Brasil. Contrates da Intimidade Contemporânea*. NOVAIS, Fernando A. (Coord.). SCHWARCZ, Lília M. (Org. do Vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ . *A Militarização da Questão Agrária no Brasil. (Terra e poder: o problema da terra na crise política).* Petrópolis: Vozes, 1984. 134p.

_____ . *Impasses Políticos dos Movimentos Sociais na Amazônia.* Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo: Vol.1: 1º Sem. 1989

_____ . *A Reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil.* Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo: Vol. 6: (1-2) Junho de 1995.

_____ . *A Reprodução do Capital na Frente Pioneira e o Renascimento da Escravidão no Brasil*. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: 6 (1-2): 1-25. 1994.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Dimensões políticas da violência no campo.* Revista TEMPO. Rio de Janeiro: Vol. 1, 1996.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. 4.ed. *História do Brasil Recente: 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2004, 111p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Classes, Poder e Estado no Brasil*. Niterói/RJ: UFF, 2006. p. 6. (mimeo).

_____ . *Questão Agrária, Reforma Agrária e Lutas Sociais no Campo*. In: *Serviço Social & Movimento Social*. São Luís/MA: V. 2. Nº 1. Jan/Jul. 2000.

_____ . *Estado, Agricultura e Sociedade no Brasil da Primeira Metade do Século XX*. Buenos Aires/AR. Revista Agro, tierra y política: deabtes sobre la historia rural de Argentina e Brasil. 1998.

_____ . *A Nova Hegemonia do Patronato Agrário Brasileiro: Da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira do Agribusiness*. In: Revista *ANTÍTESE: Marxismo e Cultura Socialista*. Goiânia: CEPEC – Centro Popular de Estudos Contemporâneos. 2006. 117p.

_____. *Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania*. Revista TEMPO. Rio de Janeiro: Vol. 1, 1996. 225 p.

_____ . *Os vetores da fantasia: Modernização e progresso num discurso político da Primeira República*. In: *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*. Niterói/RJ: Ano II. Nº 2 – 1º Sem./1990.

_____. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC,1997, 219p.

_____. *A Construção de uma nova Hegemonia Patronal Rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras*. p.21. Disponível em: http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol2n6/sonia.htm Acesso em 20/11/2007

_____ . *Questão Agrária, Reforma Agrária e Lutas Sociais no Campo*. In: *Serviço Social & Movimento Social*. São Luís, V. 2. Nº 1. Jan/Jul. 2000.

_____ . *Reforma Agrária e Questão Agrária no Brasil: Velhos debates, novas ilações*. Niterói/RJ: CD-ROM - Colóquio em História Agrária. MOTTA, Márcia Maria Menendes (Coord.). UFF, 17 a 19 de Outubro de 2005.

_____. *1964: O Duro Golpe no Campo*. In: OUTUBRO. Revista do Instituto de Estudos Socialistas - 2004 – nº 10. 143p.

MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso. Política e Mecanismos de Burla: 1892-1992*. Cuiabá/MT: Entrelinhas. EdUFMT, 2007. 310p.

MOREIRA, José Roberto. In: *Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares*. SANTOS, Raimundo et. alli. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. *Aceleração temporal na Fronteira: um estudo do caso de Rondonópolis/MT*. São Paulo: USP – FFLCH. Departamento de História. Tese de Doutorado, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias da Burguesia Brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã, 2005. 312 p.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista. O ORNINTORINCO*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 150 p.

OLIVEIRA, João Mariano de. *A Esperança Vem na Frente: Contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop*. Dissertação de Mestrado. FFLCH - USP. São Paulo: 1983.

_____ . Relatório de Pesquisa: *Enganos e mentiras nas formas de enquadramento nas zonas de colonização*. Cuiabá/MT. UFMT, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta I. Medeiros. *O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia, Expropriação e Conflitos*. SP: 5a. ed. Papirus, 1995.

_____ . *Integrar para não Entregar: Políticas Públicas para a Amazônia*. SP: 2a. ed. Papirus, 1991.

_____ . *A Geografia das Lutas no Campo*. SP: 6ª. Ed. Contexto, 1994.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. *Debates econômicos, Processos sociais e lutas políticas*. In: *Política e Reforma Agrária*. COSTA, Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo. (Orgs.). Rio de Janeiro, Mauad. 242 p.

PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e questão agrária*. Rio de Janeiro: 1989.

PAULA. Elder Andrade de. *(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos Missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005 383p.

_____ . *Conflitos Agrários na Amazônia do Século XXI*. Londrina/PR UEL. Anais do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária. IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 10 a 14 de outubro de 2007.

PAULA. Elder Andrade de. SILVA Silvio Simione da. *Floresta! Para que Te Quero? Da Territorialização camponesa a nova territorialidade do capital*. IV Simpósio Nacional: Estado e Poder. UEMA; 2007.

RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.) *Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROCHA, Betty Nogueira. *"Em qualquer chão: sempre gaúcho!" – A multiterritorialidade do migrante "gaúcho" no Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado

em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e Luta (do Sul para a Amazônia).* Petrópolis: Vozes, 1993. 282p.

_____ . *Os "retornados": gaúchos que voltaram da Amazônia*. TAVESSIA: Revista do Migrante. São Paulo: Publicação do CEM. Ano VII, nº 19, maio-agosto de 1994.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.* 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

_____ . *Quem tem medo das grandes cidades?* Folha de São Paulo, 03/09/1985. In: *OSPB: Uma nova visão do Brasil contemporâneo.* TEIXEIRA, Francisco M. P. São Paulo: Ática, 1989.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. *ROTARY CLUB. Habitus, estilo de vida e sociabilidade.* São Paulo: Annablume, 2004. 217 p.

SCHAEFER, José Renato. *As Migrações Rurais e Implicações Pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do sul do País em direção ao Norte do Mato Grosso*. São Paulo: Loyola, 1985. 264p.

SILVA, L. S.Duarte da. *Conceito de Cidade Nova de fronteira ou Teses para a Construção de um tipo Ideal de cidade Nova de fronteira.* In*: Processos de Territorialização entre a História e a Antropologia.* Goiânia: 2004.

SOUZA, Edison A. de *Sinop: História, Imagens e Relatos: Um estudo sobre sua colonização.* Cuiabá/MT: EdUFMT. 2004. 314p.

SOUZA, Ernani Lúcio Pinto de. *A organização industrial do setor madeireiro de Sinop, Mato Grosso – uma análise da estrutura do mercado.* Belém: UFP, 1999, Dissertação de Mestrado, 210p.

Souza. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.) Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2005. 590p.

TESOURO, Luci L. L. Martins. *Estratégias de Poder.* In: *Coletâneas do Nosso Tempo.* Departamento de História - Rondonópolis/MT: UFMT/ICHS. EDUFMT. Vol. 1, nº1. 1997. 130 p.

TORRES, Maurício. *Amazônia Revelada: Os descaminhos ao longo da BR-163.* Brasília/DF: CNPq, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo.* In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Revista Semestral. Outubro de 2000, 15. p. 87-145. CPDA/UFRRJ.

ZART, Laudemir. *A configuração sócio- econômica e cultural dos habitantes na cidade de Sinop: entre a experiência vivida e a utopia projetada.* Sinop/MT. UNEMAT. Relatório de Pesquisa. 1999.

TESES E DISSERTAÇÕES:

ARANTES, Almir. *Garimpo de Peixoto de Azevedo: Um 'novo' campo de Concentração*. Assis/SP. UNESP. PPGH. Dissertação de Mestrado em história. 1994. 240 p.

CERUTTI, Leandro. *A subversão das práticas de controle: relatos e memórias de trabalhadores temporários no palco urbano de Primavera do Leste/MT.* In. *MultipliCidades: Cultura, Territorialidades e Deslocamentos em Mato Grosso.* Cuiabá: 2005, p. 42, (mímeo).

OLIVEIRA, A. U. de . *A fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, corrupção e violência*. São Paulo: USP. FFLCH. Departamento de Geografia. Tese de Livre Docência. 1997. 496p.

João Márcio Mendes Pereira. *O Modelo de Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados.* Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ. 2004.

RIBEIRO, José Donizetti. *Terra e Garimpos: um estudo da violência na consolidação do espaço da Colonização. Alta Floresta/MT (1978-1983).* Dissertação de Mestrado em História. UFMT/ICHS. Cuiabá-MT, Março de 2001.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. Sorriso de tantas faces: a cidade (re) inventada Mato Grosso – pós 1970. Cuiabá/MT: Universidade Federal de Mato Grosso. ICHS. Mestrado em História. Março de 2005.

ARAÚJO, Vinicíus de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002).* Cuiabá/MT: Universidade Federal de Mato Grosso. ICHS. Dissertação de Mestrado em História. Março de 2007.

VIDIGAL, Circe da Fonseca. Sinop: *A Terra Prometida. Geopolítica de Ocupação da Amazônia.* São Paulo: USP. ICHS, Dissertação de Mestrado. 1992.

BILBIOGRAFIA CITADA:

DUPAS, Gilberto. *O Mito do Progresso, ou Progresso como Ideologia.* São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

Dossiê *ENERGIA***.** São Paulo: *Revista Estudos Avançados.* Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 21. Número 59. Janeiro/abril 2007. p. 157 a 158.

FEREIRA, Luiz Erardi. *Raízes da História de Sinop.* Sinop/MT: Edição própria. 2007.

SANTOS, Luiz Erardi F. *Raízes da História de Sinop.* Sinop/MT: Edição própria. 2007.

FONTES ELETRÔNICAS:

ALVES, Giovanni. Verbete: TRABALHO. Dicionário Crítico do Trabalho, In: RET - Rede de Estudos do Trabalho. Disponível em: www.estudosdotrabalho.org Acesso em: 06/04/2006 .

BRUNO, Regina Angela Landim. *Nova República: a violência patronal rural como prática de Classe. Sociologias.* Porto Alegre/RS: n.10, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517. Acesso em: 25 Maio 2008.

DANTAS, Gilson**.** In: *A Natureza da democracia Representativa.* http://www.duplipensar.net/artigos/2006-Q1/tres-anos-no-iraque-tragedia-anunciada.html. p.03. Acesso em 03/04/2006

HEINST, Andréia de Cássia. *Mato Grosso – entre relatos de memória sobre ocupação recente e a instituição da memória vencedora.* Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/texto03.pdf

Mato Grosso lidera "ranking" da grilagem de terras: agronegócio é o culpado. Disponível em 24 hsnews. Http://www.sonoticias.com.br. Acesso em: 12 de dezembro de 2006.

OLIVEIRA, Adamastor Martins de. *Mato Grosso lidera "ranking" da grilagem de terras: agronegócio é o culpado.* Disponível em 24 hsnews. Http://www.sonoticias.com.br. Acesso em: 12 de dezembro de 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Os mitos sobre o agronegócio no Brasil.* Disponível em: http://br.geocities.com/estagioestadualdevivencia/caderno_de_textos.htm (Acesso: 01/10/2006).
A respeito, consultar: http://www.famato.org.br/ e http://www.abag.com.br/

FERREIRA, Carla. Os tropeços da modernização agrária. P. 2 e 3. Disponível em: http://diplo.uol.com.br/2002-10.a459 Acesso em: 26/09/2006
Disponível em: www.sonoticias.com.br

BOTEGA, Leonardo da Rocha. *Imprensa e História Política: Gramsci como alternativa*. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br Acesso: 25/06/2007.

BUONICORE, Augusto. *Os Jornais e os Operários.* Disponível em: http://fazendomedia.com/diaadia/nota0712006.htm Acesso: 15/02/2008.

Disponível em: http://www.sindusmad.com.br/ Acesso: 20/10/2007.

http://www.sindusmad.com.br/index.php?pg=assosc&cat=&i=0 Acesso: 20/05/2006

PICHININ, Érica dos Santos. *As serrarias no contexto da Amazônia Mato-Grossense.* Disponível em: http://www2.prudente.unesp.br/eventos/semana_geo/ericapichinin.pdf (Acesso: 27/06/2007).

Sobre essas entidades consultar: http://www.famato.org.br/ e http://www.abag.com.br/

Painel: A produção Científica em Construção – Estudos sobre Conflitos no Campo e Trabalho Escravo. Disponível em: http://www.gptec.cfch.ufrj.br/pdf/mapeamento.pdf Acesso: 22/02/2008. p. 01.
[1] Políticos, profissão e vocação. Disponível em: http://correiodacidadania.com.br Acesso em 25/10/2006.
http://www.sonoticias.com.br/mostra.php?id=27550 06 de julho de 2006.

Mato Grosso em Números. Cuiabá: SEPLAN, CR-ROM. 2006.

Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC – Florianópolis/SC: UFSC, 2006.

REVISTAS LOCAIS E REGIONAIS

Revista VEJA. *Carrascos da Mata.* São Paulo: Editora Abril – Edição 1592. Ano 32 – nº 14. 07 de Abril de 1999.
Revista Capital. Sinop/MT: Ano III. 8. ed. Set. de 2005.

Revista Sinop Especial. Sinop/MT: 1996.

Revista Sinop: campo fértil para investir. Cuiabá. 2002

REVISTA SINOP – O FUTURO É AGORA: *meio século de conquistas.* Sinop/MT: 2004 p.34.
Prefeitura Municipal de Sinop: *Sinop: A Capital do Nortão*. Sinop/MT: Convite de aniversário de Sinop, 1993.
Revista do Instituto Norte Mato-Grossense. *O primeiro aniversário*. Sinop/MT. 1993

Revista Contato. Cuiabá/MT: abril/maio de 1983

Revista Nortão. Edição Especial: O desafio dos Novos Prefeitos. Sinop/MT: Edição nº 01, Ano 01. nº 01. fevereiro de 1997.

REVISTA: SINOP – O FUTURO É AGORA**.** Sinop/MT: Criarte Comunicação, Assessoria e Marketing Ltda.s/d.

REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de Junho . Sinop/MT

REVISTA SINOP – O FUTURO É AGORA: *meio século de conquistas*. Sinop/MT

REVISTA SINOP – MODELO DE COLONIZAÇÃO. Edição Histórica. Dez. de 1994

Revista Nortão: A Caminho do Porto. Sinop/MT: Edição nº 02 – Ano 1, nº 02. 1997

Revista Sinop – *Modelo de Colonização*. Edição Histórica. Sinop/MT: Dez. de 1994

REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de Junho . Sinop/MT

Revista de Sinop – ESPECIAL. Sinop/MT: Ano 02, Nº 02. 1996.

REVISTA CAPITAL. Edição Especial. "O Negócio move o turismo na região". Sinop/MT: Ano 1. Edição: 001. 2004.

REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de junho . Sinop/MT

Revista RDM. Justiceiros Eletrônicos. Cuiabá/MT: Ano II. Nº 11. 2000.

Prefeitura Municipal de Sinop**:** *A Capital do Nortão*. Publicação da SANCHESE **–** Comunicação e Marketing Ltada. Sinop/MT: Convite de aniversário da cidade. 1993.
REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de junho . Sinop/MT

Revista Nortão, n. 1, ano 1. Sinop/MT: Fev./1997.

Revista de Sinop – *ESPECIAL. Sinop/MT*: Ano 02, Nº 02. 1996. p. 13.
Revista AGROESTE. Cuiabá /MT: Outubro de 1979.
Revista *SINOP: CAMPO FÉRTIL PARA INVESTIR***.** Cuiabá/MT: 2002.
Revista RDM - *SINOP: CAMPO FÉRTIL PARA INVESTIR***.** Cuiabá. 2002.
Anais da Câmara Municipal de Sinop. Sinop/MT: 28 de Outubro de 2003.
*Uma cidade que não Pára***.** In: REVISTA DE SINOP ESPECIAL. Ano II, Nº 02 - Sinop/MT: 1996, pág. 21.
Revista *SINOP: CAMPO FÉRTIL PARA INVESTIR***.** Cuiabá/MT. 2002
Revista *POTENCIAL SINOP – 25 ANOS. UMA TRAJETÓRIA DE SUCESSO*. Sinop/MT. 2000
Revista Nortão; A solução está na terra. 1995.
Jornal o "Sinopeano". In: VIDIGAL, Circe. Sinop: Geopolítica de Ocupação da Amazônia. 1991.
REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de Junho . Sinop/MT.
Revista Nortão: A solução está na terra. Sinoop/MT: Edição nº 03, ano 01, 1997.
Revista Vale do Arinos. Juara/MT: Ano 1, nº 1. PRODUART – Propaganda e Markting. 2000.
REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de Junho . Sinop/MT.
Prefeitura Municipal de Sinop/MT: Convite de aniversário da cidade. 1999.
Revista do Município de Sinop. S/D.
Revista SINOP. Pereira, Salvador. 1996.
Revista *POTENCIAL SINOP – 25 anos. Uma trajetória de sucesso.* Sinop/MT. 2000
VERA – 16 ANOS DE EMANCIPAÇÃO. Vera/MT. REVISTA: EDIÇÃO ESPECIAL DE VERA. Maio de 2002.
Jornal o SINOPEANO. Órgão de divulgação da Colonizadora Sinop – Maringá/PR. Nº 49. Agosto de 1983.
Revista PRODUTOR RURAL. Cuiabá/MT. Julho de 1999:. Nº 80
Informativo da Prefeitura Municipal de Sinop. 1993.
REVISTA OFICIAL EXPONOP 2002. De 08 a 16 de junho . Sinop/MT
Depoimento do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira de Sinop, Sr. Vilmar Galvão. Entrevista concedida em 20/10/2001.
Informativo da Prefeitura Municipal de Sinop. 1993

REVISTAS CIENTÍFICAS:

PUTY, Cláudio. ALMEIDA, Oriana, RIVERO, Sérgio. *A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento amazônico.* Rio de Janeiro: Revista Ciência Hoje. *Amazônia: o desafio mal começou.* Vol. 40, nº 239. Julho de 2007.
HIGUCHI, Niro. *O desmatamento insustentável na Amazônia*. In: Ciência Hoje – Revista da divulgação Científica da SBPC. Rio de Janeiro: Vol. 39. nº 232, nov. de 2006. p.69.

Mato Grosso, Amazônia (i)Legal. Desmatamentos de Florestas em propriedades rurais integradas ao Sistema de Licenciamento Ambiental Rural entre 2001 e 2004. Brasília: Instituto Sócio Ambiental, junho de 2005.
Relação entre cultivo da soja e desmatamento. São Paulo: Relatório de Pesquisa: Grupo de Trabalho de Florestas. Amigos da Terra – Amazônia, 2004.
PINTO, Lúcio Flávio. A Última Página da Criação. In: AMAZÔNIA: O QUE FAZER? Revista da UnB. Brasília/DF: Ano i. Nº 2. Abril/Jun de 2001.
BECKER, K. Bertha. No Início do Século 21, a Geopolítica do Poder. In: AMAZÔNIA: O QUE FAZER? Revista da UnB. Brasília/DF: Ano i. Nº 2. Abril/Jun de 2001. P. 35.
HAESBAERT, Rogério. Ser Gaúcho no Nordeste. TRAVESSIA: Revista do Migrante. São Paulo: Publicação CEM. Ano VII, Nº 19, maio/agosto de 1994. P. 14.

RELATÓRIOS DE PESQUISA:

A Grilagem de terras públicas na Amazônia Brasileira. Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente. Série Estudos do Meio Ambiente Nº 8. 2006.
ZART, Laudemir Luiz. *A configuração sócio-econômica e culturais dos habitantes de Sinop: entre a experiência vivida e a utopia projetada.* Relatório de Pesquisa. Sinop/MT: 2000. (mimeo).
PUTY, Cláudio Castelo Branco. Relatório: Agricultura Empresarial Mecanizada. *Zoneamento Econômico ecológico da BR-163*. Belém/PA: UFPA. Departamento de Economia. 2007.
Relatório: BR-163 Sustentável. Desafios e Sustentabilidade Socioambiental ao longo do eixo Cuiabá-Santarém. Encontro de Sinop/MT, 18 a 20 de novembro de 2003.
BERNARDES, Júlia Adão. *Agricultura moderna e novos espaços urbanos no cerrado brasileiro*. Anais do Encontro Latino Americano de Geografia. Caracas/Col. 2007.
CUNHA, José Marcos Pinto da. *Migração e transformações produtivas na fronteira: o caso de Mato Grosso*. Campinas/SP: UNICAMP. Núcleo de Estudos Populacionais. 2002. (mímeo).
RELATÓRIO MT + 20. Projetos do Governo de Mato Grosso para os próximos 20 anos. SEPLAN. Cuiabá: Novembro de 2006. Vol. I, II e III.
GUARIM NETO, G. *Estudo florístico, faunístico e da relação sociedade -natureza na Amazônia Mato-Grossense,* Cuiabá/MT: UFMT. 2002. 88p.
LISBÔA, M. da G. C. *O Cerrado em Mato Grosso: Uma realidade social*. Cuiabá/MT: 1999.

NOTAS E AULA:

Regina Bruno. Mesa II: *Práticas e Representações dos Ruralistas no Governo Lula*. UFF, 2005.
HONORATO, Cezar. UFF, 2005, notas de aula – Metodologia da Pesquisa.